



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Transição Para a Vida Adulta: um estudo sobre as expetativas profissionais e familiares dos estudantes da Universidade da Beira Interior

Sandra de Jesus Moura Fernandes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

VERSÃO DEFINITIVA APÓS DEFESA

Orientador: Prof. Doutor Nuno Augusto

Covilhã, Novembro de 2017

Agradecimentos

O complexo processo de elaboração de uma dissertação não se encontra apenas dependente de nós, autores, mas também de um conjunto de pessoas que contribuem para que este percurso seja realizado de uma melhor forma.

Agradeço, em particular, ao meu orientador, o Prof. Doutor Nuno Augusto, por toda a disponibilidade demonstrada, pelas sugestões e conselhos e pelo encorajamento em momentos mais complicados.

Agradeço à Melanie, pela longa amizade, pela paciência, por todo o apoio e por acreditar em mim, mais do que eu própria por vezes acredito.

Agradeço aos meus pais por acreditarem em mim e por todo o apoio nas minhas escolhas.

Agradeço aos docentes que disponibilizaram alguns minutos das suas aulas para a aplicação do inquérito por questionário.

Agradeço também aos estudantes e aos técnicos de emprego do IEFP pela disponibilidade em colaborar nesta investigação.

Resumo

O processo de transição para a vida adulta e, muito particularmente, o modo como era tradicionalmente concebido tem vindo a sofrer alterações. Nas gerações anteriores, o período de passagem para a idade adulta constituía um momento de fácil identificação, caracterizado pela linearidade e pela sequencialidade entre a finalização dos estudos, a inserção no mercado de trabalho, a saída de casa dos pais, o casamento e a parentalidade. Como consequência de um conjunto de mudanças ao nível da escolaridade, do mercado de trabalho, das estruturas familiares, das relações sociais e do suporte do Estado-Providência, a transição para a condição de adulto adquiriu novos sentidos e significados para as gerações mais jovens, contribuindo para o prolongamento, complexificação e diversificação da condição juvenil e das etapas do processo de transição para a vida adulta.

A presente investigação tem como principal objetivo compreender e analisar as perceções e expectativas de transição para a vida adulta de um grupo particular de jovens, os estudantes universitários. Procurou-se, assim, entender o modo como os jovens perspetivam a sua transição pública e privada, o modo como estes dois eixos de transição se encontram relacionados, bem como qual o contributo das políticas de emprego na inserção profissional dos jovens. Tendo em conta o propósito deste estudo, adotou-se uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa, uma vez que nos possibilita uma compreensão mais ampla e completa das expectativas de transição para a vida adulta dos jovens e do papel das políticas de emprego. Para tal, foram aplicados duzentos e setenta inquéritos por questionários a estudantes finalistas da Universidade da Beira Interior e realizadas oito entrevistas semiestruturadas a técnicos de emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Os resultados empíricos revelam que o modo como os jovens perspetivam a sua transição pública e privada é influenciado pela sua origem social de classe, pelo género e pelas perceções de empregabilidade associadas a cada área de estudos. Verificamos, de igual modo, que os apoios públicos à integração no mercado de trabalho não se têm revelado suficientes no que respeita ao combate ao desemprego juvenil e à atenuação de situações de precariedade laboral, o que vem condicionar a emancipação económica e familiar dos jovens.

Palavras-chave:

Juventude; Transição para a vida adulta; Perceções; Expectativas; Estudantes universitários

Abstract

The transition to adulthood, particularly the way it was traditionally conceived, has been undergoing significant changes. In the previous generations, the transitional period to adulthood was a moment easily identifiable, characterized by linearity and the sequentially between finishing education, entering in the labor market, leaving the parents' home, marriage and parenthood. As a consequence of several changes in education, labor market, family structures, social relations and the Welfare state support, the transition to adulthood has acquired a new meaning for the younger generations, contributing to the extension, complexification and diversification of youth and the stages of the transition to adulthood.

This research has as main purpose to understand and analyze the college students' perceptions and expectations for the transition to adulthood. The aim was to understand how young people envisage their transition in public and in private sphere, the way in which these two transition axes are related and the contribution of employment policies in the professional integration of young people. Considering the purpose of this study, we adopt a quantitative and a qualitative approach, since it enables us to have a broader and fuller understanding of the young people expectations for the transition to adulthood and the role of employment policies. Thereby, we applied two hundred and seventy survey questionnaires to the final year students of the University of Beira Interior and we conducted eight semi-structured interviews with the employment technicians from the Institute of Employment and Professional Training.

The empirical results reveal that the way young people envisage their transition in public and in private sphere is influenced by their social class origin, by the gender and by the perceptions of employability associated to each area of study. We also noted that the public support for the integration the labor market has not sufficient to fight against youth unemployment and to reduce the situations of precarious employment, which affects the possibilities of economic and familiar emancipation of young people.

keywords:

Youth; Transition to adulthood; Perceptions; Expectations; College students

Índice

Introdução.....	1
Parte I. Juventude e transição para a vida adulta.....	5
Capítulo I. Juventude(s)	7
1. Quadros teóricos da juventude.....	8
1.1. Corrente classista.....	8
1.2. Corrente geracional.....	9
1.3. Corrente dos ciclos de vida.....	10
Capítulo II. Transição para a vida adulta.....	13
1. Transição pública	16
1.1. Transição pública, classe social e género.....	21
2. Transição privada.....	23
2.1. Transição privada, classe social e género.....	25
3. Os impactos do processo de individualização na transição para a vida adulta.....	27
Capítulo III. Desemprego e precariedade juvenil.....	31
1. A flexibilidade no mercado de trabalho.....	32
2. Desemprego juvenil.....	38
3. Precariedade laboral.....	41
4. Desemprego, precariedade e exclusão social.....	45
Capítulo IV. Políticas sociais de emprego.....	47
1. Políticas passivas e ativas de emprego.....	49
Capítulo V. Procedimentos metodológicos.....	55
1. Metodologia de investigação.....	55
2. Técnicas de pesquisa.....	56
2.1. Inquérito por questionário.....	57
2.1.1. Pré-teste.....	57
2.2. Entrevista.....	58
3. Recolha e tratamento dos dados.....	59
4. População e amostra.....	61
5. Definição e operacionalização das hipóteses.....	63
Parte II. Um estudo sobre as expetativas de transição para a vida adulta.....	71
Capítulo I. Caracterização da amostra: perfis sociográficos e origens sociais.....	73
1. Perfis sociográficos dos estudantes universitários	73
1.1. Idade.....	74
1.2. Género.....	74
1.3. Naturalidade.....	75
1.4. Curso e área de estudo	75
1.5. Condição perante o trabalho.....	76

1.6.	Situação atual perante a independência habitacional, o casamento e a parentalidade.....	77
2.	Origens sociais dos estudantes universitários.....	79
2.1.	Origens socioeducacionais.....	79
2.1.1.	A influência da origem socioeducacional na escolha da área de estudo...	80
2.2.	Origens sociais de classe.....	80
2.2.1.	A influência da origem social de classe na escolha da área de estudo.....	85
Capítulo II - A transição do ensino para o mercado de trabalho: a perspetiva dos jovens.....		87
1.	Os percursos escolares.....	87
1.1.	Motivações para o ingresso no ensino superior.....	88
1.2.	Representações acerca da formação superior.....	89
1.3.	O papel da instituição de ensino na transição para o mercado de trabalho.....	92
2.	Expetativas quanto ao início da vida profissional.....	93
2.1.	Inserção profissional qualificada.....	93
2.1.1.	A influência das representações acerca da formação superior sobre expetativas de inserção profissional qualificada.....	94
2.1.2.	A influência do papel da instituição de ensino sobre expetativas de inserção profissional qualificada.....	94
2.1.3.	O impacto da origem social sobre as expetativas de inserção qualificada.....	95
2.1.4.	As expetativas de inserção qualificada segundo o género.....	96
2.2.	As expetativas de inserção qualificada segundo a área de estudo.....	97
2.3.	Vínculo contratual e remuneração.....	97
2.3.1.	Vínculo contratual e nível salarial segundo a origem social de classe.....	99
2.3.2.	Vínculo contratual e nível salarial segundo o género.....	101
2.3.3.	Vínculo contratual e nível salarial segundo a área de estudo.....	102
2.4.	O (possível) desempenho de uma profissão não qualificada.....	103
2.4.1.	Os impactos da origem social de classe no (possível) desempenho de uma atividade profissional pouco qualificada.....	104
2.4.2.	O (possível) desempenho de uma atividade profissional pouco qualificada segundo o género.....	104
2.4.3.	O (possível) desempenho de uma atividade profissional pouco qualificada segundo a área de estudo.....	105
2.4.4.	Motivações para o (possível) desempenho de uma atividade profissional pouco qualificada.....	105
3.	Perceções acerca do emprego.....	106
4.	Representações acerca do mercado de trabalho.....	108
4.1.	Aspetos valorizados em contexto profissional.....	109

4.1.1.	A influência dos aspetos valorizados em contexto profissional sobre as expectativas de inserção profissional qualificada.....	110
4.2.	Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho.....	110
4.2.1.	A influência das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho sobre as expectativas de inserção profissional qualificada.....	111
5.	Estratégias de inserção profissional.....	112
5.1.	Os impactos das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho sobre as estratégias de inserção profissional.....	113
5.2.	Os impactos das estratégias de inserção profissional sobre expectativas de inserção profissional qualificada.....	113
Capítulo III. A vida familiar: a perspetiva dos estudantes.....		115
1.	A saída de casa dos pais.....	115
1.1.	Condições para a aquisição de independência habitacional após a conclusão dos estudos.....	116
1.1.1.	As condições para a aquisição de independência habitacional segundo a origem social de classe.....	117
1.1.2.	As condições para a aquisição de independência habitacional segundo o género.....	118
2.	O casamento.....	118
2.1.	Importância atribuída ao casamento.....	118
2.1.1.	Importância atribuída ao casamento segundo a origem social de classe.....	119
2.1.2.	Importância atribuída ao casamento segundo o género.....	119
2.2.	A entrada na conjugalidade por via do casamento.....	120
2.2.1.	A entrada na conjugalidade por via do casamento segundo a origem social de classe.....	121
2.2.2.	A entrada na conjugalidade por via do casamento segundo o género.....	122
2.3.	A entrada na conjugalidade por via do casamento segundo a área de estudo.....	122
2.4.	Idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento.....	123
2.4.1.	A idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento segundo a origem social de classe.....	124
2.4.2.	A idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento segundo o género.....	124
2.4.3.	A idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento segundo a área de estudo.....	125
2.5.	Condições para o início da conjugalidade por via do casamento.....	125

2.5.1.	Condições para o início da conjugalidade por via do casamento segundo a origem social de classe.....	126
2.5.2.	Condições para o início da conjugalidade segundo o género.....	127
2.6.	Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais.....	128
2.6.1.	Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais segundo a origem social de classe.....	128
2.6.2.	Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais segundo o género.....	129
2.6.3.	Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais segundo a área de estudo.....	129
3.	A parentalidade.....	130
3.1.	Importância atribuída à maternidade/paternidade.....	130
3.1.1.	A importância atribuída à maternidade/paternidade segundo a origem social de classe.....	130
3.1.2.	A importância atribuída à maternidade/paternidade segundo o género.....	131
3.2.	Ser pai/mãe.....	131
3.2.1.	Ser pai/mãe segundo a origem social de classe.....	132
3.2.2.	Ser pai/mãe segundo o género.....	133
3.2.3.	Ser pai/mãe segundo a área de estudo.....	133
3.3.	Idade prevista para o início da parentalidade.....	134
3.3.1.	Idade prevista para o início da parentalidade segundo a origem social de classe.....	135
3.3.2.	Idade prevista para o início da parentalidade segundo o género.....	135
3.3.3.	Idade prevista para o início da parentalidade segundo a área de estudo.....	136
3.4.	Número de filhos previstos.....	136
3.4.1.	O número de filhos previstos segundo a origem social de classe.....	137
3.4.2.	O número de filhos previstos segundo o género.....	138
3.4.3.	O número de filhos previstos segundo a área de estudos.....	138
3.5.	Condições para iniciar a parentalidade.....	139
3.5.1.	Condições para iniciar a parentalidade segundo a origem social de classe.....	140
3.5.2.	Condições para iniciar a parentalidade segundo o género.....	140
3.6.	Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais.....	141
3.6.1.	Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais segundo a origem social de classe.....	141
3.6.2.	Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais segundo o género.....	142

3.6.3. Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais segundo a área de estudo.....	143
Capítulo IV - Os apoios públicos à integração no mercado de trabalho.....	145
1. O recurso por parte dos jovens aos apoios públicos.....	145
1.1. Principais motivações e expetativas.....	146
1.1.1. Correspondência entre as expetativas e o mercado de trabalho.....	147
2. Tipos de apoio existentes.....	147
2.1. Medidas ativas de emprego.....	148
2.1.1. A influência do conhecimento das medidas ativas de emprego sobre as expetativas de inserção profissional qualificada.....	148
3. O caso dos estágios.....	149
3.1. Perceções acerca dos estágios.....	149
4. A eficácia dos apoios públicos na integração dos jovens qualificados no mercado de trabalho.....	151
4.1. Inserção profissional dos jovens qualificados.....	152
4.2. Áreas com maior integração profissional.....	152
4.3. Tempo de integração no mercado de trabalho.....	153
5. Serão necessárias outro tipo de respostas para a atenuação do desemprego juvenil?.....	154
6. O papel dos jovens na integração no mercado de trabalho.....	155
Considerações finais.....	157
Bibliografia.....	161
Anexos.....	169

Introdução

A transição para o mercado de trabalho, a saída de casa dos pais, o casamento e a constituição de uma nova família adquiriram novos contornos e significados para as gerações mais jovens. Um conjunto de mudanças a nível económico, político, social e cultural fomentaram a alteração das trajetórias juvenis, tornando-as cada vez mais distantes das trajetórias que caracterizaram as gerações precedentes. O maior prolongamento dos percursos escolares veio contribuir para o adiamento da idade de entrada no mercado de trabalho e da independência económica face à família de origem. O período de crise económica provocou transformações no mercado de trabalho que conduziram ao aumento do desemprego, à expansão da flexibilidade e da precariedade laboral e à redução da estabilidade laboral. Estas transformações têm vindo a afetar crescentemente os jovens com elevadas qualificações, gerando incerteza e insegurança relativamente à inserção no mercado de trabalho e aos percursos profissionais e condicionado as possibilidades de emancipação económica. A instabilidade experienciada pelos jovens aquando da entrada para o mercado de trabalho vem contrastar com a previsibilidade e a estabilidade que marcaram os percursos profissionais das gerações anteriores, originando, por vezes, novos valores face ao emprego. O prolongamento das trajetórias escolares e as transformações no sistema produtivo acabam por se refletir no adiamento da emancipação familiar, do casamento e da parentalidade e na redução das taxas de natalidade. As crescentes expectativas e ambições profissionais que acompanham a extensão dos percursos escolares podem também dificultar a conciliação entre a vida profissional e familiar, condicionando a realização de projetos familiares. Por outro lado, tem vindo a assistir-se a uma mudança nos valores familiares e perante o casamento, que conduziu à desvalorização da formalização do vínculo conjugal, ao surgimento de modelos alternativos de conjugalidade, à redução das taxas de nupcialidade e ao adiamento do casamento/início da vida em casal, o que tem igualmente impactos ao nível do adiamento da saída de casa dos pais e da parentalidade. A emancipação familiar e económica encontra-se também dependente do suporte estatal. Com a crise do Estado-Providência, tem-se assistido a uma redução dos custos com as políticas sociais e à diminuição da proteção ao nível do emprego e da família, constituindo os jovens um dos grupos mais afetados pelo escasso apoio do Estado. O caráter dual da proteção social, que privilegia os indivíduos com percursos profissionais estáveis e com longas carreiras contributivas, e a reduzida capacidade de resposta por parte do Estado no que respeita ao aumento do desemprego e à expansão da precariedade laboral têm contribuído para a persistência de situações de risco e de vulnerabilidade social. Perante a instabilidade, a imprevisibilidade e a incerteza que marcam as suas trajetórias sociais, profissionais e familiares, os jovens representam um grupo em risco de exclusão social e económica. Foi com base neste conjunto de alterações que têm vindo a ocorrer no processo de transição para a vida adulta, que formulamos a seguinte questão de partida: Quais as expectativas de transição para a vida adulta dos estudantes finalistas da Universidade da Beira Interior? Tomando como ponto de partida

esta questão definimos como objetivo central desta investigação: compreender e analisar as perceções e as expectativas dos jovens universitários no que respeita à sua transição pública e privada. Decorrente deste objetivo, traçamos os seguintes objetivos específicos: 1 - Compreender o modo como os jovens perspetivam a sua passagem do ensino para o mercado de trabalho, procurando ter em conta as suas perceções acerca da formação superior e do mercado de trabalho; 2 - Entender o modo como os jovens perspetivam a sua transição familiar e relacionar as transições formação-emprego-casamento/família; 3 - Perceber qual o contributo das políticas de emprego na integração dos jovens no mercado de trabalho;

A presente investigação encontra-se, assim, dividida em duas partes. A primeira parte é composta por cinco capítulos, nos quais serão apresentadas as principais abordagens teóricas e os procedimentos metodológicos desta pesquisa. O primeiro capítulo, de carácter mais introdutório, centrar-se-á em torno da discussão da relevância social e da possibilidade de categorização sociológica da juventude, no qual serão tecidas algumas considerações acerca das representações sociais e da relação entre a homogeneidade e a heterogeneidade deste grupo social e enunciados os principais quadros teóricos da juventude. Esta discussão tornar-se-á fundamental no que respeita à compreensão das expectativas de transição para a vida adulta dos jovens universitários. No segundo capítulo, abordar-se-á a conceção de transição para a vida adulta, procurando dar conta das principais alterações que têm vindo a ocorrer no modelo tradicional de transição, nas trajetórias juvenis e nas condições sociais que permitem aos jovens aceder ao estatuto de adulto. Iremos também, no decorrer deste capítulo, analisar a influência do género, da classe social, da escolaridade e do processo de individualização sobre o modo como são percebidas e transpostas as etapas do processo de transição. No terceiro capítulo, iremos efetuar uma análise aprofundada das transformações que têm vindo a ocorrer no mercado de trabalho, procurando compreender as consequências da expansão da flexibilidade e da precariedade laboral e do aumento do desemprego nas trajetórias juvenis e a sua relação com a exclusão social e económica. O quarto capítulo irá incidir sobre as políticas de emprego, nomeadamente, sobre o seu contributo na integração dos jovens no mercado de trabalho e na atenuação dos impactos negativos da reestruturação do sistema produtivo. Por último, no quinto capítulo serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados nesta investigação, no qual será indicada a metodologia e as técnicas de pesquisa e de amostragem utilizadas e serão definidas e operacionalizadas as hipóteses de investigação. Ainda no âmbito dos procedimentos metodológicos importa realçar que optamos pelo uso combinado de uma metodologia quantitativa e uma metodologia qualitativa, de modo a possibilitar uma compreensão mais ampla e completa das perceções e das expectativas dos jovens no que respeita à sua transição pública e privada e do papel das políticas de emprego na integração dos jovens no mercado de trabalho. Para tal, foram aplicados 270 inquéritos por questionário aos estudantes finalistas da Universidade da Beira Interior e realizadas oito entrevistas junto dos técnicos de emprego do IEFP.

A segunda parte desta pesquisa é constituída por quatro capítulos, nos quais serão apresentados e interpretados os resultados empíricos desta investigação. No primeiro capítulo, analisar-se-

ão as principais características sociográficas da nossa amostra e as suas origens sociais, procurando verificar-se em que medida as origens sociais poderão influenciar as escolhas educacionais dos estudantes. No segundo capítulo, iremos proceder à análise das expectativas dos estudantes no que respeita à sua transição para o mercado de trabalho, procurando avaliar a influência da origem social de classe, do género e da área de estudo integrada sobre o modo como os jovens perspetivam a sua transição pública. Iremos, de igual modo, analisar as perceções dos estudantes acerca do mercado de trabalho e as estratégias de inserção profissional, verificando em que medida estas poderão ter impacto sobre as expectativas de inserção profissional qualificada. Ao longo do terceiro capítulo analisar-se-ão as perceções e as expectativas dos estudantes no que respeita à saída de casa dos pais, à entrada no casamento e ao início da parentalidade, procurando verificar em que medida estas poderão ser condicionadas pelo género, pela origem social de classe e pela área de estudo integrada. Por fim, no quarto capítulo iremos centrar a nossa análise no papel desempenhado pelo IEFP na integração dos jovens qualificados no mercado de trabalho. Ainda no decorrer deste capítulo, iremos analisar qual o conhecimento que os estudantes possuem acerca das medidas de emprego e a sua influência sobre o modo como perspetivam a sua inserção profissional qualificada, bem como a sua perceção acerca dos estágios.

Parte I. Juventude e transição para a vida adulta

Capítulo I. Juventude(s)

Para uma melhor compreensão da juventude torna-se necessário analisá-la tendo em conta a sua relevância social e a possibilidade de categorização sociológica. Pierre Bourdieu (1978) define a juventude da sociedade industrial de acordo com dois polos distintos, os jovens burgueses e os jovens operários. A juventude surge, assim, representada de forma heterogénea, constituindo duas formas distintas de juventude (juventudes), e devido a esta heterogeneidade é posta em causa a sua possibilidade de categorização sociológica e a sua relevância social. No entanto, apesar de constituir um grupo heterogéneo com características diferenciadas, a juventude apresenta, de igual modo, traços e características comuns que a tornam homogénea (Augusto, 2006).

A estandardização e a institucionalização da idade e dos ciclos de vida revelam-se importantes para a categorização sociológica da juventude (Augusto, 2006). De acordo com Bourdieu, “a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável” (1978: 153) e, como tal, o facto de a juventude ser vista como um grupo unitário, portador de “«interesses comuns» e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma manipulação” (Pais, 1990: 140). Posto isto, torna-se, pois, necessário olhar a juventude não apenas como um grupo unitário e homogéneo com características comuns, mas ter em conta a sua heterogeneidade e as diferenças sociais existentes no interior deste grupo, tais como comportamentos, interesses, expectativas e modos de pensar e de agir (Pais, 1990).

Desta forma, a juventude apresenta-se como um grupo social e etário uniforme e homogéneo pertencente a uma dada etapa do ciclo de vida ou como um conjunto social diversificado e heterogéneo composto por indivíduos provenientes de diferentes classes sociais. A juventude constitui um conjunto homogéneo em comparação com outras gerações e um conjunto heterogéneo tendo em conta os atributos sociais que diferenciam os jovens (Pais, 1990). A questão da heterogeneidade e homogeneidade da juventude encontra-se igualmente dependente dos contextos históricos, sociais e culturais. Assim, em contextos de conflito é dada ênfase à juventude enquanto grupo homogéneo, enquanto em contextos de consenso é privilegiada a sua heterogeneidade. Esta contradição nas visões da juventude (quer como grupo homogéneo, quer como grupo heterogéneo) pode dificultar a sua definição. No entanto, “a sua heterogeneidade e o seu carácter biológico não põem em causa a sua categorização sociológica e o lugar particular que ocupa em sociedade” (Augusto, 2006: 29).

As representações sociais da juventude contribuem, de igual modo, para a sua categorização. As representações sociais (normativas ou ideológicas) adquirem um carácter histórico, social e cultural e revelam-se, por vezes, paradoxais, contraditórias e ambíguas, sendo a juventude reconhecida quer de forma positiva, quer de forma negativa. Estas representações são socialmente produzidas e são o reflexo da forma como a sociedade representa a juventude, acompanhando as transformações sociais a partir das quais esta constitui uma categoria de análise privilegiada. Desta forma, a juventude não é apenas definida mediante determinadas

características físicas e psicológicas, mas também a partir do momento em que a sociedade e os sistemas institucionais não consideram os jovens como crianças e esperam que eles adquiram responsabilidades adultas. As representações sociais possibilitam, também, a percepção dos comportamentos e especificidades juvenis, bem como do contexto onde os jovens se encontram inseridos (Galland, 2001). Os jovens poderão ou não reconhecer-se como parte integrante dessas representações. Assim, para uma melhor compreensão da juventude torna-se necessário desconstruir e, por vezes, estabelecer uma rutura com as representações sociais dominantes (Pais, 1990).

Segundo Pappámikail (2010), a juventude constitui uma categoria social e apresenta-se como um produto das transformações ao nível da modernidade, cuja definição se torna complexa. A crescente importância atribuída à infância, em finais do século XVIII e inícios do século XIX, veio contribuir para a representação da juventude. Na sociedade tradicional, a juventude não possuía existência social e as crianças acediam precocemente ao estatuto de adultos, sem atravessar as etapas da juventude consideradas fundamentais nas sociedades modernas. O distanciamento e a distinção entre a esfera pública e a esfera privada contribuíram igualmente para a representação moderna da juventude (Galland, 2001). Esta encontra-se progressivamente associada a uma fase mais longa do período de vida, entre a infância e a idade adulta, sendo marcada pela expansão da individualização, pelo questionamento face aos valores socialmente instituídos e, conseqüentemente, pelo risco e pela incerteza (Pappámikail, 2010). A expansão da escola de massas moderna enquanto espaço de socialização e aprendizagem veio, também, legitimar a noção de juventude (Casal, 1996; Melo e Borges, 2007; Pappámikail, 2010). Desta forma, a juventude adquire um caráter paradoxal e de contraste e é vista como um grupo social com características particulares (Galland, 2001). Ao prolongamento da juventude surge associada a instabilidade e a incerteza, fruto de problemas sociais e características específicas associadas à juventude. “Mas sentirão os jovens estes problemas como seus?” (Pais, 1990: 144). Estes problemas sociais conduzem à intervenção institucional como forma de resolução parcial dos mesmos, o que pode ter efeitos nas transições entre as fases da vida (Pais, 1990).

1. Quadros teóricos da juventude

As representações sociais, as tentativas de categorização sociológica, bem como a relação entre homogeneidade e heterogeneidade variam em função dos quadros teóricos da juventude. Neste seguimento, podem destacar-se a corrente classista, a corrente geracional e a corrente dos ciclos de vida.

1.1. Corrente classista

A corrente classista privilegia os elementos que diferenciam os jovens e que lhes conferem heterogeneidade, colocando em causa a sua relevância social, a sua categorização sociológica e a sua capacidade de mudança social. Desta forma, as posições de classes numa determinada estrutura social e os critérios socioeconómicos são predominantes na definição da condição

juvenil (Augusto, 2006). A reprodução social é marcada essencialmente pela reprodução de classe. Assim, todos os aspetos que diferenciam os jovens, bem como os recursos socioeconómicos diferenciados que estes dispõem são vistos como produto da origem de classe. Os problemas sociais que afetam os jovens são essencialmente uma consequência da sua posição na estrutura de classes. As culturas juvenis são representadas como culturas de classe, marcadas por relações classistas opostas. Esta oposição entre classes é resultado de um contexto cultural marcado por relações de classe e conduz ao surgimento de culturas juvenis de resistência (Pais, 1990). As mudanças ao nível dos perfis de estratificação social, a expansão do processo de individualização, que enfatiza o papel da agência na construção de identidades e trajetórias, e a consequente perda de importância da classe social condicionam a interpretação da juventude tendo apenas em conta a classe social. Deste modo, a classe social constitui um fator condicionante, mas não determinante (Augusto, 2006). Em que medida as diferentes posições de classe poderão influenciar o modo como os jovens percebem a sua transição para a vida adulta?

1.2. Corrente geracional

Esta corrente enfatiza o carácter homogéneo da juventude e considera-a uma categoria sociologicamente relevante e um importante agente de mudança social. Uma dada geração é caracterizada por um grupo de indivíduos pertencentes a um determinado intervalo de idade, que são detentores de um sentimento comum face às diferenças sociais, culturais e etárias de outras gerações. Deste modo, uma geração é sempre definida tendo por referência outras gerações (Pais, 1990).

A conceção de juventude enquanto geração centra-se no conflito entre gerações. A juventude é, então, caracterizada pela mudança, renovação e revinculação social e pela construção de novas formas identitárias que se traduzem em novos comportamentos e estilos de vida (Minguez et al, 2012). Neste sentido, “a juventude é entendida como um espaço de construção e de questionamento dos modelos das gerações anteriores”, promovendo a mudança social (Augusto, 2006: 46). Esta condição é reforçada pelo processo de individualização, marcado pelo risco, pela incerteza e pela crescente perda de importância dos elementos de coesão coletiva associados à classe social e à standardização do ciclo de vida. A desadequação dos modelos standardizados às expectativas e experiências vivenciadas pelos jovens contribui para o conflito e para a mudança social. A conceção de geração encontra-se igualmente relacionada com a formação de uma consciência coletiva associada à partilha comum de significados, valores, representações, expectativas e problemas sociais (Pais, 1990; Augusto, 2006).

A juventude é vista pela corrente geracional como uma etapa de experimentação de um contexto histórico e social específico, o que produz modos de pensamento e de ação particulares face à interpretação desse contexto. Neste sentido, a partilha de experiências comuns conduz a formas de interpretação semelhantes, que adquirem um carácter geracional. A experimentação e interpretação de um determinado contexto, em particular de contextos de crise social, contribuem para a mudança social e tornam-se fundamentais na definição do perfil

de adulto. Estas originam visões do mundo (zeitgeist), que são o reflexo dessa época e que podem ser geradoras de continuidade ou descontinuidade/rutura face aos valores das gerações precedentes (Augusto, 2006). Assim, a juventude enquanto geração é marcada por: aspetos de continuidade, que são o reflexo da adequação e da interiorização dos valores e normas e da cultura das gerações anteriores, e aspetos de descontinuidade, marcados por ruturas e conflitos geracionais, ante a incoerência entre o modo como os jovens experimentam a realidade social e as normas e valores erigidos pelas gerações anteriores (Pais, 1990). As ruturas e conflitos entre gerações traduzem-se em descontinuidades, acompanhadas pela reconstrução dos valores tradicionais contribuindo, assim, para a mudança/transformação social (Minguez et al, 2012). Estas descontinuidades podem conduzir à formação de uma consciência coletiva diferenciada, face à incoerência dos contextos das gerações precedentes. Desta forma, é dada ênfase à agência e ao papel ativo dos jovens na mudança ou adaptação a um determinado contexto (Augusto, 2006).

O processo de socialização, para esta corrente, é caracterizado pela transmissão das normas e valores das gerações anteriores e apresenta dois traços característicos: permite, por um lado, a integração dos jovens mediante o sistema de valores e relações sociais existentes e, por outro lado, a juvenilização da sociedade através da capacidade dos jovens para influenciar o sistema de valores das gerações precedentes (Pais, 1990). A socialização e a experimentação dos contextos sociais constituem a fase formativa da juventude ao longo da qual ocorre a mudança social (Augusto, 2006).

Esta corrente é marcada pela existência de uma cultura juvenil de geração oposta às restantes gerações (Pais, 1990). As culturas juvenis são, então, caracterizadas pelo desenvolvimento de formas distintas de comportamento e de relações sociais, acompanhadas por uma reorientação de valores no interior de um sistema de organização estandardizado (Galland, 2001). A cultura juvenil pode apresentar-se como uma contracultura, na medida em que pode representar uma ameaça aos modelos das gerações anteriores (Pais, 1990). Mas até que ponto os jovens apresentam uma rutura com os valores dominantes no modo como percecionam a sua passagem para a vida adulta? Até que ponto apresentam traços geracionais no modo como vivem e interpretam esta transição?

1.3. Corrente dos ciclos de vida

Na corrente dos ciclos de vida é privilegiado o carácter unitário da juventude, sendo esta considerada uma categoria sociológica relevante e com reduzida capacidade de mudança social. A conceção de juventude enquanto fase do ciclo de vida tem por base o critério da idade e corresponde a um período delimitado do ciclo de vida entre a infância e a idade adulta. Esta tem vindo a sofrer transformações ao longo do tempo e encontra-se associada a contextos económicos, sociais e políticos particulares (Pais, 1990). O ciclo de vida é composto por um conjunto de etapas sequenciais e a cada uma destas etapas encontram-se associadas determinadas características biológicas, psicológicas e sociais. As conceções clássicas da corrente dos ciclos de vida consideram a juventude como um estágio de desenvolvimento, ao

longo do qual são adquiridos novos papéis sociais que permitem ao jovem assumir o estatuto de adulto. Neste sentido, a juventude é considerada uma etapa diferenciada do ciclo de vida marcada pela maturação bio-psico-social (Augusto, 2006).

Esta corrente combina os contributos das teses behavioristas ou desenvolvimentistas da psicologia e da teoria funcionalista da sociologia. A teoria desenvolvimentista defende a adaptação dos indivíduos a um conjunto de etapas sequenciais e a moldagem social a determinados comportamentos, tendo em conta as expectativas que a sociedade projeta em relação a uma determinada idade e aos comportamentos que lhe estão associados (Augusto, 2006). Deste modo, a idade não se encontra apenas associada a determinadas características biológicas, mas inscreve-se num quadro social e num sistema normativo de valores (Galland, 2001). A juventude surge, assim, como uma etapa de maturação psicológica e de adaptação social, sendo os comportamentos, diferenças e particularidades juvenis produto da idade e marcados pela procura de estabilização. A esta etapa encontra-se subjacente uma inconsistência ao nível dos papéis sociais, constituindo a juventude um espaço de construção identitária e de aprendizagem, marcado pela experimentação e pela projeção em relação ao futuro. “A ideia de “assentar na vida” está presente na generalidade das leituras desenvolvimentistas, assumindo que a juventude (...) é (ainda) uma idade dissociada da consciência ou da responsabilidade” (Augusto, 2006:32). Assim, a juventude é assumida como uma fase de irresponsabilidade temporária e de desadaptação, associada a uma certa instabilidade e a determinados problemas sociais, onde os jovens são representados negativamente como irresponsáveis, destituídos de experiência, despreocupados e ausentes de maturidade (Pais, 1990; Augusto, 2006). Contrariamente às teses geracionais, que assentam na ideia de experimentação e de mudança, aqui a juventude surge como uma fase transitória e desadaptada que termina quando os jovens transitam para uma nova etapa e adquirem novas características psicossociais (Augusto, 2006). Desta forma, os jovens abandonam a condição de irresponsabilidade temporária quando se adaptam a uma nova posição, tornando-se adultos, e quando assumem determinadas responsabilidades, tais como a inserção profissional estável e segura, a obtenção de habitação própria e o casamento (Pais, 1990; Augusto, 2006). Neste sentido, o jovem torna-se adulto quando adquire independência económica e residencial e autonomia ao nível das suas decisões pessoais e profissionais (Melo e Borges, 2007).

Sob a influência da teoria funcionalista, a juventude apresenta-se como uma etapa do ciclo de vida marcada pela socialização contínua e pela ideia de adaptação, linearidade e sequencialidade. A socialização contínua constitui um veículo de transmissão intergeracional, através do qual ocorre a adaptação e a internalização de novos papéis, normas, regras e valores, assegurando, assim, a continuidade social. Desta forma, o processo de socialização visa garantir o equilíbrio e a linearidade ao nível das trajetórias, sendo os jovens encarados como elementos de estabilidade social e com reduzida capacidade de mudança social. A ideia de transmissão geracional e de continuidade social têm por base os “quatro elementos do modelo de funcionamento interno do sistema social parsoniano - a adaptação, a persecução de objetivos, a integração e a manutenção de padrões” (Augusto, 2006: 34). A juventude é, então, entendida

como uma fase transitória de construção e cristalização identitária que se traduz na adaptação, aprendizagem, conformidade e ajuste a determinados papéis sociais, que permitem aos jovens tornarem-se adultos (Galland, 2001; Augusto, 2006). Assim, a juventude surge como elemento de controlo social por parte das gerações precedentes, sendo a agência e o papel ativo dos jovens reduzido (Augusto, 2006). Tendo em conta as profundas transformações que têm vindo a ocorrer na transição para a vida adulta (que adiante serão discutidas), até que ponto estaremos a assistir a uma adaptação aos perfis traçados pelas gerações anteriores? Até que ponto os jovens terão capacidade para se adaptar aos modelos dominantes, tidos como “normais”? A corrente dos ciclos de vida e, em particular, os contributos da teoria funcionalista, a partir dos quais a juventude é considerada uma etapa de adaptação ao estatuto de adulto, estão na base da conceção de juventude enquanto fase transitória associada ao processo de transição para a vida adulta, que será analisada no próximo capítulo.

Capítulo II. Transição para a vida adulta

É no século XX, nomeadamente no período pós-guerra, que a juventude passa a ser vista não apenas como um estágio, mas como uma fase transitória associada ao processo de transição para a vida adulta. A conceção de transição para a vida adulta pode ser analisada à luz da teoria funcionalista dos ciclos de vida, a partir da qual juventude é entendida como um processo de adaptação que permite aos jovens adquirir o estatuto de adultos, tendo por base os modelos estandardizados e institucionalizados dos ciclos de vida. No entanto, devido à incoerência dos modelos estandardizados e à desestandardização dos ciclos de vida “a juventude passa a ser entendida como um processo de transição, necessariamente plural e heterogéneo” (Augusto, 2006:35). Desta forma, o processo de transição para a vida adulta implica que a juventude seja representada, não apenas pela sua homogeneidade, mas de acordo com a sua heterogeneidade e diversidade, tendo em conta os atributos sociais, trajetórias e percursos que diferenciam os jovens (Pais, 1990).

Segundo Casal (1996), a transição para a vida adulta constitui um processo complexo caracterizado pela emancipação social, económica e familiar que permite aos jovens atingir a idade adulta. O processo de transição abarca três elementos fundamentais: o contexto social e histórico onde se desenrola a transição para a vida adulta; os modelos institucionais que intervêm e regulam o processo de transição; as trajetórias biográficas e o papel da agência no que respeita às decisões, significados, estratégias, expectativas futuras e formas particulares de utilização dos recursos sociais (Casal, 1996; Augusto, 2006). De acordo com Galland (2001), o processo de transição para a vida adulta é definido de acordo com três momentos/etapas de transição que permitem a inserção social e económica dos jovens: finalização dos estudos, integração no mercado de trabalho e conseqüente independência económica; saída de casa dos pais e conseqüente independência residencial; casamento e constituição de uma nova família. Arnett (1997) acrescenta ainda que o nascimento do primeiro filho (“first birth”), marca de algum modo o fim definitivo da condição juvenil. Estas etapas podem ser combinadas em dois eixos de transição: a transição ao nível da esfera pública, definida pela passagem do ensino para o emprego, e a transição ao nível da esfera privada, marcada pela independência habitacional/saída de casa dos pais, pelo casamento e pela constituição de uma nova família (Augusto, 2006). Estes dois eixos de transição para a vida adulta encontram-se profundamente relacionados, tendo a transição pública impactos sobre a transição privada e vice-versa.

O modo linear e simultâneo com que ocorre a transição ao nível da esfera pública e ao nível da esfera privada representa o modelo sincrónico de transição para a vida adulta. O modelo sincrónico vem marcar a conceção tradicional da juventude, conferindo homogeneidade à definição de idade e um carácter irreversível às etapas do processo de transição (Galland, 2001). Ao longo deste modelo de transição linear, verifica-se a transposição sucessiva de diferentes etapas estandardizadas e institucionalizadas que permitem aos jovens obter o estatuto de adultos (Casal, 1996; Arnett, 1997; Ellefsen e Hamel, 2000; Galland, 2001; Augusto, 2006). Este

modelo de transição ocorre num contexto particular, onde os jovens são os principais beneficiários do crescimento económico e das políticas sociais, possibilitando a integração e a estabilidade socioprofissional e a independência económica e familiar (Casal, 1996; Augusto, 2006). As etapas do processo de transição linear para a vida adulta não são atravessadas de igual forma por todos os jovens em todas as sociedades, adquirindo maior expressão em sociedades com Estados-providência fortes e níveis de desenvolvimento que permitam a estabilidade laboral e a proteção ao nível do emprego e da família (Augusto, 2006). Esta linearidade é característica da chamada “transição na primeira escola de massas” (Casal, 1996) ou da transição na sociedade keynesiana (Mizen, 2002) e que a própria crise do Estado-Providência viria a por em causa.

A linearidade e a sequencialidade que marcam o modelo sincrónico de transição para a vida adulta têm vindo ser alteradas. Estas alterações conduziram à complexificação, diferenciação e prolongamento da juventude e das etapas do processo de transição (Galland, 2001; Pappámikail, 2004; Pais et al, 2005). Verifica-se uma falta de coerência entre as trajetórias biográficas dos jovens e os modelos standardizados e formas institucionais de transição (Augusto, 2006). Assim, os antigos sistemas de referência que regulavam as formas de transição das gerações anteriores mostram-se desajustados para as atuais gerações, face ao surgimento de novas condições de vida e de novos modos de efetuar o processo de transição (Pais, 1991). O prolongamento da condição juvenil e das etapas de transição veio alterar a conceção de juventude, dando origem a uma indefinição da idade e das condições sociais que permitem aceder ao estatuto de adulto e a múltiplos sentidos e significados atribuídos à condição de adulto (Galland, 2001; Pappámikail, 2004). Este prolongamento é o reflexo das transformações no contexto económico, político, social e cultural e dos diversos comportamentos, trajetórias e múltiplas formas de se efetuar o processo de transição e de se ser adulto, associadas à construção de biografias individuais e à capacidade de ação dos jovens (Mauritti, 2002; Pais et al, 2005; Melo e Borges, 2007). A passagem para a vida adulta é, assim, marcada por “ritos de impasse” face ao prolongamento e indeterminação do período de transição, em oposição aos ritos de passagem que delimitavam com exatidão a passagem simbólica para a idade adulta (Pais, 2009).

O processo de transição deixa de ser um período de fácil identificação e é efetuado de acordo com modelos não-lineares centrados no risco, na incerteza, na imprevisibilidade e na individualização (Pais, 1991). A transição para a vida adulta tornou-se crescentemente desstandardizada, o que conduziu à dessincronização das etapas do processo de transição e à passagem do modelo de transição sincrónica para o modelo de transição assincrónica (Galland, 2001; Augusto, 2006). De acordo com Ellefsen e Hamel (2000), transição linear ao nível da esfera pública (fim dos estudos e inserção profissional) e ao nível da esfera privada (saída de casa dos pais, casamento e constituição de uma nova família) tem vindo a tornar-se uma exceção. As dificuldades de inserção profissional e o aumento da precarização no emprego têm consequências na emancipação económica e na desconexão das etapas de transição, o que

conduziu à emergência da fase de precariedade no processo de transição (Galland, 2001; Augusto, 2006).

Assiste-se à reversibilidade e à fragmentação do processo de transição, sendo a juventude considerada uma "Geração yô-yô" (Pais, 2001; Pappámikail, 2004). "Os jovens desta geração tão rapidamente abandonam a escola, adquirem emprego e casam - deixando de ser jovens e passando a adultos - quanto, com a mesma rapidez, caem de novo no desemprego, voltam à condição de estudantes e se divorciam, redescobrimo a juventude" (Pais, 2001: 73). Verifica-se um conflito entre as aspirações juvenis à independência e a manutenção de situações de dependência financeira e residencial (Galland, 2001). De fato, "(...) tendo em conta o binómio tradicional dependência/independência, os novos contextos apontam claramente para o prolongamento da primeira" (Augusto, 2006:37).

O modelo assincrónico de transição para a vida adulta conduz, por vezes, a dificuldades em perspetivar o futuro e ao desenvolvimento de estratégias adaptativas (Galland, 2001; Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). As fronteiras entre o percurso escolar, o mercado de trabalho, a saída de casa dos pais, o casamento e a parentalidade mostram-se cada vez mais fluídas (Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). A crise do Estado-Providência e a conseqüente redução das medidas de proteção na juventude, bem como o surgimento de novos modos de vida têm vindo a contribuir para a maior responsabilização dos jovens e da família pelo processo de transição (Pappámikail, 2004; Augusto, 2006). A família constitui a principal forma de apoio material, financeiro e emocional às trajetórias juvenis e a todo o processo de transição, originando novas definições e configurações na dinâmica familiar (Pappámikail, 2004; Cairns, 2011). Assim, as exigências, constrangimentos e oportunidades associadas ao prolongamento e complexificação do processo de transição e a alteração do binómio dependência/independência familiar têm impactos não apenas nas trajetórias juvenis, mas também na relação entre gerações. O maior ou menor apoio familiar vem facilitar ou dificultar a transposição das etapas do processo de transição e varia de acordo com os diferentes recursos económicos, sociais, culturais e simbólicos e com os diversos capitais sociais, humanos e emocionais das famílias de origem enfatizando, assim, a heterogeneidade ao nível das trajetórias juvenis e do processo de transição. Neste seguimento, são os jovens oriundos de famílias de origem com um nível elevado ou médio de recursos e capitais quem detêm maiores níveis de apoio material e um maior acesso a capitais sociais e culturais, comparativamente aos jovens oriundos de meios com escassos recursos e capitais, o que lhes permite mais facilmente fazer face a trajetórias reversíveis. São, também, estes jovens os que "mais defendem uma lógica meritocrática na atribuição desse apoio" (Pappámikail, 2004:111). Estas variações no apoio familiar adquirem maior expressão no que respeita aos recursos económicos, sociais, culturais e simbólicos e aos capitais sociais e humanos, sendo menos significativas ao nível dos capitais emocionais. Apesar da persistência de fenómenos de reprodução social, torna-se, também, importante ter em conta a capacidade de ação dos jovens na aquisição de capitais, competências e recursos (Pappámikail, 2004). Neste sentido, em que medida as diferenças ao

nível dos recursos e capitais das famílias de origem poderão condicionar o modo como os jovens traçam as suas expectativas pessoais e profissionais?

A forma como os jovens percebem o processo de transição para a vida adulta e o modo como são transpostas as várias etapas deste processo são fruto de uma construção social e cultural do estatuto de adulto e do próprio processo de transição. A percepção e a transposição das etapas do processo de transição variam de acordo com os diversos grupos sociais e são influenciadas por fatores como a classe social, o género, a escolaridade e o processo de individualização (Arnett, 1997; Nilsen, 1998; Hartmann e Swartz, 2007).

1. Transição pública

A transição do ensino para o mercado de trabalho constitui uma das principais etapas do processo de transição para a vida adulta (Melo e Borges, 2007). O modelo tradicional de transição pública caracteriza-se pela linearidade e pela sincronia na forma como ocorre a transição do ensino para o mercado de trabalho, marcada pela finalização dos estudos e consequente inserção profissional estável e de longa duração (Schmidt, 1990). No entanto, os percursos escolares prolongados, as inserções profissionais tardias e as situações de desemprego, precariedade e instabilidade laboral têm vindo a redefinir os modos de transição, tornando-os complexos, flutuantes e diversificados (Pais, 1991; Pappámikail, 2004).

A crescente massificação do ensino, nomeadamente do ensino superior, permitiu melhorar os níveis de qualificação dos indivíduos, verificando-se um aumento e diversificação de indivíduos mais qualificados. As instituições escolares assumem, assim, uma elevada importância no que respeita à qualificação dos jovens e à recomposição profissional, social e económica (Mauritti, 2002). É também neste contexto de expansão do ensino e diversificação das oportunidades educativas, que se procuraram implementar medidas direcionadas para a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, no sentido de articular o sistema de ensino com o sistema produtivo (Hofling, 2001; Teodoro e Aníbal, 2007; Stoer, 2008).

Esta expansão do ensino e das oportunidades educativas, não registada até então nas gerações anteriores, caracterizadas pelo predomínio de baixos níveis de escolaridade, adquiriu maior expressão em Portugal após a revolução de 25 de abril de 1974. Deste modo, assiste-se à passagem de um contexto em que a formação escolar era sobretudo um ensino de elites e constituía uma passagem direta para uma inserção profissional favorecida, para a massificação do ensino. Esta massificação do ensino veio alterar as trajetórias dos jovens, o que gerou múltiplas oportunidades laborais e transformações ao nível dos perfis e identidades, das redes de sociabilidade, dos estilos de vida e das expectativas juvenis. Na generalidade, a faixa etária juvenil que ingressa no ensino superior caracteriza-se por percursos escolares longos e uma inserção profissional tardia e favorecida (Guerreiro e Abrantes, 2005). A generalização progressiva do ensino e o prolongamento da escolaridade constituem fatores essenciais no que respeita à alteração da idade de acesso ao estatuto adulto e de entrada no mercado de trabalho, o que tem influência nos comportamentos juvenis, nas diferentes formas de prolongamento da juventude e no modo como são transpostas as etapas do processo de transição (Galland, 2001;

Mauritti, 2002; Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). O início da vida ativa pode, ainda, ocorrer antes da finalização dos estudos, no caso dos jovens que conciliam os estudos com o exercício de uma atividade profissional, originando situações intermédias ao nível do processo de transição (Mauritti, 2002; Melo e Borges, 2007).

A educação torna-se fundamental para a inserção profissional “mobilizando quer a procura de trabalho ou a oferta de emprego pelas empresas, quer a procura de emprego ou oferta de trabalho pelos trabalhadores. Os empregadores procuram as qualificações escolares de que necessitam para os seus sistemas de trabalho funcionarem eficazmente, enquanto os trabalhadores pretendem que as suas qualificações formais sejam reconhecidas na sua integralidade, e não apenas as necessárias para os processos produtivos” (Parente et al, 2011: 69). A terciarização e a ampliação de empregos técnicos e científicos, com elevadas compensações económicas e simbólicas, conduziram a um maior investimento na educação por parte dos jovens (Guerreiro e Abrantes, 2007; Melo e Borges, 2007). O aumento das qualificações escolares adquire, assim, uma crescente importância, pois permite o acesso a ocupações profissionais qualificadas, sendo o prolongamento das trajetórias escolares acompanhado por crescentes expectativas e ambições profissionais (Guerreiro e Abrantes, 2005). No entanto, a posse de qualificações elevadas já não garante a inserção imediata no mercado de trabalho (Chaves et al, 2009). Verifica-se que os jovens com baixos níveis de qualificação enfrentam grandes dificuldades no que respeita à inserção profissional, sendo o grupo com maior taxa de desemprego e precariedade (Guerreiro e Abrantes, 2005). Porém, as situações de desemprego e de precariedade laboral têm vindo a estender-se a todos os níveis de formação escolar, o que contribui para o aumento e para a complexificação da exclusão social. Deste modo, o desemprego, a instabilidade e a precariedade laboral vêm transformar a imagem da juventude, com impacto nas expectativas de inserção profissional dos jovens (Galland, 2001). A passagem de um período de expansão económica para um período de crise económica provocou transformações no mercado laboral que impulsionaram a alteração das relações laborais (Pais, 1990; Ellefsen e Hamel, 2000; Pappámikail, 2004; Parente et al, 2012). De facto, desde 1970 têm-se vindo a reforçar tendências como “o aumento do desemprego, o surgimento de novas relações de emprego, precarização do mercado de trabalho, o individualismo, o declínio do trabalho pago (...)” (Alves, 2012:7). Assim, a crise de emprego que se estende por toda a Europa Ocidental constitui um dos problemas contemporâneos que mais afeta os jovens, sendo o grupo que mais enfrenta dificuldades de inserção e permanência no mercado laboral (Pais, 1990; Pappámikail, 2004). As mudanças no mercado laboral conduzem a alterações nas experiências e oportunidades laborais, originando novos perfis e trajetórias (Guerreiro e Abrantes, 2005). Como tal, torna-se importante perceber de que modo os jovens constroem socialmente esta realidade e a percecionam.

O contexto profissional tornou-se mais competitivo, trazendo consigo crescentes exigências como a flexibilidade e a adaptabilidade, o que veio contribuir para o crescimento de formas laborais precárias, temporárias e informais com reduzidos rendimentos e benefícios sociais, geradoras de risco, insegurança e descontinuidades ao nível das trajetórias e construções

identitárias dos indivíduos (Guerreiro e Abrantes, 2005). Assim, as situações de desemprego, precariedade e instabilidade laboral não têm apenas impactos a nível económico, mas originam também sentimentos de insegurança e incerteza relativamente ao futuro (Oliveira e Carvalho, 2008). Face às crescentes exigências do mercado de trabalho, de que modo os jovens perspetivam a sua transição para o emprego? A expansão da instabilidade laboral e do carácter temporário do emprego, fruto da flexibilização e da precarização dos vínculos laborais, vem contrastar com o emprego seguro e de longa que caracterizou os percursos profissionais das gerações anteriores (Pais et al, 2005). De acordo com Guerreiro et al (s/d), persiste ainda um sistema laboral padronizado e estável, mas coexiste com formas instáveis de emprego. As perceções dos jovens perante o emprego e o desemprego são, também elas, diferenciadas e marcadas pelo crescimento do desemprego e por empregos precários e provisórios (Pais, 1991). De que modo os jovens olham, então, para o seu futuro, para o seu próprio processo de transição? Até que ponto internalizaram estas descontinuidades e de que modo estas se refletem nas suas expectativas profissionais e pessoais?

O processo de transição ainda se revela bastante dependente da estabilidade laboral e da independência económica (Galland, 2001). Desta forma, verifica-se uma desadequação entre a insegurança e a instabilidade presentes no mercado de trabalho e as crescentes exigências de estabilidade profissional e económica (Guerreiro e Abrantes, 2005; Chaves et al, 2009). As dificuldades de inserção no mercado de trabalho têm vindo a contribuir para o prolongamento do estatuto juvenil, marcado pela dependência económica. O prolongamento das trajetórias escolares e a consequente entrada tardia no mercado de trabalho são, em geral, inconciliáveis com a ideia de obter um emprego estável a curto prazo, o que pode condicionar, de igual modo, a independência financeira face à família de origem (Guerreiro e Abrantes, 2007).

As situações de precariedade e instabilidade laboral, assim como a perda de importância da dimensão económica, conduzem os jovens a uma fase de experimentação ao nível do mercado de trabalho (Ellefsen e Hamel, 2000; Augusto, 2006). Desta forma, a inserção profissional juvenil adquire um carácter paradoxal: por um lado, é privilegiado o trabalho tendo em conta a segurança relativamente ao futuro e, por outro lado, verifica-se a busca de novas experiências profissionais e o privilégio do reconhecimento social, em particular nos primeiros anos aquando da entrada para o mercado de trabalho (Pappámikail, 2004; Augusto, 2006). Atendendo às expectativas profissionais dos jovens, será que estes tendem a atribuir maior importância à dimensão da segurança profissional ou à procura de novas experiências laborais? Qual o seu impacto no processo de transição? A importância do trabalho tem vindo a ser transferida para o consumo, marcada pela dimensão cultural associada à transição para a sociedade do consumo, enfatizando a imagem de autonomia e o papel da seletividade biográfica e da construção identitária juvenil (Augusto, 2006).

A família assume um papel importante no suporte às trajetórias juvenis, constituindo um recurso (económico e cultural) face ao prolongamento da escolaridade e às novas modalidades de inserção profissional, o que vem contribuir, simultaneamente, para a minimização de situações de isolamento e exclusão social dos jovens e para a fragilização da situação familiar

(Galland, 2001; Pais et al 2005; Augusto, 2006). Assim, a instabilidade e incerteza sentidas pelos jovens aquando da sua transição do ensino para o mercado de trabalho constituem um elemento fundamental para o apoio económico e emocional por parte da família de origem. Para os jovens esse apoio é representado de forma positiva, onde é privilegiada, quer pelos jovens quer pelas suas famílias, a articulação entre a autonomia ao nível das escolhas e decisões educacionais e profissionais juvenis e a não intervenção familiar nessas escolhas e decisões. Neste sentido, a relação entre gerações (pais e filhos) é pautada pela negociação permanente de espaços de autonomia juvenil, tendo por base a complexificação e o prolongamento do processo de transição e a consequente redefinição do binómio dependência/independência familiar. No entanto, a autonomia dos jovens deve ser situada num contexto mais abrangente de valores e orientações transmitidas pela família acerca dos capitais, competências e estratégias consideradas mais adequadas/úteis para fazer face às novas dinâmicas do mercado de trabalho e à complexidade do processo de transição para a vida adulta (Pappámikail, 2004). Este conjunto de valores e orientações encontra-se dependente da condição social da família de origem e dos seus capitais sociais e culturais, o que contribui, de igual modo, para a ampliação ou restrição do leque de possibilidades de escolha e obtenção/desenvolvimento de uma série de capitais, competências e estratégias e para a definição das modalidades de apoio (Schmidt, 1990; Pappámikail, 2004). Em que medida o conjunto de valores e orientações transmitidos pela família de origem poderão condicionar o modo como os jovens percecionam o seu processo de transição? As estratégias de apoio familiar definidas com base na autonomia individual juvenil são, igualmente, reguladas pela consciencialização e responsabilização dos jovens relativamente às suas escolhas/decisões e pela sua capacidade de iniciativa para as colocar em prática. Deste modo, verifica-se que a ausência de objetivos educacionais e/ou profissionais ou a falta de iniciativa para concretizar esses objetivos pode conduzir a uma (re)avaliação da natureza e extensão do apoio familiar (Pappámikail, 2004).

O processo de inserção profissional está, também, dependente da definição de estratégias por parte dos jovens, assumindo estes um papel ativo na construção das suas próprias trajetórias (Alves, 2005; Parente et al, 2011). As estratégias de inserção laboral encontram-se dependentes de fatores externos, como as dinâmicas do mercado de trabalho, e de fatores internos relacionados com os indivíduos, nomeadamente, com as suas condições socioeconómicas e trajetórias biográficas (Pais, 1991). Em que medida as dinâmicas do mercado de trabalho e as condições socioeconómicas condicionam a definição de estratégias de inserção profissional por parte dos jovens? O prolongamento da escolaridade constitui uma estratégia por parte dos jovens face às atuais condições e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho procurando, assim, atenuar as dificuldades de inserção profissional e as situações de precariedade, desemprego e de exclusão social (Casal, 1996; Galland, 2001; Mauritti, 2002; Abrantes, 2003; Alves, 2005; Melo e Borges, 2007; Cabral, 2011). No entanto, isto nem sempre se revela suficiente para a entrada no mercado de trabalho marcado pela precariedade e pela flexibilidade laboral (Galland, 2001). De facto, o aumento das qualificações escolares nem sempre se traduz numa rápida integração no mercado de trabalho, verificando-se um

progressivo prolongamento entre a conclusão dos estudos e a inserção profissional (Pais, 1990; Casal, 1996; Alves 2005; Guerreiro e Abrantes, 2007; Parente et al, 2012). As crescentes expectativas e aspirações profissionais, fruto do prolongamento escolar, nem sempre encontram concretização imediata no mercado de trabalho. O início da vida profissional dos jovens é, muitas vezes, marcado por empregos com reduzidas remunerações como forma de adquirir experiência profissional (Melo e Borges, 2007). Verifica-se, ainda, que um número significativo de jovens com qualificações superiores não consegue exercer uma atividade profissional correspondente à sua área de formação académica, oscilando entre trabalhos precários, mal remunerados ou situações de desemprego (Guerreiro e Abrantes, 2007). Considerando as transformações que têm vindo a ocorrer no mercado de trabalho, quais as expectativas de inserção profissional dos jovens na sua área de formação académica? Deste modo, as dificuldades de inserção laboral e a redução das ofertas de emprego vêm por em causa a detenção de elevados níveis de escolaridade. No entanto, verifica-se uma correlação positiva entre o nível de qualificação e a empregabilidade, onde o aumento dos níveis de qualificação constitui uma vantagem e um fator diferenciador no mercado de trabalho competitivo (Cabral, 2011). Verifica-se, também, que as crescentes dificuldades sentidas no acesso ao emprego ao nível do ensino superior variam em função dos cursos/áreas disciplinares (Chaves et al, 2009; Parente et al, 2011). Neste sentido, em que medida a área disciplinar/curso frequentado condiciona o modo com os jovens traçam as suas expectativas de transição? As expectativas de inserção profissional qualificada podem, ainda, ser condicionadas pela opção de escolha do curso aquando da candidatura ao ensino superior (Mauritti, 2002). Apesar da incerteza e da complexidade das trajetórias de inserção profissional, a maioria dos estudantes universitários revela-se satisfeita com a formação escolar, o que se traduz numa procura crescente da formação superior. Assim, o ingresso no ensino superior não constitui apenas uma alternativa ao desemprego, mas representa igualmente uma forma de adquirir novos conhecimentos e competências (Alves et al, 2012).

O prolongamento da escolaridade e as dificuldades de inserção profissional têm efeitos ao nível da transição privada, nomeadamente, no prolongamento da dependência residencial familiar e no adiamento do casamento e da parentalidade (Ellefsen e Hamel, 2000; Galland, 2001; Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). No entanto, a integração no mercado de trabalho nem sempre coincide com a independência habitacional, podendo ser acompanhada pela permanência em casa dos pais (Ellefsen e Hamel, 2000). Deste modo, o início da transição pública (inserção profissional), que permite aos jovens obter o estatuto de adultos, é combinado com a manutenção do estatuto juvenil através do adiamento da transição privada (permanência em casa dos pais) gerando, assim, situações intermédias ao nível do processo de transição (Galland, 2001; Melo e Borges, 2007). A precariedade e a instabilidade laboral constituem um dos principais obstáculos à realização de projetos familiares (Guerreiro, et al, s/d; Guerreiro e Abrantes, 2007). No entanto, os constrangimentos associados ao desempenho de atividades profissionais qualificadas podem, também, conduzir a uma menor articulação entre a esfera profissional e a esfera familiar. De facto, a vida profissional e as condições de

trabalho, como os horários e o nível salarial, podem originar situações de conflito na esfera familiar (Cabral, 2011). A ênfase na realização profissional em detrimento da remuneração e o crescente distanciamento face à conceção tradicional de trabalho, fruto do aumento dos níveis escolares, têm vindo a provocar, de igual modo, um progressivo adiamento da transição privada (Mauritti, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007).

1.1. Transição pública, classe social e género

A expansão e a democratização do ensino vieram proporcionar novas oportunidades educativas aos jovens de origem popular, anteriormente caracterizados por baixos níveis de escolaridade, entrada precoce no mercado de trabalho, maiores taxas de precariedade laboral e de desemprego e pelo predomínio da conceção instrumental de trabalho (Galland, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2007). Estas têm vindo, assim, a contribuir para a progressiva atenuação das segregações e das desigualdades baseadas na origem social, possibilitando a mobilidade social ascendente nas classes sociais mais desfavorecidas (Clavel, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2005). Por conseguinte, tem-se assistido a um aumento das aspirações escolares por parte dos jovens oriundos destes setores de classe, sendo esta condição reforçada pelas transformações no mercado de trabalho. O apoio por parte da família de origem e das instituições de ensino, bem como a criação e o reforço dos serviços de ação social, permitem a estes jovens prosseguir os estudos reduzindo, assim, a exclusão escolar e social. Os constrangimentos económicos podem, ainda, levar os jovens a conciliar os estudos com o exercício de uma atividade profissional, o que, por vezes, pode revestir-se de dificuldades e conduzir ao abandono escolar (Guerreiro e Abrantes, 2007). No entanto, a progressão, o sucesso e as oportunidades escolares podem ser condicionadas pelas características socioeconómicas dos indivíduos e pelo capital cultural transmitido pelas famílias de origem. A progressão, o sucesso e as oportunidades educativas têm impactos nas expectativas e estratégias profissionais dos jovens, na aquisição das competências formais necessárias para a interação eficaz com o mercado de trabalho e com outros sistemas institucionais, nas modalidades de inserção profissional e nas dinâmicas de exclusão social (Schmidt, 1990; Clavel, 2004; Pappámikail, 2004; Alves, 2005; Almeida e Rocha, 2010).

Neste sentido, verifica-se que é nos contextos sociais mais favorecidos que existe um maior investimento por parte das famílias de origem nas trajetórias escolares dos jovens, sendo o grupo que apresenta níveis de escolaridade mais elevados (Schmidt, 1990; Mauritti, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007). O prolongamento dos percursos escolares nestes setores de classe deve-se, em grande medida, aos valores e orientações transmitidos pela família de origem aquando do processo de socialização e à pressão familiar para o prolongamento escolar, onde o não prosseguimento dos estudos é encarado como uma condição desprestigante (Mauritti, 2002; Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). Esta diferenciação ao nível das classes sociais é, também, visível na escolha dos cursos/áreas de formação académica. Verifica-se, assim, que os jovens oriundos de setores de classe mais favorecidos tendem a optar, predominantemente, por áreas científicas que registam menores índices de desemprego e

maior oferta no mercado de trabalho, que possuem maior prestígio social e que permitem o acesso a cargos de chefia e a elevados níveis remuneratórios. A família de origem desempenha um papel fundamental no que respeita ao apoio na escolha do curso/área científica, verificando-se uma relação direta entre as expectativas dos pais e as aspirações dos jovens (Schmidt, 1990; Mauritti, 2002). Neste sentido, são os jovens oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos e com reduzidos níveis de escolaridade quem possui menores níveis de apoio por parte da família, o que tem impacto nas suas expectativas profissionais (Guerreiro e Abrantes, 2007). Para estes jovens, as instituições de ensino e as redes de sociabilidade criadas em contexto escolar assumem um papel preponderante no que respeita às suas aspirações escolares e profissionais (Mauritti, 2002). Em que medida a origem familiar poderá condicionar as expectativas escolares e profissionais dos jovens?

A família de origem pode adquirir, de igual modo, uma elevada importância no que concerne ao acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente, enquanto recurso intermediário entre os jovens e o mercado de trabalho (Schmidt, 1990). O recurso a redes informais familiares como meio de inserção profissional adquire maior visibilidade nas classes sociais situadas nos extremos da hierarquia social (Pais, 2001). Entre os jovens de classe média tende a predominar a inserção profissional com base na autonomia e no capital escolar, sendo o grupo que recorre a uma maior diversidade de recursos como forma de ampliar as suas possibilidades de entrada no mercado de trabalho (Schmidt, 1990; Pais, 2001).

No que diz respeito ao género, verifica-se que é nas classes sociais mais desfavorecidas que as desigualdades e a diferenciação ao nível dos papéis de género adquirem maior expressão (Guerreiro e Abrantes, 2005, 2007). Neste seguimento, os jovens tendem a privilegiar a esfera profissional, enquanto as jovens dão primazia ao casamento, encontrando-se mais ligadas à esfera doméstica e familiar (Guerreiro e Abrantes, 2005). No entanto, a expansão do ensino e os crescentes índices de participação feminina no mercado de trabalho vieram aproximar as aspirações dos jovens de ambos os sexos no que diz respeito ao ensino, à inserção profissional, aos estilos de vida e aos modos de transição (Guerreiro e Abrantes, 2005, 2007). De que modo esta aproximação entre as aspirações dos jovens de ambos os sexos se repercute nas suas expectativas profissionais e pessoais?

As elevadas taxas de emprego e os maiores níveis de sucesso escolar femininos têm contribuído para a alteração das representações tradicionais de género e para a atenuação das desigualdades simbólicas e materiais. Contudo, permanecem, ainda, disparidades de género no que respeita às condições e oportunidades no mercado de trabalho, o que vem contribuir para a fragilização da inserção laboral feminina (Guerreiro e Abrantes, 2005). Neste sentido, verifica-se que são as jovens quem apresenta taxas mais elevadas de desemprego de longa duração e maiores dificuldades aquando da procura do primeiro emprego, dificuldades essas agravadas pela maternidade. Uma parte significativa de indivíduos do sexo feminino ocupa, ainda, cargos profissionais pouco valorizados e com reduzida remuneração, quando comparados com indivíduos do sexo masculino. As transformações no mercado de trabalho, como o aumento do desemprego e a precarização das condições e dos vínculos laborais, têm vindo, de igual

modo, a promover a existência de práticas discriminatórias e o reforço das desigualdades de género. Até que ponto os jovens internalizaram estas diferenças e de que modo estas se refletem nas suas expectativas de transição?

As diferenças de género são, também, visíveis na escolha dos cursos superiores, verificando-se que os jovens do sexo masculino tendem a optar, maioritariamente, por cursos que possibilitam o acesso a cargos de chefia e a ocupações profissionais mais prestigiadas. Esta divergência na escolha dos cursos deve-se, sobretudo, ao processo de socialização diferencial e à tentativa de compensação das dificuldades de inserção profissional em determinados setores, onde as oportunidades de sucesso e de progressão profissional ainda se revelam assimétricas (Guerreiro e Abrantes, 2007).

2. Transição privada

O modelo tradicional de transição privada caracteriza-se pela linearidade no modo como ocorre a independência habitacional/saída de casa dos pais, o casamento e a constituição de uma nova família. Apesar de ainda permanecer dominante, este modelo sofreu profundas alterações que conduziram ao seu prolongamento, diversificação e complexificação, originando trajetórias plurais (Guerreiro e Abrantes, 2005). No entanto, esta diversificação dos modelos de transição privada não implica a perda de importância nem a dissolução da família. As transformações nos modelos familiares dão-se no sentido da desinstitucionalização e laicização do casamento, do desenvolvimento de modelos alternativos de conjugalidade e da mudança nos valores familiares, nomeadamente, da maior valorização da autonomia, da realização pessoal e afetiva e da liberdade individual (Guerreiro e Abrantes, 2007). O prolongamento, diversificação e complexificação dos modelos de transição privada encontram-se associados à transição entre dois períodos distintos, correspondendo à passagem de um período de experiência e liberdade para um período de responsabilidade e estabilidade. Esta transição encontra-se condicionada pelos dispositivos institucionais, pelas condições socioeconómicas dos indivíduos e pelo género (Guerreiro e Abrantes, 2005, 2007). A barreira simbólica que separa estes dois períodos distintos situa-se, geralmente, nos 30 anos (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Tem-se assistido a um aumento do número de jovens que permanece em casa dos pais por um longo período de tempo, adiando a condição de independência habitacional por tempo indefinido ou alternando entre períodos de dependência e independência. Este adiamento da emancipação familiar deve-se, em grande medida, ao prolongamento da escolaridade e à existência de constrangimentos económicos, fruto da expansão da instabilidade laboral, da precarização do emprego e da crise económica (Cairns, 2011). Verifica-se, ainda, o prolongamento da dependência habitacional, mesmo após a integração estável no mercado de trabalho, enquanto forma de transição para o casamento e para a parentalidade (Galland, 2001; Pappámikail, 2004; Pais et al, 2005; Guerreiro e Abrantes, 2007; Cairns, 2011). A permanência em casa dos pais constitui, assim, um recurso por parte dos jovens face a um futuro indefinido no plano económico e/ou relacional e uma forma de economizar dinheiro para a manutenção

do consumo e estilos de vida. A ausência de independência residencial familiar e os constrangimentos económicos podem levar os jovens a conciliar o casamento com a permanência em casa dos pais, sendo esta condição nem sempre encarada pelos jovens como problemática. Alguns jovens recorrem, ainda, ao apoio familiar no que respeita à obtenção de habitação própria e no suporte a projetos familiares (Guerreiro e Abrantes, 2007). De facto, o reduzido suporte do Estado-Providência no que respeita ao emprego e à família vêm reforçar a importância do apoio familiar no que respeita à transição privada (Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007; Cairns, 2011).

O prolongamento da dependência habitacional conduziu à alteração da relação entre gerações (pais e filhos) gerando, por vezes, conflitos geracionais (Guerreiro e Abrantes, 2005). Os conflitos entre gerações encontram-se, na sua maioria, relacionados com o confronto entre valores tradicionais presentes na geração dos pais e a prevalência de valores pós-modernos na geração juvenil, associados a transformações ao nível da modernidade e à emergência do processo de individualização (Pappámikail, 2004). O equilíbrio no relacionamento entre gerações é conseguido com base na natureza afetiva dos laços familiares, na valorização da autonomia juvenil no que respeita à gestão do quotidiano e à utilização do espaço doméstico e na redefinição da condição adulta enquanto espaço “de desenvolvimento psicossocial dos indivíduos (...) e menos dependente de eventuais passagens estatutárias” (Pappámikail, 2004:105). A natureza afetiva dos laços familiares e a valorização da autonomia juvenil são o reflexo de um conjunto de mudanças culturais, sociais e religiosas que têm vindo a ocorrer na sociedade portuguesa, nomeadamente, mudanças ao nível da rigidez e da restrição moral que caracterizavam as relações familiares tradicionais, e que conduziram à alteração das dinâmicas familiares. Deste modo, o espaço familiar, pautado pela afetividade e pela estabilidade, vem contrapor-se à imprevisibilidade e insegurança sentidas pelos jovens ao longo do seu processo de transição (Pappámikail, 2004).

Segundo Guerreiro e Abrantes (2007), a independência residencial familiar encontra-se ainda fortemente associada ao início da conjugalidade, devido a constrangimentos económicos e culturais. No entanto, esta nem sempre é acompanhada pela entrada na conjugalidade, verificando-se um adiamento do início da vida em casal e da transição para o casamento (Galland, 2001). Deste modo, apesar de constituírem ainda um grupo reduzido, alguns jovens optam por viver sozinhos ou com colegas ou amigos, enquanto condição transitória, até à entrada na conjugalidade. O adiamento do casamento entre os jovens deve-se, sobretudo, à emergência de novos padrões de vida associados à modernidade, à falta de recursos económicos e à instabilidade laboral, onde é privilegiada a estabilidade profissional e relacional como meio para iniciar a conjugalidade e garantir o bem-estar e a estabilidade familiar. As transformações no mercado de trabalho e a crescente insegurança sentida pelos jovens no que respeita à sua inserção profissional têm um forte impacto no adiamento da independência habitacional e da realização de projetos familiares. Assim, as dificuldades sentidas ao nível da entrada e da permanência no mercado de trabalho refletem-se na existência de um crescente sentimento de insegurança relativamente à concretização de projetos familiares (Guerreiro e Abrantes,

2007). Por vezes, a vida profissional pode, também, revelar-se inconciliável com os projetos familiares, originando situações de conflito e tensão em ambas as esferas (Cabral, 2011). De que modo perspectivam, então, os jovens a seu processo de transição? Em que medida o modo como percebem a sua transição pública tem impacto nas suas expectativas de transição privada?

O casamento e o modelo de família nuclear permanecem centrais na transição privada. No entanto, tem-se verificado um aumento da coabitação pré-nupcial e a generalização da vida em casal fora do quadro institucional civil ou religioso (Galland, 2001). Esta tendência é o reflexo de uma mudança de atitude face ao casamento, que conduziu à desvalorização da instituição matrimonial, à redução das taxas de nupcialidade e ao adiamento da idade de casar, apesar deste ainda constituir a principal forma de conjugalidade (Mauritti, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007). Até que ponto os jovens apresentam uma mudança de atitude face ao casamento e de que modo esta se reflete nas suas expectativas de transição privada? O adiamento do casamento é acompanhado pelo adiamento da parentalidade e pela consequente redução do número de filhos, o que contribui para o decréscimo das taxas de natalidade e de fecundidade e para o envelhecimento da pirâmide etária (Mauritti, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Cairns, 2011). O início da parentalidade encontra-se, assim, dependente da obtenção de habitação própria (independência habitacional), da independência económica, da segurança/estabilidade profissional e da estabilidade relacional (Guerreiro e Abrantes, 2005, 2007; Cairns, 2011).

2.1. Transição privada, classe social e género

O casamento constitui ainda um valor dominante para os jovens. Nas classes mais desfavorecidas tendem a predominar práticas e representações tradicionais na esfera familiar, sendo privilegiado o casamento religioso e tradicional, enquanto nas classes mais favorecidas é dada primazia ao casamento civil. No entanto, tem-se verificado uma crescente tendência por parte dos jovens qualificados e/ou oriundos de classes sociais favorecidas para a desvalorização do casamento, onde as expectativas relativamente à formalização do vínculo conjugal se encontram, sobretudo, associadas à sua carga ritual ou à redução de conflitos familiares. É nos setores mais desfavorecidos que se verifica uma maior precocidade na transição para o casamento e para a parentalidade, sendo esta precocidade mais acentuada nas jovens. Esta modalidade de transição tem consequências ao nível do abandono escolar e da entrada precoce no mercado de trabalho. Para estes jovens, a independência residencial familiar é acompanhada pela entrada na conjugalidade, em grande medida, devido a constrangimentos culturais e à pressão familiar (Guerreiro e Abrantes, 2007). As trajetórias de transição destes jovens adquirem, assim, um carácter linear e imediato e são fruto de constrangimentos económicos, das reduzidas expectativas escolares e da necessidade de emancipação face a contextos familiares autoritários e restritivos (Schmidt, 1990; Guerreiro e Abrantes, 2005).

Nas classes sociais mais desfavorecidas, o adiamento do casamento encontra-se, sobretudo, relacionado com a existência de fragilidades económicas e com o distanciamento relativamente

aos sistemas formais e legais, sendo a coabitação, muitas vezes, encarada como sinónimo de casamento. De facto, é nestes contextos sociais que a coabitação possui contornos mais significativos (Guerreiro e Abrantes, 2005, 2007). No entanto, o adiamento do casamento adquire maior expressão nos jovens com elevados níveis de escolaridade e/ou oriundos de classes sociais mais favorecidas, o que vem evidenciar um crescente afastamento em relação ao modelo tradicional de transição privada (Schmidt, 1990; Guerreiro e Abrantes, 2007). Este encontra-se associado ao prolongamento da escolaridade, ao aumento da instabilidade laboral, à ênfase na realização profissional e ao surgimento de modelos alternativos de conjugalidade orientados para a experimentação. No caso das jovens, o adiamento do casamento está, também, relacionado com a maior expressão de formas igualitárias ao nível dos papéis de género, com consequências nas trajetórias familiares e profissionais. São as jovens, comparativamente aos jovens, que tendem a adquirir independência habitacional em idade mais precoce optando, por vezes, por viver sozinhas e por estudar e/ou trabalhar fora da área de residência familiar. É, também, entre as jovens que se verifica uma maior precocidade na idade de transição para o casamento e para a parentalidade, em grande medida, devido à necessidade de emancipação face a contextos familiares mais restritivos ou a constrangimentos biológicos relacionados com a maternidade. O desfasamento entre a idade de transição privada dos jovens e das jovens vem contribuir para a intensificação das assimetrias de género (Guerreiro e Abrantes, 2007).

Nos jovens qualificados, as prioridades ao nível da família são, geralmente, acompanhadas por crescentes aspirações profissionais. Deste modo, o prolongamento escolar pode conduzir a uma menor articulação entre a esfera profissional e a esfera familiar, fruto dos constrangimentos associados ao desempenho de profissões qualificadas e das elevadas expectativas quanto ao equilíbrio entre o trabalho e a família (Cabral, 2011). A conciliação entre a vida profissional e familiar encontra-se, também, condicionada pelos (ainda) reduzidos mecanismos de apoio disponibilizados pelas entidades empregadoras e pelo Estado, em particular no que respeita parentalidade. Para os jovens, esta conciliação encontra-se mais facilitada do que para as jovens, tendo estas, por vezes, que optar/dar prioridade a uma destas esferas. De facto, verifica-se que uma parte significativa das jovens tende a dar prioridade à esfera profissional, adiando a curto ou a longo prazo, a realização de projetos familiares, considerando-os inconciliáveis com as exigências e expectativas profissionais (Guerreiro e Abrantes, 2007). A expansão do ensino, os crescentes índices de participação feminina no mercado de trabalho e a promoção de formas igualitárias de género têm vindo a contribuir para a alteração das representações e dos papéis tradicionalmente associados aos indivíduos do sexo masculino e feminino, provocando reconfigurações na esfera familiar (Guerreiro e Abrantes, 2007). No entanto, permanecem, ainda, assimetrias de género na divisão das tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, onde a maioria das responsabilidades familiares recai sobre os indivíduos do sexo feminino, o que origina uma dupla jornada de trabalho feminino e dificulta a conciliação entre a esfera profissional e familiar (Guerreiro e Abrantes, 2005, 2007).

Nos setores mais qualificados, a parentalidade precoce tende a ser vista como uma condição estigmatizante, uma irresponsabilidade face à ausência de segurança económica e de estabilidade relacional e um entrave às experiências pessoais e à progressão na carreira profissional (Guerreiro e Abrantes, 2005). Em que medida os jovens encaram a parentalidade como um elemento condicionante das suas aspirações profissionais? É, sobretudo, entre os jovens oriundos de classes sociais mais desfavorecidas que a parentalidade precoce constitui uma forma de valorização, de promoção da entrada na vida adulta e de consolidação de projetos familiares. Os jovens qualificados mostram-se, também, reticentes quanto à parentalidade fora do casamento, face à ausência de estabilidade económica e a constrangimentos culturais assentes no modelo de família tradicional (Guerreiro e Abrantes, 2007).

3. Os impactos do processo de individualização na transição para a vida adulta

A transição para a vida adulta é marcada pelo processo de individualização e pela emergência da modernização reflexiva. A modernização reflexiva veio contribuir para a dissolução dos parâmetros da sociedade industrial, gerando descontinuidades entre os modelos sociais tradicionais e os modelos sociais modernos. Deste modo, a passagem da sociedade industrial para um contexto de modernização reflexiva trouxe consigo um conjunto de mudanças sociais, culturais, económicas e políticas que fomentaram a alteração do carácter previsível das trajetórias biográficas e dos comportamentos, valores e estilos de vida, com impactos na transição para a vida adulta (Beck, 1992; Giddens, 1995; Nilsen, 1998). É neste contexto que emerge o processo de individualização, onde as biografias adquirem um carácter reflexivo. O processo de individualização veio promover a desvinculação/dissolução dos padrões sociais e elementos coletivos de vinculação da sociedade industrial, a perda de importância e segurança relativamente aos contextos tradicionais de suporte e a revinculação a novos padrões sociais e modos de vida (Beck, 1992; Giddens, 1995; Nilsen, 1998; Augusto, 2006). Face à perda de importância dos padrões sociais e dos constrangimentos estruturais associados à sociedade industrial, as trajetórias biográficas tornam-se crescentemente dependentes das escolhas e decisões dos indivíduos, colocando-os no centro da definição das suas biografias (Beck, 1992; Predilli e Cebulla, 2011). Deste modo, as biografias reflexivas permitem aos indivíduos adquirir um maior grau de liberdade relativamente às suas escolhas biográficas, o que se traduz numa multiplicidade de modos de vida, por vezes, opostos aos modos de vida tradicionais (Beck, 1992). O processo de individualização pode, também, originar “uma pressão social crescente no sentido da construção reflexiva e criativa das biografias e da adoção de éticas de cariz mais expressivo e hedonista” (Pappámikail, 2004:91).

Atendendo ao processo de transição para a vida adulta, verifica-se que a falta de coerência entre as trajetórias biográficas e os modelos estandardizados e formas institucionais de transição conduziu à alteração do modelo tradicional de transição e à redefinição das

trajetórias juvenis (Galland, 2001; Augusto, 2006). Assim, a transição para a vida adulta tornou-se crescentemente desestandardizada, o que contribuiu para a complexificação, dessincronização e reversibilidade das etapas do processo de transição (Nilsen, 1998; Galland, 2001; Pais et al, 2005; Augusto, 2006). A passagem para o contexto de modernização reflexiva trouxe consigo um conjunto de transformações ao nível da escolaridade, do mercado de trabalho, das estruturas familiares, das relações sociais e do suporte do Estado-Providência, que fomentaram o prolongamento da condição juvenil e das etapas do processo de transição. Este prolongamento encontra-se igualmente associado à emergência do processo de individualização, enfatizando a capacidade de ação dos jovens e possibilitando uma maior autonomia relativamente às suas escolhas biográficas, com reflexo na heterogeneidade e diversidade de trajetórias e nas múltiplas formas de efetuar o processo de transição e de se ser adulto (Beck, 1992; Nilsen, 1998; Pais et al, 2005; Augusto, 2006; Melo e Borges, 2007). Deste modo, as fronteiras entre a transição pública (fim dos estudos e inserção no mercado de trabalho) e a transição privada (saída de casa dos pais e constituição de uma nova família/casamento) têm vindo a tornar-se cada vez mais fluidas (Guerreiro e Abrantes, 2007). Ao processo de individualização encontra-se, também, associada uma fase de experimentação, com impactos na independência económica e familiar. No que respeita à transição pública, verifica-se que as situações de desemprego e de precariedade laboral, assim como a perda de importância da dimensão económica, favoreceram o surgimento de uma fase de experimentação ao nível do mercado de trabalho, visível na crescente procura de novas experiências profissionais e no privilégio do reconhecimento social. Assiste-se, de igual modo, à transferência da importância do trabalho para o consumo, fruto da transição para a sociedade do consumo e da consequente relevância atribuída à imagem de autonomia e ao papel da seletividade biográfica e da construção identitária (Augusto, 2006). Na esfera privada, a fase de experimentação encontra-se associada ao adiamento da saída de casa dos pais, do casamento e da parentalidade, à desinstitucionalização do casamento, ao surgimento de modelos alternativos de conjugalidade, bem como à mudança nos valores familiares, nomeadamente, a maior valorização da autonomia, da realização pessoal e afetiva e da liberdade individual (Guerreiro e Abrantes, 2007).

As escolhas biográficas e a capacidade de ação dos jovens revelam-se, por vezes, inconciliáveis com os modelos estandardizados e institucionalizados, colocando em causa os modelos tradicionais e a linearidade do processo de transição para a vida adulta. A forma como os jovens constroem as suas trajetórias e transpõem as etapas do processo de transição tem vindo a adquirir contornos cada vez mais distantes dos modelos tradicionais. Neste sentido, a capacidade dos jovens para definir as suas próprias biografias adquire maior relevância que os modelos institucionalizados (Augusto, 2006). Até que ponto os jovens apresentam um distanciamento relativamente aos modelos tradicionais no modo como traçam as suas expectativas de transição para a vida adulta? Esta ênfase no papel da agência provocou, assim, alterações na conceção de juventude enquanto processo de adaptação aos modelos estandardizados e institucionalizados dos ciclos de vida, onde os jovens detêm uma reduzida

capacidade de ação na construção das suas trajetórias de transição (Nilsen, 1998; Augusto, 2006). A crescente importância atribuída à capacidade de ação dos jovens contribui, de igual modo, para a maior responsabilização pelas suas escolhas biográficas e pelo seu próprio processo de transição para a vida adulta (Augusto, 2006; Predilli e Cebulla, 2011). No entanto, a autonomia ao nível das escolhas e decisões individuais não adquire um carácter absoluto, mas é condicionada pelo peso das estruturas políticas, sociais, culturais e económicas (Nilsen, 1998; Pais et al, 2005; Guerreiro e Abrantes, 2007; Predilli e Cebulla, 2011). Desta forma, a construção das trajetórias biográficas é, também, influenciada pelos modelos institucionalizados e estandardizados, verificando-se uma coexistência entre os padrões sociais da sociedade industrial e os padrões sociais associados à modernidade reflexiva (Beck, 1992; Nilsen, 1998; Augusto, 2006). Porém, a perda de importância dos padrões sociais tradicionais, a desestandardização das trajetórias biográficas e o seu crescente distanciamento relativamente aos modelos estandardizados vêm gerar um paradoxo entre o processo de individualização e os modelos tradicionais (Beck, 1992; Augusto, 2006). O processo de individualização ocorre paralelamente à estandardização dos ciclos de vida e, como tal, torna-se necessário ter em conta a capacidade de ação dos jovens na construção das suas biografias e os modelos estandardizados e institucionais de transição para a vida adulta (Augusto, 2006).

O carácter diverso, complexo e plural das trajetórias biográficas é marcado pela imprevisibilidade, pela incerteza e pelo risco (Pais, 1991; Beck, 1992; Giddens, 1995; Mínguez et al., 2012). Estes encontram-se, simultaneamente, relacionados com as mudanças económicas, sociais, culturais e políticas trazidas pela modernização reflexiva, com a perda de importância dos padrões sociais tradicionais e com a crescente responsabilização dos jovens pelas suas escolhas biográficas (Beck, 1992; Augusto, 2006). O risco tornou-se, assim, uma presença constante nas escolhas e decisões individuais, cuja perceção varia de acordo com os diversos grupos sociais, tendo em conta fatores como a classe social, o género e a escolaridade (Beck, 1992; Predilli e Cebulla, 2011). Deste modo, a maior autonomia na construção das trajetórias biográficas, a desestandardização das biografias e a dessincronização das etapas de transição geram, por um lado, múltiplas oportunidades ao nível das escolhas biográficas e do processo de transição, mas por outro lado, acarretam um conjunto de riscos e incertezas (Augusto, 2006).

Capítulo III. Desemprego e precariedade juvenil

O período pós 2ª guerra mundial caracterizou-se pela expansão económica e pela consolidação do Estado-providência, que possibilitou o desenvolvimento de uma fase de pleno emprego, assegurando a estabilidade, regularidade e previsibilidade dos percursos profissionais (Pais, 2001; Kalleberg, 2009; Marques, 2013). Este período de expansão e crescimento económico é marcado pelo apogeu do modo de produção fordista, o que deu origem a uma revolução nos princípios de produção e de consumo. O apogeu do fordismo permitiu, assim, a sincronia/equilíbrio entre o aumento da produtividade, a ampliação dos níveis salariais e a expansão do consumo em massa, promovendo o bem-estar social e económico. O emprego é marcado por uma conceção coletiva das relações de trabalho e pela rigidez e uniformização laboral e dos horários de trabalho (Casaca, 2005). A emergência do Keynesianismo conduziu a uma maior intervenção por parte do Estado na economia e um maior controlo relativamente à regulação das condições e práticas no emprego. Neste sentido, foram definidas leis laborais que permitiram assegurar: o carácter contínuo do contrato de trabalho, a distribuição de salários regulares e a definição do salário mínimo, a legislação das horas de trabalho, a restrição dos despedimentos, a garantia de direitos sociais e de proteção do trabalho assalariado (como o apoio em caso de desemprego) e o direito à negociação coletiva. Esta regulação do emprego veio possibilitar a integração dos indivíduos no mercado de trabalho, a reprodução da relação salarial e a concordância por parte dos trabalhadores com o regime de acumulação de capital (Rodrigues, 1992; Santos, 1993; Laville, 1996; Kovács, 2004; Kalleberg, 2009).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) contribuiu igualmente para a crescente inclusão de direitos sociais e para a legislação de normas relativas ao emprego, que permitem garantir a qualidade do emprego e a crescente participação dos indivíduos no mercado de trabalho (Marques, 2000). Deste modo, as trajetórias profissionais do pós 2ª guerra mundial são marcadas pela durabilidade do emprego, pelo carácter contínuo do contrato de trabalho, com horário a tempo inteiro e salário correspondente ao tempo de trabalho, pela possibilidade de progressão profissional e pela proteção social (Kovács, 2004; Oliveira e Carvalho, 2008; Sennett, 2009; Marques, 2013).

O conceito de emprego surgiu num contexto de estabilidade laboral adquirindo, assim, um lugar central na vida dos indivíduos. Para além de constituir uma categoria económica e produtiva contribui, de igual modo, para a cidadania, para a integração social, para a estruturação do tempo quotidiano dos indivíduos e para uniformização dos modos de vida (Laville, 1996; Ellefsen e Hamel, 2000; Casaca, 2005).

Este período de crescimento económico, marcado pela estabilidade laboral e pela ampliação do bem-estar social e económico, estendeu-se por trinta anos, designados por “30 gloriosos” (Laville, 1996; Clavel, 2004; Kovács, 2004; Sá, 2010). Portugal experienciou, até aos anos 60,

uma condição de subdesenvolvimento associada a um contexto social marcado pelo crescimento da pobreza e pelos crescentes níveis de emigração. Foi apenas a partir da revolução de 25 de Abril de 1974 e conseqüente instauração do regime democrático que se assistiu à transformação dos sistemas económico e social, com impactos no sistema de emprego. Estas transformações permitiram, assim, a expansão da estabilidade laboral, através do aumento dos contratos de trabalho com duração indeterminada e com horários a tempo inteiro, da garantia de direitos/regalias sociais e da redução da precariedade laboral (Sá, 2010). A ampliação do trabalho assalariado é fomentada pelo êxodo rural, pelo crescimento da mobilidade geográfica e pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho (Laville, 1996).

A crise económica que marcou o início dos anos 70 e que se tem vindo a prolongar até à atualidade, com impactos ao nível do sistema económico, político e social, provocou transformações no mercado de trabalho e na relação salarial (Marques, 2000; Clavel, 2004; Estanque, 2005; Sennett, 2009; Oliveira, 2010; Gonçalves, 2013). Estas transformações conduziram à alteração da lógica de produção, consumo, acumulação e distribuição, o que levou ao enfraquecimento do modelo de regulação salarial fordista, à dissipação da fase de pleno emprego e à emergência da relação salarial pós-fordista (Santos, 1993; Kalleberg, 2009; Soeiro, 2012). Neste sentido, assiste-se a uma reestruturação do sistema produtivo, nomeadamente, ao nível dos modelos de legislação, gestão e organização produtiva, das relações coletivas de trabalho, da dinâmica de oferta e procura, do processo de contratação e da proteção social. A reestruturação do sistema produtivo tem impactos nas condições, práticas, representações e significação social do emprego e nos modos de vida dos indivíduos (Rodrigues, 1992; Santos, 1993; Marques, 2000; Clavel, 2004; Oliveira e Carvalho, 2008; Antunes, 2008; Sennett, 2009). As especificidades da sociedade portuguesa e a sua condição semiperiférica combinam o desenvolvimento tardio da regulação e da proteção laboral com as transformações no sistema produtivo associadas à expansão de políticas neoliberais num contexto globalizado. Desta forma, o processo de produção português é marcado pela coexistência de lógicas de produção fordistas e pós-fordistas e pela difusão de lógicas da sociedade do consumo (Pais, 2001; Estanque, 2005; Soeiro, 2012).

1. A flexibilidade no mercado de trabalho

As transformações ao nível do mercado de trabalho conduziram à reestruturação do sistema produtivo, tornando-o cada vez mais flexível, o que veio por em causa o modelo fordista de organização do trabalho e originar um momento de crise na conceção tradicional de estabilidade e previsibilidade dos percursos profissionais (Rodrigues, 1992; Pais, 2001; Kovács, 2004; Casaca, 2005; Antunes, 2008; Sennett, 2009; Oliveira, 2010; Soeiro, 2012). A maior ou menor adoção de estratégias flexíveis e as diferentes conceções de emprego num contexto de reestruturação do sistema produtivo variam de país para país (Smithson et al, 1998).

O aumento da flexibilidade no mercado de trabalho surge como forma de assegurar a competitividade e aumentar a produtividade, mediante a redução dos custos com a mão de obra e a intensificação dos ritmos produtivos (Santos, 1993; Pais, 2001; Clavel, 2004; Casaca,

2005; Antunes, 2008; Kalleberg, 2009). A flexibilidade tem por base o sistema de produção toyotista, com crescentes exigências de adaptação e polivalência por parte dos trabalhadores contribuindo, assim, para a redução dos empregos estáveis, para o enfraquecimento da ação sindical, para o desequilíbrio da relação capital-trabalho e para a maior fluidez e instabilidade nas relações laborais (Marques, 2000; Kovács, 2004; Casaca, 2005; Antunes, 2008). Face ao aumento da flexibilidade laboral, o mercado de trabalho adquire um carácter crescentemente heterogéneo, segmentado, descontínuo e gerador de transitoriedade nos percursos e estatutos profissionais (Santos, 1993; Laville, 1996; Casaca, 2005; Estanque, 2005; Sennett, 2009). Até que ponto os jovens internalizam estas discontinuidades e de que modo estas se refletem nas suas expectativas profissionais e pessoais? O mercado de trabalho português apresenta uma forte regulação e rigidez. No entanto, a crescente expansão da flexibilidade tem atingido todos os países da Europa, de forma independente ao grau de regulação do mercado de trabalho (Kovács, 2004; Sá, 2012).

A flexibilidade laboral adquire um carácter multidimensional e encontra-se revestida por traços de ambiguidade, assumindo uma diversidade de formas, por vezes, difíceis de identificar. No caso das empresas, apesar da utilização de formas flexíveis de emprego, estas afirmam que a adoção de estratégias assentes na flexibilidade laboral é escassa (Rodrigues, 1992; Kovács, 2004; Casaca, 2005; Rebelo, 2005).

A flexibilidade produtiva é fruto de um conjunto de mudanças ideológicas ao nível do mercado de trabalho, nomeadamente, da crescente individualização das relações laborais, dos horários de trabalho e das formas de contratação, bem como de uma maior orientação para a autonomia e para a mobilidade, com o objeto de libertar os indivíduos dos constrangimentos e da rigidez das estruturas produtivas tradicionais (Laville, 1996; Kalleberg, 2009; Sennett, 2009; Marques, 2010; Soeiro, 2012). A individualização das relações laborais encontra-se, igualmente, visível através da maior responsabilização dos indivíduos pela aquisição de competências que visam melhorar a sua empregabilidade individual, numa lógica de constante atualização dos conhecimentos e de aprendizagem ao longo da vida, pela obtenção de sucesso profissional e pelo aumento da produtividade. Deste modo, as trajetórias profissionais têm vindo a tornar-se mais instáveis, descontínuas e cada vez menos reguladas coletivamente, adquirindo um carácter individual e biográfico (Smithson et al, 1998; Soeiro, 2012). De facto, a emergência do processo de individualização e a conseqüente ênfase no papel ativo dos jovens na construção das suas biografias, deu origem a trajetórias pessoais e profissionais diversas e heterogéneas (Alves, 2005; Augusto, 2006; Parente et al, 2011). Assim, as trajetórias profissionais juvenis encontram-se, simultaneamente, dependentes das dinâmicas do mercado de trabalho e das decisões, escolhas e estratégias definidas pelos jovens face às exigências do mercado de trabalho (Pais, 1991). Em que medida a maior responsabilização dos jovens pela sua empregabilidade e pela construção das suas trajetórias profissionais tem impacto no modo como traçam as suas expectativas pessoais e profissionais? A crescente individualização laboral reflete-se, também, na centralidade nas qualidades pessoais, na capacidade de adaptação, no maior grau de seletividade e na avaliação permanente, controlada e rigorosa dos indivíduos por parte das

empresas (Rebelo, 2005; Oliveira, 2010; Sá, 2010; Soeiro, 2012; Marques, 2013). A individualização no mercado de trabalho encontra-se, igualmente, expressa na importância das redes pessoais e informais, vulgarmente designadas por “cunhas”, na inserção profissional e na distribuição de posições na estrutura social, evidenciando a seletividade, a discriminação e o papel da classe social no acesso ao emprego (Smithson et al., 1998; Pais, 2001; Guerreiro e Abrantes, 2007; Marques, 2013).

A reorganização da estrutura produtiva impulsionou o surgimento de pequenas empresas interligadas em rede e portadoras de um maior grau de autonomia, o que provocou uma redução do número de trabalhadores e o aumento dos ritmos de produção (Pais, 2001; Antunes, 2008; Sennett, 2009). Este maior grau de autonomia tem impacto na redução da estabilidade laboral, gerando incerteza relativamente ao futuro e aos percursos profissionais, muito particularmente entre os jovens (Marques, 2000; Soeiro, 2012). Como olham, então, os jovens para o seu processo de transição?

A expansão da flexibilidade no mercado de trabalho encontra-se, também, associada à reestruturação produtiva à escala global, com impactos económicos e sociais. A globalização conduziu à deslocalização/desterritorialização da produção, à diluição das fronteiras entre os países e conseqüente inserção global da economia, à fragmentação geográfica e social do processo de produtivo e à alteração da conceção de tempo e de espaço. A deslocalização da produção dos países centrais para os países periféricos veio provocar a redução dos custos do trabalho e a diminuição dos direitos sociais e laborais, afetando, sobretudo, a mão de obra menos qualificada. Por conseguinte, tem-se assistido à ampliação da segmentação laboral, ao aumento da mobilidade o mercado de trabalho, bem como à heterogeneização da relação salarial e à intensificação da concorrência e da competição entre mercados locais, regionais e nacionais (Santos, 1993; Clavel, 2004; Estanque, 2005; Rebelo, 2005; Antunes, 2008; Kalleberg, 2009; Sennett, 2009; Oliveira, 2010). As qualificações escolares, nomeadamente a formação superior, constituem uma estratégia importante face à competitividade e à necessidade de inovação em contexto global (Rebelo, 2005; Marques, 2009, 2013). Em que medida estas exigências do mercado de trabalho condicionam o modo como os jovens traçam as suas expectativas de transição?

A difusão de uma ideologia neoliberal económica num contexto global limita e enfraquece a intervenção do Estado na economia e no mercado de trabalho, o que contribui para o crescimento da flexibilidade laboral e para o ajuste da produção às necessidades do mercado de trabalho (Marques, 2000; Clavel, 2004; Casaca, 2005; Kalleberg, 2009; Sennett, 2009). A lógica neoliberal vem impulsionar a liberalização, privatização e desregulação da economia, através da alteração na oferta de emprego, da diminuição dos custos associados ao trabalho e da redução da proteção social (Marques, 2000; Clavel, 2004). Deste modo, tem-se verificado um aumento dos níveis de complexificação e instabilidade no mercado de trabalho e nos vínculos contratuais, o que fomentou a ampliação e a intensificação da incerteza e das desigualdades sociais, com impactos na estrutura social (Estanque, 2005; Rebelo, 2005; Marques, 2013).

O desenvolvimento tecnológico e a emergência da sociedade de informação, nomeadamente, a difusão de novas tecnologias de informação e a ampliação da terciarização, contribuíram, também, para o crescimento da flexibilização da produção e para a reorganização do trabalho assalariado. Esta reorganização deu-se no sentido da redução do tempo e dos postos de trabalho e do aumento da necessidade de mão de obra qualificada sujeita a formação contínua permitindo, assim, às empresas assegurar a competitividade a nível global (Marques, 2000; Hespanha e Valadas, 2001; Clavel, 2004; Rebelo, 2005; Kalleberg, 2009; Sennett, 2009; Oliveira, 2010). Deste modo, verifica-se um maior investimento por parte dos jovens na educação e no prolongamento dos seus percursos escolares, como forma de dar resposta às exigências do mercado de trabalho e garantir o acesso a ocupações profissionais qualificadas (Guerreiro e Abrantes, 2007; Melo e Borges, 2007). No entanto, este aumento das qualificações escolares nem sempre garante uma rápida integração no mercado de trabalho, verificando-se um progressivo prolongamento entre a conclusão dos estudos e a inserção profissional (Pais, 1990; Casal, 1996; Alves 2005; Chaves et al, 2009; Parente et al, 2012). Em que medida as atuais condições do mercado de trabalho condicionam o modo como os jovens traçam as suas expectativas pessoais e profissionais? A ampliação de empregos técnicos e científicos e a consequente necessidade de mão de obra qualificada contribuem para o aumento da segmentação entre os indivíduos em função do grau de qualificação, nomeadamente, entre os jovens com baixas qualificações e os jovens com formação superior (Laville, 1996; Hespanha e Valadas, 2001; Clavel, 2004).

A flexibilidade produtiva causa alterações na natureza das relações laborais e nas condições de emprego, provocando transformações ao nível da capacidade de ajustamento entre a oferta e a procura, das modalidades de contratação, dos estatutos laborais, da remuneração, do tempo de trabalho e da proteção social (Kovács, 2004; Casaca, 2005). Assim, esta pode assumir três formas distintas: adquire um caráter numérico ou quantitativo, face ao ajustamento numérico da mão de obra e da duração do tempo/horários de trabalho às necessidades produtivas da empresa (horários flexíveis, a tempo parcial, por turnos, isenção horária e realização de horas extraordinárias); adquire um caráter funcional, no diz respeito à variação interna das tarefas internas executadas e à expansão/melhoria das competências face às variações externas do mercado de trabalho; adquire um caráter remuneratório, que corresponde à variação dos níveis salariais de acordo com o desempenho individual, da função desempenhada, do setor de atividade, das qualificações e das oscilações ao nível da procura de emprego (Casaca, 2005).

O aumento da flexibilização laboral fomentou, de igual modo, a alteração da estabilidade e da uniformidade das trajetórias profissionais, conduzindo à redução do emprego estável com contratos a tempo indeterminado e à expansão de uma diversidade de modalidades de emprego, onde predominam os contratos de trabalho de caráter determinado (Kovács, 2004; Sennett, 2009; Oliveira, 2010). Assiste-se, assim, à emergência de múltiplas formas de emprego em termos contratuais, através do recurso ao trabalho temporário, independente e a tempo parcial e à subcontratação e externalização de trabalhadores, que atingem crescentemente os indivíduos com elevadas qualificações (Kovács, 2004; Casaca, 2005). De facto, as empresas

recorrem frequentemente a estratégias flexíveis no recrutamento e seleção da mão de obra, o que vem modificar o conceito de profissionalização e provocar alterações no sistema de ensino (Kovács, 2004; Casaca, 2005; Rebelo, 2005; Oliveira e Carvalho, 2008; Marques, 2013). Em que medida o crescente recurso a formas flexíveis de emprego por parte das empresas condiciona os percursos escolares dos jovens e a autodefinição das suas trajetórias profissionais? As modalidades de emprego associadas à maior flexibilização das relações laborais não constituem formas de emprego novas ou atípicas, pois possuem características que se verificaram no passado, associadas a especificidades económicas e sociais da sociedade portuguesa. A ausência de vínculos contratuais permanentes e estáveis, a tempo inteiro e com a garantia de segurança e benefícios sociais encontrava-se outrora associada a indivíduos de classes sociais mais desfavorecidas e detentores de escassas qualificações escolares (Kovács, 2004; Casaca, 2005). A flexibilidade laboral, particularmente os contratos de trabalho de carácter temporário, atinge sobretudo os jovens, as mulheres e os indivíduos com baixos níveis de escolaridade e tem reflexo na transitoriedade, aleatoriedade e desinstitucionalização das trajetórias profissionais (Pais, 2001; Kovács, 2004; Kalleberg, 2009). A flexibilização do tempo de trabalho tem repercussões na desconexão entre o tempo de trabalho e outras dimensões da vida dos indivíduos (Marques, 2009). Em que medida este contexto de flexibilidade laboral condiciona o modo como os jovens traçam as suas expectativas pessoais e profissionais? A crescente flexibilização do emprego, impulsionada pela alteração da legislação laboral, conduziu à generalização dos contratos de trabalho a tempo determinado, com impactos na precarização do emprego e na intermitência entre períodos de emprego, desemprego e formação (transição yô-yô) (Pais, 2001; Sá, 2010; Duarte, 2013; Marques, 2013). A flexibilidade laboral vem, assim, produzir uma descontinuidade no tempo de trabalho, o que dá origem a novos percursos profissionais e provoca indefinições ao nível das fronteiras que separam a atividade da inatividade profissional (Rodrigues, 1992; Clavel, 2004; Sá, 2010; Duarte, 2013; Marques, 2013). Esta encontra-se, também, associada à mobilidade no mercado de trabalho, expressa pela elevada taxa juvenil de mudança no emprego. Esta crescente mobilidade vem realçar a seletividade e a rejeição dos jovens por parte do mercado de trabalho e as crescentes dificuldades de inserção e continuidade profissional, o que coloca em causa a emancipação económica e a estabilidade financeira (Ellefsen e Hamel, 2000; Pais, 2001; Marques, 2013). A inserção profissional dos jovens, apesar dos elevados níveis de escolaridade, é marcada por modalidades de emprego flexíveis, com expectativas de posteriormente obterem um emprego estável e a tempo inteiro, valorizando a dimensão da estabilidade no emprego. No entanto, verifica-se uma descoincidência entre as expectativas dos jovens e as crescentes tendências de flexibilidade no mercado de trabalho (Smithson, Lewis, Guerreiro, 1998; Kovács, 2004). Num contexto de flexibilidade laboral, quais as expectativas de estabilização profissional dos jovens? A flexibilidade laboral contribui para o aumento da segmentação no mercado de trabalho, refletindo-se na descontinuidade salarial, na degradação das condições de trabalho, na maior seletividade nas formas de recrutamento de mão de obra, no aumento da mobilidade no

emprego e na redução da possibilidade de progressão na carreira profissional (Rodrigues, 1992; Duarte, 2013). Neste sentido, a segmentação conduz à existência de dois grandes grupos:

- Um grupo de indivíduos que possui contratos de trabalho a tempo indeterminado e integral, garantindo a continuidade e a estabilidade profissional. Este grupo de indivíduos encontra-se (aparentemente) salvaguardado de situações de precariedade, apesar da existência de um sentimento de insegurança relativamente à possível perda de emprego.
- Um grupo de indivíduos com contratos de trabalho a tempo determinado ou indivíduos desempregados, onde predomina a instabilidade laboral, a marginalização, a precarização e a incerteza relativamente ao futuro profissional (Rodrigues, 1992; Kovács, 2004; Oliveira e Carvalho, 2008; Duarte, 2013).

A segmentação do mercado laboral enfatiza a diferenciação e a descontinuidade das relações laborais entre trabalhadores permanentes e periféricos, com impactos ao nível das expectativas profissionais, do processo de mobilidade social e dos estatutos profissionais e sociais, realçando a importância dos diferentes recursos (económicos, sociais e culturais) e das qualificações (Rodrigues, 1992; Marques, 2000; Pais, 2001; Kovács, 2004; Estanque, 2005; Antunes, 2008). As situações diferenciadas face ao emprego têm impactos nos níveis de satisfação, na aquisição de novas competências/qualificações e na melhoria na empregabilidade (Kovács, 2004).

A flexibilidade laboral pode simultaneamente comportar:

- Riscos como a precariedade no emprego, o desemprego, a segregação ao nível do mercado de trabalho, a redução e irregularidade salarial, o decréscimo das oportunidades de progressão na carreira, o conflito com outras áreas da vida dos indivíduos e o aumento das desigualdades sociais e de género (Kovács, 2004; Casaca, 2005; Sá, 2010; Marques, 2013). Em que medida os jovens reconhecem a existência desta flexibilidade e de que modo pretendem reagir-lhe?

- Oportunidades como a experimentação ao nível do mercado de trabalho e a realização de carreiras profissionais alternativas, o que possibilita a participação no mercado de trabalho de acordo com as necessidades dos indivíduos. Deste modo, a flexibilidade laboral pode constituir meio para a obtenção de rendimentos suplementares, para a articulação entre o trabalho e outros aspetos da vida, como aspetos da vida familiar, do tempo de lazer ou projetos de formação/educação e para a ampliação do grau de autonomia pessoal e da mobilidade entre empresas (Pais, 2001; Kovács, 2004; Casaca, 2005; Oliveira e Carvalho, 2008; Sá, 2010; Predilli e Cebulla, 2011; Marques, 2013). Esta pode ter, também, efeitos positivos como a redução da jornada de trabalho e a possibilidade de realização de atividades sem fins lucrativos, dando origem a diversas conceções de emprego (Pais, 2001; Sá, 2010). Até que ponto os jovens encaram a flexibilidade laboral como um elemento positivo e possibilitador de outras atividades?

A incerteza relativamente ao futuro profissional conduz os jovens à adoção de estratégias de carácter flexível, constituindo uma forma de adaptação às mudanças estruturais no mercado de trabalho. As estratégias de adaptação ao mercado de trabalho centram-se no risco e na insegurança e são modificadas de acordo com os contextos, os obstáculos, as mudanças e as

oportunidades com as quais os jovens se confrontam ao longo das suas trajetórias (Pais, 2001; Sennett, 2009).

2. Desemprego juvenil

Foi a partir dos anos 70, com a crise económica, que se assistiu ao aumento do desemprego por toda a Europa (Rodrigues, 1992; Pais, 2001; Clavel, 2004; Bureau Internacional do Trabalho Genebra, 2012; Soeiro, 2012; Gonçalves, 2013, Marques, 2013). Em Portugal, a crise do emprego acentuou-se com o agravamento da crise económica de 2008, o que veio reforçar a condição de subdesenvolvimento do país e tornar-se um dos problemas mais graves da sociedade portuguesa (Duarte, 2013; Gonçalves, 2013; Marques, 2013). O desemprego encontra-se dependente da relação entre a oferta e a procura de emprego, verificando-se um desequilíbrio/desfasamento entre ambas, tendo em conta as regras de funcionamento do sistema produtivo e os modos de gestão das empresas e da mão de obra disponível (Rodrigues, 1992). O desfasamento entre oferta e a procura de emprego pode encontrar-se associado à reestruturação do mercado de trabalho e consequente expansão de formas flexíveis de emprego, à degradação das condições de empregabilidade e ao desprestígio de determinadas profissões (Marques, 2013).

Foi na década de 80 que o desemprego passou a constituir um campo privilegiado de investigação, numa tentativa de explicação deste fenómeno, das suas vivências e representações, evidenciando os seus efeitos sociais e impulsionando a aplicação das primeiras políticas públicas. Deste modo, a compreensão do desemprego não se restringe somente à análise do mercado de trabalho, mas adquire contornos sociais, tendo impactos nas estruturas sociais, no sistema educativo, nos estilos de vida e nas representações e valores (Marques, 2013). No sentido sociológico, o desemprego não representa apenas a ausência de uma ocupação ou a privação de um emprego, mas implica, de igual modo, ser reconhecido como desempregado enquanto categoria social e possuir poder de reivindicação de um emprego. Assim, o desemprego constitui uma condição objetiva, tendo em conta a privação relativamente ao emprego, uma condição subjetiva, atendendo ao modo como é vivenciado pelos indivíduos e uma condição estatutária tendo em consideração o seu enquadramento institucional. O conceito de desemprego é definido com base nas estruturas económicas, normas sociais e culturais e nas relações entre as organizações económicas e jurídicas do mercado de trabalho e as estratégias e percursos biográficos dos indivíduos, sendo as suas fronteiras por vezes difíceis de identificar (Marques, 2013). Este pode ocorrer aquando da procura do primeiro emprego, após a primeira experiência profissional ou pela mudança sucessiva de emprego (Pais, 2001).

O desemprego abrange um número cada vez maior de trabalhadores e tem vindo a atingir todas as categorias profissionais e grupos sociais, apresentando variações de acordo com a idade, o género, a classe social e os níveis de escolaridade. Este adquire maior expressão nos jovens, nas mulheres e nos indivíduos em idade avançada (Sоеiro, 2012; Gonçalves, 2013; Marques, 2013).

De acordo dados do INE e Pordata de 2014:

- A taxa de desemprego atinge os 13,9%, constituindo um total de 726, 0 mil pessoas;
- A taxa de desemprego é superior em indivíduos do sexo feminino, perfazendo 14,3%, comparativamente aos indivíduos do sexo masculino, onde atinge os 13,4%;
- A taxa de desemprego é superior nos indivíduos com idade inferior a 25 anos, atingindo os 38,1%, sendo significativamente inferior no grupo etário dos 25-54, com 15,5%;
- No que diz respeito ao nível de escolaridade, a taxa de desemprego dos níveis básico e secundário/pós-secundário atinge os 15,0% e os 15,3%, respetivamente, sendo superior à do ensino superior, com 10,0%;

A redução das taxas de desemprego na faixa etária dos 25 aos 29 anos pode dever-se à posse de experiência profissional, sendo esta condição privilegiada no processo de recrutamento por parte das empresas, e ao prolongamento dos percursos escolares e conseqüente entrada tardia no mercado de trabalho (Pais, 2001; Gonçalves, 2013). No entanto, a taxa de desemprego na faixa etária entre os 25 e os 35 é mais elevada comparativamente à dos indivíduos com idades mais avançadas, demonstrando que a transição dos jovens para o mercado de trabalho se reveste de períodos de desemprego e inatividade (Marques, 2009). Em que medida o desemprego condiciona o modo como os jovens traçam as suas expectativas de transição? Como perspetivam para si próprios este desemprego e como pretendem confrontá-lo?

O desemprego juvenil vem condicionar a possibilidade de independência financeira e prolongar a dependência relativamente aos apoios familiares, contribuindo, assim, para o progressivo adiamento da saída de casa dos pais, do casamento e da parentalidade. Os jovens com baixas qualificações escolares encontram-se mais vulneráveis ao desemprego, tendo menor probabilidade de acesso ao mercado de trabalho, comparativamente aos jovens com elevadas qualificações escolares (Hespanha et al, 2001; Gonçalves, 2013). De facto, o declínio do pleno emprego e a diminuição dos postos de trabalho têm vindo a contribuir para a redução das possibilidades de integração/inserção no mercado de trabalho, em particular nos grupos com percursos marcados pela exclusão escolar (Pais, 2001; Duarte, 2013).

Os percursos profissionais juvenis marcados por situações de flexibilidade e de precariedade laboral conduzem mais facilmente à interrupção contratual, face à crescente redução de mão de obra por parte das empresas, contribuindo, assim, para o aumento do desemprego. A mudança sucessiva de emprego pode dar origem a situações de desemprego transitório/curta duração e, em situações extremas, pode, também, levar ao desemprego de longa duração, com risco de exclusão do mercado de trabalho (Pais, 2001; Oliveira e Carvalho, 2008; Gonçalves, 2013; Marques, 2013). O desemprego de longa duração associado à faixa etária juvenil constitui uma das principais formas de exclusão, nomeadamente entre os jovens com baixos níveis de qualificação, sendo esta situação agravada pelo desenvolvimento tecnológico, pelas crescentes exigências de ampliação das qualificações e pelo contexto de crise económica (Pais, 2001; Clavel, 2004; Melo e Borges, 2007; Kalleberg, 2009; Soeiro, 2012; Duarte, 2013). Verifica-se, ainda, que quanto maior for o período de duração do desemprego, maiores são as dificuldades

por parte dos desempregados de (re)inserção profissional (Kovács, 2004; Kalleberg, 2009; Gonçalves, 2013). Deste modo, a partir dos anos 70, foram implementadas medidas no sentido de aumentar o nível de qualificação dos jovens e dos desempregados de longa duração de forma a aumentar a sua empregabilidade, tendo por base a lógica do capital humano (Marques, 2012). No entanto, verifica-se uma desconexão entre o aumento das qualificações dos desempregados e a redução dos níveis de desemprego (Pais, 2001). Uma parte significativa dos jovens com elevadas qualificações escolares permanece desempregada, em grande medida, devido às características de produção e organização das empresas. De facto, as empresas têm vindo a aumentar o número de postos de trabalho pouco qualificado, reduzindo as ofertas de emprego qualificado estável (Gonçalves, 2013). Assim, as dificuldades enfrentadas pelos jovens aquando da inserção profissional não se devem à inadequação entre o sistema educativo e o sistema produtivo, mas resultam, na sua maioria, de mudanças estruturais no mercado de trabalho que fomentaram a diminuição da estabilidade laboral (Pais, 2001). Em que medida os jovens encaram a redução das ofertas de emprego qualificado como um fator condicionante das suas expectativas pessoais e profissionais?

As transformações no mercado de trabalho, associadas à maior flexibilidade laboral e às dificuldades de inserção e manutenção no mercado de trabalho, podem conduzir à redução das perspetivas profissionais e à desistência da procura de emprego, sobretudo em desempregados de longa duração (Rodrigues, 1992; Pais, 2001; Clavel, 2004; Kalleberg, 2009; Bureau Internacional do Trabalho Genebra, 2012). Os jovens detentores de elevadas qualificações escolares tendem a ser mais seletivos na procura de emprego, o que pode contribuir para a redução do subemprego nesta faixa etária, para o aumento do desemprego (desemprego de procura), bem como para prolongamento do processo de transição para a vida adulta (Pais, 2001). O tempo investido na procura de um emprego mais compatível com as suas expectativas e qualificações/competências visa uma maior satisfação com o emprego/realização pessoal e a obtenção de um maior nível salarial, o que vem realçar a heterogeneidade de comportamentos e estratégias face ao desemprego (Pais, 2001; Bureau Internacional do Trabalho Genebra, 2012; Marques, 2013). Em que medida a possível exposição ao desemprego conduziria os jovens a aguardar por uma oportunidade de emprego compatível com as suas qualificações? A redução do número de postos de trabalho, o crescimento da taxa de desemprego, as reduzidas de perspetivas futuras quanto ao emprego e a consequente marginalização e exclusão económica e social fomentaram o aumento de movimentos de protestos por parte dos jovens (Bureau Internacional do trabalho Genebra, 2012).

As estatísticas oficiais nem sempre revelam a verdadeira extensão do desemprego, em particular do desemprego juvenil, contendo algumas imprecisões e omissões (Pais, 1991). O desemprego não registado pelas estatísticas oficiais (desemprego oculto) vem aumentar o número de desempregados e contribuir para a ampliação e complexificação deste fenómeno. A identificação de indivíduos em situação de desemprego por ser dificultada por situações como: a ocultação da condição de desempregado devido a processos de rejeição e de estigma associados ao desemprego; a desistência momentânea ou permanente da procura de emprego;

as representações sociais diferenciadas sobre o desemprego; a não inscrição no centro de emprego (Rodrigues, 1992; Hespanha et al, 2001; Pais, 2001; Marques, 2013). A ausência de inscrição no centro de emprego encontra-se associada à procura de emprego através de anúncios, do contracto direto com as entidades empregadoras ou através do recurso a redes informais (Hespanha et al, 2001).

3. Precariedade laboral

Num contexto de crise económica, a extensão e diversificação de formas precárias de emprego e a redução do número de postos de trabalho têm vindo a tornar-se um processo cada vez mais comum no mercado de trabalho, afetando um crescente número de indivíduos. As formas precárias de emprego adquirem contornos e sentidos diferentes nos diversos países da Europa (Rodrigues, 1992; Smithson et al, 1998; Sá, 2010; Oliveira et al, 2011). Os jovens com menos de 25 anos, as mulheres e os indivíduos com reduzidas qualificações são os grupos mais afetados pela precariedade laboral, sendo esta mais comum em atividades económicas de carácter temporário e em pequenas empresas (Paugam, 2006; Kalleberg, 2009; Sá, 2010; Soeiro, 2012; Gonçalves, 2013). A precariedade, a instabilidade e a incerteza no emprego constituem um problema geracional, com particular incidência nas gerações mais jovens (Antunes 2008; Oliveira e Carvalho, 2008; Sá, 2010; Predilli e Cebulla, 2011; Soeiro, 2012). A precariedade constitui um elemento importante na análise das transformações estruturais dos mercados de trabalho europeus e das instituições públicas (Oliveira e Carvalho, 2008; Kalleberg, 2009; Soeiro, 2012). O conceito de precariedade laboral comporta múltiplos sentidos e uma diversidade de trajetórias precárias (de curto ou longo prazo) e afeta as condições e a qualidade no emprego (precariedade subjetiva) e os contornos formais e jurídicos (precariedade objetiva), com consequências na vida dos indivíduos (Rebelo, 2005; Oliveira e Carvalho, 2008; Kalleberg, 2009; Sá, 2010; Oliveira et al, 2011; Soeiro, 2012). Em que medida o contexto de precariedade e instabilidade laboral condiciona o modo como os jovens traçam as suas expetativas de transição pública e privada? Como encaram e perspetivam para si próprios esta precariedade e como pretendem confrontá-la?

Podem verificar-se situações de precariedade através da ausência de estabilidade no emprego associada a vínculos contratuais de tempo determinado, da inadequada remuneração e proteção social e da ausência de perspetivas profissionais futuras socialmente valorizadas e reconhecidas (Rodrigues, 1992; Pais, 2001; Kovács, 2004; Rebelo, 2005; Paugam, 2006; Antunes, 2008; Sá, 2010; Duarte, 2013). A precariedade laboral é geradora de incerteza e insegurança no emprego, uma vez que não permite assegurar a estabilidade laboral, fomentando, assim, a alteração das trajetórias profissionais lineares e a redefinição das relações de emprego. Como tal, esta condição é experienciada como um constrangimento e uma adversidade a evitar face à valorização da estabilidade e da segurança (Sá, 2010; Duarte, 2013). Em que medida as expetativas profissionais dos jovens refletem a valorização da estabilidade profissional? A precariedade no emprego é, também, geradora de incerteza em trabalhadores com vínculos

contratuais permanentes e encontra-se associada à possibilidade de perda de emprego ou à vivência de situações de precariedade, condição agravada em contextos de crescentes exigências de competitividade (Smithson et al, 1998; Casaca, 2005; Duarte, 2013).

A flexibilidade laboral e a consequente expansão de diversas modalidades de emprego com contratos não permanentes, num contexto de reestruturação do mercado de trabalho e de redução dos custos com o emprego, conduziram à degradação das condições de trabalho e à descontinuidade dos vínculos laborais, contribuindo para o aumento da precariedade laboral e do subemprego. Até que ponto internalizaram estas descontinuidades e de que modo estas se refletem nas suas expectativas profissionais e pessoais? Esta condição encontra-se expressa através da diminuição dos salários, da flexibilização dos horários de trabalho, da ausência de renovação de contratos a curto prazo, da alteração dos estatutos laborais, da redução da proteção e segurança no emprego e da perda de regalias sociais. Em Portugal, as formas de precariedade com maior expressão são o baixo nível salarial e o elevado recurso ao trabalho temporário (Sá, 2010). Deste modo, a precariedade laboral tem impactos ao nível do grau de satisfação no emprego, dos direitos dos trabalhadores, da dignidade e qualidade do trabalho e da maior vulnerabilidade ao desemprego, estendendo-se a outras esferas e provocando alterações profundas na organização social e na integração social dos indivíduos (Smithson et al, 1998; Kovács, 2004; Paugam, 2006; Kalleberg, 2008; Sá, 2010; Duarte, 2013; Marques, 2013). A proliferação de empregos precários deve-se, em grande medida, à iniciativa das entidades empregadoras e constitui uma forma de dar resposta às exigências de flexibilidade e seletividade. As entidades empregadoras procuram, assim, ajustar as suas necessidades de mão de obra às necessidades do mercado, através do crescente recurso ao trabalho temporário, ao trabalho a tempo parcial e a estágios profissionais ou curriculares, originando uma multiplicidade de estatutos contratuais (Rodrigues, 1992; Centano, 2000; Clavel, 2004; Marques, 2009; Soeiro, 2012; Marques, 2013). O recurso a estágios profissionais ou curriculares encontra-se associado à falta de experiência profissional e a um período experimental, o que se traduz na intensificação dos ritmos de trabalho e na redução do nível salarial (Marques, 2009). Em que medida os jovens consideram que os estágios profissionais constituem um elemento importante na sua inserção profissional? A gestão da mão de obra por parte das empresas tendo por base a flexibilidade laboral e a alteração do código do trabalho (que permite a expansão da contratação temporária) tendem a perverter o princípio da proteção social, o que vem acentuar a fragilidade dos vínculos contratuais e colocar em causa o direito dos trabalhadores (Oliveira et al, 2011; Duarte, 2013). A flexibilidade laboral é, também, o resultado de medidas públicas que visam combater o desemprego e a exclusão social e que contribuem, de igual forma, para o aumento da precariedade laboral (Clavel, 2004).

As transformações e constrangimentos ao nível do mercado de trabalho têm impactos sobre as decisões e estratégias dos indivíduos (Marques, 2013). Verifica-se que os jovens com elevadas qualificações possuem um maior número de recursos que lhes possibilitam a adoção de uma variedade de estratégias de resistência ao subemprego e às modalidades precárias de inserção (Pais, 2001). De facto, o elevado capital escolar, a formação superior e a área científica de

formação encontram-se associados à melhoria da qualidade no emprego e à menor expressão da precariedade laboral (Oliveira et al, 2011; Gonçalves, 2013). Contrariamente, os jovens com baixas qualificações tendem a recorrer frequentemente ao subemprego como forma de fazer face ao desemprego (Smithson et al, 1998; Pais, 2001). No entanto, a crise económica tem vindo a dificultar o acesso ao mercado de trabalho na generalidade das qualificações escolares, o que vem agravar a condição precária, a redução das ofertas de emprego e a oportunidade de acesso a empregos melhor remunerados. Este contexto pode conduzir à ocupação de empregos pouco qualificados e com reduzidas remunerações por parte dos jovens com elevadas qualificações (Marques, 2009; Oliveira et al, 2011; Duarte, 2013; Gonçalves, 2013; Marques, 2013). De que modo os jovens altamente qualificados perspetivam o possível desempenho de profissões pouco qualificadas e mal remuneradas? A inserção em empregos pouco qualificados é geradora de insatisfação pela desvalorização das competências adquiridas e dos salários tradicionalmente associados ao desempenho de profissões qualificadas, contribuindo, de igual modo, para a restrição do acesso ao emprego por parte dos indivíduos com reduzidas qualificações (Clavel, 2004). A redução dos postos de trabalho, a crescente dependência de apoios familiares e estatais e a escassez económica constituem fatores de pressão para a aceitação de atividades profissionais precárias, com crescente recurso a formas alternativas de trabalho na economia informal ou em atividades ilícitas. Este percurso de crescente afastamento relativamente ao mercado de trabalho formal e o crescente recurso a diversas modalidades de trabalho informal e clandestino adquire maior expressão entre os jovens com reduzidas qualificações oriundos classes sociais desfavorecidas (Marques, 2000; Hespanha et al, 2001; Pais, 2001; Sá, 2010; Oliveira et al, 2011; Soeiro, 2012).

O desfasamento entre o quadro jurídico-institucional e as práticas sociais tem como consequência a emergência de uma variedade de estratégias e de estilos de vida, conduzindo a situações de subemprego, de ausência de vínculo laboral e de regulação estatal, à escassez de proteção e segurança laboral e à ampliação da insegurança no que respeita à reivindicação de direitos sociais (Rodrigues, 1992; Santos, 1993; Pais, 2001; Oliveira e Carvalho, 2008; Soeiro, 2012; Duarte, 2013). Verifica-se uma quebra e fragmentação das solidariedades e identidades coletivas de trabalho, associada ao processo de individualização e à crescente responsabilização dos indivíduos pelos seus percursos profissionais, o que vem dificultar a ação coletiva dos indivíduos na reivindicação de direitos laborais (Marques, 2009; Predilli e Cebulla, 2011; Soeiro, 2012).

A invisibilidade contratual constitui uma forma de precariedade e encontra-se expressa através do recurso por parte das empresas a recibos verdes em indivíduos que, formal e juridicamente são considerados trabalhadores independentes, mas que se encontram em situação de trabalho dependente, de subemprego e de ausência de direitos laborais e de proteção social (Oliveira et al, 2011; Soeiro, 2012; Duarte, 2013; Marques, 2013). O recurso ilegítimo e ilegal a recibos verdes põe em causa a legislação laboral e tem vindo a afetar diversas categorias de trabalhadores, sendo cada vez mais comum em setores qualificados (Marques, 2010; Duarte, 2013).

As estatísticas oficiais referentes ao trabalho precário nem sempre permitem avaliar a extensão real deste fenómeno, devido ao elevado recurso à economia informal, ao trabalho clandestino e ao falso trabalho independente (Sá, 2010; Oliveira et al, 2011). A precariedade laboral afeta a natureza dos vínculos laboral, as condições de emprego e os estatutos laborais, sendo geradora de crescente insegurança, instabilidade e descontinuidade ao nível da estrutura de emprego e das expectativas relativamente ao futuro profissional e à estabilidade e continuidade profissional (Smithson et al, 1998; Pais, 2001; Kalleberg, 2009; Predilli e Cebula, 2011; Duarte, 2013; Gonçalves, 2013). Face à diminuição do período contributivo, a precariedade vem reduzir, de igual modo, a proteção no desemprego e a possibilidade de acesso ao subsídio de desemprego (Soeiro, 2012). A precariedade laboral tem como consequência o aumento da desigualdade social e económica, com impactos na identidade dos indivíduos, na rede de sociabilidades e no acesso ao consumo, colocando em causa a dignidade humana, a cidadania e a efetividades dos direitos sociais (Ellefsen e Hamel, 2000; Kovács, 2004; Paugam, 2006; Kalleberg, 2009; Duarte, 2013; Gonçalves, 2013; Marques, 2013). As trajetórias profissionais juvenis distanciam-se, assim, dos modos tradicionais de inserção no mercado de trabalho e apresentam um carácter múltiplo e diverso, marcado pela incerteza, pela imprevisibilidade, pela transitoriedade e pela adoção de estratégias centradas no risco, constituindo um espaço de contradição relativamente aos percursos profissionais das gerações precedentes (Pais, 2001; Rebelo, 2005; Gonçalves, 2012). Deste modo, os percursos profissionais dos jovens adquirem um carácter curto e descontinuo, pautado pelo crescente recurso a “mcjobs” (Ellefsen e Hamel, 2000) ou a “ganchos e biscates” (Pais, 2001).

A grande maioria das inserções profissionais juvenis iniciais é marcada por empregos precários, de curta duração e com reduzidas remunerações, o que vem evidenciar a instabilidade experienciada por estes aquando da entrada no mercado de trabalho, gerando sentimentos de desmotivação, frustração das expectativas e impossibilidade de perspetivar o futuro a longo prazo. A precariedade e a instabilidade laboral têm, também, impactos na independência residencial/saída de casa dos pais, no adiamento do casamento e da parentalidade. As trajetórias profissionais juvenis, marcadas pela sucessiva renovação de contratos a tempo determinado e pela crescente mobilidade no emprego na tentativa de encontrar uma atividade profissional que corresponda às suas expectativas, podem conduzir, de igual modo, à mobilidade geográfica, considerando a opção de trabalhar fora do país de origem (Smithson et al, 1998; Ellefsen e Hamel, 2000; Pais, 2001; Sá, 2010; Oliveira et al, 2011). Até que ponto esta possibilidade condiciona a autodefinição das suas trajetórias profissionais?

A exposição a situações prolongadas de precariedade contribui para a crescente redução das expectativas de inserção profissional estável, originando novas trajetórias e novos valores face ao trabalho, distintos das conceções tradicionais de trabalho e de consumo, e que se encontram profundamente marcados por sucessivos empregos precários e pela definição de estratégias adaptativas (Kalleberg, 2009; Sá, 2010). A conjugação das diversas formas de precariedade laboral conduz ao aumento das situações de vulnerabilidade social e ao risco de precariedade social, contribuindo, de igual modo, para a redução das taxas de natalidade e de fertilidade,

para o crescente envelhecimento da população, para a redução do número de anos contributivos e para a conseqüente fragilização do sistema de segurança social (Esping-Andersen, 1998; Casaca, 2005; Oliveira et al, 2011).

4. Desemprego, precariedade e exclusão social

A exclusão social apresenta-se como um fenómeno multidimensional, com dimensões económicas, políticas e sociais, marcada pela ausência de bem-estar e de integração social relativamente a um conjunto de práticas, representações coletivas e formas tradicionais de solidariedade. Neste contexto, as diversas formas de exclusão vêm condicionar as perspetivas futuras dos indivíduos, conduzindo à marginalização daqueles que não se encontram integrados no mercado de trabalho (Costa, 1998; Centano, 2000; Capucha, 2005). A exclusão social abarca: aspetos relacionais, quando ocorre a dissolução dos laços que conferem coesão social e a exclusão relativamente aos direitos sociais, à cidadania e à participação em várias esferas sociais; aspetos distributivos, quando se verifica a privação e a distribuição desigual de recursos, o que pode conduzir à escassez de recursos materiais e à pobreza (Costa, 1998; Centano, 2000; Capucha, 2005). A exclusão social contempla, ainda, situações de não integração/inclusão nas diferentes esferas de integração social: o Estado, o trabalho, a família e a comunidade (Clavel, 2009).

A precariedade laboral e o desemprego encontram-se estritamente relacionados com a exclusão social e económica, contribuindo para a emergência de novas e diversas formas de exclusão social e para o agravamento da fragilidade, da vulnerabilidade e da desigualdade social (Santos, 1993; Centano, 2000; Clavel, 2004; Casaca, 2005; Paugam, 2006). A insegurança económica tem impactos no planeamento e organização dos diversos aspetos da vida dos indivíduos e na estrutura social, ampliando a incerteza relativamente ao futuro e às trajetórias sociais, familiares e profissionais (Centano, 2000; Clavel, 2004; Paugam, 2006; Duarte, 2013). A precariedade, o desemprego e a conseqüente perda de recursos económicos são, também, geradoras de maior dependência relativamente às redes informais e formais (Capucha, 2005). No entanto, esta perda de recursos nem sempre é suficientemente assegurada pela proteção social e pelas redes sociais de apoio, sendo agravada pela quebra das solidariedades coletivas e dos laços sociais e pela perda de confiança nas instituições públicas, fruto da redução do apoio prestado pelo Estado-Providência (Clavel, 2004; Casaca, 2005; Sennett, 2009). Esta condição tem repercussões ao nível das condições materiais e sociais dos indivíduos e dos padrões de consumo, contribuindo para a desconstrução das identidades e para a fragmentação social (Centano, 2000; Clavel, 2004). A família constitui um elemento fundamental no apoio/suporte económico e emocional às trajetórias juvenis e à instabilidade e incerteza sentidas pelos jovens ao longo do seu processo de transição, o que contribui, simultaneamente, para a minimização de situações de isolamento e exclusão social dos jovens e para a fragilização da situação familiar (Galland, 2001; Pappámikail, 2004; Pais et al 2005; Augusto, 2006; Cairns, 2011).

O emprego constitui uma dimensão com elevado valor e reconhecimento social. Neste sentido, este torna-se um elemento central na vida dos indivíduos, constituindo uma das principais fontes de dignidade, de aquisição de recursos financeiros, de valorização e realização pessoal, de referência identitária e estruturação do tempo e da ordem social. Deste modo, a instabilidade laboral, a precariedade e o desemprego têm repercussões no efetivo exercício da cidadania e na plena participação na vida em sociedade, o que pode conduzir à desvalorização e ao não reconhecimento por parte da comunidade e, conseqüente, contribuir para o aumento da exclusão social (Clavel, 2004; Casaca, 2005). O desemprego constitui, assim, uma forma de exclusão social, na medida em que não permite assegurar a integração dos indivíduos e o direito ao emprego (Centano, 2000; Marques, 2000; Clavel, 2004; Kalleberg, 2009; Duarte, 2013; Ridley e Wray, 2014). O desemprego em indivíduos com elevadas qualificações pode conduzir à sua marginalização relativamente ao mercado de trabalho pelo não reconhecimento das suas competências, o que gera frustração das expectativas e incerteza/insegurança em relação em futuro (Oliveira e Carvalho, 2008; Sá, 2010; Soeiro, 2012; Duarte, 2013). O desemprego, em particular o de longa duração, com crescente rutura com o mercado de trabalho, encontra-se associado ao aumento da vulnerabilidade social e das situações de pobreza, à quebra das formas de socialização ligadas ao emprego e à progressiva desestruturação dos ritmos quotidianos, contribuindo para o isolamento social, para a estigmatização e para a autoexclusão (Centano, 2000; Clavel, 2004). A expansão da precariedade laboral e a conseqüente degradação das condições de trabalho contribuem para a fragilização identitária, para a vulnerabilização social e para o crescente sentimento de insatisfação e de inutilidade face ao emprego, fomentando, assim, o aumento de situações de desqualificação social (Casal, 1996; Centano, 2000; Clavel, 2004; Paugam, 2006; Duarte, 2013).

Capítulo IV. Políticas sociais de emprego

A expansão do direito ao trabalho, como resultado da mobilização social e laboral, conduziu à implementação de diversas alterações na legislação laboral e na regulação das relações coletivas de trabalho que permitem garantir a qualidade do emprego e a crescente participação dos indivíduos no mercado de trabalho, com impacto nas relações sociais e económicas (Mozzicafreddo, 1994; Marques, 2010; Moser, 2011). No entanto, as transformações ao nível das estruturas produtivas têm contribuído para a introdução de restrições na legislação laboral provocando, assim, o enfraquecimento dos vínculos laborais, a expansão da flexibilização e precarização do trabalho assalariado e a crescente deterioração dos direitos sociais e laborais, o que vem aumentar a conflitualidade social e agravar as situações de pobreza e exclusão social (Mozzicafreddo, 1994; Valadas, 2013).

A intervenção estatal ao nível da estrutura produtiva, caracteriza-se pela implementação de políticas de emprego e políticas macroeconómicas: as políticas de emprego têm como principais objetivos a manutenção do emprego, o estímulo à participação dos indivíduos no mercado de trabalho e o apoio a empresas com dificuldades económicas, procurando melhorar as condições de trabalho e a garantir a segurança laboral. As políticas macroeconómicas visam assegurar o crescimento económico e atenuar os riscos trazidos pelas disfuncionalidades do mercado e pela reestruturação económica, através da implementação de medidas de carácter instrumental e imediato. Estas procuram, assim, aumentar a produtividade empresarial e a expansão do emprego provocando, de igual modo, o aumento dos gastos públicos (Leal, 1985; Mozzicafreddo, 1992, 1994; Hespanha e Valadas, 2001). Neste contexto, as intervenções estatais no emprego pretendem responder eficazmente às transformações do mercado de trabalho, intervir sobre a desregulação da economia, reforçar a componente redistributiva das políticas sociais e aumentar a produtividade, como forma de compensar os gastos públicos (Clavel, 2004; Hespanha e Valadas, 2001). A implementação de políticas de emprego assenta na negociação por parte de diferentes grupos sociais, entre os quais a Comissão para a Igualdade no trabalho e no Emprego e a Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, definindo, assim, o significado social do trabalho e as condições de segurança e proteção no emprego (Mozzicafreddo, 1994). As políticas de emprego são o reflexo das condições económicas, sociais e políticas, do modo de funcionamento do mercado de trabalho, do modelo de Estado-Providência e das negociações entre os diversos grupos políticos, sociais e económicos (Valadas, 2013).

O contexto de crise financeira, de globalização económica e consequente diminuição do ritmo de crescimento da economia conduziram à alteração da lógica de equilíbrio entre o capital e o trabalho (Hespanha e Valadas, 2001; Valadas, 2012). Face a esta condição tornou-se necessário recorrer ao auxílio financeiro externo, o que teve influência na definição das políticas de emprego num contexto de austeridade e controlo do défice público. Este contexto conduz à redução das despesas sociais e ao enfraquecimento das funções de regulação do Estado no

domínio da proteção no emprego e de garantia do bem-estar (Valadas, 2012, 2013). Neste sentido, verifica-se uma contenção dos aumentos salariais, a expansão da precarização das relações laborais como forma de manutenção dos postos de trabalho, o aumento do desemprego e a redução do número de empregos estáveis (Valadas, 2013). As transformações no mercado de trabalho e os riscos associadas à incerteza e à imprevisibilidade das trajetórias profissionais têm vindo a originar novas formas de vulnerabilidade social. Deste modo, a capacidade de resposta do Estado e das instituições de proteção social nem sempre se revelam suficientes no combate ao crescimento do desemprego e à atenuação da vulnerabilidade social (Leal; 1985; Clavel, 2004; Rodrigues, 2010; Moser, 2011). A ausência de respostas satisfatórias por parte do Estado-Providência conduz à ampliação de fenómenos de pluriatividade, de trabalho clandestino e informal e à combinação entre empregos formais e informais, como forma de fazer face à fragilidade económica (Mozzicafreddo, 1992). O aumento do desemprego e a crescente deterioração das condições de emprego vêm evidenciar a fragilidade das instituições estatais, a diminuição dos gastos públicos com a proteção social e com políticas de emprego e o caráter desigual dos mecanismos de proteção social. Desta forma, verifica-se uma descoincidência entre as crescentes necessidades dos indivíduos num período de grande insegurança social e económica e o recuo por parte do Estado no que respeita aos apoios concedidos (Valadas, 2013). A crise económica tem impactos na diminuição da estabilidade financeira das empresas e na sua capacidade de administração, o que conduz ao incumprimento da legislação laboral e à transgressão das normas que regulam as relações coletivas de trabalho e que garantem a segurança no emprego, como a generalização dos contratos a prazo e atrasos salariais (Leal, 1985). Assim, torna-se necessário desenvolver políticas sociais a nível nacional e local que procurem a manutenção dos postos de trabalho, a (re)integração dos indivíduos que se encontram à margem do mercado de trabalho, a melhoria das condições de trabalho, o financiamento e reestruturação de empresas com maiores dificuldades, a atribuição de incentivos à contratação e a maior cobertura ao nível da proteção social atenuando, assim, as diferenças entre os diversos grupos sociais e promovendo o princípio de igualdade ao nível da inserção profissional (Leal, 1985; Hespanha e Valadas, 2001; Clavel, 2004; Rodrigues, 2010; Moser, 2011). Em Portugal, a regulamentação, administração e implementação das políticas de emprego recaem sobre o Estado, particularmente, sobre o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e a segurança social. Os meios financeiros e técnicos destas duas instituições variam de acordo com as condicionantes locais (Valadas, 2013).

As medidas políticas de emprego em Portugal abrangem os seguintes grupos: Indivíduos empregados (trabalhadores em geral, com idade próxima da reforma, situações de emprego a tempo parcial ou subemprego e situações de risco de desemprego devido a reestruturações empresariais); Indivíduos desempregados (situações de desemprego e de desemprego de longa duração, desempregados subsidiados em situação de carência económica, desempregados desfavorecidos em relação ao mercado de trabalho e desempregos inscritos no centro de emprego); Jovens (desempregados, com baixas qualificações, qualificados, em situação de risco e/ou carências económicas, candidatos ao primeiro emprego ou que se encontram ainda a

estudar) (Clavel, 2004). Verifica-se uma centralidade no desemprego juvenil aquando da procura do primeiro emprego, devido às dificuldades de inserção na vida ativa, e no desemprego de longa duração, face à persistência da duração do desemprego, à reestruturação e às crescentes exigências do mercado de trabalho e à redução dos postos de trabalho (Mozzicafreddo, 1994; Adão e Silva, 2002). O aumento crescente do desemprego juvenil e do desemprego de longa duração constituem desafios para o Estado, que tem procurado desenvolver um conjunto de políticas destinadas a atenuar as consequências negativas da instabilidade laboral e do aumento do desemprego e a estimular a (re)inserção profissional destes grupos sociais (Moreno, 2006; Valadas, 2012). Neste sentido, foram implementadas políticas de emprego e formação profissional, tendo por base convenções da OIT e da CEE, onde foram regulamentados programas de integração profissional, desenvolvimento regional e promoção do emprego, destinados a atenuar os impactos da crise económica, da reestruturação e da modernização do tecido produtivo e da diminuição do emprego (Leal, 1985; Mozzicafreddo, 1994; Hespanha e Valadas, 2001; Valadas, 2013).

1. Políticas passivas e ativas de emprego

As políticas de emprego e consequentes medidas implementadas podem dividir-se em:

- Políticas passivas de emprego, que são definidas como respostas estatais de carácter imediato e englobam compensações financeiras de natureza contributiva ou pouco contributiva, destinadas à substituição de rendimentos provenientes do mercado de trabalho e à melhoria das condições de vida dos indivíduos (Rodrigues, 2010; Moser, 2011; Adão e Silva e Pereira, 2012; Valadas, 2013). O regime contributivo engloba o subsídio de desemprego, o subsídio de desemprego parcial, o subsídio por cessação de atividade, o subsídio parcial por cessação de atividade, o subsídio por cessação de atividade profissional e o subsídio parcial por cessação de atividade profissional e o regime de natureza pouco contributiva inclui o subsídio social de desemprego. No entanto, estes mecanismos de proteção social têm vindo a ser confrontados com formas persistentes de exclusão e de desigualdade social (Rodrigues, 2010; Valadas, 2012). A segurança social, responsável pela atribuição de prestações e subsídios financeiros, tem manifestado problemas financeiros face às insuficientes contribuições dos beneficiários e das entidades empregadoras (Leal, 1985). De facto, crise económica e financeira, a proliferação de empregos flexíveis, o aumento do desemprego e da precariedade laboral e a elevada segmentação ao nível do mercado de trabalho têm contribuído para o agravamento dos problemas de financiamento da segurança social, o que se traduz na diminuição da proteção social e na crescente restrição no que respeita ao acesso a prestações sociais (Adão e Silva e Pereira, 2012; Valadas, 2013). Desta forma, verifica-se a redução das despesas públicas com a proteção social e o recuo do papel do Estado no que diz respeito a medidas compensatórias destinadas a atenuar os impactos negativos do desemprego e da exclusão social (Rodrigues, 2010; Moser, 2011; Adão e Silva e Pereira, 2012). Por conseguinte, assiste-se a uma descoincidência entre o aumento do número de beneficiários, face à crescente perda de recursos económicos e consequente agravamento das situações de vulnerabilidade,

desigualdade e exclusão social, e a capacidade de resposta do Estado (Adão e Silva e Pereira, 2012). Portugal apresenta baixos níveis de proteção social, sendo a duração e o montante das prestações sociais reduzido e, na sua maioria, atribuídas a indivíduos com carreiras longas contributivas revelando-se, assim, insuficientes face às necessidades e expectativas dos cidadãos (Rodrigues, 2010; Valadas, 2013; Adão e Silva e Pereira, 2012). O défice de proteção social afeta sobretudo os jovens, sendo este o grupo mais atingido pelo desemprego, pelos vínculos laborais instáveis e precários e pelos baixos níveis salariais, o que contribui para a redução das suas carreiras contributivas e da sua possibilidade de aceder a prestações sociais (Adão e Silva e Pereira, 2012; Silva, 2013).

- Políticas ativas de emprego, que constituem uma tendência em vários países da União Europeia desde meados dos anos 90 do século XX (Valadas, 2013). Em Portugal, a sua implementação ocorreu tardiamente, comparativamente aos restantes países europeus, e inseriu-se na estratégia definida a nível europeu (Estratégia Europeia de Emprego), que visa promover a alteração da conceção tradicional das medidas de emprego e a aproximação de Portugal aos países europeus avançados. No entanto, devido às características sociais, económicas, políticas e culturais de Portugal, a implementação destas medidas de emprego adquire um carácter híbrido e pautado por particularidades e especificidades, apresentando uma dimensão reduzida em relação às políticas passivas de emprego e descoincidente com as diretrizes da União Europeia (Ferrera, 1999; Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010). As políticas ativas de emprego têm por base ideais neoliberais e apresentam um carácter preventivo e ativo, assente na prevalência da ética do trabalho e na importância da inserção profissional enquanto fator de integração social (Moreno, 2006; Hespanha, 2008; Militão, 2008; Rodrigues, 2010; Moser, 2011; Valadas, 2012). Estas medidas representam um novo modo de regulação e intervenção estatal (“Workfare”), face a um contexto de crise económica, de transformação nas estruturas produtivas, de ampliação do número de indivíduos em situação de vulnerabilidade, de controlo do aumento das despesas públicas e de reorganização dos mecanismos de proteção social. As medidas ativas de emprego vêm por em causa a eficácia e a sustentabilidade das políticas passivas no que respeita à prevenção e ao combate a situações de pobreza e exclusão social e do carácter centralizado e burocrático da intervenção estatal tradicional (Hespanha e Valadas, 2001; Rodrigues, 2010; Moser, 2011; Adão e Silva e Pereira, 2012). Estas medidas vêm alterar as conceções de direitos sociais e de cidadania e risco social procurando, assim, colmatar as lacunas existentes no que respeita à proteção social, promover uma cobertura mais eficaz dos riscos sociais e fomentar a integração/inserção social e profissional dos indivíduos (Ferrera, 1999; Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010; Valadas, 2012, 2013). Como reflexo do recuo da centralidade do Estado no que respeita à proteção social, a implementação das políticas ativas de emprego tem por base os princípios de territorialização, descentralização, participação, cooperação e partilha de responsabilidades entre o Estado, diversas instituições (setores públicos, privados, comunitários e sem fins lucrativos a nível nacional, regional e local) e a sociedade civil, no sentido de uma lógica de parceria e de ação

integrada, tendo em conta um conjunto de objetivos e a gestão eficaz dos recursos disponíveis. A intervenção social possui um caráter seletivo, diferenciado e flexível, assente numa abordagem multidimensional e de adaptação das respostas sociais aos diferentes contextos e situações individuais, com o objetivo de aumentar a eficácia da proteção social e promover a inclusão social (Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010). Deste modo, são criados programas de inserção específicos, personalizados e individualizados de acordo com o perfil do destinatário e com o contexto onde este se insere (Hespanha, 2008). O processo de inserção/integração social e profissional resulta, em grande medida, de um contrato de inserção entre os beneficiários e a administração dos programas de inserção, o que implica um conjunto de direitos e obrigações por parte dos beneficiários, dos administradores dos programas e da sociedade civil assistindo-se, assim, à transferência das responsabilidades do Estado para os indivíduos e para a sociedade civil (Hespanha, 2008; Moser, 2011; Valadas, 2012). Como tal: compete aos administradores dos programas de inserção a promoção de instrumentos e recursos que fomentem a efetiva integração socioprofissional e a negociação com os beneficiários acerca das medidas de inserção; à sociedade civil o reconhecimento dos direitos dos indivíduos em situação de marginalização/vulnerabilidade social e a promoção de um maior grau de solidariedade; ao beneficiário a responsabilização pelo seu processo de integração social e pela gestão e controlo dos riscos sociais (Hespanha, 2008). As medidas de intervenção visam a inserção profissional e social e a promoção da capacitação, da autonomia e do *empowerment*, a partir de numa abordagem participada, responsabilizadora, empreendedora e proactiva, procurando aumentar a participação dos indivíduos no mercado de trabalho e o crescimento do número de postos de trabalho (Hespanha, 2008; Militão, 2008; Rodrigues, 2010; Valadas, 2012, 2013). Este modo de intervenção procura implementar mecanismos que permitam a adaptação dos indivíduos aos desafios do contexto de reestruturação produtiva, responsabilizando-os pela condição de (des)emprego, o que pode ser gerador de estigmatização e de legitimação da lógica económica e produtiva (Rodrigues, 2010; Valadas, 2012). Neste sentido, é dada ênfase ao indivíduo na promoção da empregabilidade, na criação do próprio emprego e na rápida integração no mercado de trabalho, através de incentivos à aceitação de ofertas de emprego, da implementação de ocupações socialmente úteis, da possibilidade de combinação entre prestações sociais e ocupações remuneradas, da promoção da aprendizagem ao longo da vida e da implementação de cursos de formação como forma de melhorar os níveis de qualificação (Hespanha, 2008; Hespanha e Valadas, 2001; Moser, 2011; Adão e Silva e Pereira, 2012; Valadas, 2013). A orientação para a procura ativa de emprego, para a permanente (re)adequação às necessidades do mercado de trabalho e para a promoção da empregabilidade vêm colocar uma pressão acrescida sobre os indivíduos (Adão e Silva e Pereira, 2012; Dias e Varejão, 2012; Valadas, 2012). A aceitação de ofertas de emprego a tempo parcial e a participação em atividades ocupacionais possibilitam a manutenção das prestações desemprego e a participação em cursos de formação possui uma compensação remuneratória (Hespanha, 2008; Dias e Varejão, 2012).

Em Portugal, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) desempenha um papel decisivo na implementação de políticas de emprego, com impacto na gestão do emprego e formação profissional. De acordo, com informações recolhidas do IEFP podem destacar-se as seguintes medidas ativas de apoio ao emprego:

- Medidas de apoio à contratação: “Estímulo Emprego” e “Incentivo Emprego”
- Estágios: “Estágio emprego” e “reativar”
- Emprego Jovem ativo
- Empreendedorismo: “Apoios à Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego”, “Apoios à Criação de Empresas”, “Microcrédito” e “Investe Jovem”
- Emprego-Inserção: “Contrato Emprego-Inserção e Contrato Emprego-Inserção+” e “Protocolo Trabalho Social pelas Florestas”
- Reabilitação Profissional: “Adaptação de Postos de Trabalho e Eliminação de Barreiras Arquitetónicas”, “Estágios de Inserção”, “Contrato Emprego-Inserção para pessoas com deficiência e incapacidade”, “Centros de Emprego Protegido”, “Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadora”, “Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego”, “Apoio à colocação e Acompanhamento pós colocação” e “Financiamento de Produtos de Apoio”
- Promoção das artes e ofícios: “Formação artes e ofícios”, “Investe arte e ofícios” e “Estímulo arte e ofícios”
- Incentivo à aceitação de ofertas de emprego
- Medidas de âmbito regional e setorial
- Apoios à mobilidade geográfica no mercado de trabalho

Será que os jovens universitários têm conhecimento das medidas de apoio ao emprego? De que modo isso se reflete nas suas expectativas profissionais? O modo de funcionamento desta instituição sofreu alterações face à emergência das políticas ativas de emprego, o que teve impacto na organização interna dos serviços e no atendimento prestado aos indivíduos (Hespanha e Valadas, 2001; Valadas, 2012).

As políticas ativas de emprego adquirem um carácter emancipatório relativamente às políticas passivas, nomeadamente, através da redução prestações sociais que constituem um desincentivo ao ingresso no mercado de trabalho, da imagem dos indivíduos desempregados enquanto meros recetores de pedidos de emprego ou de prestações de desemprego, da eventual dependência de prestações financeiras, da reprodução de situações de pobreza e vulnerabilidade social e da implementação de medidas de combate ao clientelismo, à evasão fiscal e ao paternalismo (Ferrera, 1999; Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010; Moser, 2011; Silva, 2013; Valadas, 2013). A diminuição das prestações financeiras e a redução dos montantes e duração temporal dos subsídios de desemprego afeta sobretudo os indivíduos que apresentam maiores dificuldades de inserção profissional, o que pode representar um recuo no carácter universal e equitativo dos benefícios sociais (Adão e Silva e Pereira, 2012; Valadas, 2012). Assiste-se à redução do número de indivíduos que acede a compensações financeiras, ao maior

controlo relativamente ao período de duração destas compensações e à maior fiscalização e possibilidade de sanção dos beneficiários, com o objetivo de promover o rápido ingresso no mercado de trabalho e a procura ativa de emprego (Rodrigues, 2010; Valadas, 2013). Como tal, os indivíduos devem adotar uma postura ativa na procura de emprego e na participação em programas de formação e atividades temporárias que, por vezes, não asseguram plenamente os direitos laborais, o que pode contribuir para o aumento da estigmatização e marginalização social, para a não promoção da (re)inserção socioprofissional efetiva, para a redução das perspetivas profissionais futuras e de melhoria das condições de vida, para o aumento da precariedade laboral e para a legitimação do sistema económico (Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010). Os indivíduos encontram-se sujeitos a um maior controlo social e a sanções caso não cumpram estas exigências, como a cessação da prestação de desemprego, assistindo-se a um reforço dos deveres e obrigações dos beneficiários, à redução da possibilidade de recusa de ofertas de emprego e à obrigatoriedade de comparência nos centros de emprego e de participação nos programas de ativação (Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010; Moser, 2011; Adão e Silva e Pereira, 2012; Dias e Varejão, 2012). O sancionamento pelo não cumprimento das exigências associadas às medidas ativas de emprego vem questionar a sua eficácia no que respeita à efetiva capacidade de motivação dos indivíduos na adoção de uma postura ativa e à promoção da (re)inserção socioprofissional (Hespanha, 2008; Hespanha e Valadas, 2001; Rodrigues, 2010; Adão e Silva e Pereira, 2012).

O insucesso destas medidas e as limitações ao nível dos resultados não se devem apenas aos grupos sociais em situação de fragilidade e vulnerabilidade socioprofissional, mas encontra-se, sobretudo, relacionados com fatores estruturais e institucionais da intervenção (Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010). Neste sentido, a elevada expressividade das políticas passivas e da conceção tradicional das políticas de emprego e os desafios e especificidades ao nível da (re) inserção/participação no mercado de trabalho têm vindo a condicionar a prática e a eficácia destas medidas (Hespanha, 2008). A persistência da burocracia institucional e a existência de limitações ao nível dos recursos humanos e dos meios técnicos condicionam o sucesso e aplicação das medidas ativas e a promoção de mudanças ao nível das práticas e mecanismos de intervenção, provocando a demora na avaliação dos processos e a falta de inovação nos programas de ativação/inserção. O centralismo estatal e a dependência financeira face ao Estado vêm contribuir, em grande medida, para o maior controlo dos objetivos, dinâmicas institucionais e recursos necessários à aplicação das medidas ativas de emprego, para a possibilidade de distorção dos princípios que estão na base da implementação destas medidas e para a restrição de ações autónomas e inovadoras a nível local (Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010). A ideologia assente no clientelismo, no paternalismo e na benevolência estatal pode, de igual modo, conduzir à distorção dos objetivos e princípios destas políticas, com impactos na sua aplicação prática (Hespanha, 2008). A participação, cooperação e partilha de responsabilidades entre as diversas instituições a nível regional e local possui ainda uma dimensão pouco desenvolvida e de carácter ambíguo, marcada pela existência de descontinuidades ao nível das respostas sociais, pela persistência de respostas de carácter

generalista, pela presença de enviesamentos éticos fruto de dinâmicas informais, conflitualidades, relações de poder e falta de articulação das respostas e pela não participação de entidades relevantes (Hespanha, 2008; Rodrigues, 2010). Deste modo, a intervenção assente na lógica de parceria e de trabalho em rede adquire um carácter híbrido no que respeita à participação e envolvimento efetivo das instituições responsáveis pela aplicação das medidas ativas de emprego, o contribui para a existência de lacunas na intervenção social e para a desarticulação entre as respostas existentes e a ampliação das situações de vulnerabilidade social e de pobreza colocando, assim, em causa os resultados dos programas de inserção (Rodrigues, 2010).

Num contexto de crise económica, onde são necessárias respostas eficazes, verificam-se limitações nas políticas de emprego face à incapacidade de encontrar medidas inovadoras que permitam responder às exigências do mercado de trabalho, evidenciando a descoincidência entre o aumento das necessidades sociais e a efetiva capacidade de resposta por parte dos serviços estatais (Valadas, 2012). O aumento da flexibilidade laboral, da precariedade e do desemprego não tem sido acompanhado pelo reforço da proteção social e pela implementação de políticas de eficazes de (re)inserção no mercado de trabalho (Valadas, 2013). Desta forma, são privilegiados os interesses económicos e a promoção da competitividade em detrimento da preocupação com a coesão e bem-estar social (Valadas, 2012). De forma a promover mecanismos eficazes de inserção social e profissional, de melhoria das condições de vida e de atenuação das situações de reprodução e vulnerabilização social torna-se necessária a criação de medidas que fomentem a diversificação da intervenção social e a articulação eficaz entre políticas passivas e ativas de emprego (Rodrigues, 2010).

Capítulo V. Procedimentos metodológicos

A definição dos procedimentos metodológicos constitui uma etapa fundamental na orientação da pesquisa de campo e no planeamento, construção e aplicação dos instrumentos necessários à recolha de dados. Para tal, torna-se imperativo que a sua definição seja adequada de modo a permitir apreender os aspetos da realidade relevantes ao estudo das expectativas de transição para a vida adulta dos estudantes da Universidade da Beira Interior (Lakatos e Marconi, 2003). É a partir destes procedimentos que se torna possível proceder à verificação das hipóteses através do confronto com os dados empíricos. Neste sentido, estes devem ser adequados à recolha de todas as informações pertinentes à verificação das hipóteses e à análise e interpretação das mesmas (Almeida e Pinto, 1995; Quivy e Campenhoudt, 1995). A recolha de informação visa, de igual modo, dar resposta a um conjunto de questões que foram surgindo ao longo do corpo teórico, possibilitando, assim, uma melhor e mais ampla compreensão do fenómeno em estudo.

Os procedimentos metodológicos são parte integrante de um conjunto de etapas logicamente articuladas e interligadas entre si que compõem o processo de investigação. Como tal, a sua escolha é orientada pelas características do objeto de estudo, da pergunta de partida e dos objetivos traçados e pela construção da problemática a partir da seleção das principais abordagens teóricas, dos conceitos e ideias-chave e da delimitação dos principais questionamentos.

Ao longo desta etapa, deve ser dada resposta às questões: “O quê?” através da definição dos dados necessários e pertinentes para testar as hipóteses; “Em quem?” mediante a circunscrição da análise empírica no espaço e no tempo e a seleção da população alvo e da amostra; “Como?” através da seleção e construção dos instrumentos de recolha de dados (Quivy e Campenhoudt, 1995: 155). Deste modo, os procedimentos metodológicos apresentados ao longo deste capítulo consistem na indicação e justificação da metodologia e das técnicas de pesquisa e de amostragem, bem como na definição e operacionalização das hipóteses de investigação.

1. Metodologia de investigação

Atendendo aos procedimentos que melhor se adequam ao propósito desta investigação optamos pelo uso combinado de uma metodologia quantitativa e uma metodologia qualitativa, amplamente designado por triangulação ou por métodos mistos. Esta combinação de diferentes metodologias, associadas a paradigmas distintos, tem como objetivo obter um conhecimento mais amplo e completo do fenómeno em estudo, constituindo uma mais-valia para o processo de investigação. A articulação destas duas abordagens metodológicas encontra-se dependente dos objetivos e das questões de investigação e pode ser efetuada de diversas formas no plano de pesquisa (Kelle, 2001; Brannen, 2005; Flick, 2005; Woolley, 2009; Creswell, 2014). Tendo em conta que, na presente investigação, pretendemos analisar as expectativas de transição para a vida adulta dos estudantes universitários optamos, primeiramente, por uma metodologia

quantitativa-extensiva, dado o carácter extenso da população. Foi selecionado o método hipotético-dedutivo, onde as hipóteses são deduzidas a partir de um quadro teórico geral e constituem um elo de ligação entre o corpo teórico e a componente empírica da investigação (Hill e Hill, 2002). Uma vez que são formuladas a partir da teoria, as hipóteses constituem enunciados explicativos cientificamente coerentes e possuem um carácter orientador, pois são compostas por variáveis que indicam quais as informações que são relevantes recolher e a forma como estas devem ser interpretadas e relacionadas (Lakatos e Marconi, 2003). Estas apresentam-se como respostas provisórias, estabelecendo uma relação causal entre duas variáveis (variável independente e dependente), onde uma alteração na variável independente conduz igualmente a uma alteração na variável dependente (Bryman e Cramer, 1992; Almeida e Pinto, 1995; Lakatos e Marconi, 2003). As hipóteses devem ser sujeitas a verificação empírica através do confronto com dados obtidos a partir do real, cuja análise e interpretação irá permitir a sua comprovação ou refutação. A verificação das hipóteses consiste na procura de causas e regularidades que permitem a análise e compreensão das características, representações e expectativas dos estudantes universitários. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), o método que vai ser aplicado nesta investigação corresponde ao método científico de Karl Popper, uma vez que as hipóteses constituem enunciados gerais e provisórios, cuja verificação consiste em tentativas de falseamento que procuram a eliminação do erro. Mesmo que a hipótese seja confirmada esta adquire um carácter provisório, não sendo considerada absolutamente verdadeira.

Por sua vez, a opção por uma metodologia qualitativa permitir-nos-á, a partir das perspetivas dos técnicos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, que funcionarão como informadores qualificados, obter um conhecimento mais aprofundado acerca da inserção dos jovens qualificados no mercado de trabalho e do papel desempenhado por esta instituição nessa mesma inserção. O contributo dos técnicos de emprego do IEFP torna-se importante, uma vez que nos possibilita uma compreensão mais ampla de duas grandes problemáticas, a transição dos jovens para o mercado de trabalho e os apoios públicos existentes, e permite dar resposta a alguns dos questionamentos que nos surgiram ao longo do corpo teórico.

2. Técnicas de pesquisa

As técnicas de pesquisa englobam o conjunto de instrumentos destinados à obtenção dos dados necessários à verificação das hipóteses e à apreensão dos aspetos relevantes para a compreensão do fenómeno em estudo. Como tal, as técnicas que melhor se adequam à natureza desta investigação são o inquérito por questionário e a entrevista. Estas constituem duas técnicas de observação indireta, na medida em que o investigador se dirige à população-alvo (neste caso, composta pelos estudantes universitários e pelos técnicos de emprego do IEFP), com a finalidade de obter as informações que necessita através da aplicação do instrumento de recolha de dados (inquérito por questionário e entrevista). A população-alvo, ao fornecer

essas informações, intervêm no processo de produção/recolha de dados (Quivy e Campenhoudt, 1995).

2.1. Inquérito por questionário

Segundo Quivy e Campenhoudt (1995: 188), o inquérito por questionário consiste na colocação de questões a um conjunto de inquiridos relativamente à “sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse aos investigadores”. Esta técnica revela-se adequada à análise extensiva-quantitativa das expectativas de transição pública e privada dos estudantes universitários, procurando ter em conta aspetos relacionados com a formação académica, a transição formação-trabalho-casamento/família e as políticas de emprego. A grande maioria dos estudos nesta área, e que tivemos oportunidade de analisar ao longo da discussão teórica, recorreram a esta técnica. Este tipo de análise permite estudar populações relativamente vastas, recolher um grande número de dados de forma sistemática e proceder à análise quantitativa dos mesmos a partir do recurso a técnicas estatísticas (Almeida e Pinto, 1995). As hipóteses e os diversos questionamentos aos quais pretendemos dar resposta irão orientar a análise estatística dos dados, permitindo perceber quais as relações que se podem estabelecer entre os dados e o significado que estas adquirem (Quivy e Campenhoudt, 1995).

A construção do inquérito por questionário tem por base a pergunta de partida, as características do objeto de estudo e os objetivos traçados para esta investigação, sendo composto por um conjunto de questões que abarcam os indicadores definidos a partir das variáveis que compõem as hipóteses, adquirindo, assim, um caráter estruturado e predefinido (Almeida e Pinto, 1995; Lakatos e Marconi, 2003). Para que este instrumento de recolha de dados permita a produção de informação adequada, procurou-se ter em conta na formulação das questões: o conteúdo claro e preciso, a ordem, extensão e número, o vocabulário utilizado e a duração do questionário (Quivy e Campenhoudt, 1995; Foddy, 1996; Fink, 2003). Paralelamente à formulação das questões, procurou-se garantir o anonimato e confidencialidade das respostas, bem como ter em conta o contexto de aplicação do inquérito e as características dos inquiridos (Foddy, 1996; Fink, 2003). A tipologia de questões deve ser escolhida de acordo com tipo de informação que se pretende recolher e a forma como esta vai ser analisada e interpretada (Quivy, Campenhoudt, 1995). O inquérito por questionário construído para esta investigação é composto, sobretudo, por questões fechadas, onde o/a inquirido/a tem de optar por uma lista tipificada de respostas que lhe são formalmente propostas, e por questões semifechadas, onde é dada a possibilidade de resposta livre (Almeida e Pinto, 1995; Lakatos e Marconi, 2003).

2.1.1. Pré-teste

Antes de proceder à aplicação definitiva do inquérito por questionário, tornou-se necessário realizar um pré-teste de modo a verificar a sua validade e fidedignidade (Quivy e Campenhoudt,

1995; Lakatos e Marconi, 2003). O pré-teste consiste na aplicação da primeira versão do inquérito por questionário a uma pequena parte da população com características semelhantes às da população-alvo e verificar, assim, se este possui condições adequadas à recolha de dados pertinentes (Ghiglione e Matalon, 1992; Lakatos e Marconi, 2003). Apesar de nem sempre ser possível prever todas as lacunas existentes na técnica de recolha de dados, o pré-teste permite evidenciar possíveis dificuldades na compreensão das questões e itens de resposta ou eventuais alterações na estrutura do questionário, bem como verificar o tempo necessário ao seu preenchimento (Quivy e Campenhoudt, 1995; Foddy, 1996; Lakatos e Marconi, 2003). O pré-teste foi realizado junto de seis pessoas, sendo que este permitiu detetar algumas lacunas na estrutura de algumas questões e itens de resposta, maioritariamente em questões relacionadas com a transição privada, tendo sido posteriormente reformuladas. A realização do pré-teste permitiu-nos verificar também que a duração do inquérito por questionário corresponde a 15-20 minutos.

2.2. Entrevista

A entrevista é entendida como uma conversa realizada face a face entre o investigador e o entrevistado, pretendendo com a mesma obter informações acerca do fenómeno em estudo (Almeida e Pinto, 1995; Quivy e Campenhoudt, 1995; Lakatos e Marconi, 2003). Esta permite, assim, ao entrevistado expressar “as suas perceções de um acontecimento ou de uma situação, as suas interpretações ou a suas experiências, ao passo que, através das suas perguntas abertas e das suas reações, o investigador facilita essa expressão, evita que ela se afaste dos objetivos da investigação e permite que o interlocutor aceda a um grau máximo de autenticidade e profundidade” (Quivy e Campenhoudt, 1995: 192). Deste modo, é colocada ênfase no entrevistado, enquanto informador privilegiado, e nas suas perceções acerca de um dado fenómeno, desempenhado, de igual forma, o investigador um papel preponderante no que respeita à condução da entrevista e ao estabelecimento de uma relação de confiança com o entrevistado, de modo a permitir a recolha de informações pertinentes (Quivy e Campenhoudt, 1995; Lakatos e Marconi, 2003; Guerra, 2006). Torna-se também importante que o investigador informe o entrevistado acerca dos objetivos que se encontram subjacentes à investigação e que garanta o anonimato e a confidencialidade das respostas (Guerra, 2006).

Segundo Lakatos e Marconi (2003), existem diferentes modalidades de entrevistas, tendo-se optado, na presente investigação, pelo uso da entrevista semiestruturada ou semidiretiva. Para a realização deste tipo de entrevista, o investigador dispõe de um guião composto por um conjunto de questões orientadoras e relativamente abertas, a partir das quais pretende recolher informações e garantir que os todos aspetos relevantes sejam abordados no decorrer da entrevista (Quivy e Campenhoudt, 1995; Flick, 2005). A formulação das questões que compõem o guião de entrevista tem por base um conjunto de problemáticas e dimensões de análise (Guerra, 2006). O guião de entrevista não possui um carácter estruturado, o que permite uma maior flexibilidade na sua utilização, possibilitando a alteração da ordem das questões e a introdução de novas questões. Por sua vez, é dada liberdade ao entrevistado para expressar

a sua perspetiva acerca das temáticas expostas pelo investigador. Deste modo, o investigador assume um papel particularmente importante na condução da entrevista, procurando um constante equilíbrio entre o decorrer da entrevista e o guião (Quivy e Campenhoudt, 1995; Flick, 2005). Este tipo de entrevista revela-se, assim, adequada à apreensão das perspetivas dos técnicos do IEFP, permitindo-nos obter um conhecimento mais aprofundado acerca da inserção dos jovens qualificados no mercado de trabalho e do papel desempenhado por esta instituição nessa inserção.

3. Recolha e tratamento dos dados

Após o planeamento e construção dos instrumentos de recolha de dados e da realização do pré-teste, tornou-se necessário proceder à sua aplicação definitiva, de forma a reunir todas as informações pretendidas junto da população alvo que, posteriormente, serão analisadas e interpretadas (Quivy, Campenhoudt, 1995). No que diz respeito à aplicação do questionário, este foi de administração direta, sendo o próprio inquirido a registar as suas respostas a partir de um conjunto de questões e opções de resposta formuladas pelo investigador (Almeida e Pinto, 1995). Como o inquérito por questionário foi aplicado de modo presencial, nas salas de aula, a presença do inquiridor tornou-se fundamental, no sentido de solicitar a colaboração por parte dos estudantes, de fornecer todas as informações úteis acerca do seu preenchimento e de proceder à sua distribuição. Deste modo, tornou-se necessário contactar os professores dos respetivos cursos, via email ou presencialmente, no sentido de averiguar se seria possível a aplicação do inquérito por questionário nas salas de aula.

Para a realização das entrevistas, entrámos em contacto, de forma presencial, com a diretora do Instituto de Emprego e Formação Profissional do concelho da Covilhã a fim de averiguar se seria possível a realização das entrevistas junto dos técnicos, sendo referido pela mesma que seria necessário enviar um pedido de autorização para a Delegação Regional de Coimbra. Tendo sido este pedido deferido, a realização das entrevistas ocorreu nas instalações do IEFP, no interior do gabinete de cada um dos técnicos, e dentro dos seus horários de trabalho, o que, de certa forma, condicionou a recolha de informação. Embora tenha sido garantido o anonimato e a confidencialidade das respostas, apenas dois técnicos permitiram a gravação das entrevistas, pelo que as restantes respostas foram registadas manualmente. Procuramos, nos registos manuais, manter-nos fieis ao discurso dos entrevistados, de modo a assegurar a fidedignidade da informação recolhida.

O tratamento dos dados recolhidos a partir do inquérito por questionário foi realizado a partir do programa informático SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). Este programa permite o registo e análise de dados quantitativos de diversas formas e com elevada rapidez, permitindo a aplicação de técnicas estatísticas complexas que, de outro modo, não poderiam ser utilizadas (Bryman e Cramer, 1992). Para uma adequada interpretação dos dados, é essencial ter em conta que os dados “não são produzidos num vazio social que asseguraria a sua objetividade, são obtidos numa situação particular de interação social, situação em grande parte estruturada, e não apenas pela relação estabelecida entre o entrevistador e o inquirido. O seu discurso só

pode ser interpretado se relacionado com as condições em que foi produzido” (Ghiglione e Matalon, 1992: 3). De forma a proceder a uma análise adequada através do programa SPSS, tornou-se imprescindível identificar o número de variáveis necessárias à representação das respostas e codificar/associar números às categorias de respostas de modo a possibilitar a inserção dos dados e a aplicação de técnicas estatísticas a partir da comparação das respostas e análise das relações entre as variáveis (Hill e Hill, 1992). Os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, sendo ainda calculadas medidas com a média, a mediana, o desvio-padrão e os valores mínimo e máximo. Para a análise da relação entre as variáveis, e tendo em conta que estas são, sobretudo, nominais e ordinais, recorreremos aos seguintes testes estatísticos: tabelas de referência cruzada, comparação de médias, qui-quadrado e coeficiente de correlação de Pearson.

O tratamento dos dados obtidas a partir das entrevistas foi realizado mediante uma série de etapas. Numa primeira fase, procedeu-se à transcrição das duas entrevistas gravadas, procurando-se reproduzir de forma integral e fiel o discurso dos entrevistados. É a partir das entrevistas transcritas e daquelas cuja informação foi registada manualmente que se construíram as sinopses das mesmas, de modo a auxiliar o tratamento da informação. As sinopses constituem “material descritivo que, atentamente lido e sintetizado, identifica as temáticas e as problemáticas (mesmo as que não estão referenciadas no guião)” (Guerra, 2006: 73). Após a construção das sinopses, procedeu-se à análise da informação recolhida, tendo por base a grelha de análise que será apresentada de seguida.

Problemáticas	Dimensões de análise
Transição para o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de inserção profissional apresentadas pelos jovens • Entraves à integração dos jovens no mercado de trabalho • Competências valorizadas em contexto profissional
Apoios públicos à integração no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • O recurso por parte dos jovens aos apoios públicos <ul style="list-style-type: none"> - A procura dos centros de emprego - Principais motivações e expetativas - Correspondência entre as expetativas e o mercado de trabalho • Tipos de apoios existentes <ul style="list-style-type: none"> - Recursos e mecanismos de inserção profissional - Medidas ativas de emprego • Eficácia dos apoios estatais na inserção profissional dos jovens <ul style="list-style-type: none"> - Medidas de emprego - Inserção dos jovens inscritos - Áreas com maior integração - Tempo de inserção profissional • Necessidade de outro tipo de respostas • O papel dos jovens na integração no mercado de trabalho

Tabela nº 1. Grelha de análise

A problemática correspondente à transição para o mercado de trabalho e as respetivas dimensões e a dimensão “medidas ativas de emprego”, que se encontra abrangida pela problemática relativa aos apoios públicos à integração no mercado de trabalho, são também contempladas no inquérito por questionário, pelo que se procurou analisar os dados provenientes de ambos os instrumentos de uma forma comparativa. Na análise das restantes

dimensões, apenas vinculadas às entrevistas, procuramos, sempre que existiam pontos em comum, fazer referência a resultados obtidos através do inquérito por questionário. A análise destas dimensões torna-se importante, uma vez que nos permite obter um conhecimento mais amplo das políticas de emprego, que desempenham um papel essencial no que respeita à transição para a vida adulta.

4. População e Amostra

A população constitui o conjunto de todos elementos que compõem a totalidade e que apresentam determinadas características que se adequam ao propósito da investigação. Para a aplicação do inquérito por questionário, selecionou-se como população os estudantes finalistas da Universidade da Beira Interior de diferentes cursos (cursos com duração de apenas 6 semestres letivos e cursos com mestrado integrado), que se encontram distribuídos pelas cinco faculdades desta universidade, constituindo um total de 1047 estudantes. A opção pela escolha de estudantes finalistas deve-se ao facto de estes se encontrarem na fase final do seu percurso escolar, o que tem impacto nas suas representações e expectativas de transição pública e privada. Devido ao elevado número de alunos, aos recursos disponíveis e ao tipo de informação que se pretende recolher tornou-se fundamental recorrer à seleção de uma amostra. Para a realização das entrevistas, elegeu-se como população os técnicos de Instituto de Emprego e Formação Profissional do concelho da Covilhã, sendo a mesma composta por dez técnicos. Inicialmente, optou-se por entrevistar os dez técnicos a fim de obter uma maior diversidade de pontos de vistas no que respeita ao fenómeno em estudo, sendo esta opção inicial reforçada no decorrer das entrevistas, face à variabilidade ao nível das informações fornecidas pelos entrevistados e à necessidade de aprofundamento de algumas temáticas. No entanto, devido à indisponibilidade de dois dos técnicos, apenas nos foi possível realizar oito entrevistas, tendo-se posteriormente excluído uma delas devido à informação fornecida ser, na sua maioria, irrelevante.

A amostra constitui um subconjunto da população a partir do qual se vai proceder à aplicação da técnica de recolha de dados para a obtenção de todas as informações necessárias à verificação das hipóteses e à resposta aos questionamentos que foram surgindo ao longo do corpo teórico. Esta é definida de acordo com os objetivos da investigação e com as características da população-alvo. A nossa amostra não é representativa da população, incluindo apenas alguns dos seus elementos, considerados típicos (Hill e Hill, 1992; Quivy e Campenhoudt, 1995; Lakatos e Marconi, 2003). As técnicas de amostragem podem ser agrupadas em dois grandes grupos: amostragem probabilística e amostragem não probabilística. Na presente investigação, a amostra foi selecionada de acordo com a técnica de amostragem probabilística estratificada. A amostragem estratificada consiste na divisão da população em estratos homogéneos, de acordo com critérios de estratificação, sendo a totalidade da amostra “constituída pelo conjunto das subamostras referentes e cada um dos estratos” (Almeida e Pinto, 1995: 404). Neste seguimento, foram selecionados estudantes de catorze cursos, distribuídos por cinco áreas de estudo distintas, tendo por base o maior número total de alunos

e a maior homogeneidade em termos de género. Nos cursos seleccionados optou-se por inquirir estudantes do sexo masculino e do sexo feminino em igual número, de forma a estabelecer comparações de género com maior precisão. A tabela seguinte apresenta-nos a seleção dos cursos entre o total de cursos da Universidade da Beira Interior.

Faculdades	Cursos	Nº de alunos por sexo		Nº total de alunos
		Feminino	Masculino	
Artes e letras	Ciências da Comunicação	37	11	48
	<i>Design</i> Multimédia	16	16	32
	Cinema	14	9	23
	Filosofia		1	1
	Estudos Portugueses e Espanhóis	10	4	14
	Ciências da Cultura	3	2	5
Ciências	Química Industrial	2		2
	Bioquímica	24	10	34
	Biotecnologia	15	10	25
	Química Medicinal	5	1	6
Ciências da Saúde	Ciências Biomédicas	22	9	31
	Optometria - Ciências da visão	39	10	49
	Ciências Farmacêuticas	32	7	39
	Medicina	109	43	152
Ciências Sociais e Humanas	Economia	17	18	35
	Marketing	7	5	12
	Sociologia	29	11	40
	Gestão	37	22	59
	Psicologia	41	5	46
	Ciências do Desporto	15	30	45
	Ciência Política e Relações Internacionais	9	13	22
Engenharia	<i>Design</i> Industrial	9	14	23
	Tecnologia e Sistemas de Informação		8	8
	Engenharia Eletromecânica	1	48	49
	Engenharia Eletrotécnica e dos Computadores	1	10	11
	Bioengenharia	14	13	27
	<i>Design</i> de Moda	36	4	40
	Engenharia Informática	4	40	44
	Arquitetura	25	23	48
	Engenharia Aeronáutica	6	43	49
	Engenharia Civil	12	16	28
				1047

Tabela nº 2. Número total de alunos finalistas discriminados por sexo e por curso

A amostra final é composta por um número total de 270 inquiridos. A distribuição da amostra por género, cursos e respetivas áreas de estudo será apresentada na tabela que se segue.

Faculdades	Cursos	Nº de alunos por sexo		Nº de alunos
		Feminino	Masculino	
Artes e Letras	Ciências da Comunicação	10	10	20
	Design Multimédia	11	11	22
Ciências	Bioquímica	5	5	10
	Biotecnologia	6	6	12
	Optometria - Ciências da visão	4	4	8
	Medicina	27	27	54
Ciências Sociais e Humanas	Economia	9	9	18
	Gestão	13	13	26
	Ciências do Desporto	14	14	28
	Ciência política e relações internacionais	7	7	14
Engenharia	Design Industrial	12	12	24
	Bioengenharia	6	6	12
	Arquitetura	7	7	14
	Engenharia Civil	4	4	8
				270

Tabela nº 3. Número total de elementos da amostra discriminados por sexo e por curso

5. Definição e operacionalização das hipóteses

Tendo em conta a pergunta de partida e os objetivos definidos para esta investigação e todo o corpo teórico anteriormente construído são formuladas três hipóteses de investigação (Hill e Hill, 1992; Quivy e Campenhoudt, 1995). De forma a serem confrontadas com os dados empíricos, procedeu-se à sua operacionalização através da seleção das variáveis independentes e dependentes que compõem cada uma das hipóteses, da definição de cada uma das variáveis e da sua tradução em dimensões e indicadores. Os indicadores constituem categorias observáveis que fornecem informações acerca dos dados necessários e pertinentes para a verificação das hipóteses, auxiliando a construção da técnica de recolha de dados. Desta forma, procurou-se que as hipóteses, variáveis, dimensões e indicadores adquirissem consistência lógica de modo a permitir a apreensão adequada da realidade. A explicação teórica, a definição e a operacionalização das hipóteses a seguir apresentada irá nortear a recolha e o tratamento dos dados (Quivy e Campenhoudt, 1995).

Conforme tivemos oportunidade de verificar no decorrer do segundo capítulo, a forma como os jovens percecionam a transição para a vida adulta, a forma como transpõem as etapas do processo de transição e os múltiplos sentidos e significados atribuídos à condição de adulto são condicionados pela classe social dos jovens (Arnett, 1997; Nilsen, 1998; Hartmann e Swartz, 2007). De acordo com Galland (2001) e Guerreiro e Abrantes (2007), a expansão e a

democratização do ensino vieram proporcionar novas oportunidades educativas aos jovens oriundos de setores de classe mais desfavorecidos, o que contribuiu para o aumento das suas aspirações escolares. No entanto, as escolhas e oportunidades escolares e a progressão e o sucesso escolar podem ser condicionadas pelos recursos socioeconómicos e pelo capital cultural transmitido pelas famílias de origem (Schmidt, 1990; Clavel, 2004; Pappámikail, 2004; Alves, 2005; Almeida e Rocha, 2010). É entre os contextos sociais mais favorecidos, comparativamente aos mais desfavorecidos, que se verifica um maior investimento por parte da família nas trajetórias escolares dos jovens, sendo o grupo que apresenta níveis de escolaridade mais elevados (Schmidt, 1990; Mauritti, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007). Segundo Mauritti (2002), são também os jovens provenientes de setores de classe mais favorecidos quem tende a optar predominantemente por áreas científicas que registam menores níveis de desemprego e maior oferta no mercado de trabalho, que possuem maior prestígio social e que permitem o acesso a cargos de chefia e a elevados níveis remuneratórios.

De acordo com Guerreiro e Abrantes (2007), as perceções e expectativas juvenis no que respeita à transição privada são também condicionadas pelo processo de socialização e pela condição socioeconómica das famílias de origem. É entre os contextos sociais mais desfavorecidos que se verifica o predomínio de representações e práticas mais tradicionais ao nível da esfera familiar. São estes jovens quem apresenta uma maior precocidade na idade de saída de casa dos pais, do casamento e da parentalidade, sendo, por sua vez, entre os setores de classe mais favorecidos que o adiamento destas etapas de transição é mais expressivo. Deste modo, em que medida a origem social dos jovens poderá influenciar as suas expectativas de transição pública e privada? Como tal, traçamos a seguinte hipótese: **H1 - À medida que subimos na estrutura de classes aumentam as expectativas de transição pública e reduzem-se as expectativas de transição privada.**

- Variável independente: Estrutura de classes

Definição: Entende-se por estrutura de classe o conjunto de posições ocupadas pelos indivíduos, tendo por base os seus recursos económicos, sociais e culturais.

Dimensão 1: Estrutura de classes

- Indicadores: - Empresários, dirigentes e profissionais liberais
 - Profissionais técnicos e de enquadramento
 - Trabalhadores independentes
 - Trabalhadores independentes pluriactivos
 - Empregados executantes
 - Operários industriais
 - Assalariados executantes pluriactivos

- Variáveis dependentes: Expetativas de transição pública e privada

Definição 1: Entende-se por expetativas de transição pública o conjunto de perspetivas futuras relativamente transição do ensino para o mercado de trabalho.

Dimensão 1: expetativas de transição pública

- Indicadores: - Inserção profissional qualificada
 - Idade de entrada no mercado de trabalho
 - Vínculo contratual
 - Remuneração
 - Estabilidade profissional e económica
 - Realização pessoal/profissional
 - Experimentação ao nível do mercado de trabalho

Definição 2: Entende-se por expetativas de transição privada o conjunto de perspetivas futuras relativamente à independência residencial familiar, à conjugalidade e à parentalidade.

Dimensão 1: Expetativas relativamente à independência residencial familiar

- Indicadores: - Constituição do próprio agregado familiar

Dimensão 2: Expetativas relativamente à conjugalidade

- Indicadores: - Entrada na conjugalidade
 - Idade prevista para a entrada na conjugalidade
 - Conciliação com as aspirações profissionais

Dimensão 3: Expetativas relativamente à parentalidade

- Indicadores: - Ser pai/mãe
 - Idade prevista para o início da parentalidade
 - Número de filhos previstos
 - Conciliação com as aspirações profissionais

Conforme verificámos no decorrer do segundo capítulo, o modo como os jovens percecionam o processo de transição e a forma como são transpostas as várias etapas deste processo são influenciados pelo género (Arnett, 1997; Nilsen, 1998; Hartmann e Swartz, 2007). De acordo com Guerreiro e Abrantes (2005, 2007), a expansão do ensino e os crescentes índices de participação feminina no mercado de trabalho vieram aproximar as aspirações dos jovens de ambos os sexos no que respeita ao ensino, à inserção profissional, aos estilos de vida e aos modos de transição. No entanto, persistem ainda disparidades de género no que respeita às condições e oportunidade no mercado de trabalho. São os jovens quem apresenta taxas mais elevadas de desemprego de longa duração e maiores dificuldades aquando da procura do primeiro emprego, dificuldades essas agravadas pela maternidade. Uma parte significativa de

indivíduos do sexo feminino ocupa, ainda, cargos profissionais pouco valorizados e com reduzida remuneração, quando comparados com indivíduos do sexo masculino.

São também visíveis diferenças de género no que concerne à transição privada. Segundo Guerreiro e Abrantes (2007), é entre os jovens do sexo masculino que o prolongamento da dependência residencial familiar e o adiamento do casamento e da parentalidade adquirem mais expressão. De facto, são as jovens quem tende a sair de casa dos pais em idade mais precoce optando, por vezes, por viver sozinhas e por estudar e/ou trabalhar fora da área de residência familiar. É também entre as jovens que se verifica uma maior precocidade na idade de transição para o casamento o para a parentalidade, sobretudo, como forma de emancipação face a contextos familiares mais restritivos ou devido a constrangimentos biológicos relacionados com a maternidade. Desta forma, em que medida é que o género poderá influenciar as expetativas de transição pública e privada dos jovens? Como tal, definimos a seguinte hipótese: **H2 - As jovens tendem a apresentar menores expetativas de transição pública e maiores expetativas de transição privada.**

- Variável independente: Género

Definição: Entende-se por género o conjunto de representações e expetativas socialmente construídas acerca dos indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino.

Dimensão 1: Género

- Indicadores: - Masculino
- Feminino

- Variáveis dependentes: Expetativas de transição pública e privada

Definição 1: Entende-se por expetativas de transição pública o conjunto de perspetivas futuras relativamente transição do ensino para o mercado de trabalho.

Dimensão 1: expetativas de transição pública

- Indicadores: - Inserção profissional qualificada
- Idade de entrada no mercado de trabalho
- Vínculo contratual
- Remuneração
- Estabilidade profissional e económica
- Realização pessoal/profissional
- Experimentação ao nível do mercado de trabalho

Definição 2: Entende-se por expetativas de transição privada o conjunto de perspetivas futuras relativamente à independência residencial familiar, à conjugalidade e à parentalidade.

Dimensão 1: Expetativas relativamente à independência residencial familiar

- Indicadores: - Constituição do próprio agregado familiar

Dimensão 2: Expetativas relativamente à conjugalidade

- Indicadores: - Entrada na conjugalidade
 - Idade prevista para a entrada na conjugalidade
 - Conciliação com as aspirações profissionais

Dimensão 3: Expetativas relativamente à parentalidade

- Indicadores: - Ser pai/mãe
 - Idade prevista para a entrada na parentalidade
 - Número de filhos previstos
 - Conciliação com as aspirações profissionais

Como podemos observar ao longo do segundo capítulo, a massificação e a expansão do ensino têm contribuído para o crescente aumento e diversificação dos jovens qualificados (Mauritti, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007). De acordo com Guerreiro e Abrantes (2005, 2007) e Melo e Borges (2007), a terciarização e a ampliação de empregos técnicos e científicos, com elevadas compensações simbólicas e económicas, conduziram a um maior investimento na educação por parte dos jovens, sendo o prolongamento dos percursos escolares acompanhado por crescentes expetativas profissionais. Segundo Cabral (2011), verifica-se uma correlação positiva entre o nível de qualificação e a empregabilidade, constituindo o aumento dos níveis de escolaridade uma vantagem e um fator diferenciador no mercado de trabalho competitivo. No entanto, o prolongamento do percurso escolares nem sempre se revela suficiente para a entrada no mercado de trabalho marcado pelo aumento do desemprego e pela expansão da instabilidade e da precariedade laboral, que têm vindo a atingir crescentemente os jovens qualificados (Galland, 2001). O contexto profissional tornou-se, de igual modo, mais competitivo, seletivo e segmentado, trazendo consigo crescentes exigências como a adaptação, a autonomia, a polivalência e a responsabilização individual, promovendo, assim, a intensificação da insegurança/incerteza relativamente aos percursos profissionais (Marques, 2000; Kovács, 2004; Casaca, 2005; Guerreiro e Abrantes, 2005; Antunes, 2008; Sennett, 2009; Soeiro, 2012). As dificuldades sentidas no acesso ao emprego e a maior ou menor incidência do desemprego e da precariedade laboral variam em função dos cursos/áreas científicas (Chaves et al, 2009; Oliveira et al, 2011; Parente et al, 2011; Gonçalves, 2013). O prolongamento dos percursos escolares, as transformações no mercado de trabalho e a crescente insegurança sentida pelos jovens no que respeita à sua inserção profissional têm um forte impacto ao nível da esfera privada, contribuindo, em grande medida, para o prolongamento da dependência residencial familiar e para adiamento do casamento e da parentalidade (Ellefsen e Hamel, 2000; Galland, 2001; Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). De acordo com Guerreiro e Abrantes (2007) e Cabral (2011), as crescentes aspirações profissionais, fruto do prolongamento escolar, e os constrangimentos associados ao desempenho de atividades profissionais qualificadas

podem, de igual modo, conduzir a uma menor articulação entre a esfera profissional e familiar, originando situações de conflito em ambas as esferas. Deste modo, em que medida as percepções de empregabilidade associadas a cada área de estudos poderão influenciar as expectativas de transição pública e privada? Como tal traçamos a seguinte hipótese: **H3 - As expectativas de transição pública e privada variam em função das percepções de empregabilidade associadas a cada área de estudos.**

- Variável independente: Percepções de empregabilidade associadas a cada área de estudos

Definição: Entende-se por percepções de empregabilidade associadas a cada área de estudos o conjunto de visões produzidas pelos jovens de diferentes áreas acerca da inserção no mercado de trabalho.

Dimensão 1: Percepções de empregabilidade

- Indicadores: - Oferta de emprego na área de estudos
 - Níveis de desemprego
 - Exigências do mercado de trabalho
 - Estabilização profissional
 - Recursos e estratégias de inserção profissional

Dimensão 2: Área de estudos

- Indicadores: - Artes e Letras
 - Ciências
 - Ciências da Saúde
 - Ciências Sociais e Humanas
 - Engenharia

- Variáveis dependentes: Expectativas de transição pública e privada

Definição 1: Entende-se por expectativas de transição pública o conjunto de perspectivas futuras relativamente transição do ensino para o mercado de trabalho.

Dimensão 1: expectativas de transição pública

- Indicadores: - Inserção profissional qualificada
 - Idade de entrada no mercado de trabalho
 - Vínculo contratual
 - Remuneração
 - Estabilidade profissional e económica
 - Realização pessoal/profissional
 - Experimentação ao nível do mercado de trabalho

Definição 2: Entende-se por expectativas de transição privada o conjunto de perspectivas futuras relativamente à independência residencial familiar, à conjugalidade e à parentalidade.

Dimensão 1: Expectativas relativamente à independência residencial familiar

- Indicadores: - Constituição do próprio agregado familiar

Dimensão 2: Expectativas relativamente à conjugalidade

- Indicadores: - Entrada na conjugalidade
 - Idade de entrada na conjugalidade
 - Conciliação com as aspirações profissionais

Dimensão 3: Expectativas relativamente à parentalidade

- Indicadores: - Ser pai/mãe
 - Idade prevista para a parentalidade
 - Número de filhos previstos
 - Conciliação com as aspirações profissionais

Parte II. Um estudo sobre as expectativas de transição para a vida adulta

Capítulo I. Caracterização da amostra: perfis sociográficos e origens sociais

A par da expansão do ensino superior e da diversificação das ofertas educativas têm-se assistido a um aumento do número de jovens que acede a este patamar de ensino (Mauritti, 2002; Alves et al., 2012). O prolongamento dos percursos escolares constitui um fator preponderante no que respeita ao adiamento da integração no mercado de trabalho, da saída de casa dos pais e da concretização de projetos familiares, o que tem influência nas diferentes formas de prolongamento da juventude e na alteração da idade de acesso ao estatuto de adulto (Ellefsen e Hamel, 2000; Galland, 2001; Mauritti, 2002; Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). São os jovens com menos qualificações escolares quem tende a entrar no mercado de trabalho e a realizar projetos familiares em idade mais precoce (Guerreiro e Abrantes, 2007). É neste sentido que os estudantes universitários devem ser encarados como um grupo particular de jovens no que respeita à análise das perceções e das expectativas relativamente ao processo de transição para a vida adulta. A família de origem constitui a principal forma de apoio às trajetórias juvenis, assumindo um papel fundamental no que respeita às escolhas educacionais e profissionais dos jovens. O maior ou menor apoio familiar varia de acordo com os diferentes recursos económicos, sociais e culturais das famílias de origem, enfatizando a heterogeneidade ao nível das trajetórias juvenis (Pappámikail, 2004). Deste modo, conforme refere Pais (1990), o processo de transição para a vida adulta implica que a juventude seja representada, não apenas pela sua homogeneidade, mas de acordo com a sua heterogeneidade e diversidade, tendo em conta os atributos sociais, trajetórias e percursos que diferenciam os jovens. Assim, iremos, ao longo deste capítulo, analisar as principais características sociográficas da nossa amostra e as suas origens sociais, procurando, de igual forma, verificar em que medida as origens sociais poderão influenciar as escolhas educativas dos estudantes.

Tal como mencionam Arnett (1997), Nilsen (1998) e Hartmann e Swartz (2007), a perceção e a transposição das etapas do processo de transição são influenciadas por fatores como a classe social, o género e a escolaridade. Neste sentido, as variáveis género, área de estudo e origem social de classe tornar-se-ão fundamentais ao longo da nossa análise, sendo a partir destas que iremos avaliar a influência sobre o modo como os jovens traçam as suas expectativas de transição pública e privada.

1. Perfis sociográficos dos estudantes universitários

De modo a traçar os perfis sociográficos dos estudantes tivemos por base as seguintes dimensões: idade, género, naturalidade, curso e área de estudo, condição perante o trabalho e situação atual perante a transição privada (independência habitacional, conjugalidade e parentalidade).

1.1. Idade

A nossa amostra é composta por estudantes com idades compreendidas entre os 19 e os 30 anos, as quais optamos por agregar em três grupos etários. Como podemos observar no gráfico nº 1, a grande maioria dos estudantes (84,4%) tem idades abrangidas pelo grupo etário dos 19 aos 22 anos. Verifica-se um decréscimo acentuado da proporção de estudantes cujas idades se encontram incluídas nos grupos etários seguintes, em particular no grupo dos 27 aos 30 anos (2,6%). A média de idades da amostra situa-se no grupo etário dos 19 aos 22 anos e corresponde a 21,4 anos.

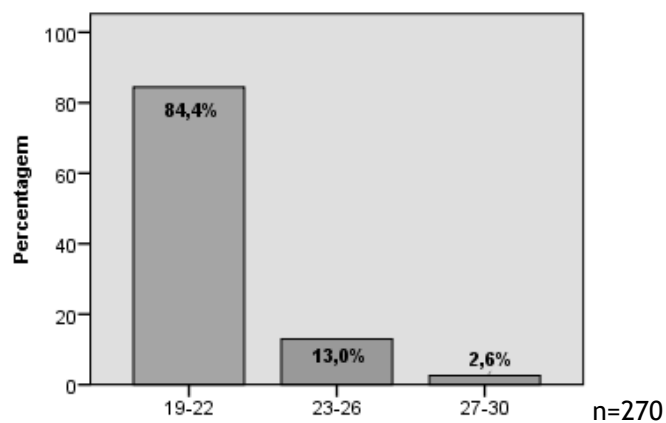


Gráfico nº 1. Distribuição dos inquiridos por grupo etário

1.2. Género

Conforme podemos verificar no gráfico nº 2, a nossa amostra encontra-se equitativamente representada no que respeita ao género, sendo constituída por 135 inquiridos do sexo masculino (50%) e 135 inquiridos do sexo feminino (50%). Esta representação equitativa da amostra deve-se ao facto de, metodologicamente, termos optado por inquirir estudantes do sexo masculino e do sexo feminino em igual número, com o objetivo de estabelecer comparações entre as perceções e as expectativas dos estudantes de ambos os sexos com maior precisão.

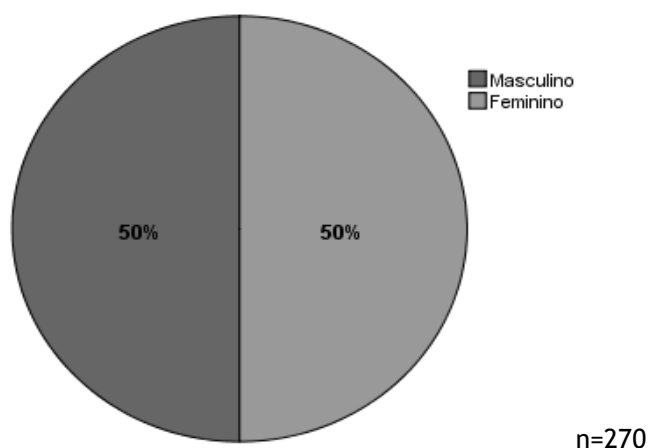


Gráfico nº 2. Distribuição dos inquiridos por género

1.3. Naturalidade

No que concerne à naturalidade dos inquiridos, considerando o elevado número de concelhos do país dos quais os estudantes são naturais, optamos por agregar os diversos concelhos em sete regiões nacionais e, no caso dos estudantes cuja naturalidade não é portuguesa, em outros países. A análise do gráfico nº 3 permite-nos, assim, constatar que a maioria dos estudantes (59,7%) é natural da região Centro, verificando-se uma proximidade geográfica relativamente à região onde se localiza a instituição de ensino frequentada. Destaca-se, ainda, a presença significativa de estudantes (25,4%) provenientes da região Norte, sendo apenas 9,4% naturais das restantes regiões nacionais e 5,6% de outros países.

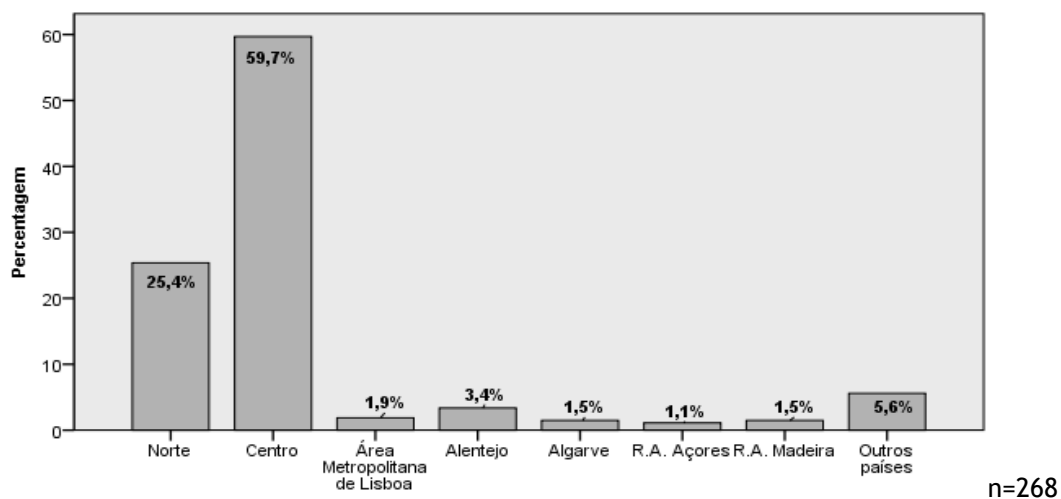


Gráfico nº 3. Distribuição dos inquiridos por naturalidade (região)

1.4. Curso e área de estudo

Para a aplicação do nosso inquérito por questionário foram selecionados, a partir de cinco áreas de estudo distintas, estudantes de catorze cursos. O gráfico nº 4 apresenta-nos a distribuição dos inquiridos por curso e respetiva área de estudo, permitindo-nos verificar que 15,5% dos estudantes integram a área de Artes e Letras, 8,1% a área de Ciências, 23% a área de Ciências da Saúde, 31,9% a área de Ciências Sociais e Humanas e 21,5% a área de Engenharia.

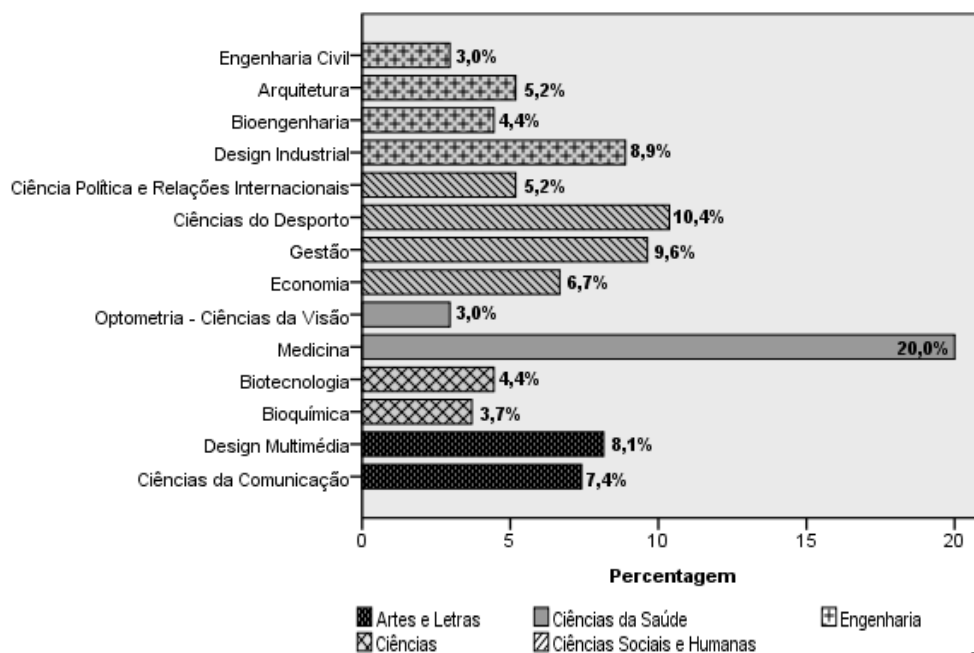


Gráfico nº 4. Distribuição dos inquiridos por curso e área de estudo

1.5. Condição perante o trabalho

Conforme podemos averiguar no gráfico nº 5, a maior parte dos estudantes (57%) afirma nunca ter exercido uma atividade profissional, encontrando-se os seus percursos académicos marcados, como mencionam Mauritti (2002), Guerreiro e Abrantes (2005) e Melo e Borges (2007), pelo predomínio da condição estudantil, acompanhada pelo adiamento da integração no mercado de trabalho e pela total dependência económica relativamente à família de origem. Também na investigação realizada por Mauritti (2002), se assiste, de igual modo, à maior representatividade de estudantes que nunca tiveram contacto direto com o mercado de trabalho (86,8%), sendo a percentagem superior à dos dados obtidos no nosso inquérito por questionário. Tal como referem Mauritti (2002) e Melo e Borges (2007), os estudantes que conciliam os estudos com o exercício de uma atividade profissional encontram-se numa situação intermédia do seu processo de transição para a vida adulta, uma vez que o início da vida ativa ocorreu antes da finalização dos estudos. Em análise complementar, constatamos que os estudantes que já exerceram ou exercem presentemente uma atividade profissional têm, sua maioria, idades compreendidas entre os 23 e os 30 anos, já iniciaram projetos familiares e são maioritariamente oriundos de setores de classe mais desfavorecidos.

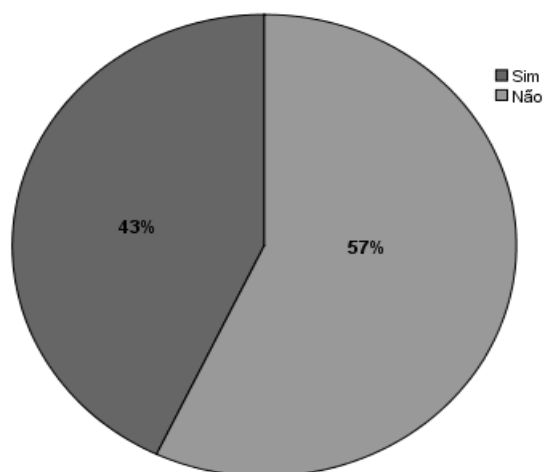


Gráfico nº 5. Distribuição dos inquiridos por desempenho de atividade profissional

1.6. Situação atual perante a independência habitacional, a conjugalidade e a parentalidade

Como podemos observar no gráfico nº 6, a grande maioria dos estudantes (83,8%) não vive em casa dos pais durante o período de aulas, residindo maioritariamente em quartos ou apartamentos alugados (70,4%), enquanto uma proporção significativa reside, ainda, com a família de origem (15,9%). Na investigação realizada por Cairns (2011) verifica-se, contrariamente aos dados obtidos no nosso inquérito por questionário, uma maior presença de estudantes que vivem em casa dos pais (83%). O predomínio de estudantes que não residem com a família de origem durante o período letivo encontra-se, sobretudo, relacionado com situações em que a instituição de ensino frequentada se encontra localizada fora da área de residência familiar, verificando-se que a quase totalidade dos estudantes que permanece em casa dos pais é natural do concelho da Covilhã ou de concelhos próximos.

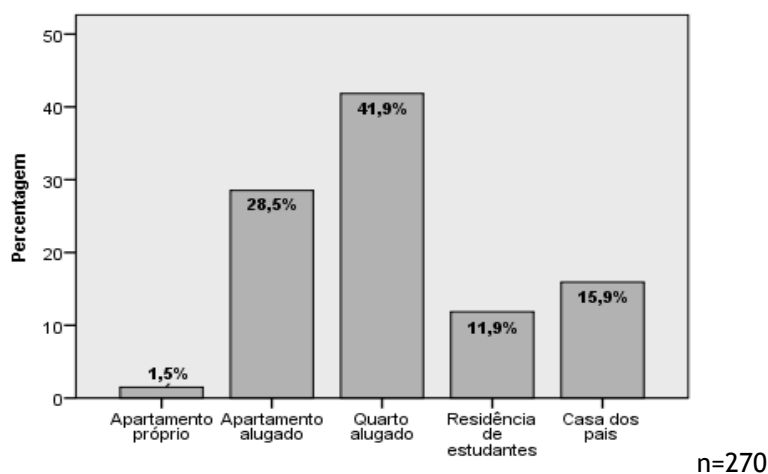


Gráfico nº 6. Distribuição dos inquiridos por residência durante o período de aulas

Tal como mencionam diversos autores, entre os quais Ellefsen e Hamel (2000), Galland (2001) e Guerreiro e Abrantes (2007), o prolongamento dos percursos escolares têm um forte impacto no que respeita ao adiamento da realização de projetos familiares. Como podemos constatar no gráfico nº 7, a grande maioria dos estudantes (98,5%) é solteiro/a. Dos restantes inquiridos, apenas 1,5% se encontram em situação de conjugalidade, dos quais 3 (1,1%) vivem em união de facto e 1 (0,4%) é casado/a. Os dados obtidos na investigação realizada por Mauritti (2002) revelam, de igual modo, uma presença maioritária de estudantes (94,9%) que não se encontram em situação de conjugalidade, adquirindo as situações de conjugalidade uma expressão muito reduzida (5,1%). Em análise complementar, verificamos que os estudantes que se encontram em situação de conjugalidade têm, na sua maioria, idades compreendidas entre os 19 e os 22, não sendo visíveis diferenças no que respeita ao género.

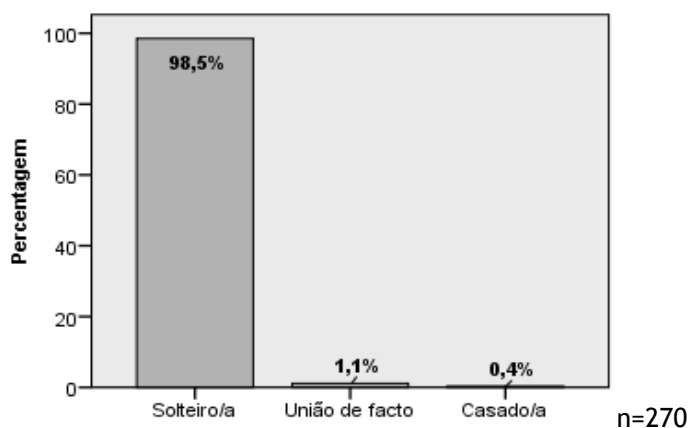


Gráfico nº 7. Distribuição dos inquiridos por estado civil

Conforme podemos averiguar no gráfico nº 8, a quase totalidade dos inquiridos (99,3%) não tem filhos. De forma complementar, verificamos que os estudantes que já iniciaram a parentalidade se encontram em situação de conjugalidade (união de facto), não sendo notórias diferenças no que respeita à idade e ao género.

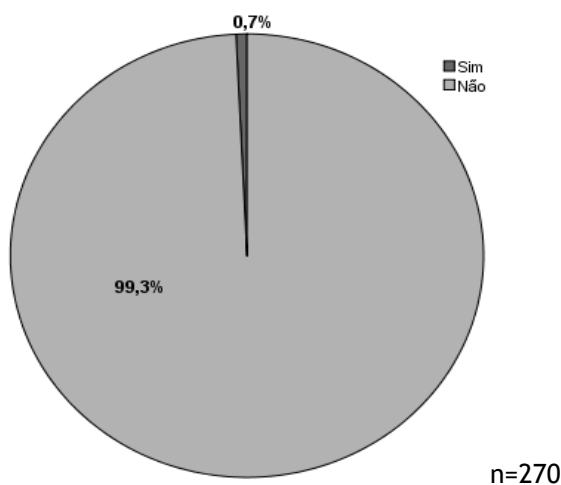


Gráfico nº 8. Distribuição dos inquiridos segundo a existência de filhos

Este grupo reduzido de estudantes que já iniciou projetos familiares, por via da parentalidade e/ou da conjugalidade, encontra-se, de acordo com Mauritti (2002), numa situação intermédia do seu processo de transição para a vida adulta, combinando o estatuto de jovens (condição estudantil) com o estatuto de adultos (realização de projetos familiares).

2. As origens sociais dos estudantes universitários

Tal como mencionam Galland (2001), Clavel (2004) e Guerreiro e Abrantes (2005,2007), a expansão e a democratização do ensino vieram proporcionar novas oportunidades educativas aos jovens oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos, contribuindo, assim, para o aumento das suas oportunidades e aspirações escolares, para a redução das desigualdades educacionais e para a ampliação das oportunidades de mobilidade social ascendente. No entanto, a progressão e as oportunidades/escolhas educacionais podem ser condicionadas pelas características socioeconómicas dos indivíduos e pelo capital cultural transmitido pelas famílias de origem. Conforme referem Schimdt (1990), Mauritti (2002) e Guerreiro e Abrantes (2007) é entre os contextos mais favorecidos que se verifica um maior investimento por parte das famílias de origem nas trajetórias escolares dos jovens, sendo o grupo que apresenta maiores níveis de escolaridade.

2.1. Origens socioeducacionais

Com o objetivo de analisar as origens socioeducacionais dos inquiridos, procuramos, tal como Mauritti (2002), ter em conta dois eixos complementares de análise: os níveis de escolaridade do pai e da mãe, representados de forma individual, e dos pais/”grupo doméstico familiar”. Os níveis de escolaridade dos pais/”grupo doméstico familiar” são definidos a partir da combinação dos níveis educacionais do pai e da mãe, considerando, nas situações em que ambos possuem recursos escolares diferenciados, o elemento que detém o grau de escolaridade mais elevado. Este eixo de análise revela-se particularmente importante na medida em que privilegia o contexto familiar, nomeadamente, no que respeita aos recursos e à socialização familiar. No que respeita aos níveis de escolaridade de cada um dos progenitores, a leitura da tabela nº 4 permite-nos constatar que a maioria dos pais (55,2%) e das mães (43,1%) dos estudantes apresenta baixos níveis de escolaridade (ensino básico), com predomínio do 9º ano, destacando-se também significativamente os pais e as mães com qualificações correspondentes ao ensino secundário (24,5% e 33,5%, respetivamente) e ao ensino superior (20,1% e 23%, respetivamente). São igualmente visíveis diferenças de género nos capitais escolares de ambos os progenitores, verificando-se que a proporção de mães com baixos níveis de escolaridade é inferior à dos pais e é superior que no que respeita aos níveis escolares mais elevados, sendo, por conseguinte, o elemento com maiores recursos socioeducacionais.

Níveis de escolaridade	Pai (%)	Mãe (%)
Não sabe ler nem escrever	0,0	0,4
1º Ciclo do ensino básico (4º ano)	13,8	8,9
2º Ciclo do ensino básico (6º ano)	16,0	13,8
3º Ciclo do ensino básico (9º ano)	25,4	20,4
Ensino secundário (12º ano)	24,6	33,5
Ensino superior	20,1	23,0
TOTAL	100,0	100,0

n(pai)=268; n(mãe)=269

Tabela nº 4. Níveis de escolaridade do pai e da mãe

Como podemos averiguar no gráfico nº 9, grande parte dos inquiridos (35,9%) é proveniente de famílias de origem com baixos níveis de escolaridade (ensino básico), refletindo, assim, a existência de fenómenos de mobilidade educacional. No entanto, verificamos que uma proporção bastante considerável de estudantes é oriunda de famílias com qualificação escolar de nível intermédio (35,2%) e superior (28,9%). Esta presença significativa de estudantes provenientes de famílias com elevados recursos educacionais e a reduzida proporção daqueles cujos pais detêm apenas o 1º ciclo do ensino básico vêm evidenciar a presença de fenómenos de reprodução social, realçando, assim, a importância do capital cultural e dos valores e orientações transmitidos pela família de origem aquando do processo de socialização no que respeita ao prolongamento dos percursos escolares. No estudo realizado por Mauritti (2002), observa-se igualmente o predomínio de estudantes provenientes de famílias de origem com baixos níveis de escolaridade (45,3%), sendo a proporção ligeiramente superior à dos nossos dados. No entanto, nos restantes níveis escolares assiste-se a uma divergência relativamente aos resultados obtidos no nosso inquérito, verificando-se uma redução acentuada do peso de estudantes oriundos de famílias com qualificação correspondente ao ensino secundário (16,7%) e uma maior representatividade daqueles cujos pais detêm o ensino superior (38%).

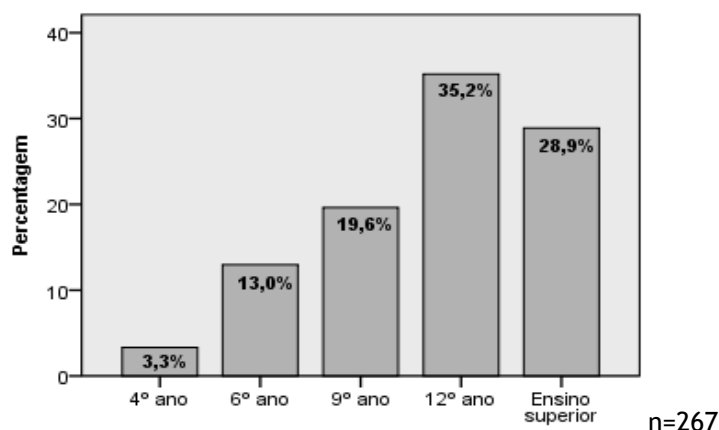


Gráfico nº 9. Níveis de escolaridade dos pais

2.1.1. A influência da origem socioeducacional na escolha da área de estudo

Conforme referimos anteriormente, as escolhas educativas dos jovens podem ser condicionadas pelo capital cultural transmitido pelas famílias de origem. Como podemos observar na tabela

que se segue, são os estudantes oriundos de famílias com baixos níveis de escolaridade quem adquire maior peso nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, de Artes e Letras e de Ciências. Embora registem uma presença significativa na área de Ciências Sociais e Humanas, são os estudantes provenientes de famílias com um nível intermédio ou elevado de escolaridade quem integra, sobretudo, a área de Ciências da Saúde e de Engenharia, sendo particularmente na área de Ciências da Saúde onde se concentram os estudantes com pais mais escolarizados.

Origem socioeducacional	Área de estudo					TOTAL
	Artes e Letras	Ciências	Ciências da Saúde	Ciências Sociais e Humanas	Engenharia	
1º Ciclo do ensino básico	11,1%	0,0%	22,2%	55,6%	11,1%	100%
2º Ciclo do ensino básico	17,1%	14,3%	22,9%	40,0%	5,7%	100%
3º Ciclo do ensino básico	17,0%	7,5%	18,9%	37,7%	18,9%	100%
Ensino secundário	16,8%	9,5%	18,9%	28,4%	26,3%	100%
Ensino superior	12,8%	5,1%	30,8%	25,6%	25,6%	100%
TOTAL	15,6%	8,1%	23,0%	31,9%	21,5%	100%

Tabela nº 5. A escolha da área de estudo segundo a origem socioeducacional

2.2. Origens sociais de classe

Com a finalidade de analisar as origens sociais de classe dos inquiridos, procuramos, tal como na análise dos recursos socioeducacionais e à semelhança de Mauritti (2002), ter em conta dois eixos analíticos complementares: as posições de classe do pai e da mãe, representadas de forma individual, e dos pais/"grupo doméstico familiar". Neste sentido, recorreremos à tipologia de classificação de posições de classe ACM, a qual foi originalmente utilizada no estudo de Machado et al (2003). Esta tipologia abarca sete categorias socioprofissionais para a análise das posições de classe individuais (pai e mãe) e dez categorias para a análise das posições de classe familiares (pais/"grupo doméstico familiar"). No que respeita à análise das posições de classe individuais, consideramos apenas cinco categorias socioprofissionais, referenciadas na tabela nº 4. Face à inexistência de pais e mães pertencentes à categoria de Assalariados Agrícolas e à presença residual daqueles que pertencem à categoria de Agricultores Independentes (0,9% e 0,5%, respetivamente), optámos por agregar esta última categoria à posição de classe mais próxima (a categoria de Trabalhadores Independentes). Por conseguinte, também na análise das posições de classe familiares foram somente contempladas sete categorias socioprofissionais, mencionadas no gráfico nº 10, encontrando-se ausentes as categorias de Assalariados Agrícolas, de Agricultores Independentes Pluriactivos e de Agricultores Independentes. Das categorias incluídas nas análises individual e familiar, as de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais e de Profissionais Técnicos e de Enquadramento correspondem a posições de classe mais favorecidas, enquanto as categorias de Trabalhadores Independentes, de Empregados Executantes, de Operários Industriais e, no caso da análise familiar, as de Trabalhadores Independentes Pluriactivos e de Assalariados Executantes Pluriactivos encontram-se associadas a posicionamentos de classe mais desfavorecidos. As posições de classe do pai e da mãe são definidas tendo por base a profissão e a situação na profissão de cada um dos progenitores. No que concerne à definição das posições de classe dos

pais/”grupo doméstico familiar”, esta assenta na combinação das posições de classe do pai e da mãe, considerando, nas situações em que ambos possuem recursos socioprofissionais diferenciados, dois critérios: o do elemento que detém a posição de classe mais elevada ou o da conjugação dos diferentes posicionamentos de classe do pai e da mãe, dando origem às categorias pluriactivas. Tal como na análise dos recursos socioeducacionais, este eixo analítico assume um carácter particularmente importante, uma vez que privilegia o contexto familiar, nomeadamente, no que respeita aos recursos e à socialização familiar.

Numa primeira fase, iremos analisar a situação na profissão e a profissão do pai e da mãe dos inquiridos, que, como referimos anteriormente, servirão de base à definição das posições de classe individuais. Deste modo, conforme podemos observar na tabela nº 6, a situação na profissão maioritária entre os pais (63,3%) e as mães (69,1%) dos estudantes é trabalhador/a por conta de outrem. Constatamos, ainda, que uma percentagem considerável de pais (23,1%) e de mães (10,6%) é trabalhador/a por conta própria e uma reduzida proporção é empregador/a, a qual abrange apenas 3% dos pais e 1,9% das mães. Também aqui são notórias as diferenças de género, sendo a proporção de mães trabalhadoras por conta de outrem superior à dos pais e inferior no que respeita às situações de trabalhadora por conta própria e empregadora. As situações de desemprego e de inatividade profissional adquirem, de igual modo, contornos significativos, atingindo 10,6% dos pais e 20,1% das mães.

Situação na profissão	Pai (%)	Mãe (%)
Empregador/a	3,0	1,9
Trabalhador/a por conta própria	23,1	10,6
Trabalhador/a por conta de outrem	63,3	69,1
Desempregado/a	5,7	13,3
Reformado/a	4,9	2,3
Doméstica	0,0	4,5
TOTAL	100,0	100,0

n(pai)=264; n(mãe)=265

Tabela nº 6. Situação na profissão do pai e da mãe

Relativamente à última ou atual profissão do pai e da mãe dos inquiridos, considerando o elevado número de situações profissionais, optámos por agregar as profissões exercidas por cada um dos progenitores em dez grandes grupos profissionais, tendo por base a Classificação Portuguesa das Profissões (CPP) de 2010. A análise da tabela nº 7 permite-nos, assim, constatar que o grupo profissional onde os pais dos estudantes se encontram mais representados corresponde ao dos “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (27,9%), distinguindo-se também significativamente os pais com profissões pertencentes aos grupos dos “técnicos e profissões de nível intermédio” (17,5%) e dos “especialistas das atividades intelectuais e científicas” (14,7%). No caso das mães dos estudantes, podemos verificar que o grupo profissional onde estas adquirem uma maior presença corresponde ao das “trabalhadoras dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedoras” (23,6%), destacando-se, de igual modo, as mães cujas profissões se encontram abrangidas pelos grupos das “especialistas das atividades intelectuais e científicas” (18,6%) e do “pessoal administrativo” (15,2%). É nos

grupos dos “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, dos “trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e de segurança e vendedores” e do “pessoal administrativo” onde se observa um maior distanciamento percentual entre as situações profissionais do pai e da mãe, o que irá ter impacto nos posicionamentos de classe de ambos os progenitores.

Grandes grupos profissionais (CPP/2010)	Pai (%)	Mãe (%)
Profissões das forças armadas	0,8	0,0
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	10,4	5,1
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	14,7	18,6
Técnicos e profissões de nível intermédio	17,5	12,2
Pessoal administrativo	3,6	15,2
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	12,0	23,6
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0,8	0,8
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	27,9	13,1
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem	8,0	0,4
Trabalhadores não qualificados	4,4	1,1
TOTAL	100,0	100,0

n(pai)=251; n(mãe)=237

Tabela nº 7. Profissão do pai e da mãe (última ou atual) por grupo profissional

Atendendo às posições de classe individuais (pai e mãe), a leitura da tabela nº 8 permite-nos averiguar que a maioria dos pais (56,5%) e das mães (60,8%) dos estudantes detém posições de classe menos favorecidas, sendo esta uma condição que se acentua na mãe, que representa, assim, o elemento com menores recursos socioprofissionais. Entre as categorias menos favorecidas, destaca-se a maior presença de pais Operários Industriais (27,4%) e de mães Empregadas Executantes (42,5%). O predomínio destas duas posições de classe encontra-se, sobretudo, relacionado com o forte peso de pais com profissões abrangidas pelo grupo dos “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” e de mães pertencentes aos grupos das “trabalhadoras dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedoras” e do “pessoal administrativo”, ambos em situação de trabalhador/a por conta de outrem. Constatamos, de igual modo, que uma proporção bastante significativa de pais (43,5%) e de mães (39,2%) possui posicionamentos de classe mais favorecidos, com predomínio da categoria de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, na qual se encontram representados 28,3% dos pais e 32,4% das mães. A maior representatividade desta posição de classe decorre, fundamentalmente, da elevada presença de pais com profissões pertencentes ao grupo dos “técnicos e profissões de nível intermédio” e de mães “especialistas das atividades intelectuais e científicas”, em situação de trabalhador/a por conta de outrem. Podemos, ainda, sublinhar que uma percentagem considerável de pais detém posicionamentos de classe correspondentes às categorias de Trabalhadores Independentes e de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, o que é fruto da sua maior presença nas situações de trabalhador por conta própria e empregador.

Posicionamentos de classe	Pai (%)	Mãe (%)
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	15,2	6,8
Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	28,3	32,4
Trabalhadores independentes (TI)	14,8	8,2
Empregados executantes (EE)	14,3	42,5
Operários industriais (OI)	27,4	10,1
TOTAL	100,0	100,0

n(pai)=223; n(mãe)=207

Tabela nº 8. Posições de classe do pai e da mãe

Como podemos constatar na tabela nº 10, a maioria dos inquiridos (52,3%) é proveniente de setores de classe menos favorecidos, sobretudo da categoria de Empregados Executantes (13,9%), evidenciando, assim, os efeitos da expansão e da democratização do ensino e do reforço dos serviços de ação social. Porém, verificamos que uma proporção bastante considerável de estudantes é oriunda de contextos sociais mais favorecidos, nos quais se observa uma sobrerrepresentação da categoria de Profissionais Técnicos e de Enquadramento (32,2%), destacando-se também significativamente a categoria de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais (15,3%). Em análise complementar, verificamos que é na categoria de Empregados Executantes e nos setores de classe mais favorecidos, muito particularmente na categoria de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, onde se concentram as famílias com maiores recursos socioeducacionais. Deste modo, a forte presença destas categorias socioprofissionais entre as origens de classe dos estudantes vem refletir a existência de fenómenos de reprodução social, reforçando, conforme referem diversos autores como Mauritti (2002), Pappámikail (2004) e Guerreiro e Abrantes (2007), a importância do capital escolar e da socialização familiar no que respeita ao prolongamento das trajetórias escolares.

À exceção do maior peso de estudantes provenientes de contextos sociais mais favorecidos (62%), os nossos resultados aproximam-se dos obtidos por Mauritti (2002), nomeadamente, no que respeita ao predomínio da categoria de Empregados Executantes (10,2%) nos contextos sociais mais desfavorecidos e da categoria de Profissionais Técnicos e de Enquadramento (“nova classe média assalariada”) (32,6%) nos setores mais favorecidos.

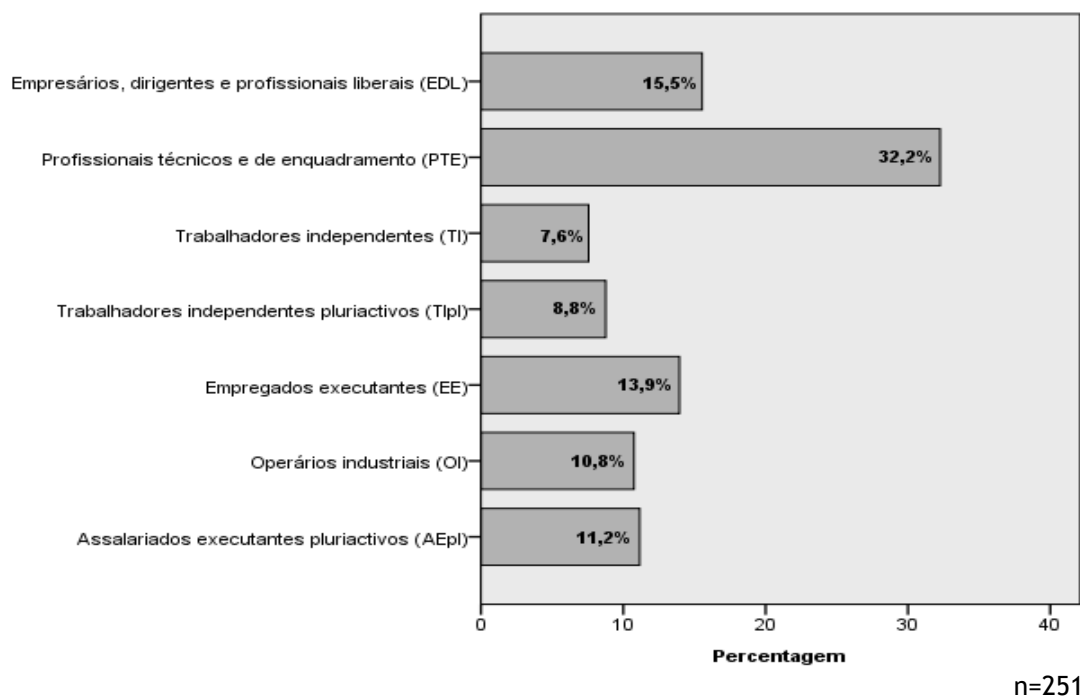


Gráfico nº 10. Posições de classe dos pais

2.2.1. A influência da origem social de classe na escolha da área de estudo

Conforme mencionámos anteriormente, as escolhas educativas dos jovens podem ser condicionadas pelos recursos socioeconómicos das famílias de origem. Como podemos averiguar na tabela nº 9, são os estudantes provenientes de contextos sociais mais favorecidos quem regista uma maior presença nas áreas de Ciências Sociais e Humanas (sobretudo nos cursos de economia e gestão), de Ciências da Saúde e de Engenharia. Como vimos anteriormente, é também nas áreas de Ciências da Saúde e de Engenharia que os estudantes oriundos de famílias com maiores níveis escolares se encontram mais representados. Concluimos, portanto, que é nestas duas áreas onde se concentram os jovens provenientes de famílias com maiores níveis de recursos económicos, sociais e culturais.

Embora adquiram também um forte peso nas áreas de Ciências da Saúde e de Engenharia, os estudantes oriundos de setores de classe mais desfavorecidos encontram-se, sobretudo, mais representados nas áreas de Ciências Sociais e Humanas (em particular nos cursos de ciências do desporto e de ciências política e relações internacionais), de Ciências e de Artes e Letras.

Origem social de classe	Área de estudo					TOTAL
	Artes e Letras	Ciências	Ciências da Saúde	Ciências Sociais e Humanas	Engenharia	
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	7,7%	5,1%	30,8%	35,9%	20,5%	100%
Profissionais técnicos e de enquadramento	19,8%	4,9%	25,9%	24,7%	24,7%	100%
Trabalhadores independentes	10,5%	15,8%	21,1%	36,8%	15,8%	100%
Trabalhadores independentes pluriactivos	4,5%	4,5%	27,3%	31,9%	31,8%	100%
Empregados executantes	34,3%	5,7%	22,9%	25,7%	11,4%	100%
Operários industriais	14,8%	14,8%	14,8%	37,1%	18,5%	100%
Assalariados executantes pluriactivos	7,1%	14,3%	25,0%	32,2%	21,4%	100%
TOTAL	15,9%	8,0%	24,3%	30,7%	21,1%	100%

Tabela nº 9. A escolha da área de estudo segundo a origem social de classe

Na investigação realizada por Mauritti (2002) assiste-se, de igual modo, ao predomínio de estudantes oriundos de contextos sociais mais favorecidos entre as áreas de Ciências da Saúde e de Engenharia e entre os cursos de gestão e economia. Tal como refere Mauritti (2002), são estes jovens quem tende a optar, maioritariamente, por áreas científicas que registam menores índices de desemprego e maior oferta no mercado de trabalho, que possuem maior prestígio social e que permitem o acesso a cargos de chefia e a elevados níveis remuneratórios.

Capítulo II - A transição do ensino para o mercado de trabalho: a perspetiva dos jovens

O modelo tradicional de transição pública, caracterizado pelo modo linear e sincrónico com que a passagem do ensino para o mercado de trabalho, sofreu profundas alterações (Pais, 1991; Pappámikail, 2004). A massificação do ensino e a ampliação de empregos técnicos e científicos, com elevadas compensações económicas e simbólicas, conduziram a um maior investimento na educação por parte dos jovens (Mauritti, 2002; Guerreiro e Abrantes, 2007; Melo e Borges, 2007). O prolongamento da escolaridade e a generalização progressiva do ensino constituem fatores essenciais no que respeita à alteração da idade de entrada no mercado de trabalho e de acesso ao estatuto adulto (Galland, 2001; Mauritti, 2002; Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). Conforme refere Cabral (2011), verifica-se uma correlação positiva entre o nível de qualificação e a empregabilidade, constituindo o aumento dos níveis de escolaridade uma vantagem e um fator diferenciador no mercado de trabalho competitivo. No entanto, o prolongamento do percurso escolares nem sempre se revela suficiente para a entrada o mercado de trabalho marcado pelo aumento do desemprego e pela expansão da instabilidade e da precaridade laboral, que têm vindo a atingir crescentemente os jovens qualificados (Galland, 2001). As trajetórias profissionais juvenis distanciam-se, assim, dos modos tradicionais de inserção no mercado de trabalho a apresentam um carácter múltiplo e diverso, marcado pela incerteza, pela imprevisibilidade e pela adoção de estratégias centradas no risco, constituindo um espaço de contradição relativamente aos percursos profissionais das gerações precedentes (Pais, 2001; Rebelo, 2005; Gonçalves, 2013). Deste modo, iremos, numa primeira fase, proceder à análise das expectativas dos estudantes quanto à sua transição para o mercado de trabalho, tendo em conta aspetos como as expectativas de inserção profissional qualificada, o vínculo contratual e a remuneração expectável, o possível desempenho de uma pouco qualificada e as perceções acerca do emprego. Procuraremos, de igual modo, avaliar a influência das perceções acerca formação superior, da origem social, do género e da área de estudo sobre o modo como os jovens perspetivam a sua transição pública. Numa segunda fase, iremos centrar a nossa análise sobre as representações acerca do mercado de trabalho e as estratégias de inserção profissional, procurando verificar em que medida estas poderão ter impacto sobre as expectativas de inserção profissional qualificada.

1. Os percursos escolares

Tal como mencionam Mauritti (2002) e Guerreiro e Abrantes (2005), a massificação do ensino e a expansão e diversificação das ofertas formativas contribuíram para o aumento dos indivíduos

mais qualificados e para a ampliação das oportunidades laborais. Conforme referem Mauritti (2002) e Alves et al (2012), apesar da incerteza e da complexidade que marcam as trajetórias de inserção profissional, tem-se verificado uma crescente procura por parte dos jovens da formação superior. Face a este contexto, as instituições de ensino assumem uma elevada importância no que respeita à qualificação dos jovens e à recomposição profissional, social e económica.

1.1. Motivações para o ingresso no ensino superior

No que respeita aos quatro motivos que os inquiridos consideram mais importantes quando optaram por ingressar no ensino superior, podemos constatar a partir da análise da tabela nº 10, que o motivo que os estudantes consideraram mais importantes foi o “acesso à profissão desejada” (22,7%), seguindo-se a “aquisição de novos conhecimentos” (17,9%), o “acesso a um emprego bem remunerado” (16,6%) e por fim o “desenvolvimento de competências pessoais e sociais” (14,2%). Realçamos, ainda, que o motivo menos referido foi a “posse de um diploma” (3,6). Na análise de Alves et al (2012), realizada a partir da sistematização de resultados obtidos em diversas investigações produzidas pelos autores do artigo e por outros autores, verifica-se, de igual forma, que, além das motivações diretamente relacionadas com as aspirações profissionais (como o acesso à profissão desejada ou a um emprego bem remunerado), a aquisição de novos conhecimentos e competências assume também um papel relevante para os estudantes.

	Percentagem
Acesso à profissão desejada (n=202)	22,7%
Acesso a um emprego bem remunerado (n=148)	16,6%
Diversificação das saídas profissionais (n=100)	11,2%
Posse de um diploma (n=32)	3,6%
Aquisição de novas experiências (n=123)	13,8%
Aquisição de novos conhecimentos (n=159)	17,9%
Desenvolvimento de competências pessoais e sociais (n=126)	14,2%
TOTAL	100,0%

Tabela nº 10. Motivos para o ingresso no ensino superior

Após a análise dos quatro principais motivos que estiveram na base da opção pelo ingresso no ensino superior da generalidade dos estudantes iremos, se seguida, verificar se existem variações entre as motivações dos estudantes das diferentes áreas de estudo. Neste sentido, como podemos observar na tabela nº 11, o “acesso à profissão desejada” e a “aquisição de novos conhecimentos” constituíram dois dos motivos a que os estudantes das cinco áreas de estudo atribuíram maior importância, quando optaram por ingressar no ensino superior. À exceção da área de Artes e Letras, o “acesso a um emprego bem remunerado” adquiriu, de igual modo, um forte peso entre as motivações dos estudantes. Verificamos ainda que o “desenvolvimento de competências pessoais e sociais” representou um dos motivos mais importantes para os estudantes das áreas de Ciências Sociais e Humanas, de Ciências da Saúde e de Artes e Letras, constituindo também a “aquisição de novas experiências” uma das

motivações mais privilegiadas pelos os estudantes das áreas de Artes e Letras e de Engenharia. São, sobretudo, os estudantes da área de Ciências quem referiu a “diversificação das saídas profissionais” como sendo um dos motivos com maior relevância, sendo, deste modo, a área onde predominam as motivações mais diretamente relacionadas com a inserção profissional.

Motivos para o ingresso no ensino superior	Áreas de estudo					TOTAL
	Artes e Letras	Ciências	Ciências da Saúde	Ciências Sociais e Humanas	Engenharia	
Acesso à profissão desejada	20,3%	21,0%	26,4%	22,6%	21,1%	22,7%
Acesso a um emprego bem remunerado	12,3%	19,8%	15,9%	16,4%	19,4%	16,6%
Diversificação das saídas profissionais	13,0%	16,0%	7,3%	11,7%	11,9%	11,2%
Posse de um diploma	7,3%	3,7%	0,8%	3,8%	3,8%	3,6%
Aquisição de novas experiências	16,7%	14,8%	12,3%	12,8%	14,6%	13,8%
Aquisição de novos conhecimentos	15,9%	16,0%	19,1%	19,2%	16,8%	17,9%
Desenvolvimento de competências pessoais e sociais	14,5%	8,7%	18,2%	13,5%	12,4%	14,2%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela nº 11. Motivos para o ingresso no ensino superior por área de estudo

1.2. Representações acerca da formação superior

Conforme mencionam diversos autores que tivemos oportunidade de analisar anteriormente, tem-se assistido a uma crescente procura por parte dos jovens da formação superior. O aumento dos níveis escolares adquire uma elevada importância no que respeita ao acesso a profissões qualificadas e à entrada no mercado de trabalho. Deste modo, para análise das representações acerca da formação superior privilegiámos três dimensões: a opção de escolha de curso, a satisfação com o curso superior frequentado e a articulação entre o curso e o mercado de trabalho.

Como podemos averiguar no gráfico nº 11, a grande maioria dos estudantes (81,1%) encontra-se a frequentar o curso correspondente à sua primeira opção aquando da candidatura ao ensino superior. Destaca-se ainda a presença significativa de estudantes (11,5%) cujo curso frequentado corresponde à sua segunda opção, encontrando-se apenas 7,4% a frequentar o curso correspondente à sua terceira, quarta, quinta e sexta opções. No estudo realizado por Mauritti (2002), pode observar-se, de igual modo, o predomínio de estudantes (80,1%) que estão a frequentar o curso que selecionaram como primeira opção.

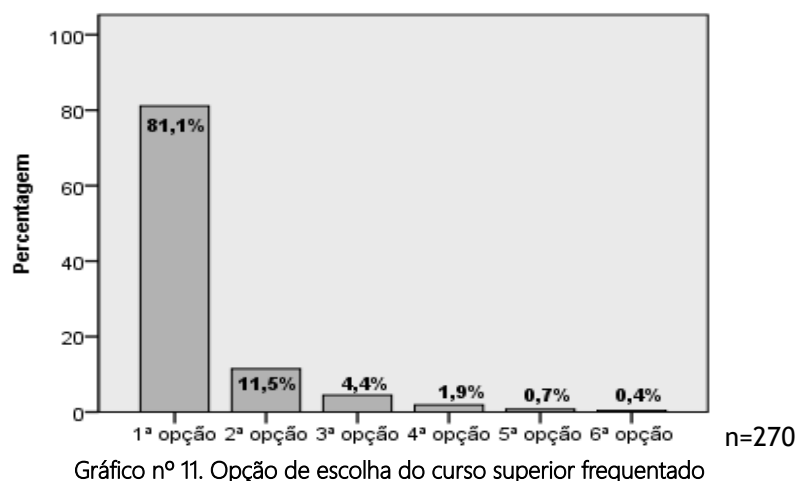


Gráfico nº 11. Opção de escolha do curso superior frequentado

Conforme podemos verificar na tabela nº 12, a maioria dos estudantes das cinco áreas de estudo encontra-se a frequentar o curso correspondente à sua primeira opção, particularmente os estudantes da área de Ciências da Saúde. São, sobretudo, os estudantes da área de Engenharia e de Ciências quem se encontra a frequentar o curso correspondente à sua segunda opção, encontrando-se os estudantes das áreas de Artes e Letras e de Ciências Sociais e Humanas mais representados entre aqueles cujo curso frequentado corresponde à sua terceira, quarta, quinta e sexta opções.

Área de estudo	Motivos para o ingresso no ensino superior						TOTAL
	1ª opção	2ª opção	3ª opção	4ª opção	5ª opção	6ª opção	
Artes e Letras	76,2%	7,1%	9,6%	7,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Ciências	77,3%	18,2%	4,5%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Ciências da Saúde	96,8%	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Ciências Sociais e Humanas	81,2%	9,4%	5,8%	1,2%	1,2%	1,2%	100,0%
Engenharia	69,0%	24,2%	3,4%	1,7%	1,7%	0,0%	100,0%
TOTAL	81,1%	11,5%	4,4%	1,9%	0,7%	0,4%	100,0%

Tabela nº 12. Opção de escolha do curso por área de estudo

No que concerne ao grau de satisfação dos inquiridos com o curso superior frequentado, a análise do gráfico nº 13 permite-nos averiguar que a maioria dos inquiridos (59,9%) revela-se satisfeita com o seu curso, afirmando inclusive 23,3% estar muito satisfeitos. Porém, verificamos ainda que uma proporção considerável de estudantes (15,6%) refere estar pouco satisfeita, encontrando-se apenas 5,2% nada satisfeitos. Também na análise de Alves et al (2012), realizada a partir da sistematização de resultados obtidos em diversas investigações, se verifica que a generalidade dos estudantes universitário se revela satisfeita com a formação académica.

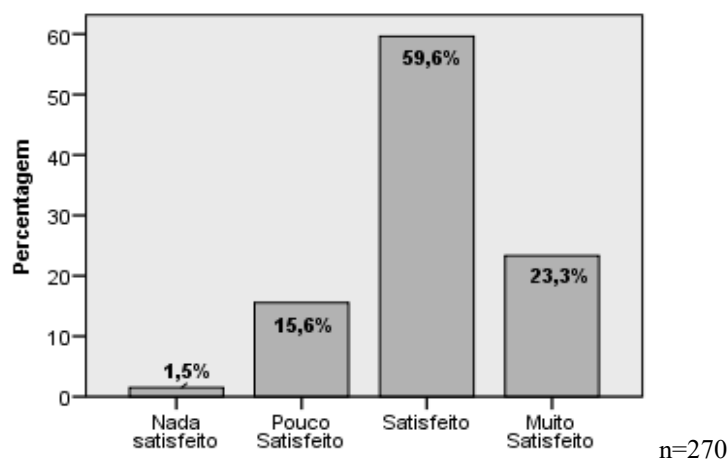


Gráfico nº 12. Grau de satisfação com o curso superior frequentado

Conforme podemos observar na tabela nº 13, são, sobretudo, os estudantes das áreas de Ciências da Saúde e de Ciências Sociais e Humanas quem apresenta níveis mais elevados de satisfação com o curso, com médias correspondentes ao nível “satisfeito”. Por sua vez, é entre os estudantes da área de Artes e Letras que o grau de satisfação com o curso é menor.

Área de estudo	N	Média (1 a 4) *	Desvio-Padrão
Artes e Letras	42	2,52	0,552
Ciências	22	2,86	0,468
Ciências da Saúde	62	3,56	0,501
Ciências Sociais e Humanas	86	3,05	0,653
Engenharia	58	2,95	0,633

*1=nada satisfeito e 4=muito satisfeito

Tabela nº 13. Média do grau de satisfação com o curso frequentado por área de estudo

Conforme referem Hofling (2001), Teodoro e Aníbal (2007) e Stoer (2008), num contexto de massificação do ensino e de diversificação das oportunidades educativas, procuraram implementar-se medidas direcionadas para a preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, no sentido de articular o sistema de ensino com o sistema produtivo. Desta forma, com a finalidade de averiguar em que medida os inquiridos consideram que o seu curso se encontra articulado com o mercado de trabalho, foi-lhes solicitado que expressassem o seu grau de concordância relativamente a três aspetos, mencionados na tabela nº 14. Deste modo, podemos verificar que a maioria dos estudantes concorda ou concorda totalmente com o facto do seu curso “conter componentes práticas que permitem desenvolver competências (pessoais, sociais e técnicas) úteis no mercado de trabalho” (77,1%), “permitir perceber como aplicar profissionalmente os conhecimentos adquiridos ao longo da formação superior” (73,3%), e “preparar para a entrada no mercado de trabalho” (66,3%).

	Preparação para a entrada no mercado de trabalho (n=270)	Percepção de como aplicar profissionalmente os conhecimentos formais (n=270)	Componentes práticas para desenvolvimento de competências (n=270)
Discordo totalmente	5,6%	2,6%	3,3%
Discordo	28,1%	24,1%	19,6%
Concordo	55,6%	60,3%	60,1%
Concordo totalmente	10,7%	13,0%	17,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela nº 14. Articulação entre o curso superior frequentado e o mercado de trabalho

Conforme podemos constatar na tabela nº 15, são os estudantes da área de Ciências de Saúde quem apresenta níveis mais elevados de concordância relativamente à articulação entre o seu curso e o mercado de trabalho, em particular no que respeita à existência de componentes práticas que permitem o desenvolvimento de competências úteis no mercado de trabalho. É entre os estudantes da área de Artes e Letras que os níveis de concordância em relação à articulação entre o sistema de ensino e o sistema produtivo são menores, sobretudo no que concerne à preparação para a entrada no mercado de trabalho.

Área de estudo	Articulação entre o curso frequentado e o mercado de trabalho (Média 1 a 4)*		
	Preparação para a entrada no mercado de trabalho	Percepção de como aplicar profissionalmente os conhecimentos formais	Componentes práticas para desenvolvimento de competências
Artes e Letras (n=42)	2,24	2,55	2,69
Ciências (n=22)	2,77	2,77	2,82
Ciências da Saúde (n=63)	3,22	3,25	3,41
Ciências Sociais e Humanas (n=85)	2,65	2,73	2,72
Engenharia (n=58)	2,59	2,78	2,83

*1=discordo totalmente e 4=concordo totalmente

Tabela nº 15. Média de articulação entre o curso superior frequentado e o mercado de trabalho por a área de estudo

1.3. O papel da instituição de ensino na transição para o mercado de trabalho

De forma a avaliar a atitude dos inquiridos face ao apoio prestado pela instituição de ensino à sua transição para o mercado de trabalho, foi-lhes solicitado que indicassem o seu grau de concordância em relação a três dimensões, referenciadas na tabela nº 16. Neste sentido, constatamos que grande parte dos estudantes concorda ou concorda totalmente com o facto da instituição de ensino frequentada “conter programas de cooperação com centros de investigação e empresas” (62,5%) e “proporcionar informação sobre as dinâmicas do mercado de trabalho” (51,9%), encontrando-se 51,7% dos estudantes em desacordo ou em total desacordo relativamente à “existência de gabinetes de apoio e orientação à transição para a vida ativa”.

	Programas de cooperação com centros de investigação e empresas (n=270)	Gabinetes de apoio e orientação (n=270)	Informação acerca das dinâmicas do mercado de trabalho (n=270)
Discordo totalmente	6,3%	6,5%	5,5%
Discordo	31,4%	45,2%	43,6%
Concordo	57,4%	43,8%	44,5%
Concordo totalmente	4,9%	4,5%	6,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela nº 16. Apoio prestado pela universidade frequentada à transição para o mercado de trabalho

Em análise complementar, verificamos que é, sobretudo, na área de Ciências da Saúde que se concentram os estudantes que apresentam maiores níveis de concordância em relação a estas três dimensões.

2. Expetativas quanto ao início da vida profissional

Conforme referem Guerreiro e Abrantes (2005, 2007) e Melo e Borges (2007), a terciarização e a ampliação de empregos técnicos e científicos, com elevadas compensações simbólicas e económicas, conduziram a um maior investimento na educação por parte dos jovens, sendo o prolongamento dos percursos escolares acompanhado por crescentes expetativas e ambições profissionais. Tal como mencionam vários autores que tivemos oportunidades de analisar anteriormente, o aumento das qualificações escolares desempenha um papel fundamental no acesso ao mercado de trabalho. No entanto, a posse de qualificações elevadas já não garante uma rápida integração no mercado de trabalho, verificando-se um progressivo prolongamento entre a conclusão dos estudos e a inserção profissional. Assiste-se, de igual modo, a uma descoincidência entre aspirações no que respeita ao emprego e as oportunidades proporcionadas pelo mercado de trabalho, sendo a maioria das inserções profissionais juvenis iniciais marcadas por modalidades de emprego precárias.

2.1. Inserção profissional qualificada

Tal como referimos anteriormente, o prolongamento das trajetórias escolares é acompanhado por crescentes expetativas e ambições profissionais. Conforme podemos observar no gráfico nº 13, a maioria dos inquiridos (62,2%) possui elevadas expetativas de inserção profissional qualificada no primeiro ano após a conclusão do curso. No entanto, verificamos ainda que uma proporção bastante significativa de estudantes (32,6%) considera o desempenho de uma profissão qualificada pouco possível, sendo apenas considerado por 5,2% como nada possível.

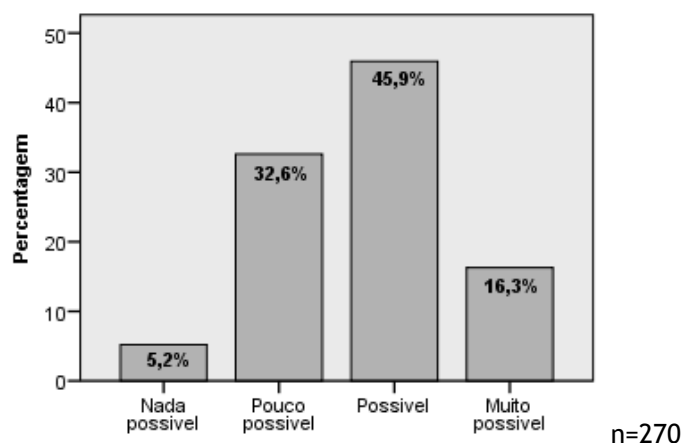


Gráfico nº 13. Desempenho de profissão na área de formação no 1º ano após a conclusão do curso

2.1.1. A influência das representações acerca da formação superior sobre expectativas de inserção profissional qualificada

Conforme vimos anteriormente, para a análise das representações acerca da formação superior privilegiámos três dimensões - a opção de escolha do curso superior, o grau de satisfação com o curso e a articulação entre o curso frequentado e o mercado de trabalho - a partir das quais iremos avaliar, de seguida, a influência sobre as expectativas de inserção qualificada. Tal como refere Mauritti (2002), as expectativas de inserção profissional qualificada podem ser condicionadas pela opção de escolha do curso aquando da candidatura ao ensino superior. No entanto, verificamos que a opção de escolha do curso não tem influência sobre as expectativas dos estudantes. Já a correlação entre o grau de satisfação com o curso e o desempenho de uma profissão na área de formação académica no primeiro ano após a conclusão do curso é muito significativa ($r=0,403$), sendo, desta forma, os estudantes que apresentam maiores níveis de satisfação com o seu curso quem detém expectativas mais elevadas de inserção qualificada. No que respeita à articulação entre o curso frequentado e o mercado de trabalho, verificamos que as correlações entre o desempenho de uma profissão na área de formação académica e as dimensões “preparação para a entrada no mercado de trabalho”, “perceção de como aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da formação superior” e “existência de componentes práticas que permitam o desenvolvimento de competências úteis no mercado de trabalho” são igualmente muito significativas ($r=0,479$, $r=0,366$ e $r=0,430$, respetivamente). Neste sentido, são os estudantes que apresentam um maior nível de concordância em relação a estas três dimensões quem possui, de igual modo, maiores expectativas de inserção profissional qualificada.

2.1.2. A influência do papel da instituição de ensino sobre expectativas de inserção profissional qualificada

No que concerne à influência das perceções acerca do apoio prestado pela universidade à transição para o mercado de trabalho sobre as expectativas de inserção profissional qualificada, constatamos que as correlações entre o desempenho de uma profissão na área de formação e as dimensões “existência de programas de cooperação com centros de investigação e empresas”,

“existência de gabinetes de apoio e orientação à integração no mercado de trabalho” e “disponibilização de informações acerca das dinâmicas do mercado de trabalho” são muito significativas ($r=0,357$, $r=0,260$ e $r=0,362$, respetivamente). Neste sentido, são os estudantes que apresentam um nível mais elevado de concordância relativamente a estas três dimensões quem apresenta maiores expectativas de inserção profissional qualificada.

2.1.3. O impacto da origem social sobre as expectativas de inserção qualificada

Como podemos verificar na tabela que se segue, são os estudantes provenientes de famílias com baixos níveis de escolaridade, particularmente aqueles cujos pais detêm o 1º e o 2º ciclo do ensino básico, quem possui menores expectativas de inserção qualificada, verificando-se um acréscimo das expectativas à medida que aumenta o nível de escolaridade dos pais.

Esta diferenciação ao nível das expectativas poderá estar relacionada com a escolha das áreas de estudo. Tal como verificámos anteriormente, os estudantes oriundos de famílias com baixos níveis escolares integram, sobretudo, as áreas de Artes e Letras e de Ciências, que, como veremos mais adiante, são também as áreas onde os estudantes apresentam menores expectativas de inserção profissional qualificada. Já os estudantes provenientes de famílias com elevados níveis de escolaridade encontram-se mais representados na área de Ciências da Saúde, sendo, de igual modo, a área onde se concentram os estudantes com as expectativas mais elevadas.

Origem socioeducacional	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
1º ciclo do ensino básico (4º ano)	9	2,67	0,500
2º ciclo do ensino básico (6º ano)	35	2,66	0,873
3º ciclo do ensino básico (9º ano)	53	2,74	0,902
Ensino secundário (12º ano)	95	2,75	0,729
Ensino superior	78	2,76	0,793

*1=nada possível e 4=muito possível

Tabela nº 17. Média de desempenho de profissão na área de formação por origem socioeducacional

Conforme podemos observar na tabela nº 18, são os estudantes oriundos de setores de classe mais favorecidos, muito particularmente os filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, quem possui expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada no primeiro ano após a conclusão do curso. Por sua vez, à exceção dos filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, verificamos que é entre os contextos sociais mais desfavorecidos que as expectativas são mais reduzidas, sobretudo entre os filhos de Operários Industriais.

Origem social de classe	N	Média (1 a 4) *	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	39	3,05	0,759
Profissionais técnicos e de enquadramento	81	2,67	0,775
Trabalhadores independentes	19	2,84	0,834
Trabalhadores independentes pluriactivos	22	2,86	0,889
Empregados executantes	35	2,69	0,676
Operários industriais	27	2,59	0,797
Assalariados executantes pluriactivos	28	2,68	0,819

*1=nada possível e 4=muito possível

Tabela nº 18. Média de desempenho de profissão na área de formação por origem social de classe

Como referimos anteriormente, esta diferenciação ao nível das expetativas poderá estar relacionada com a escolha das áreas de estudo. Deste modo, conforme verificámos anteriormente, os estudantes provenientes de famílias de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais integram maioritariamente as áreas de Ciências da Saúde, de Ciências Sociais e Humanas (sobretudo os cursos de economia e gestão) e de Engenharia que, como veremos mais adiante, são as áreas onde se concentram os estudantes com maiores expetativas de inserção profissional. Já os filhos de Trabalhadores Independentes Pluriactivos, cujas expetativas são as mais elevadas entre setores de classe mais desfavorecidos, encontram-se, de igual modo, em maioria nas áreas de Engenharia e de Ciências da Saúde. Entre os posicionamentos de classe com menores expetativas constatámos que, apesar dos filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento registarem uma maior presença nas áreas de Ciências da Saúde e de Engenharia, encontram-se também significativamente representados na área de Artes e Letras. Constatámos igualmente que são os estudantes oriundos de setores de classe mais desfavorecidos quem integra, sobretudo, as áreas de Ciências e de Artes e Letras, que são também as áreas onde os estudantes apresentam expetativas de inserção profissional qualificada mais reduzidas.

2.1.4. As expetativas de inserção qualificada segundo o género

Como podemos averiguar na tabela nº 19, a maioria dos estudantes de ambos os sexos (63% do sexo masculino e 61,5% do sexo feminino) considera ser possível ou muito possível desempenhar uma profissão na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso, sobretudo os estudantes do sexo masculino. De facto, são os estudantes do sexo masculino, comparativamente aos do sexo feminino, quem mais considera o desempenho de profissão qualificada muito possível e quem menos o considera nada possível.

Género	Desempenho de uma profissão na área de formação				TOTAL	Média (1 a 4)
	Nada possível	Pouco possível	Possível	Muito possível		
Masculino	2,2%	34,8%	41,5%	21,5%	100,0%	2,82
Feminino	8,1%	30,4%	50,4%	11,1%	100,0%	2,64
TOTAL	5,2%	32,6%	45,9%	16,5%	100,0%	2,73

Tabela nº 19. O desempenho de uma profissão na área de formação académica segundo o género

Tal como referem Guerreiro e Abrantes (2005, 2007), permanecem ainda disparidades de género no que respeita às oportunidades de acesso ao mercado de trabalho, o que pode explicar a

redução das expectativas entre os estudantes do sexo feminino. Conforme mencionam Soeiro (2012), Gonçalves (2013) e Marques (2013), as situações de desemprego atingem maioritariamente os jovens, apresentando taxas mais elevadas de desemprego de longa duração e maiores dificuldades aquando da procura do primeiro emprego.

2.1.5. As expectativas de inserção qualificada segundo a área de estudo
 Como referem Chaves et al (2009) e Parente et al (2012), as dificuldades sentidas no acesso ao mercado de trabalho variam em função dos cursos/áreas de formação académica. A análise da tabela nº 20 permite-nos, assim, constatar que são os estudantes da área de Ciências da Saúde quem possui expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada no primeiro ano após a conclusão do curso, sendo entre as áreas de Artes e Letras e de Ciências que se concentram os estudantes com menores expectativas.

Área de estudo	N	Média (1 a 4)*	Desvio-padrão
Artes e Letras	42	2,40	0,587
Ciências	22	2,23	0,752
Ciências da Saúde	63	3,43	0,530
Ciências Sociais e Humanas	85	2,61	0,818
Engenharia	58	2,59	0,676

*1=nada possível e 4=muito possível

Tabela nº 20. Média de desempenho de profissão na área de formação por área de estudo

No estudo de Cardoso et al (2012), verifica-se, de igual modo, que é nas áreas de Engenharia e de Ciências da Saúde que existe uma maior integração dos estudantes no mercado de trabalho, sendo, sobretudo, entre as áreas de Artes e Letras e de Ciências que a integração dos estudantes é menor.

2.2. Vínculo contratual e remuneração

Conforme mencionam vários autores, entre os quais Sá (2010), Duarte (2013) e Marques (2013), as transformações no mercado de trabalho vieram contribuir para a redução da estabilidade laboral e dos custos com o emprego. Este contexto conduziu à expansão dos vínculos contratuais de carácter determinado e à diminuição dos níveis salariais, promovendo, assim, o crescimento da precariedade laboral, que tem afetado crescentemente os jovens com elevadas qualificações.

Como podemos observar no gráfico nº 14, a grande maioria dos inquiridos (66,8%) considera que o vínculo contratual no seu primeiro emprego na área de formação corresponderá ao contrato estágio. De facto, conforme mencionam Melo e Borges (2007), o início da vida profissional dos jovens é, muitas vezes, marcado por empregos precários, como é o caso dos estágios, constituindo uma forma de adquirir experiência profissional. Constatamos, de igual modo, que uma proporção significativa de estudantes (16,4%) considera que será o contrato a termo (certo ou incerto), apresentando apenas 6,3% expectativas de estabilidade laboral (contrato efetivo ou sem termo). Conforme veremos mais adiante, a estabilidade profissional constitui uma das dimensões mais privilegiadas pelos estudantes no exercício de uma atividade profissional,

verificando-se, deste modo, uma desadequação entre as aspirações juvenis e as condições proporcionadas pelo mercado de trabalho. Tal como mencionam Guerreiro e Abrantes (2007), o prolongamento dos percursos escolares e a consequente entrada tardia no mercado de trabalho são, em geral, inconciliáveis com a ideia de obter um emprego estável a curto prazo, o que vem condicionar a emancipação económica e familiar. Verificamos ainda que são os estudantes que consideram que o vínculo contratual corresponderá ao contrato a tempo parcial quem mais valoriza a aquisição de novas experiências profissionais, comparativamente à estabilidade profissional. Conforme referem Ellefsen e Hamel (2000), Pappámikail (2004) e Augusto (2006), as situações de precariedade podem conduzir os jovens a uma fase de experimentação ao nível do mercado de trabalho, verificando-se a busca de novas experiências profissionais, em particular nos primeiros anos aquando da entrada para o mercado de trabalho.

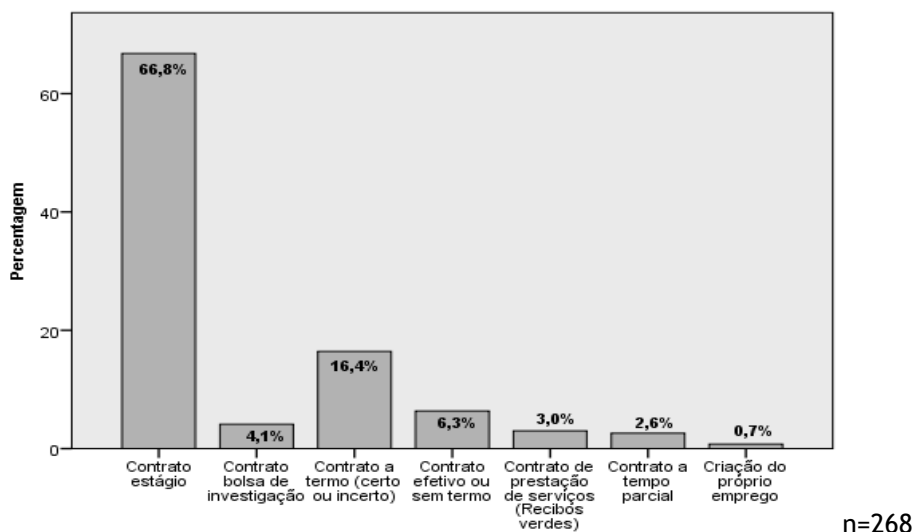
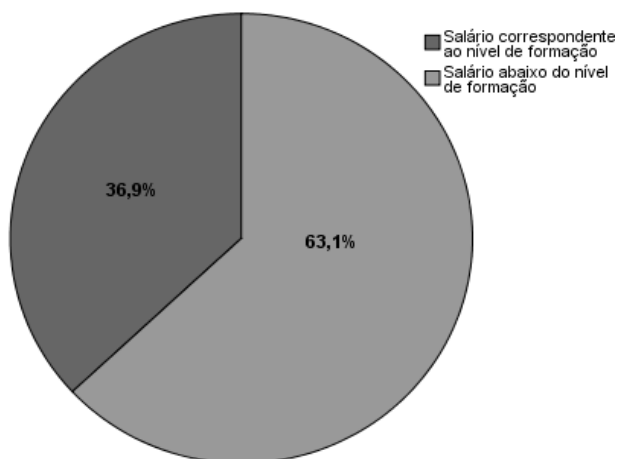


Gráfico nº 14. Contrato de trabalho expetável no primeiro emprego na área de formação

Como podemos averiguar no gráfico nº 15, encontram-se também em maioria os estudantes que consideram que, na sua primeira situação profissional na área de formação académica, irão auferir um salário abaixo do seu nível de formação (63,1%), sendo ainda bastante significativa a proporção de inquiridos (36,5%) que refere que o nível salarial corresponderá ao seu nível de formação.



n=268

Gráfico nº 15. Nível salarial expetável no primeiro emprego na área de formação

Como podemos verificar na tabela nº 21, a totalidade dos estudantes que refere que o vínculo contratual no seu primeiro emprego na área de formação será ao contrato a tempo parcial considera que irá auferir um salário abaixo do seu nível de formação. Este é também o nível salarial mencionado pela grande maioria dos estudantes que consideram que o vínculo contratual corresponderá ao contrato de prestação de serviços (87,5%), ao contrato bolsa de investigação (72,7%) e ao contrato estágio (72,3%), evidenciando, assim, um duplo padrão de precariedade (a nível contratual e salarial). Constatamos ainda que a totalidade dos estudantes que pensa criar o próprio emprego ou que afirma que a modalidade contratual corresponderá ao contrato efetivo/sem termo considera que irá auferir um salário correspondente ao seu nível de formação, sendo, de igual modo, este o nível salarial maioritariamente referido por aqueles que consideram que terão um contrato a termo (certo ou incerto) (56,8%).

Vínculo contratual	Nível salarial		
	Salário correspondente ao nível de formação	Salário abaixo do nível de formação	TOTAL
Contrato estágio	27,7%	72,3%	100,0%
Contrato de bolsa de investigação	27,3%	72,7%	100,0%
Contrato a termo (certo ou incerto)	56,8%	43,2%	100,0%
Contrato efetivo ou sem termo	100,0%	0,0%	100,0%
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes)	12,5%	87,5%	100,0%
Contrato a tempo parcial	0,0%	100,0%	100,0%
Criação do próprio emprego	100,0%	0,0%	100,0%
TOTAL	36,5%	63,5%	100,0%

Tabela nº 21. Nível salarial segundo o vínculo contratual

2.2.1. Vínculo contratual e nível salarial segundo a origem social de classe

A análise da tabela nº 22 permite-nos averiguar que, independentemente da origem social de classe, a maioria dos estudantes consideram que o vínculo contratual no seu primeiro emprego na área de formação corresponderá ao contrato estágio, sendo também significativa a proporção daqueles que considerem que será o contrato a termo. Verificamos ainda que são, sobretudo, os estudantes oriundos de contextos sociais mais favorecidos quem possui expectativas mais elevadas de estabilidade laboral (contrato efetivo/sem termo), encontrando-se os estudantes provenientes de setores de classe desfavorecidos mais representados em modalidades contratuais precárias, como o contrato de prestação de serviços e o contrato a tempo parcial.

Origem social de classe	Contrato de trabalho							TOTAL
	Contrato estágio	Contrato bolsa de investigação	Contrato a termo	Contrato efetivo	Contrato prestação de serviços	Contrato a tempo parcial	Criação próprio emprego	
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	64,1%	2,6%	20,5%	12,8%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Profissionais técnicos e de enquadramento	61,7%	6,2%	17,3%	8,6%	2,5%	2,5%	1,2%	100,0%
Trabalhadores independentes	57,8%	10,5%	15,8%	5,3%	5,3%	5,3%	0,0%	100,0%
Trabalhadores independentes pluriactivos	81,9%	0,0%	9,1%	4,5%	4,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Empregados executantes	67,7%	0,0%	20,6%	0,0%	5,9%	2,9%	2,9%	100,0%
Operários industriais	73,2%	0,0%	19,2%	0,0%	3,8%	3,8%	0,0%	100,0%
Assalariados executantes pluriactivos	75,0%	7,1%	10,7%	7,2%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
TOTAL	67,1%	4,0%	16,9%	6,4%	2,8%	2,0%	0,8%	100,0%

Tabela nº 22. Vínculo contratual segundo a origem social de classe

Como podemos verificar na tabela nº 23, a maioria dos estudantes de ambos os contextos sociais considera que irá auferir um salário abaixo do seu nível de formação. No entanto, é, sobretudo, entre os estudantes oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos que este nível salarial adquire maior expressão.

Origem social de classe	Nível salarial		
	Salário correspondente ao nível de formação	Salário abaixo do nível de formação	TOTAL
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	41,0%	59,0%	100,0%
Profissionais técnicos e de enquadramento	41,2%	58,8%	100,0%
Trabalhadores independentes	31,6%	68,4%	100,0%
Trabalhadores independentes pluriactivos	36,4%	63,6%	100,0%
Empregados executantes	40,0%	60,0%	100,0%
Operários industriais	26,9%	73,1%	100,0%
Assalariados executantes pluriactivos	42,9%	57,1%	100,0%
TOTAL	38,6%	61,4%	100,0%

Tabela nº 23. Nível salarial segundo a origem social de classe

Conforme vimos anteriormente, são os estudantes que consideram que o vínculo contratual no seu primeiro na área de formação será o contrato efetivo/sem termo quem considera que irá auferir um salário correspondente ao seu nível de formação. Neste sentido, constatámos que são os estudantes provenientes de setores de classe mais favorecidos quem possui expectativas mais elevadas de estabilidade laboral (contrato efetivo/sem termo), o que explica o facto de serem estes estudantes quem menos considera que irá auferir um salário abaixo do seu nível de formação.

2.2.2. Vínculo contratual e nível salarial segundo o género

Conforme podemos observar na tabela nº 24, a maioria dos estudantes de ambos os sexos (66,7% do sexo masculino e 66,9% do sexo feminino) considera que o vínculo contratual no seu primeiro emprego na área de formação académica corresponderá ao contrato estágio, destacando-se também significativamente os estudantes (18,6%) e as estudantes (14,3%) que consideram que será o contrato a termo (certo ou incerto). Verificamos ainda que são os estudantes do sexo feminino, comparativamente aos do sexo masculino, quem possui maiores expectativas de estabilidade laboral, encontrando-se igualmente mais representados em modalidades contratuais precárias, como o contrato a prestação de serviços e o contrato a tempo parcial.

Contrato de trabalho	Género		
	Masculino	Feminino	TOTAL
Contrato estágio	66,7%	66,9%	66,8%
Bolsa de investigação	3,7%	4,5%	4,1%
Contrato a termo (certo ou incerto)	18,6%	14,3%	16,5%
Contrato efetivo ou sem termo	5,9%	6,8%	6,3%
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes)	2,2%	3,7%	3,0%
Contrato a tempo parcial	2,2%	3,0%	2,6%
Criação do próprio emprego	0,7%	0,8%	0,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela nº 24. Vínculo contratual segundo o género

Como podemos averiguar na tabela nº 25, a maioria dos estudantes do sexo masculino (60,4%) e do sexo feminino (65,7%) considera que irá auferir um salário abaixo do seu nível de formação, sobretudo os estudantes do sexo feminino.

Género	Nível salarial		
	Salário correspondente ao nível de formação	Salário abaixo do nível de formação	TOTAL
Masculino	39,6%	60,4%	100,0%
Feminino	34,3%	65,7%	100,0%
TOTAL	36,9%	63,1%	100,0%

Tabela nº 25. Nível salarial segundo o género

Como referimos anteriormente, são os estudantes que referem que a modalidade contratual no seu primeiro emprego na área de formação será o contrato efetivo/sem termo quem considera que irá auferir um salário correspondente ao seu nível de formação. Deste modo, apesar dos estudantes do sexo feminino apresentarem maiores expectativas de estabilidade laboral, são também quem adquire maior peso na modalidade contratual de prestação de serviços e no contrato a tempo parcial, o que explica o facto de serem estes estudantes quem mais considera que irá auferir um salário abaixo do seu nível de formação. Tal como mencionam diversos autores que tivemos oportunidade de analisar anteriormente, os indivíduos do sexo feminino constituem um dos grupos mais afetados pela precariedade laboral e os resultados acabam por revelar uma internalização deste facto por parte das jovens inquiridas. De facto, permanecem ainda disparidades de género no que respeita às condições de trabalho, verificando-se que uma

parte significativa de indivíduos do sexo feminino ocupa cargos profissionais pouco valorizados e com reduzida remuneração, quando comparados com os indivíduos do sexo masculino.

2.2.3. Vínculo contratual e nível salarial segundo a área de estudos

Conforme podemos observar na tabela nº 26, grande parte dos estudantes das cinco áreas de estudo consideram que o vínculo contratual no seu primeiro emprego na área de formação acadêmica corresponderá ao contrato estágio. Verificamos ainda que uma proporção considerável de estudantes das áreas de Ciências da Saúde, de Ciências Sociais e Humanas e de Artes e Letras considera que será o contrato a termo, sendo igualmente significativa a proporção de estudantes das áreas de Ciências e de Engenharia que considera que o vínculo contratual corresponderá ao contrato bolsa de investigação. São, sobretudo, os estudantes da área de Ciências da Saúde quem possui maiores expectativas de estabilidade laboral (contrato efetivo/sem termo), encontrando-se os estudantes das áreas de Ciências, de Artes e Letras e de Ciências Sociais e Humanas mais representados em modalidades contratuais precárias, como o contrato de prestação de serviços e o contrato a tempo parcial.

Contrato de trabalho	Área de estudo					TOTAL
	Artes e Letras	Ciências	Ciências da Saúde	Ciências Sociais e humanas	Engenharia	
Contrato estágio	73,8%	76,2%	46,8%	67,1%	79,3%	66,8%
Bolsa de investigação	2,4%	14,3%	0,0%	1,2%	10,4%	4,1%
Contrato a termo (certo ou incerto)	14,2%	0,0%	33,9%	16,4%	5,2%	16,5%
Contrato efetivo ou sem termo	0,0%	0,0%	16,1%	7,1%	1,7%	6,3%
Contrato de prestação de serviços (recibos verdes)	0,0%	0,0%	3,2%	5,8%	1,7%	3,0%
Contrato a tempo parcial	4,8%	9,5%	0,0%	2,4%	1,7%	2,6%
Criação do próprio emprego	4,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,7%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela nº 26. Vínculo contratual segundo a área de estudo

Como podemos constatar na tabela nº 27, apenas os estudantes da área de Ciências da Saúde se encontram em maioria entre aqueles que consideram que o salário no seu primeiro emprego na área de formação corresponderá ao seu nível de formação, predominando entre os estudantes das restantes áreas de estudo o nível salarial abaixo do seu nível de formação.

Área de estudo	Nível salarial		TOTAL
	Salário correspondente ao nível de formação	Salário abaixo do nível de formação	
Artes e Letras	34,1%	65,9%	100,0%
Ciências	23,8%	72,2%	100,0%
Ciências da Saúde	69,8%	30,2%	100,0%
Ciências Sociais e Humanas	27,1%	72,9%	100,0%
Engenharia	22,4%	77,6%	100,0%
TOTAL	36,9%	63,1%	100,0%

Tabela nº 27. Nível salarial segundo a área de estudo

No estudo de Cardoso et al (2012), verifica-se, de igual modo, que é na Ciências da Saúde que o nível salarial é mais elevado. Como mencionámos anteriormente, são os estudantes que consideram que a modalidade contratual no seu primeiro emprego na área de formação será o contrato a efetivo/sem termo ou o contrato a termo (certo ou incerto) quem mais considera que irá auferir um salário correspondente ao seu nível de formação. Neste sentido, verificámos que são os estudantes da área de Ciências da Saúde quem possui expectativas mais elevadas de estabilidade laboral, sendo também quem adquire maior expressão na modalidade contratual a termo, o que explica, assim, o facto de serem quem mais considera que irá auferir um salário correspondente ao seu nível de formação. Tal como referem Oliveira et al (2001), Chaves et al (2009) e Gonçalves (2013) a inserção em modalidades precárias de emprego varia de acordo com a área científica integrada pelos jovens e os resultados acabam por revelar uma internalização deste facto por parte dos estudantes das diferentes áreas.

2.3. O (possível) desempenho de uma profissão não qualificada

Conforme referem Pais (2001), Guerreiro e Abrantes (2005) e Kalleberg (2008), as crescentes dificuldades de integração no mercado de trabalho podem ter impactos sobre as expectativas profissionais dos jovens, originando novos perfis e trajetórias. Neste sentido, quando questionados acerca da probabilidade de virem a desempenhar uma atividade profissional pouco qualificada, caso não consigam exercer uma profissão na área de formação a curto prazo, a maioria dos estudantes (63,4%) considera o desempenho de uma profissão pouco qualificada provável ou muito provável. Porém, verificamos ainda que uma proporção bastante significativa de inquiridos (32,1%) considera ser pouco provável, sendo reduzida a proporção daqueles que consideram não ser provável. Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), um número significativo de jovens com qualificações superiores não consegue exercer uma atividade profissional correspondente à sua área científica, oscilando entre trabalhos precários e mal remunerados.

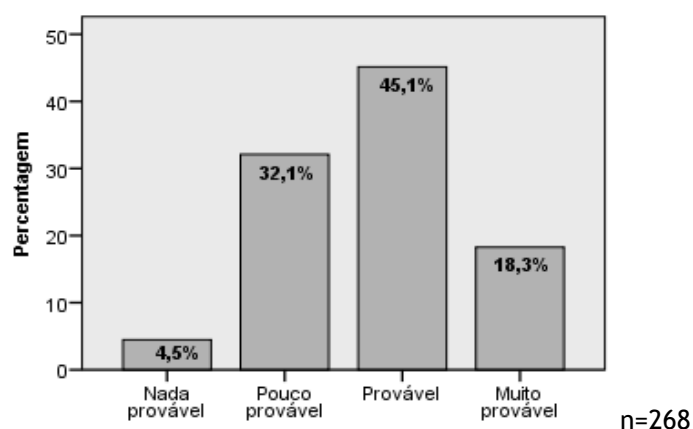


Gráfico nº 16. Desempenho de profissão pouco qualificada

Em análise complementar, constatamos que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação académica e o exercício de uma atividade profissional pouco qualificada é muito significativa ($r=-0,232$). Neste sentido, são os estudantes que possuem expectativas mais

elevadas de inserção profissional qualificada quem considera ser menos provável vir a desempenhar uma profissão pouco qualificada.

2.3.1. Os impactos da origem social de classe no (possível) desempenho de uma atividade profissional pouco qualificada

Como podemos observar na tabela nº 28, são os estudantes oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos, sobretudo os filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, quem considera ser menos provável vir a exercer uma atividade profissional pouco qualificada. Por sua vez, é entre os estudantes provenientes de setores de classe mais desfavorecidos que o possível desempenho de uma atividade profissional pouco qualificado adquire maior expressão, em particular nos filhos de Trabalhadores Independentes (situando-se a média no “provável”).

Origem social de classe	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	38	2,66	0,745
Profissionais técnicos e de enquadramento	80	2,56	0,793
Trabalhadores independentes	19	3,00	0,816
Trabalhadores independentes pluriactivos	22	2,91	0,750
Empregados executantes	35	2,97	0,747
Operários industriais	27	2,81	0,681
Assalariados executantes pluriactivos	28	2,93	0,979

*1=nada provável e 4=muito provável

Tabela nº 28. Média de desempenho de profissão pouco qualificada por origem social de classe

Conforme constatámos anteriormente, a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação académica e o exercício de uma atividade profissional pouco qualificada é muito significativa ($r=-0,232$). Deste modo, são, sobretudo, os estudantes oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos quem possui expectativas mais reduzidas de inserção profissional qualificada, sendo também quem considera ser mais provável vir a desempenhar uma profissão pouco qualificada. Os filhos de Profissionais Técnicos de Enquadramento detêm, de igual modo, menores expectativas de inserção profissional qualificada, sendo, no entanto, quem refere ser menos provável exercer uma profissão pouco qualificada. Tal como menciona Pappámikail (2004) são os jovens provenientes de contextos sociais mais favorecidos quem detêm níveis mais elevados de apoio material, o que lhes permite mais facilmente fazer face a trajetórias reversíveis.

2.3.2. O (possível) desempenho de uma atividade profissional pouco qualificada segundo o género

Como podemos constatar na tabela nº 29, a maioria dos estudantes de ambos os sexos (51,1% do sexo masculino e 75,5% do sexo feminino) considera ser provável ou muito provável vir a exercer uma atividade profissional pouco qualificada, sobretudo os estudantes do sexo feminino. De facto, são os estudantes do sexo masculino quem mais considera o desempenho de uma profissão pouco qualificada pouco ou nada provável, encontrando-se os estudantes do sexo feminino entre aqueles que mais consideram o muito provável.

Género	Desempenho de profissão pouco qualificada				TOTAL	Média (1 a 4)
	Nada provável	Pouco provável	Provável	Muito provável		
Masculino	7,5%	41,4%	38,3%	12,8%	100,0%	2,56
Feminino	1,5%	23,0%	51,8%	23,7%	100,0%	2,98
TOTAL	4,5%	32,1%	45,1%	18,3%	100,0%	2,77

Tabela nº 29. Média de desempenho de profissão pouco qualificada por área de estudo

Como vimos anteriormente, a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação académica e de uma atividade profissional pouco qualificada é significativa ($r=-0,232$). Neste sentido, são os estudantes do sexo feminino quem possui menores expectativas de inserção profissional qualificada, sendo também quem considera ser mais provável vir a exercer uma atividade profissional pouco qualificada. Conforme referem Guerreiro e Abrantes (2005), as disparidades de género no acesso ao mercado de trabalho têm vindo a contribuir para a crescente fragilização da inserção profissional feminina, promovendo, assim, a maior exposição a situações de precariedade laboral.

2.3.3. O (possível) desempenho de uma atividade profissional pouco qualificada segundo a área de estudo

Tal como constatámos anteriormente, a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação académica e de uma atividade profissional pouco qualificada é muito significativa. ($r=-0,232$). Desta forma, conforme podemos observar na tabela nº 30, são os estudantes das áreas de Ciências e de Artes e Letras quem considera mais provável vir a desempenhar uma profissão pouco qualificada, sendo também quem possui menores expectativas de inserção profissional qualificada. Por sua vez, são os estudantes da área de Ciências da Saúde quem, simultaneamente, possui expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada e considera ser menos provável vir a exercer uma atividade profissional pouco qualificada.

Área de estudo	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Artes e Letras	42	2,88	0,772
Ciências	22	3,05	0,844
Ciências da Saúde	63	2,56	0,857
Ciências Sociais e Humanas	85	2,78	0,777
Engenharia	56	2,82	0,716

*1=nada provável e 4=muito provável

Tabela nº 30. Média de desempenho de profissão pouco qualificada por área de estudo

2.3.4. Motivações para o (possível) desempenho de uma atividade profissional pouco qualificada

Quando questionados acerca dos principais motivos que os levariam a desempenhar uma atividade profissional pouco qualificada, os estudantes mencionam, sobretudo, o “estar desempregado” e a aquisição de independência familiar/económica, como podemos verificar na tabela nº 31.

	Percentagem
Reduzida oferta de emprego na área de formação (n=99)	19,8%
Estar desempregado (n=191)	38,2%
Adquirir independência familiar/económica (n=114)	22,8%
Adquirir experiência/ter contacto com o mercado de trabalho (n=62)	12,4%
Realização de projetos pessoais ou familiares (n=34)	6,8%
TOTAL	100,0%

Tabela nº 31. Principais motivos para o desempenho de uma profissão pouco qualificada

Tal como referem diversos autores que tivemos oportunidades de analisar anteriormente, a exposição a situações de desemprego e a crescente dependência de apoios familiares constituem fatores de pressão para a aceitação de empregos pouco qualificados.

3. Perceções acerca do emprego

Tal como mencionam diversos autores que tivemos a oportunidade de analisar anteriormente, o prolongamento das trajetórias escolares e as transformações no mercado de trabalho, como a expansão da precariedade e da instabilidade laboral e o aumento do desemprego, podem contribuir para o surgimento de novos valores face ao trabalho, por vezes, distintos das conceções tradicionais de emprego.

Como podemos constatar na tabela nº 32, a realização profissional e a segurança e estabilidade profissional constituem as dimensões mais privilegiadas pelos inquiridos no exercício de uma atividade profissional. Verificamos ainda que os estudantes atribuem também uma grande importância à remuneração, à conciliação com outras esferas da vida e à progressão na carreira profissional, constituindo a aquisição de novas experiências profissionais a dimensão com menor relevância. A maior importância atribuída à realização profissional, comparativamente à remuneração vem evidenciar, como mencionam Mauritti (2002) e Guerreiro e Abrantes (2007), um afastamento por parte dos jovens relativamente à conceção tradicional de trabalho, fruto do prolongamento dos percursos escolares. Por sua vez, conforme referem vários autores que analisámos anteriormente, a estabilidade profissional contribui para o acréscimo das oportunidades de progressão profissional, constituindo igualmente, como veremos mais adiante, uma condição privilegiada pelos estudantes no que respeita à transição privada. Tal como referem Ellefsen e Hamel (2000), Pappámikail (2004) e Augusto (2006), as situações de precariedade laboral e a perda de importância da dimensão económica podem conduzir os jovens a uma fase de experimentação ao nível do mercado de trabalho, verificando-se a procura de novas experiências profissionais, em particular nos primeiros anos aquando da entrada no mercado de trabalho. No entanto, constatamos, à semelhança de Smithson et al (1998) e Kovács (2004), que a estabilidade laboral constitui ainda uma dimensão altamente valorizada pelos jovens.

	Média (1 a 6)*
Remuneração	3,45
Realização profissional	3,92
Emprego seguro e estável	3,63
Possibilidade de aquisição de novas experiências profissionais	3,14
Possibilidade de conciliação com outras esferas da vida (família, lazer ou outras)	3,45
Possibilidade de progressão na carreira profissional	3,41

*1=menos importante e 6=mais importante n=261

Tabela nº 32. Média de dimensões importante no exercício de uma atividade profissional

A análise da tabela nº 33 permite-nos constatar que, para os estudantes de ambos os contextos sociais, a realização profissional constitui a dimensão mais privilegiada no exercício de uma atividade profissional. No entanto, são, sobretudo, os estudantes provenientes de setores de classe mais favorecidos quem atribui maior importância à remuneração, sendo, desta forma, entre os contextos mais desfavorecidos que se verifica um maior afastamento em relação à conceção tradicional de trabalho. São também entre os estudantes oriundos de contextos mais desfavorecidos, comparativamente aos setores mais favorecidos, quem atribui maior importância à segurança e à estabilidade profissional, à progressão na carreira profissional, à conciliação com outras esferas da vida e à aquisição de novas experiências profissionais. Como veremos mais adiante, a segurança e a estabilidade profissional constituem dimensões privilegiadas no que respeita à transição privada, sendo os estudantes provenientes de setores mais desfavorecidos quem releva uma maior precocidade ao nível da idade prevista para a saída de casa dos pais e para a realização de projetos familiares.

Origem social de classe	Perceções acerca do emprego (Média 1 a 6)*					
	Remuneração	Realização profissional	Emprego seguro e estável	Aquisição de novas experiências profissionais	Conciliação com outras esferas da vida	Progressão na carreira profissional
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (n=38)	3,39	4,55	3,24	3,24	3,50	3,08
Profissionais técnicos e de enquadramento (n=78)	3,56	3,79	3,68	3,14	3,37	3,41
Trabalhadores independentes (n=19)	2,37	4,16	3,63	3,63	3,42	3,89
Trabalhadores independentes pluriactivos (n=21)	3,95	3,38	3,76	3,10	3,24	3,57
Empregados executantes (n=35)	3,46	4,14	3,49	3,17	3,66	3,09
Operários industriais (n=25)	3,76	4,20	3,80	2,76	3,20	3,28
Assalariados executantes pluriactivos (n=27)	3,11	3,19	3,52	3,56	3,74	3,89

*1=menos importante e 6=mais importante

Tabela nº 33. Média de dimensões importantes no exercício de uma atividade profissional segundo a origem social de classe

Conforme podemos averiguar na tabela nº 34, são os estudantes do sexo masculino, comparativamente aos do sexo feminino, quem mais valoriza a realização profissional, a remuneração e a progressão na carreira profissional. Como referem Guerreiro e Abrantes (2005), persistem ainda disparidades de género no que respeita às condições no mercado de trabalho. É entre os indivíduos do sexo feminino que as oportunidades de acesso a cargos profissionais mais valorizados e a elevados níveis remuneratórios se encontram mais condicionados, o que acabou por se refletir na menor valorização destas dimensões por parte das inquiridas. Embora atribuam também uma elevada importância à realização profissional, são, sobretudo, os estudantes do sexo feminino quem mais privilegia a segurança e a estabilidade profissional e a conciliação com outras esferas da vida.

Género	Perceções acerca do emprego (Média 1 a 6)*					
	Remuneração	Realização profissional	Emprego seguro e estável	Aquisição de novas experiências profissionais	Conciliação com outras esferas da vida	Progressão na carreira profissional
Masculino (n=132)	3,47	4,07	3,41	3,14	3,44	3,45
Feminino (n=129)	3,43	3,76	3,85	3,13	3,47	3,38

*1=menos importante e 6=mais importante

Tabela nº 34. Média de dimensões importante no exercício de uma atividade profissional segundo o género

Também no estudo de Guerreiro e Abrantes (2007), se verifica que são as jovens quem atribui maior importância à segurança profissional e financeira. Como veremos mais adiante, a segurança e a estabilidade profissional constituem dimensões privilegiadas no que respeita à transição privada, sendo, de igual modo, os estudantes do sexo feminino quem revela uma maior precocidade ao nível da idade prevista para a saída de casa dos pais e para a realização de projetos familiares. A maior valorização da conciliação com outras esferas da vida poderá também estar relacionada com esfera familiar. De facto, é para as jovens que a conciliação entre a esfera profissional e a esfera familiar se encontra mais dificultada, uma vez que é sobre estas que recai a maioria das responsabilidades familiares.

4. Representações acerca do mercado de trabalho

Tal como referem diversos autores, entre os quais Casaca (2005), Cabral (2011) e Gonçalves (2013), a generalidade dos jovens que ingressa no ensino superior caracteriza-se por percursos escolares longos e uma inserção profissional tardia e favorecida. No entanto, as atuais condições e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho têm vindo a dificultar a inserção profissional dos jovens. A crise económica provocou transformações no sistema produtivo, tornando-se mais flexível, o que contribuiu para a redução das ofertas de emprego qualificado, para o crescimento do desemprego e para a degradação das condições de empregabilidade. O contexto profissional tornou-se, de igual modo, mais competitivo, seletivo e segmentado, trazendo consigo crescentes exigências como a adaptação, a autonomia, a polivalência e a responsabilização individual, promovendo, assim, a intensificação da insegurança/incerteza relativamente aos percursos profissionais. Deste modo, para análise das representações acerca

do mercado de trabalho privilegiamos duas dimensões: os aspetos valorizados em contexto profissional e as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho.

4.1. Aspetos valorizados em contexto profissional

Conforme podemos constatar na tabela nº 35, os inquiridos consideram que a “resposta às exigências do mercado de trabalho”, a “experiência profissional” e o “curso/área de formação superior” serão os aspetos mais valorizados na sua entrada para o mercado de trabalho. Seguidamente a estes aspetos, são referidos pelos estudantes os “conhecimentos e as competências pessoais e sociais desenvolvidas ao longo da formação superior” e as “qualidades pessoais”, sendo o “prestígio da universidade” e a “média final do curso” considerados os aspetos que serão menos valorizados em contexto profissional. Desta forma, verificamos que, para os estudantes, os aspetos diretamente relacionados com o contexto profissional (como a “resposta às exigências do mercado de trabalho” e a “experiência profissional”) adquirem um maior peso comparativamente aos aspetos associados à formação superior (como o “curso/área de formação” e os “conhecimentos e as competências desenvolvidas ao longo da formação superior”).

	Curso/ Área (n=269)	Média final (n=270)	Prestígio da universidade (n=265)	Competências e conhecimentos formais (n=269)	Resposta às exigências do mercado de trabalho (n=270)	Experiência profissional (n=270)	Qualidades pessoais (n=270)
Desvalorizado	0,4%	5,2%	2,3%	1,1%	0,4%	0,7%	0,7%
Pouco valorizado	7,4%	30,0%	21,5%	11,9%	2,6%	4,4%	14,8%
Valorizado	59,5%	50,4%	58,8%	54,7%	40,0%	47,1%	57,1%
Muito valorizado	32,7%	14,4%	17,4%	32,3%	57,0%	47,8%	27,4%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela nº 35. Aspetos valorizados na entrada para o mercado de trabalho

Quando questionados sobre quais os aspetos mais valorizados pelas entidades empregadoras, também os técnicos de emprego do IEFP referiram a capacidade de resposta às exigências do mercado de trabalho, a experiência profissional, as competências pessoais e sociais e os conhecimentos adquiridos ao longo da formação superior e as qualidades pessoais. Tal como referem Pais (1991), Galland (2001) e Cabral (2011), num contexto de expansão da flexibilidade laboral, o aumento das qualificações escolares nem sempre se revela suficiente para a entrada no mercado de trabalho, encontrando-se as trajetórias profissionais juvenis crescentemente dependentes da capacidade de ação dos jovens face às exigências do mercado de trabalho. A experiência profissional assume, de igual modo, uma elevada importância em contexto profissional, constituindo um fator privilegiado no processo de recrutamento por parte das empresas, o que acabou por se refletir nas perceções dos estudantes.

4.1.1. A influência dos aspetos valorizados em contexto profissional sobre as expectativas de inserção profissional qualificada

No que respeita à influência das percepções acerca dos aspetos mais ou menos valorizados em contexto profissional sobre as expectativas de inserção profissional qualificada, constatamos que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação e a dimensão “curso/área de formação” é muito significativa ($r=0,339$). Deste modo, são os estudantes que consideram que o seu curso/área de formação será mais valorizado no mercado de trabalho quem detém expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada.

Em análise complementar, verificamos que são, sobretudo, os estudantes da área de Ciências da Saúde quem considera que o “curso/área de formação superior” será mais valorizado no mercado de trabalho, sendo igualmente quem possui expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada. Por outro lado, são os estudantes da área de Artes e Letras quem considera que o “curso/área de formação superior” será menos valorizado, encontrando-se também entre aqueles com menores expectativas de inserção profissional qualificada. Concluimos, assim, que as percepções de empregabilidade associadas a cada área de estudo influenciam as expectativas de inserção profissional qualificada.

4.2. Dificuldades no acesso ao mercado de trabalho

Como podemos verificar na tabela nº 36, os inquiridos consideram a “falta de experiência profissional”, a “redução generalizada do número de empregos” e a “reduzida oferta na área de formação académica” como os fatores que mais poderão dificultar o seu acesso ao mercado de trabalho. Seguidamente a estes fatores, são mencionados pelos estudantes as “exigências do mercado de trabalho” e a “ausência de bons conhecimentos junto dos empregadores”, sendo a “discriminação em função do género ou classe social” considerado o fator que menos poderá dificultar a entrada no mercado de trabalho. Em análise complementar, constatamos que são, sobretudo, os estudantes oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos e os estudantes do sexo feminino quem considera que este fator irá dificultar mais o seu acesso ao mercado de trabalho. À semelhança de Schmidt (1990) e Pais (2001), verificamos que o recurso a redes informais familiares como meio de inserção profissional adquire maior visibilidade nas classes situadas nos extremos da hierarquia social. Neste sentido, são os filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais quem considera que “ausência de bons conhecimentos junto dos empregadores” irá dificultar menos o seu acesso ao mercado de trabalho e os filhos de Operários Industriais quem considera que este fator dificultará mais.

	Média (1 a 8)*
Reduzida oferta de emprego na área de formação académica (n=269)	4,92
Redução generalizada do número de empregos (n=269)	5,14
Exigências do mercado de trabalho (n=266)	4,83
Discriminação em função do género ou classe social (n=269)	3,23
Falta de experiência profissional (n=268)	5,41
Ausência de bons conhecimentos junto dos empregadores (“Cunhas”) (n=269)	4,81

*1=aspeto que mais dificulta e 8=aspeto que menos dificulta

Tabela nº 36. Fatores dificultadores do acesso ao mercado de trabalho

Quando questionados sobre quais as principais dificuldades e entraves ao acesso dos jovens qualificados ao mercado de trabalho, os técnicos de emprego do IEPF mencionaram, de igual modo, a reduzida oferta de emprego na área de formação, a redução generalizada do número de empregos, a falta de experiência profissional e as exigências do mercado de trabalho. Tal como referem Pais (2001) e Soeiro (2012), a experiência profissional e a aquisição de competências que promovam a melhoria da empregabilidade representam uma condição privilegiada no mercado de trabalho. Deste modo, o facto de os estudantes considerarem a experiência profissional o como o fator que mais dificultará a sua entrada no mercado de trabalho explica, em grande medida, a perceção que têm da utilidade que poderá ter um estágio. Conforme mencionam diversos autores que tivemos oportunidade de analisar anteriormente, o aumento da flexibilidade no mercado de trabalho contribuiu para a redução das ofertas de emprego qualificado e para o crescimento do desemprego, acabando os resultados por revelar uma interiorização das atuais condições do mercado de trabalho por parte dos inquiridos.

4.2.1. A influência das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho sobre as expetativas de inserção profissional qualificada

Conforme mencionam diversos autores, entre os quais Pappámikail (2004), Alves (2005) e Cabral (2011), as atuais condições e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho têm vindo a dificultar a inserção profissional dos jovens, contribuindo para o aumento do tempo de integração no mercado de trabalho. Neste sentido, constatamos que as correlações entre o desempenho de uma profissão na área de formação académica e os fatores “reduzida oferta de emprego na área de formação”, “redução generalizada do número de empregos” e “falta de experiência profissional” são muito significativas ($r=-0,398$; $r=-0,337$; $r=-0,170$, respetivamente), sendo também significativa para o fator “exigências do mercado de trabalho” ($r=-0,147$). Desta forma, são os estudantes que mais consideram que estes fatores irão dificultar a sua entrada para o mercado de trabalho quem possui menores expetativas de inserção profissional qualificada.

Em análise complementar, verificamos que são os estudantes da área de Ciências da Saúde quem considera que a “reduzida oferta de emprego na área de formação” irá condicionar menos o seu acesso ao mercado de trabalho, encontrando-se também entre aqueles que detêm expetativas mais elevadas de inserção profissional qualificada. Por sua vez, são, sobretudo, os estudantes da área de Artes e Letras quem considera que este fator irá dificultar mais a sua entrada para o mercado de trabalho, sendo, de igual modo, quem possui menores expetativas de inserção profissional qualificada. Constatamos ainda que são os estudantes das áreas de Ciências e de Artes e Letras quem considera que a “redução generalizada do número de empregos”, a “falta de experiência profissional” e as “exigências do mercado de trabalho” irão condicionar mais o seu acesso ao mercado de trabalho, sendo, como vimos, quem possui expetativas mais reduzidas de inserção profissional qualificada. Já entre os estudantes da área de Ciências da Saúde verificamos o inverso. Concluimos, portanto, que as perceções de

empregabilidade associadas a cada área de estudo influenciam as expectativas de inserção profissional qualificada.

5. Estratégias de inserção profissional

Como referem Alves (2005) e Parente et al (2011), o processo de inserção profissional encontra-se também dependente da definição de estratégias por parte dos jovens, assumindo estes um papel ativo na construção das suas próprias trajetórias. A análise da tabela nº 37 permite-nos, assim, constatar que a realização de estágios profissionais, a mudança de cidade, a realização de atividades para a aquisição de competências e a realização de pós-graduações, mestrado ou doutoramento constituem as estratégias a que os estudantes mais pensam vir a recorrer para conseguir integrar-se no mercado de trabalho. Conforme verificámos, os estágios constituem também o vínculo contratual expeável pela maioria dos inquiridos no seu primeiro emprego na área de formação. Estes encontram-se associados à falta de experiência profissional, que, como mencionam Pais (2001) e Soeiro (2012), representa uma dimensão privilegiada no mercado de trabalho. Tal como referem diversos autores que tivemos oportunidade de analisar anteriormente, a expansão flexibilidade laboral fomentou o aumento da mobilidade no mercado de trabalho, contribuindo igualmente para o aumento da mobilidade geográfica (mudança de cidade). Por outro lado, a individualização das relações laboral tem vindo a contribuir para a maior responsabilização dos indivíduos pela constante atualização dos conhecimentos e pela aquisição de competências que visam melhorar a sua empregabilidade individual.

	Mudar de cidade (n=269)	Sair do país (n=269)	Realizar pós-graduação, mestrado ou doutoramento (n=269)	Realizar estágios (n=266)	Aguardar por oportunidade de emprego na área (n=268)	Realizar atividades para aquisição de competências (n=269)	Criar o próprio emprego (n=266)
Não recorreria	0,7%	13,8%	4,8%	1,5%	31,3%	3,3%	34,2%
Possivelmente recorreria	45,4%	66,5%	51,3%	39,5%	54,1%	47,6%	50,8%
Recorreria de certeza	53,9%	19,7%	43,9%	59,0%	14,6%	49,1%	15,0%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Média (1 a 3)	2,53	2,06	2,39	2,58	1,83	2,46	1,81

Tabela nº 37. Estratégias para a inserção no mercado de trabalho

Verificamos ainda que a saída do país, o aguardar por uma oportunidade de emprego na área de formação e a criação do próprio emprego constituem as estratégias a que os inquiridos menos pensam vir a recorrer. Em análise complementar, constatamos que são, sobretudo, os estudantes oriundos de setores de classe mais favorecidos quem mais considera vir a aguardar por uma oportunidade de emprego na área de formação e criar o próprio emprego, verificando-se, assim, como menciona Pais (1991), que as estratégias de inserção profissional são condicionadas pelas condições socioeconómicas dos jovens.

5.1. Os impactos das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho sobre as estratégias de inserção profissional

Conforme refere Pais (2001), Sennet (2009) e Marques (2013), a insegurança e a incerteza sentida pelos jovens no que respeita ao acesso ao mercado de trabalho conduz à adoção de estratégias adaptativas. Estas estratégias são modificadas de acordo com os obstáculos, mudanças e oportunidades com as quais os jovens se vão confrontando ao longo do seu processo de inserção profissional. Deste modo, constatamos que as correlações entre os fatores “reduzida oferta de emprego na área de formação” e “redução generalizada do número de empregos” e a estratégia “aguardar por uma oportunidade de emprego na área de formação” são muito significativas ($r=-0,170$ e $r=-0,120$, respetivamente). Neste sentido, são os estudantes que mais consideram que estes dois fatores irão dificultar a sua entrada para o mercado de trabalho quem menos considera vir a aguardar por uma oferta de emprego na área de formação.

5.2. Os impactos das estratégias de inserção profissional sobre expetativas de inserção profissional qualificada

No que concerne à influência das estratégias de inserção profissional sobre as expetativas de inserção profissional qualificada, verificamos que as correlações entre o desempenho de uma profissão na área de formação académica e as dimensões “sair do país”, “aguardar por uma oportunidade de emprego na área de formação” e “criar o próprio emprego” são significativas ($r=-0,129$; $r=0,124$ e $r=0,137$, respetivamente). Deste modo, são os estudantes que menos consideram vir a sair do país e aqueles que mais consideram vir a aguardar por uma oportunidade de emprego na área de formação e criar o próprio emprego quem possui expetativas mais elevadas de inserção profissional qualificada.

Em análise complementar, constatamos que são, sobretudo, os estudantes da área de Ciências da Saúde quem mais considera vir a aguardar por uma oportunidade de emprego na área de formação, sendo, de igual modo, quem possui maiores expetativas de inserção profissional qualificada.

Capítulo III. A vida familiar: a perspectiva dos estudantes

O modelo tradicional de transição privada, caracterizado pelo modo linear e sequencial com que ocorre a saída de casa dos pais, o casamento e a constituição de uma nova família, sofreu profundas alterações. Estas alterações conduziram ao seu prolongamento, diversificação e complexificação, originando trajetórias plurais (Guerreiro e Abrantes, 2005). No entanto, esta diversificação dos modelos de transição privada não implica a perda de importância nem a dissolução da família. As transformações nos modelos familiares dão-se no sentido da desinstitucionalização do casamento, do desenvolvimento de modelos alternativos de conjugalidade e da mudança nos valores familiares, nomeadamente, da maior valorização da autonomia, da realização pessoal e da liberdade individual (Guerreiro e Abrantes, 2007). O prolongamento dos percursos escolares e a consequente inserção profissional tardia e as dificuldades de entrada e permanência no mercado de trabalho têm, de igual modo, impactos ao nível do prolongamento da transição privada (Ellefsen e Hamel, 2000; Galland, 2001; Pappámikail, 2004; Guerreiro e Abrantes, 2007). No entanto, a vida profissional pode também revelar-se inconciliável com os projetos familiares, originando situações de conflito e tensão em ambas as esferas (Cabral, 2011). Desta forma, iremos, ao longo deste capítulo, proceder à análise das perceções e expectativas dos estudantes quanto à saída de casa dos pais, à entrada no casamento e ao início da parentalidade, procurando ter em conta a idade prevista e as condições necessárias para o início de cada uma destas etapas, o número de filhos previstos e a conciliação entre os projetos familiares e as aspirações profissionais. Iremos, de igual modo, verificar em que medida as perceções e as expectativas no que respeita à transição pública poderão ter impacto sobre as expectativas de transição privada, bem como avaliar a influência do género, da origem social de classe e da área de estudo sobre o modo como os jovens perspetivam a sua transição privada.

1. A saída de casa dos pais

Tal como refere Cairns (2011), tem-se assistido a um aumento do número de jovens que permanece em casa dos pais por um longo período de tempo, adiando a condição de independência habitacional por tempo indefinido ou alternando entre períodos de dependência e independência. Conforme mencionam Guerreiro e Abrantes (2007), a permanência em casa dos pais constitui um recurso por parte dos jovens face um futuro indefinido no plano económico e/ou relacional e uma forma de economizar dinheiro para a manutenção do consumo e dos estilos de vida.

1.1. Condições para a aquisição de independência habitacional após a conclusão dos estudos

Conforme verificámos anteriormente, a grande maioria dos estudantes não reside com a família de origem durante o período letivo, sobretudo, como resultado da descoincidência entre a localização da instituição de ensino frequentada e a área de residência familiar. Quando questionados acerca dos elementos que consideram mais ou menos importantes para adquirir independência habitacional após a conclusão do ensino superior (tabela nº 38), a estabilidade e a segurança profissional foram apontadas pelos estudantes como sendo as dimensões com maior relevância, o que vem realçar a relação entre a transição pública e a transição privada. Deste modo, conforme referem Guerreiro e Abrantes (2007) e Cairns (2011), as transformações no mercado de trabalho (como a expansão da flexibilidade laboral) e a crescente insegurança sentida pelos jovens no que respeita à sua inserção profissional têm um forte impacto no que respeita ao adiamento da independência residencial familiar. Como vimos no capítulo anterior, apenas uma reduzida proporção de estudantes (6,3%) possui expectativas de estabilidade laboral. No entanto, a integração estável no mercado de trabalho pode nem sempre ser acompanhada pela independência habitacional, devido a constrangimentos associados ao desempenho de profissões qualificadas e/ou enquanto forma de transição para a conjugalidade. Seguidamente à estabilidade e à segurança profissional, os apoios financeiros são considerados pelos estudantes como o aspeto mais importante. Tal como verificado por Pappámikail (2004), Guerreiro e Abrantes (2007) e Cairns (2011), os constrangimentos económicos, fruto do aumento da instabilidade e da precariedade laboral, e o reduzido suporte do Estado-Providência no que respeita à obtenção de habitação própria têm vindo a dificultar emancipação familiar. Neste sentido, tendo em conta que, como verificámos anteriormente, a maioria dos inquiridos considera que irá auferir um salário inferior ao seu nível de formação, não estranha a elevada importância atribuída a esta dimensão.

	Média (1 a 4)*
Mudar de cidade por motivos profissionais	2,24
Ter um emprego seguro e estável	3,18
Estar casado/a ou coabitar com alguém	2,18
Ter apoios financeiros	2,40

*1=menos importante e 4=mais importante n=256

Tabela nº 38. Média de condições para a aquisição de independência habitacional

Por sua vez, a mudança de cidade por motivos profissionais e o casamento ou coabitação foram referidas pelos estudantes como sendo as dimensões com menor relevância. A maior importância atribuída à mudança de cidade por motivos profissionais, comparativamente ao casamento ou coabitação, pode dever-se ao aumento da mobilidade no mercado de trabalho, associado à reestruturação do sistema produtivo, e/ou ser o reflexo, como menciona Galland (2001), do adiamento do início da vida em casal e da transição para o casamento. Conforme verificaram Guerreiro e Abrantes (2007) no seu estudo, a saída de casa dos pais encontra-se ainda fortemente associada ao início da conjugalidade, devido a constrangimentos económicos e culturais. Como veremos mais adiante, a maioria dos inquiridos possui elevadas expectativas

relativamente ao casamento, considerando que este acontecerá aos 30 anos. Deste modo, concluímos que, para grande parte dos estudantes, a idade prevista para aquisição de independência habitacional poderá aproximar-se ou coincidir com a idade prevista para o casamento.

1.1.1. As condições para a aquisição de independência habitacional segundo a origem social de classe

Conforme podemos observar na tabela nº 39, independentemente da origem social de classe, a estabilidade e a segurança profissional constituem os motivos considerados mais importantes pelos estudantes para a aquisição de independência habitacional. Como vimos no capítulo precedente, é entre os estudantes oriundos de setores de classe mais favorecidos que as expectativas de estabilidade laboral são mais elevadas. Porém, conforme referimos anteriormente, a integração estável no mercado de trabalho nem sempre é acompanhada pela saída de casa dos pais, devido a constrangimentos associados ao desempenho de uma profissão qualificada e/ou enquanto forma de transição para a conjugalidade.

Origem social de classe	Condições para a aquisição de independência habitacional (Média 1 a 4)*			
	Mudança de cidade por motivos profissionais	Emprego seguro e estável	Casamento ou coabitação	Apoios financeiros
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (n=37)	2,14	3,08	2,32	2,46
Profissionais técnicos e de enquadramento (n=78)	2,05	3,35	2,12	2,49
Trabalhadores independentes (n=16)	2,63	3,31	1,69	2,38
Trabalhadores independentes pluriactivos (n=21)	2,33	2,76	2,33	2,57
Empregados executantes (n=35)	2,46	3,03	2,37	2,14
Operários industriais (n=26)	2,04	3,54	2,15	2,27
Assalariados executantes pluriactivos (n=27)	2,48	2,93	2,22	2,37

*1=menos importante e 4=mais importante

Tabela nº 39. Média de condições para a aquisição de independência habitacional segundo a origem social de classe

No que respeita às restantes motivações, verificamos que são, sobretudo, os estudantes provenientes de contextos sociais mais favorecidos quem atribui maior importância aos apoios financeiros e ao casamento ou coabitação, sendo para os estudantes oriundos de setores de classe mais desfavorecidos que a mudança de cidade por motivos profissionais assume maior relevância. Tal como verificado por Pappámikail (2004), são os jovens provenientes de setores de classe mais favorecidos quem detêm maiores níveis de apoio financeiro no que respeita à aquisição de habitação própria. No entanto, como veremos mais adiante, são também estes jovens, particularmente os filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, quem pensa casar em idade mais tardia. Deste modo, verificamos, à semelhança de Schmidt (1990) e de Guerreiro e Abrantes (2007), que é entre os contextos sociais mais favorecidos que a tendência para a prolongamento da dependência habitacional é mais expressiva.

1.1.2. As condições para a aquisição de independência habitacional segundo o género

Como podemos averiguar na tabela nº 40, para os estudantes de ambos os sexos, a estabilidade e a segurança profissional constituem os motivos com maior relevância para a aquisição de independência habitacional, sendo o casamento ou coabitação encarado como o motivo menos importante, particularmente entre os estudantes do sexo feminino. Conforme verificámos no capítulo anterior, são os estudantes do sexo feminino quem apresenta maiores expectativas de estabilidade laboral.

Género	Condições para a aquisição de independência habitacional (Média 1 a 4)*			
	Mudança de cidade por motivos profissionais	Emprego seguro e estável	Casamento ou coabitação	Apoios financeiros
Masculino (n=125)	2,25	3,10	2,24	2,41
Feminino (n=131)	2,23	3,25	2,12	2,40

*1=menos importante e 4=mais importante

Tabela nº 40. Média de condições para a aquisição de independência habitacional segundo o género

Embora o casamento ou coabitação seja referida como sendo a dimensão com menor relevância, como veremos mais adiante, são também os estudantes do sexo feminino, comparativamente aos do sexo masculino, quem pensa casar mais cedo. Constatamos, assim, tal como Guerreiro e Abrantes (2007), que são as jovens quem tende a adquirir independência residencial familiar em idade mais precoce, optando, por vezes, por viver sozinhas e/ou por trabalhar fora da área de residência familiar.

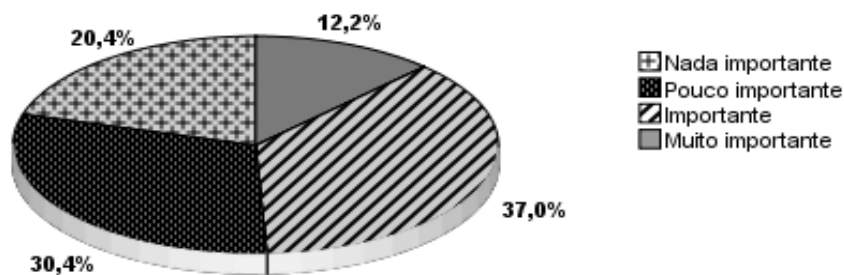
2. O casamento

Tal como mencionam Galland (2001), Mauritti (2002) e Guerreiro e Abrantes (2007) o casamento permanece central na transição privada, constituindo a principal forma de conjugalidade entre os jovens. No entanto, os jovens têm vindo a revelar uma mudança de atitude face ao casamento, que conduziu à generalização da vida em casal fora do quadro institucional, à redução das taxas de nupcialidade e ao adiamento da idade de transição para o casamento. Conforme referem Guerreiro e Abrantes (2007) e Cabral (2011), as dificuldades sentidas ao nível da entrada e da permanência no mercado de trabalho refletem-se na existência de um crescente sentimento de insegurança relativamente à concretização de projetos familiares. Por vezes, a vida profissional pode também revelar-se inconciliável com os projetos familiares, originando conflitos em ambas as esferas.

2.1. Importância atribuída ao casamento

No que respeita à importância atribuída pelos inquiridos ao casamento, podemos constatar a partir da análise do gráfico nº 17 que para a maioria (50,8%) este é considerado pouco ou nada importante, refletindo a tendência para a desvalorização do casamento por parte dos jovens qualificados, verificada por Guerreiro e Abrantes (2007). No entanto, este constitui ainda um

valor dominante para uma proporção bastante significativa de estudantes, sendo considerado importante por 37% dos inquiridos e muito importante por 12,2%.



n=270

Gráfico n° 17. Importância atribuída ao casamento

2.1.1. Importância atribuída ao casamento segundo a origem social de classe

Conforme podemos averiguar na tabela n° 41, independentemente da origem social de classe, os estudantes atribuem pouca importância ao casamento, o que vem evidenciar uma aproximação ao nível das representações dos estudantes de ambos os contextos sociais, fruto do prolongamento escolar. Porém, é para os estudantes provenientes de setores de classe mais favorecidos que este adquire menor importância, em particular para os filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento.

Origem social de classe	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	39	2,38	0,935
Profissionais técnicos e de enquadramento	81	2,32	0,946
Trabalhadores independentes	19	3,16	0,834
Trabalhadores independentes pluriactivos	22	2,18	0,795
Empregados executantes	35	2,54	1,010
Operários industriais	27	2,48	0,839
Assalariados executantes pluriactivos	28	2,32	0,819

*1=nada importante e 4=muito importante

Tabela n° 41. Média de importância atribuída ao casamento por origem social de classe

Desta forma, verificamos, à semelhança do estudo de Guerreiro e Abrantes (2007), que são os jovens oriundos de contextos sociais mais favorecidos quem revela uma maior tendência para a desvalorização do casamento, predominando entre os setores mais desfavorecidos representações de cariz mais tradicional.

2.1.2. Importância atribuída ao casamento segundo o género

A maior ou menor valorização do casamento é também influenciada pelo género dos inquiridos. Como podemos observar na tabela segue, são os estudantes do sexo masculino quem tende a desvalorizar mais o casamento, encontrando-se em maioria (54,8%) entre aqueles que o consideram pouco ou nada importante. Por sua vez, constatamos, tal como Guerreiro e Abrantes (2007), que é entre as jovens que a formalização do vínculo conjugal é mais valorizada, sobretudo entre os/as inquiridos/as que o consideram muito importante.

Género	Importância atribuída ao casamento				TOTAL
	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	
Masculino	21,5%	33,3%	37,8%	7,4%	100,0%
Feminino	19,3%	27,4%	36,3%	17,0%	100,0%
TOTAL	20,4%	30,4%	37,0%	12,2%	100,0%

Tabela nº 42. Importância atribuída ao casamento segundo o género

No entanto, uma proporção bastante considerável de estudantes do sexo feminino (46,7%) considera o casamento pouco ou nada importante, o que vem revelar uma aproximação entre as representações dos jovens de ambos sexos, que, como referem Guerreiro e Abrantes (2005, 2007), se encontra associada ao prolongamento dos percursos escolares e à promoção de formas igualitárias ao nível dos papéis de género.

2.2. A entrada na conjugalidade por via do casamento

Apesar dos estudantes revelarem uma maior tendência para a desvalorização do casamento, verificamos, à semelhança de Mauritti (2002) e Guerreiro e Abrantes (2007), que este representa ainda a principal forma de conjugalidade. Como podemos averiguar no gráfico nº 18, a maioria dos estudantes refere ser provável ou muito provável casar (65,2%), embora uma proporção significativa considere ser pouco ou nada provável. Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), num contexto de crescente desvalorização do casamento, as expetativas relativamente à formalização do vínculo conjugal encontram-se, muitas vezes, associadas à sua carga ritual ou à redução de conflitos familiares.

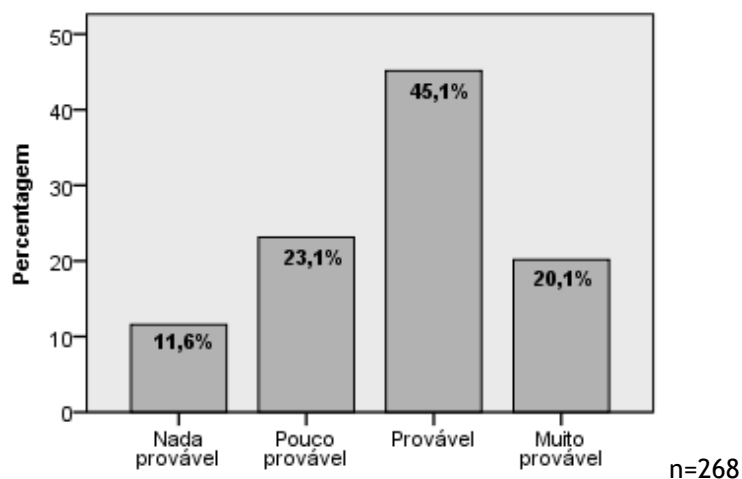


Gráfico nº 18. Probabilidade futura de casar

Em análise complementar, constatamos que a correlação entre a importância atribuída ao casamento e a probabilidade futura de casar é muito significativa ($r=0,689$). Neste sentido, é entre os estudantes que mais desvalorizam o casamento que as expetativas em relação à formalização do vínculo conjugal são menores, evidenciando um afastamento relativamente ao modelo tradicional de transição privada. Verificamos, ainda, que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação no primeiro após a conclusão do curso e a

probabilidade futura de casar é igualmente significativa ($r=0,223$), o que vem reforçar a relação entre a transição pública e a transição privada. Deste modo, são os estudantes que possuem expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada quem apresenta também maiores expectativas relativamente ao casamento.

2.2.1. A entrada na conjugalidade por via do casamento segundo a origem social de classe

Como podemos constatar na tabela nº 43, é entre os estudantes provenientes de setores de classe mais favorecidos, sobretudo entre os filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, que as expectativas em relação ao casamento são mais reduzidas. Verificamos, assim, à semelhança do estudo de Guerreiro e Abrantes (2007), que são os jovens oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos quem tende a optar por práticas de caráter mais tradicional, em particular os filhos de Trabalhadores Independentes (a média situa-se no provável).

Origem social de classe	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	39	2,77	0,959
Profissionais técnicos e de enquadramento	80	2,65	0,901
Trabalhadores independentes	19	3,00	0,816
Trabalhadores independentes pluriactivos	22	2,82	0,853
Empregados executantes	35	2,77	1,031
Operários industriais	27	2,81	0,962
Assalariados executantes pluriactivos	28	2,68	0,819

*1=nada provável e 4=muito provável

Tabela nº 43. Média de probabilidade futura de casar por origem social de classe

Conforme vimos anteriormente, a correlação entre a importância atribuída ao casamento e a probabilidade futura de casar é muito significativa ($r=0,689$). Desta forma, são os estudantes provenientes de setores de classe mais favorecidos quem mais desvaloriza o casamento e quem possui menores expectativas relativamente à formalização do vínculo conjugal, constituindo, deste modo, o grupo que revela um maior afastamento em relação ao modelo tradicional de transição privada. Constatámos também que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso e a probabilidade futura de casar é, de igual forma, muito significativa ($r=0,223$). Neste sentido, verificamos que, entre os contextos sociais mais favorecidos, são os filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, comparativamente aos filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, quem, simultaneamente, detém menores expectativas relativamente ao desempenho de uma profissão qualificada e ao casamento. Já entre os estudantes provenientes de setores de classe mais desfavorecidos, são os filhos de Trabalhadores Independentes e de Trabalhadores Independentes Pluriactivos quem apresenta expectativas mais elevadas, quer de inserção profissional qualificada, quer em relação ao casamento, verificando-se o oposto entre os filhos de Assalariados Executantes Pluriactivos.

2.2.2. A entrada na conjugalidade por via do casamento segundo o género

Apesar de se verificar uma proximidade entre as expectativas dos estudantes de ambos os sexos, é entre os estudantes do sexo feminino que as expectativas quanto ao casamento são mais elevadas, como podemos observar na tabela nº 44.

Género	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Masculino	134	2,71	0,857
Feminino	134	2,77	0,965

*1=nada provável e 4=muito provável

Tabela nº 44. Média de probabilidade futura de casar segundo o género

Tal como referimos anteriormente, a correlação entre a importância atribuída ao casamento e a probabilidade futura de casar é muito significativa ($r=0,689$), sendo, neste sentido, os estudantes do sexo feminino quem mais valoriza o casamento e detém maiores expectativas relativamente à formalização do vínculo conjugal. Verificámos também que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso e a probabilidade futura de casar é igualmente muito significativa ($r=0,223$). No entanto, embora sejam os estudantes do sexo feminino quem detém menores expectativas de inserção profissional, é entre estes que as expectativas em relação ao casamento são mais elevadas. Desta forma, tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), são ainda as jovens, comparativamente aos jovens, quem tende a dar maior prioridade à realização de projetos familiares, o que é reflexo do processo de socialização diferencial.

2.2.3. A entrada na conjugalidade por via do casamento segundo a área de estudo

Como podemos averiguar na tabela nº 45, são os estudantes que integram a área de Ciências da Saúde quem apresenta maiores expectativas quanto ao casamento (a média situa-se no “provável”), sendo na área de Artes e Letras onde se concentram os estudantes com as expectativas mais reduzidas.

Área de estudo	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Artes e Letras	42	2,50	0,944
Ciências	22	2,82	0,795
Ciências da Saúde	63	3,02	0,852
Ciências Sociais e Humanas	85	2,71	0,974
Engenharia	56	2,63	0,843

*1=nada provável e 4=muito provável

Tabela nº 45. Média de probabilidade futura de casar segundo a área de estudo

Conforme constatámos anteriormente, a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso e a probabilidade futura de casar é muito significativa ($r=0,223$). Neste sentido, é entre os estudantes da área de Ciências da Saúde que as expectativas relativamente ao desempenho de uma profissão qualificada e ao casamento são mais elevadas, verificando-se o inverso entre os estudantes da área de Artes e Letras. As representações acerca do mercado de trabalho, nomeadamente no que respeita aos

aspectos que os estudantes consideram que serão mais ou menos valorizados em contexto profissional, têm igualmente impacto nas expectativas relativamente ao casamento. Verificamos, assim, que a correlação entre a dimensão “curso/área de formação superior” e a probabilidade futura de casar é significativa ($r=0,134$). Deste modo, são sobretudo os estudantes da área de Ciências da Saúde quem considera que o seu curso/área de formação superior será mais valorizado no mercado de trabalho, encontrando-se também entre aqueles que apresentam expectativas mais elevadas em relação à formalização do vínculo conjugal.

2.3. Idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento

Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), é entre os jovens com elevados níveis de escolaridade que o adiamento do casamento adquire maior expressão. Conforme podemos observar no gráfico nº 19 e na tabela nº 46, grande parte dos inquiridos (44,4%) pensa casar aos 30 anos, refletindo, assim, a tendência para o casamento em idade tardia. Realçamos ainda que uma proporção bastante significativa de estudantes (38,1%) pensa casar antes dos 30, destacando-se aqueles cuja idade prevista para o casamento corresponde a 28 anos (14,5%). Conforme referem Guerreiro e Abrantes (2007), o prolongamento da transição privada (neste caso pelo casamento) encontra-se associado à transição entre dois períodos distintos, correspondendo à passagem de um período de experiência e liberdade para um período de responsabilidade e estabilidade. A barreira simbólica que separa estes dois períodos (distintos) situa-se, geralmente, nos 30 anos, sendo que para alguns jovens a transição pode ocorrer antes dos 30, tal como podemos verificar nos nossos dados.

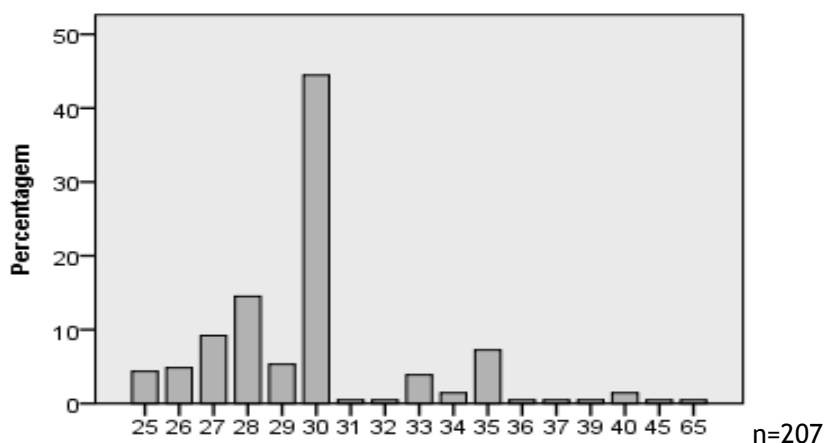


Gráfico nº 19. Idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento

Variável	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Idade prevista para o casamento	30,01	30,00	3,881	25	65

Tabela nº 46. Idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento

Em análise complementar, constatamos que a correlação entre a probabilidade futura de casar e a idade prevista para o casamento é muito significativa ($r=-0,320$). Neste sentido, são os

estudantes que possuem expectativas mais elevadas relativamente ao casamento quem pensa casar em idade mais precoce.

2.3.1. A idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento segundo a origem social de classe

Embora os estudantes de ambos os contextos sociais consideram casar em idade tardia, são os estudantes provenientes de setores de classe mais favorecidos, particularmente os filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, quem pensa casar mais tarde, como podemos averiguar na tabela nº 47. Desta forma, verificamos, tal como Guerreiro e Abrantes (2007), que é entre os contextos sociais mais favorecidos que o adimento do casamento é mais expressivo, revelando, por sua vez, os jovens oriundos de setores de classe mais desfavorecidos uma maior precocidade ao nível desta etapa de transição.

Origem social de classe	N	Média de idade	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	31	30,48	7,037
Profissionais técnicos e de enquadramento	61	29,79	2,491
Trabalhadores independentes	17	29,88	2,176
Trabalhadores independentes pluriactivos	14	29,36	2,023
Empregados executantes	28	29,89	3,891
Operários industriais	20	30,30	3,420
Assalariados executantes pluriactivos	24	29,50	3,563

Tabela nº 47. Média de idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento por origem social de classe

Conforme referimos anteriormente, a correlação entre a probabilidade futura de casar e a idade prevista para o casamento é muito significativa ($r=-0,320$). Neste sentido, são os estudantes provenientes de contextos sociais mais favorecidos quem, simultaneamente, detém menores expectativas relativamente ao casamento e pensa casar em idade mais tardia, verificando-se o inverso entre os estudantes oriundos de setores de classe mais desfavorecidos.

2.3.2. A idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento segundo o género

Conforme podemos observar na tabela nº 48, são os estudantes do sexo masculino quem pensa casar em idade mais tardia (a média de idade encontra-se muito próxima dos 31 anos), verificando-se, à semelhança do estudo de Guerreiro e Abrantes (2007), uma maior precocidade na idade de transição para o casamento por parte das jovens. Esta precocidade encontra-se, em grande medida, relacionada com a necessidade de emancipação face a contextos familiares mais restritivos.

Género	N	Média de idade	Desvio-Padrão
Masculino	30,95	101	4,513
Feminino	29,12	106	2,917

Tabela nº 48. Média de idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento por género

De acordo com os dados demográficos do INE de 2014, a idade média do primeiro casamento para indivíduos do sexo masculino é de 32,1 anos e para indivíduos do sexo feminino

corresponde a 30,6 anos, o que vem confirmar a maior tendência para o adiamento do casamento por parte dos indivíduos do sexo masculino. Tal como verificámos anteriormente, a correlação entre a probabilidade futura de casar e a idade prevista para o casamento é muito significativa ($r=-0,320$), sendo, desta forma, os estudantes do sexo feminino quem, simultaneamente, possui expectativas mais elevadas em relação ao casamento e pensa casar mais cedo.

2.3.3. A idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento segundo a área de estudo

Ainda que não exista propriamente uma regularidade entre a idade prevista para entrada na conjugalidade e a área de estudos, conforme podemos averiguar na tabela nº 49, são, sobretudo, os estudantes das áreas de Ciências da Saúde e de Engenharia quem pensa casar mais tarde, sendo entre os estudantes da área de Artes e Letras que se verifica uma maior precocidade na idade prevista para o casamento.

Área de estudo	N	Média de idade	Desvio-Padrão
Artes e Letras	28	29,04	2,099
Ciências	16	29,19	2,167
Ciências da Saúde	55	30,51	5,802
Ciências Sociais e Humanas	63	29,90	2,998
Engenharia	45	30,47	3,293

Tabela nº 49. Média de idade prevista para a entrada na conjugalidade por via do casamento por área de estudo

Como constatámos anteriormente, a correlação entre a probabilidade futura de casar e a idade prevista para o casamento é muito significativa ($r=-0,320$). Neste sentido, à exceção dos estudantes das áreas de Artes e Letras (que apresentam menores expectativas em relação ao casamento e pensam casar mais cedo) e de Ciências da Saúde (que possuem expectativas mais elevadas relativamente ao casamento e pensam casar mais tarde), verificamos que são os estudantes das áreas de Ciências, de Ciências Sociais e Humanas e de Engenharia quem, simultaneamente, possui expectativas mais elevadas relativamente ao casamento e pensa casar mais cedo. As discrepâncias apresentadas pelos estudantes das áreas de Ciências da Saúde e de Artes e Letras poderão estar relacionadas com as suas origens sociais de classe. Como vimos no capítulo precedente, a área de Artes e Letras é integrada, sobretudo, por estudantes provenientes de contextos sociais mais desfavorecidos e também pelos filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento que, como verificámos, se encontram entre aqueles que pensam casar em idade mais precoce. Já os estudantes da área de Ciências da Saúde são, na sua maioria, provenientes de setores de classe mais favorecidos, sendo os filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais quem considera casar em idade mais tardia.

2.4. Condições para o início da conjugalidade por via do casamento

No que respeita aos elementos que os inquiridos consideram mais ou menos importantes para iniciar a conjugalidade por via do casamento, a análise da tabela nº 50 permite-nos constatar,

à semelhança de Guerreiro e Abrantes (2007), que a segurança e a estabilidade profissional e a estabilidade relacional constituem os elementos mais privilegiados pelos jovens, procurando, deste modo, garantir o bem-estar a estabilidade familiar. Assim, as transformações no mercado de trabalho (como a expansão da flexibilidade laboral), os constrangimentos económicos e a crescente insegurança sentida pelos jovens no que respeita à sua inserção profissional refletem-se na existência de um crescente sentimento de insegurança e de internalização do risco face à realização de projetos familiares. Como vimos no capítulo precedente, apenas uma reduzida proporção de estudantes possui expectativas de estabilidade laboral, encontrando-se também em maioria aqueles que consideram que irão auferir um salário inferior ao seu nível de formação, o que explica em grande medida o adiamento do casamento. Conforme referem Galland (2001) e Guerreiro e Abrantes (2007), a diversificação dos modelos de transição privada, nomeadamente, o desenvolvimento de modelos alternativos de conjugalidade orientados para a experimentação e o aumento da coabitação pré-nupcial, têm vindo a contribuir igualmente para o progressivo aumento da idade de transição para o casamento. Desta forma, como verificámos anteriormente, os inquiridos consideram que os 30 anos constituem a barreira simbólica que separa o período de incerteza do período de estabilidade profissional e relacional.

	Média (1 a 4)*
Ter concluído os estudos	2,22
Ter habitação própria	2,10
Ter um emprego seguro e estável	2,86
Ter estabilidade relacional	2,82

*1=menos importante e 4=mais importante

n=201

Tabela nº 50. Média de condições para o início da conjugalidade por via do casamento

Por sua vez, a conclusão dos estudos e a obtenção de habitação própria foram apontadas pelos estudantes como sendo as dimensões com menor importância para a entrada na conjugalidade por via do casamento. A menor importância atribuída à posse de habitação própria, comparativamente à conclusão dos estudos, pode ser o reflexo, como mencionam Guerreiro e Abrantes (2007), do reduzido suporte do Estado-Providência no que respeita à obtenção de habitação própria, o que pode levar os jovens a conciliar o casamento com a permanência em casa dos pais, enquanto condição transitória.

2.4.1. Condições para o início da conjugalidade por via do casamento segundo a origem social de classe

Conforme podemos observar na tabela nº 51, a estabilidade profissional e relacional é considerada pelos estudantes de ambos os contextos sociais como o elemento mais importante para o início da conjugalidade por via do casamento. Como vimos anteriormente, são os estudantes provenientes de setores de classe mais favorecidos quem detém expectativas de estabilidade laboral mais elevadas. No entanto, tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), é sobretudo entre estes contextos sociais que a opção por modelos alternativos de conjugalidade orientados para a experimentação adquire maior expressão, o que pode explicar o maior adiamento do casamento por parte destes jovens. No que concerne aos restantes

elementos, verificamos que é, sobretudo, entre os estudantes oriundos de setores de classe mais desfavorecidos que a obtenção de habitação própria assume menor relevância, comparativamente à conclusão dos estudos, o que pode dever-se à existência de constrangimentos económicos.

Origem social de classe	Condições para o início da conjugalidade por via do casamento (Média (1 a 4)*)			
	Conclusão dos estudos	Habitação própria	Segurança e estabilidade profissional	Estabilidade relacional
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (n=30)	1,80	2,27	3,00	2,93
Profissionais técnicos e de enquadramento (n=60)	2,18	2,02	2,88	2,92
Trabalhadores independentes (n=16)	2,88	1,88	2,69	2,56
Trabalhadores independentes pluriactivos (n=14)	2,14	2,21	2,57	3,07
Empregados executantes (n=25)	2,32	1,72	2,96	3,00
Operários industriais (n=21)	2,19	2,29	2,71	2,81
Assalariados executantes pluriactivos (n=23)	2,39	2,35	2,83	2,43

*1=menos importante e 4=mais importante

Tabela nº 51. Média de condições para o início da conjugalidade por via do casamento segundo a origem social de classe

2.4.2. Condições para o início da conjugalidade por via do casamento segundo o género

Como podemos constatar na tabela nº 52, para os estudantes de ambos os sexos, a estabilidade profissional e relacional constitui o aspeto com maior importância para a entrada na conjugalidade por via do casamento. Conforme vimos no capítulo precedente, é entre os estudantes do sexo feminino que as expectativas de estabilidade laboral são mais elevadas. Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), são também as jovens, comparativamente aos jovens, quem releva uma menor tendência pela opção por modelos alternativos de conjugalidade orientados para a experimentação, o que contribuir para a sua maior precocidade no que respeita à realização de projetos familiares. Como referimos anteriormente, o reduzido suporte do Estado-Providência tem vindo a dificultar a obtenção de habitação própria. São, sobretudo, os estudantes do sexo masculino quem mais valoriza esta dimensão, o que pode também explicar o maior adiamento da transição para o casamento por parte destes jovens.

Género	Condições para o início da conjugalidade por via do casamento (Média (1 a 4)*)			
	Conclusão dos estudos	Habitação própria	Segurança e estabilidade profissional	Estabilidade relacional
Masculino (n=94)	2,12	2,14	2,89	2,85
Feminino (n=107)	2,32	2,07	2,83	2,79

*1=menos importante e 4=mais importante

Tabela nº 52. Média de elementos importantes para casar por género

2.5. Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais

Tal como referem Guerreiro e Abrantes (2007) e Cabral (2011), entre os jovens qualificados, as prioridades ao nível da família são, geralmente, acompanhadas por crescentes aspirações e ambições profissionais, o que pode dificultar a conciliação entre a esfera profissional e a esfera familiar. Conforme podemos verificar no gráfico nº 20, a maioria dos inquiridos (60,3%) considera que o casamento condiciona pouco ou não condiciona as suas aspirações profissionais. Porém, para uma proporção bastante significativa de estudantes (39,7%) este representa um entrave às suas aspirações, o que reflete uma menor articulação entre a esfera profissional e familiar.

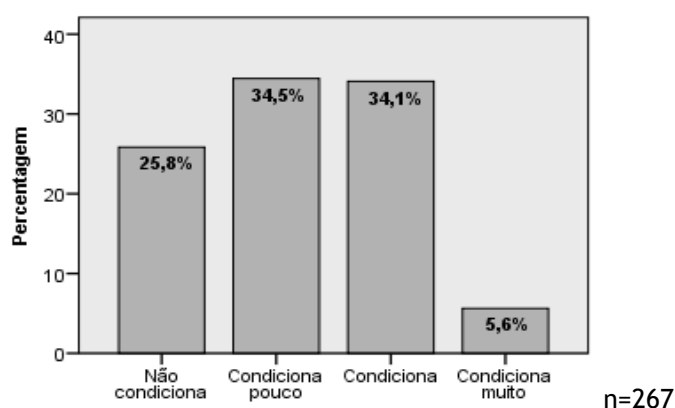


Gráfico nº 20. Casamento como fator condicionante das aspirações profissionais

2.5.1. Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais segundo a origem social de classe

Como podemos observar na tabela nº 53, embora os estudantes de ambos os contextos sociais considerem que o casamento condiciona pouco as suas aspirações profissionais, são os estudantes oriundos de setores de classe mais favorecidos, particularmente, os filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento, quem considera que este condiciona mais as suas aspirações.

Origem social de classe	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	39	2,18	0,823
Profissionais técnicos e de enquadramento	80	2,34	0,899
Trabalhadores independentes	19	2,23	0,834
Trabalhadores independentes pluriactivos	22	2,16	0,813
Empregados executantes	34	2,12	0,844
Operários industriais	26	2,04	1,038
Assalariados executantes pluriactivos	28	2,11	0,956

*1=não condiciona e 4=condiciona muito

Tabela nº 53. Média de casamento como fator condicionante das aspirações profissionais por origem social de classe

Desta forma, verificamos, à semelhança do estudo de Guerreiro e Abrantes (2007), que é, sobretudo, entre os contextos sociais mais favorecidos que o casamento é encarado como um entrave às oportunidades e à progressão na carreira profissional.

2.5.2. Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais segundo o gênero

Conforme podemos averiguar na tabela nº 54, a maioria dos estudantes de ambos os sexos (61,2% do sexo masculino e 59,4% do sexo feminino), considera que o casamento condiciona pouco ou não condiciona as suas aspirações profissionais. No entanto, são os estudantes do sexo feminino, comparativamente aos do sexo masculino, quem mais considera que este condiciona ou condiciona muito as duas aspirações.

Gênero	Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais				TOTAL
	Não condiciona	Condiciona pouco	Condiciona	Condiciona muito	
Masculino	25,4%	35,8%	33,6%	5,2%	100,0%
Feminino	26,3%	33,1%	34,6%	6,0%	100,0%
TOTAL	25,8%	34,5%	34,1%	5,6%	100,0%

Tabela nº 54. O casamento como fator condicionante das aspirações profissionais por gênero

Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), é para as jovens que a conciliação entre a esfera profissional e a esfera familiar se encontra mais dificultada. Deste modo, embora a promoção de formas igualitárias de gênero e o aumento da escolarização, das taxas de emprego e da participação pública das mulheres tenham contribuído para a alteração das representações tradicionais, permanecem ainda assimetrias de gênero ao nível da esfera familiar, sendo sobre os indivíduos do sexo feminino que recai a maioria das responsabilidades familiares.

2.5.3. Conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais segundo a área de estudo

Como podemos constatar na tabela nº 55, para os estudantes das cinco áreas de estudo o casamento condiciona pouco as suas aspirações profissionais. No entanto, são os estudantes das áreas de Engenharia, de Ciências e de Ciências da Saúde quem considera que este condiciona mais as suas aspirações, sendo os estudantes da área de Artes e Letras quem considera que o casamento condiciona menos as suas ambições profissionais.

Área de estudo	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Artes e Letras	42	2,02	0,950
Ciências	21	2,24	0,625
Ciências da Saúde	62	2,21	0,813
Ciências Sociais e Humanas	85	2,16	0,924
Engenharia	57	2,33	0,951

*1=não condiciona e 4=condiciona muito

Tabela nº 55. Média de casamento como fator condicionantes das aspirações profissionais por área de estudo

A maior ou menor conciliação entre o casamento e as aspirações profissionais poderá estar relacionada com a expectativas de inserção profissional qualificada. Deste modo, à exceção da área de Ciências, verificamos que são os estudantes que possuem expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada quem mais considera que o casamento condiciona as suas aspirações. Esta discrepância por parte dos estudantes da área de Ciências poderá estar

relacionada com a sua origem social de classe. Conforme verificámos no capítulo precedente, esta área é integrada, na sua maioria, pelos filhos de Trabalhadores Independentes que, como vimos anteriormente, são entre os contextos mais desfavorecidos quem mais considera que o casamento condiciona as suas aspirações.

3. A parentalidade

Como referem Galland (2001) e Guerreiro e Abrantes (2007), a parentalidade e modelo de família nuclear permanecem centrais na transição privada. Tal como mencionam Guerreiro e Abrantes (2007), o adiamento do início da vida em casal e da transição para o casamento é acompanhado pelo adiamento da parentalidade e pela conseqüente redução do número de filhos. A crescente insegurança sentida pelos jovens no que respeita à sua inserção profissional tem um forte impacto no adiamento da realização de projetos familiares. No entanto, os constrangimentos associados ao desempenho de atividades profissional qualificada podem, de igual modo, conduzir a uma menor articulação entre a esfera profissional e familiar.

3.1. Importância atribuída à maternidade/paternidade

Contrariamente àquilo que verificámos com o casamento, a parentalidade constitui uma dimensão altamente valorizada pelos inquiridos. Conforme podemos averiguar no gráfico nº 21, a grande maioria dos estudantes (89,2%) considera-a importante ou muito importante, sendo apenas referida por 10,8% como sendo pouco ou nada importante.

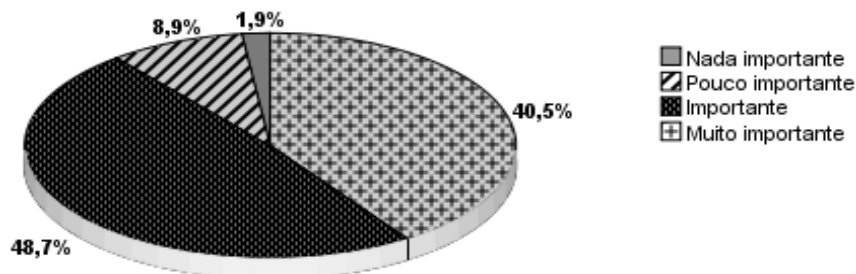


Gráfico nº 21. Importância atribuída à maternidade/paternidade

n=269

3.1.1. A importância atribuída à maternidade/paternidade segundo a origem social de classe

Como podemos constatar na tabela nº 56, os estudantes de ambos os contextos sociais consideram a maternidade/paternidade importante. No entanto, é entre os estudantes provenientes de contextos sociais mais favorecidos que esta adquire maior importância, em particular para os filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais.

Origem social de classe	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	39	3,33	0,701
Profissionais técnicos e de enquadramento	81	3,31	0,625
Trabalhadores independentes	19	3,58	0,507
Trabalhadores independentes pluriactivos	22	3,36	0,658
Empregados executantes	35	3,20	0,759
Operários industriais	26	3,27	0,724
Assalariados executantes pluriactivos	28	3,14	0,803

*1=nada importante e 4=muito importante

Tabela nº 56. Média de importância atribuída à maternidade/paternidade por origem social de classe

Por sua vez, são os estudantes oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos, muito particularmente os filhos de Assalariados Executantes Pluriactivos, quem mais desvaloriza a parentalidade, verificando-se apenas o predomínio de representações de carácter mais tradicional no que respeita ao casamento.

3.1.2. A importância atribuída à maternidade/paternidade segundo o género

Conforme podemos observar no gráfico nº 57, a grande maioria dos estudantes de ambos os sexos (92,6% do sexo masculino e 85,9% do sexo feminino) considera a parentalidade importante ou muito importante, particularmente os estudantes do masculino.

Género	Importância atribuída à maternidade/paternidade				TOTAL
	Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante	
Masculino	0,7%	6,7%	55,3%	37,3%	100,0%
Feminino	3,0%	11,1%	42,2%	43,7%	100,0%
TOTAL	1,9%	8,9%	48,7%	40,5%	100,0%

Tabela nº 57. Média de importância atribuída à maternidade/paternidade por género

De facto, apesar dos estudantes do sexo feminino se encontrem em maioria entre aqueles que consideram a parentalidade muito importante, são também quem mais a considera pouco ou nada importante. Como vemos mais adiante, são igualmente os estudantes do sexo feminino, comparativamente aos do sexo masculino, quem mais considera que a parentalidade irá condicionar as suas aspirações profissionais, o que pode explicar a sua menor importância entre estes estudantes.

3.2. Ser pai/mãe

Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), a parentalidade constitui um objetivo comum entre os jovens. Como podemos averiguar no gráfico nº 22, também a grande maioria dos estudantes (89,2%) considera ser provável ou muito provável ter filhos, encontrando-se em minoria aqueles que referem ser pouco ou nada provável.

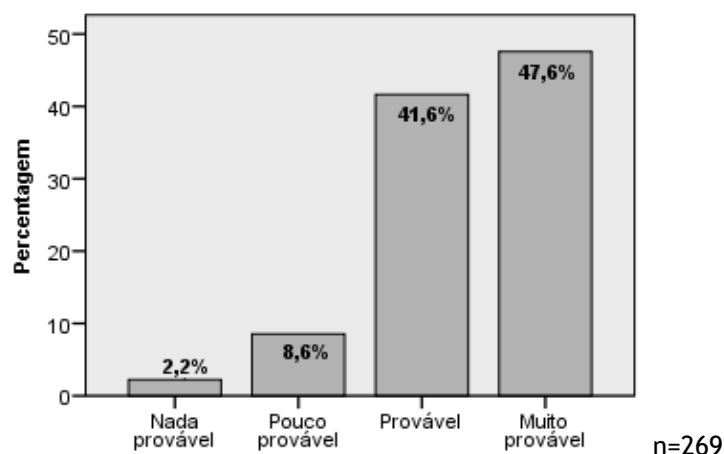


Gráfico n° 22. Probabilidade futura de ser pai/mãe

Em análise complementar, constatamos que a correlação entre a importância atribuída à parentalidade e a probabilidade futura de ser pai/mãe é muito significativa ($r=0,678$). Neste sentido, são os estudantes que mais valorizam a parentalidade quem possuem maiores expectativas de ser pai/mãe. Verificamos também que a correlação entre a probabilidade futura de casar e a probabilidade futura de ser pai/mãe igualmente é muito significativa ($r=0,489$). Desta forma, são os estudantes que apresentam maiores expectativas relativamente ao casamento quem possui, de igual forma, expectativas mais elevadas em relação à parentalidade.

3.2.1. Ser pai/mãe segundo a origem social de classe

Conforme podemos constatar na tabela n° 58, embora os estudantes de ambos os setores de classe possam ter elevadas expectativas quanto à parentalidade, é, sobretudo, nos contextos sociais mais favorecidos onde se concentram os estudantes com maiores expectativas. Assim, contrariamente aos resultados do estudo de Guerreiro e Abrantes (2007), não se verifica, entre os jovens oriundos de setores de classe mais desfavorecidos, a opção por práticas de caráter mais tradicional no que respeita à parentalidade.

Origem social de classe	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	39	3,41	0,715
Profissionais técnicos e de enquadramento	81	3,38	0,624
Trabalhadores independentes	19	3,32	0,749
Trabalhadores independentes pluriactivos	22	3,45	0,596
Empregados executantes	35	3,37	0,808
Operários industriais	26	3,42	0,809
Assalariados executantes pluriactivos	28	3,25	0,799

*1=nada provável e 4=muito provável

Tabela n° 58. Média de probabilidade futura de ser pai/mãe por origem social de classe

Tal como vimos anteriormente, a correlação entre a importância atribuída à parentalidade e a probabilidade futura de ser pai/mãe é muito significativa ($r=0,678$). Neste sentido, são os estudantes oriundos de setores de classe mais favorecidos, quem, simultaneamente, mais valoriza a parentalidade e detém maiores expectativas de ser pai/mãe. Constatamos também que a correlação entre a probabilidade futura de casar e a probabilidade futura de ser pai/mãe igualmente é muito significativa ($r=0,489$). Deste modo, são os estudantes provenientes de

setores de classe mais favorecidos quem possui expectativas mais elevadas em relação à parentalidade, sendo, no entanto, quem apresenta menores expectativas quanto ao casamento. Esta divergência vem evidenciar a perda de importância do casamento como forma de iniciar a parentalidade e reforçar o afastamento relativamente ao modelo tradicional de transição privada. Conforme referem Pappámikail (2004) e Guerreiro e Abrantes (2007), são os jovens oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos quem detém menores níveis de apoio económico por parte da família de origem no que respeita à realização de projetos familiares, o que pode explicar a redução das expectativas em relação à parentalidade entre estes estudantes.

3.2.2. Ser pai/mãe segundo o género

Como podemos observar na tabela nº 59, embora se verifique uma proximidade entre as expectativas dos/as estudantes, é entre os estudantes do sexo feminino que estas são mais elevadas.

Género	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Masculino	3,34	134	0,614
Feminino	3,35	135	0,831

*1=nada provável e 4=muito provável

Tabela nº 59. Média de probabilidade futura de ser pai/mãe por género

Conforme referimos anteriormente, a correlação entre a importância atribuída à parentalidade e a probabilidade futura de ser pai/mãe é muito significativa ($r=0,678$). No entanto, apesar dos estudantes do sexo feminino atribuírem menor importância à parentalidade, é entre estes que as expectativas são mais elevadas, o que reflete uma pressão social para a maternidade. Verificámos também que a correlação entre a probabilidade futura de casar e a probabilidade futura de ser pai/mãe igualmente é muito significativa ($r=0,489$), sendo, deste modo, os estudantes do sexo masculino quem, simultaneamente, apresenta menores expectativas relativamente ao casamento e à parentalidade.

3.2.3. Ser pai/mãe segundo a área de estudo

Como podemos averiguar na tabela nº 60, os estudantes que integram as cinco áreas de estudo apresentam elevadas expectativas no que respeita à parentalidade. No entanto, é entre os estudantes da área de Ciências da Saúde que as expectativas são mais elevadas, sendo na área de Artes e Letras onde se concentram os estudantes com menores expectativas.

Área de estudo	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Artes e Letras	42	3,26	0,734
Ciências	21	3,38	0,740
Ciências da Saúde	63	3,49	0,644
Ciências Sociais e Humanas	85	3,31	0,772
Engenharia	58	3,29	0,749

*1=nada provável e 4=muito provável

Tabela nº 60. Média de probabilidade futura de ser pai/mãe por área de estudo

Conforme referimos anteriormente, a correlação entre a probabilidade futura de casar e a probabilidade futura de ser pai/mãe é muito significativa ($r=0,489$). Deste modo, são os estudantes da área de Ciências da Saúde quem, simultaneamente, apresenta maiores expectativas relativamente ao casamento e à parentalidade, verificando-se o inverso entre os estudantes da área de Artes e Letras. As representações acerca do mercado de trabalho, nomeadamente no que respeita aos aspetos que os estudantes consideram que serão mais ou menos valorizados em contexto profissional, têm, de igual modo, impacto nas expectativas relativamente à parentalidade. Verificamos, assim, que a correlação entre a dimensão “curso/área de formação superior” e a probabilidade futura de ter filhos é significativa ($r=0,153$). Neste sentido, são, sobretudo, os estudantes das áreas de Ciências da Saúde quem considera que o seu curso/área de formação superior será mais valorizado no mercado de trabalho, encontrando-se também entre aqueles que apresentam expectativas mais elevadas em relação à parentalidade.

3.3. Idade prevista para o início da parentalidade

Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), é entre os jovens com elevadas qualificações que o adiamento da parentalidade é mais expressivo. Conforme podemos observar no gráfico nº 23 e na tabela nº 61, grande parte dos inquiridos pensa ter filhos aos 30 anos, confirmando, assim, a tendência para a início da parentalidade em idade tardia. Realçamos, ainda, que uma proporção significativa de estudantes pensa ter filhos depois dos 30, sobretudo aos 35 anos (11,3%) e aos 32 anos (11,3%). Desta forma, à semelhança daquilo que observámos anteriormente com o casamento, a barreira simbólica que separa o período de liberdade e experiência do período de responsabilidade e estabilidade situa-se nos 30 anos.

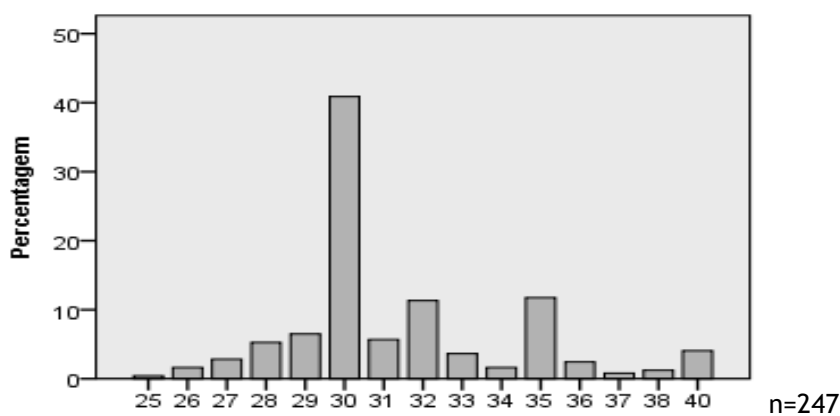


Gráfico nº 23. Idade prevista para o início da parentalidade

Variável	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Idade prevista para pai/mãe	31,41	30,00	3,012	25	40

Tabela nº 61. Idade prevista para o início para parentalidade

Em análise complementar, constatamos que a correlação entre a idade prevista para o casamento e a idade prevista para o início parentalidade é muito significativa ($r=0,646$). Neste sentido, são os estudantes que pensam casar mais tarde quem também pensa ter filhos em

idade mais tardia. Verificamos, assim, tal como Mauritti (2002), Guerreiro e Abrantes (2007) e Cairns (2011), que o adiamento do casamento é acompanhado pelo adiamento da parentalidade.

3.3.1. Idade prevista para o início da parentalidade segundo a origem social de classe

A análise da tabela nº 62 permite-nos constatar que, apesar dos estudantes de ambos os contextos sociais considerarem ter filhos em idade tardia, são, sobretudo, os estudantes oriundos de setores de classe mais favorecidos quem pensa ter filhos mais tarde. Assim, verificamos, à semelhança de Guerreiro e Abrantes (2007), que é entre os contextos sociais mais favorecidos que a tendência para o adiamento da parentalidade é mais acentuada, sendo os jovens oriundos de setores de classe mais desfavorecidos quem revela uma maior precocidade ao nível desta etapa de transição.

Origem social de classe	N	Média de idade	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	33	31,58	3,212
Profissionais técnicos e de enquadramento	77	31,35	2,771
Trabalhadores independentes	18	31,17	2,975
Trabalhadores independentes pluriactivos	20	30,75	2,023
Empregados executantes	32	31,78	3,471
Operários industriais	25	32,20	3,162
Assalariados executantes pluriactivos	26	30,65	3,382

Tabela nº 62. Média de idade prevista para o início para parentalidade por origem social de classe

Conforme referimos anteriormente, a correlação entre a idade prevista para o casamento e a idade prevista para o início parentalidade é muito significativa ($r=0,646$). Desta forma, é entre os estudantes provenientes de contextos sociais mais desfavorecidos, sobretudo entre os filhos de Assalariados Executantes Pluriactivos, que se verifica uma maior precocidade na idade de transição para o casamento e para a parentalidade. Por outro lado, são os estudantes oriundos de setores de classe mais favorecidos, particularmente os filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais, quem pensa casar e ter filhos em idade mais tardia.

3.3.2. Idade prevista para o início da parentalidade segundo o género

Como podemos averiguar na tabela nº 63, são os estudantes do sexo masculino quem pensa ter filhos em idade mais tardia. Verificamos, deste modo, tal como Guerreiro e Abrantes (2007), que são as jovens quem releva uma maior precocidade na idade de transição para o parentalidade, o que se encontra, em grande medida, relacionada com constrangimentos biológicos relacionados com a maternidade. Este desfasamento na idade de transição dos/as jovens vem contribuir para a intensificação das assimetrias de género.

Género	N	Média de idade	Desvio-Padrão
Masculino	32,03	124	2,949
Feminino	30,78	123	3,012

Tabela nº 63. Média de idade prevista para o início para parentalidade por género

Tal como constatámos anteriormente, a correlação entre a idade prevista para o casamento e a idade prevista para o início da parentalidade é muito significativa ($r=0,646$). Neste sentido,

são os estudantes do sexo masculino quem, simultaneamente, pensa casar e ter filhos em idade mais tardia.

3.3.3. Idade prevista para o início da parentalidade segundo a área de estudo
Como podemos observar na tabela nº 64, são os estudantes das áreas de Ciências, de Engenharia e de Ciências da Saúde quem pensa ter filhos em idade mais tardia, sendo na área de Artes e Letras onde se concentram os estudantes que pensam ter filhos mais cedo.

Área de estudo	N	Média de idade	Desvio-Padrão
Artes e Letras	37	30,62	2,126
Ciências	19	32,47	2,855
Ciências da Saúde	60	31,63	2,963
Ciências Sociais e Humanas	78	31,12	3,279
Engenharia	53	31,75	3,150

Tabela nº 64. Média de idade prevista para o início para parentalidade por área de estudo

Conforme referimos anteriormente, a correlação entre a idade prevista para o casamento e a idade prevista para início da parentalidade é muito significativa ($r=0,646$). Neste sentido, à exceção dos estudantes da área de Ciências (que pensam casar mais cedo e ter filhos em idade mais tardia), são os estudantes das áreas de Ciências da Saúde, de Engenharia e de Ciências Sociais e humanas quem pensa casar e ter filhos mais tarde, verificando-se o inverso entre os estudantes da área de Artes e Letras. Esta discrepância apresentada pelos estudantes da área de Ciências poderá estar relacionada com as suas origens sociais de classe. Como vimos no capítulo precedente, esta área é integrada, sobretudo, pelos filhos de Operários Industriais, que são, entre os contextos sociais mais desfavorecidos, quem pensa casar e ter filhos em idade mais tardia.

3.4. Número de filhos previstos

Como referem Guerreiro e Abrantes (2007), tem vindo a assistir-se a uma redução do número de filhos nas gerações mais jovens. De acordo com os dados demográficos do INE de 2014, o número médio de filhos por mulher em idade fértil é 1,23, considerando que a idade média das mulheres aquando do nascimento do primeiro filho é de 30 anos e do nascimento de um filho é 31,5 anos. Como podemos constatar no gráfico nº 24 e na tabela nº 65, a maioria dos estudantes (59,1%) pensa ter dois filhos, sendo ainda considerável a proporção daqueles que pensam ter um filho (17%) e três filhos (17%). Conforme verificaram Guerreiro e Abrantes (2007) no seu estudo, é comum entre os jovens considerarem que ter apenas um filho é pouco e mais do que dois ou três filhos constitui uma situação muito pouco provável, tal como podemos observar pela reduzida percentagem de inquiridos que pensa ter mais que três filhos.

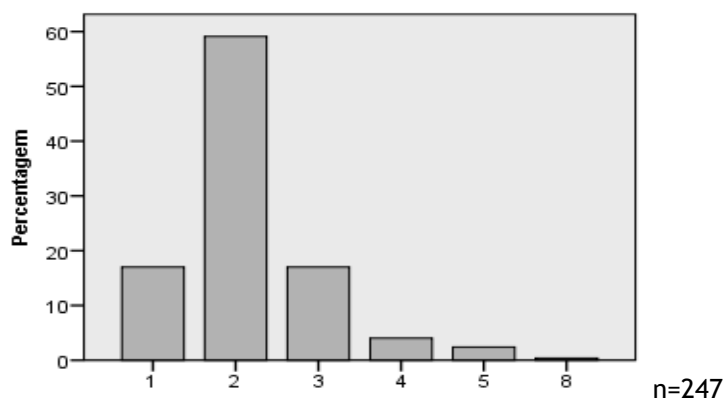


Gráfico n° 24. Número de filhos previstos

Variável	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
N° de filhos previstos	2,18	2,00	0,915	1	8

Tabela n° 65. Número de filhos previstos

Em análise completar, verificamos que a correlação entre a probabilidade futura de ter filhos e o número de filhos previstos é muito significativa ($r=0,312$). Neste sentido, são os estudantes que apresentam expectativas mais elevadas em relação à parentalidade quem pensa ter mais filhos. Constatamos também que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso é, de igual forma, significativa ($r=0,132$). Deste modo, são os estudantes que detêm maiores expectativas de inserção qualificada quem pensa ter um maior número de filhos.

3.4.1. O número de filhos previstos segundo a origem social de classe

Conforme podemos averiguar na tabela n° 66, são estudantes provenientes de contextos sociais mais favorecidos quem pensa ter mais filhos, destacando-se os filhos de Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais. Por sua vez, é, sobretudo, entre os setores de classe mais desfavorecidos onde se concentram os estudantes que consideram ter menos filhos, sobretudo entre os filhos de Assalariados Executante Pluriactivos.

Origem social de classe	N	Média de nº de filhos	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	34	2,32	0,843
Profissionais técnicos e de enquadramento	77	2,21	0,848
Trabalhadores independentes	18	2,61	1,614
Trabalhadores independentes pluriactivos	20	2,15	0,745
Empregados executantes	31	2,00	0,931
Operários industriais	25	2,12	1,054
Assalariados executantes pluriactivos	26	1,96	0,528

Tabela n° 66. Média de número de filhos previstos por origem social de classe

Tal como vimos anteriormente, a correlação entre a probabilidade futura de ter filhos e o número de filhos previstos é muito significativa ($r=0,312$), sendo, desta forma, os estudantes oriundos de contextos sociais mais favorecidos quem, simultaneamente, possui expectativas mais elevadas relativamente à parentalidade e pensa ter mais filhos. Verificamos também que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação no primeiro ano após

a conclusão do curso é igualmente significativa ($r=0,132$). Neste sentido, é, sobretudo, nos contextos sociais mais desfavorecidos que se encontram os estudantes com menores expectativas de inserção qualificada, sendo também estes estudantes quem pensa ter menos filhos.

3.4.2. O número de filhos previstos segundo o género

Como podemos observar na tabela nº 67, são os estudantes do sexo masculino, comparativamente aos do sexo feminino, quem pensa ter mais filhos.

Género	N	Média de nº de filhos	Desvio-Padrão
Masculino	2,33	123	1,075
Feminino	2,03	124	0,698

Tabela nº 67. Média de número de filhos previstos por género

Conforme verificámos anteriormente, a correlação entre a probabilidade futura de ter filhos e o número de filhos previstos é muito significativa ($r=0,312$). Neste sentido, apesar de serem os estudantes do sexo feminino quem possui expectativas mais elevadas quanto à parentalidade, são também quem pensa ter menos filhos. Como veremos mais adiante, são igualmente os estudantes do sexo feminino, em comparação aos do sexo masculino, quem mais considera que a parentalidade irá condicionar as suas aspirações profissionais, o que pode explicar o menor número de filhos previstos. Constatámos, ainda, que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso é, de igual forma, significativa ($r=0,132$), sendo os estudantes do sexo masculino quem, simultaneamente, detém maiores expectativas de inserção qualificada e pensa ter mais filhos.

3.4.3. O número de filhos previstos segundo a área de estudos

Conforme podemos averiguar na tabela nº 68, são os estudantes das áreas de Artes e Letras e de Ciências da Saúde quem pensa ter mais filhos, sendo entre os estudantes da área de Ciências que o número de filhos previstos é menor.

Área de estudo	N	Média de nº de filhos	Desvio-Padrão
Artes e Letras	37	2,24	0,895
Ciências	18	2,06	0,725
Ciências da Saúde	60	2,23	0,831
Ciências Sociais e Humanas	78	2,13	0,888
Engenharia	54	2,19	1,117

Tabela nº 68. Média de número de filhos previstos por área de estudo

Como referimos anteriormente, a correlação entre a probabilidade futura de ter filhos e o número de filhos previstos é muito significativa ($r=0,312$). Neste sentido, são os estudantes da área de Ciências da Saúde quem possui maiores expectativas relativamente à parentalidade, sendo igualmente uma das áreas onde os estudantes pensam ter mais filhos. Constatámos também que a correlação entre o desempenho de uma profissão na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso e o número de filhos previstos é igualmente significativa ($r=0,132$). Deste modo, são os estudantes das áreas de Ciências da Saúde, de Ciências Sociais e

Humanas e de Engenharia quem, simultaneamente, apresenta maiores expectativas de inserção profissional qualificada e quem pensa ter mais filhos, verificando-se o inverso entre os estudantes da área de Ciências. É na área de Artes e Letras que se encontram os estudantes que pensam ter mais filhos sendo, no entanto, uma das áreas com menores expectativas de inserção profissional qualificada. Esta discrepância pode estar relacionada com a origem social destes estudantes. Conforme vimos no capítulo precedente, esta área é integrada por uma proporção significativa de filhos de Profissionais Técnicos e de Enquadramento e de Trabalhadores Independentes, que constituem dois dos posicionamentos de classe onde o número de filhos previstos é maior.

3.5. Condições para iniciar a parentalidade

No que concerne aos aspetos que os estudantes consideram mais ou menos importantes para iniciar a parentalidade, a análise da tabela nº 69 permite-nos constatar, à semelhança de Guerreiro e Abrantes (2007), que a estabilidade e a segurança profissional e a estabilidade relacional representam elementos fundamentais para os jovens, procurando, assim, assegurar o bem-estar a estabilidade familiar. Neste sentido, a expansão da flexibilidade e da precariedade laboral e a crescente insegurança e incerteza sentida pelos jovens no que respeita à sua inserção profissional constituem os principais obstáculos à realização de projetos familiares. Conforme vimos no capítulo anterior, apenas uma reduzida proporção de estudantes possui expectativas de estabilidade laboral, encontrando-se também em maioria aqueles que consideram que irão auferir um salário inferior ao seu nível de formação, o que explica em grande medida o adiamento da parentalidade. Como mencionam Galland (2001) e Guerreiro e Abrantes (2007), o desenvolvimento de modelos alternativos de conjugalidade orientados para a experimentação têm também um forte impacto ao nível da parentalidade, contribuindo, de igual modo, para o seu adiamento. Tal como observámos anteriormente com o casamento, os inquiridos consideram que os 30 anos constituem a barreira simbólica que separa o período de incerteza do período de estabilidade profissional e relacional. À semelhança do estudo de Guerreiro e Abrantes (2007) e de Cairns (2011), verificamos que a independência residencial familiar (obtenção de habitação própria) constitui igualmente um elemento essencial no que respeita ao início da parentalidade, sendo, por sua vez, a conclusão dos estudos e o casamento ou coabitação considerados pelos estudantes como os aspetos com menor relevância. A menor importância atribuída ao casamento, comparativamente à conclusão dos estudos, vem evidenciar a perda de importância da formalização do vínculo conjugal como condição para iniciar a parentalidade e um afastamento em relação ao modelo familiar tradicional.

	Média (1 a 5)*
Ter concluído os estudos	2,53
Ter habitação própria	2,95
Estar casado/a ou em coabitação	2,50
Ter uma atividade profissional seguro e estável	3,67
Ter estabilidade relacional	3,36

*1=menos importante e 4=mais importante
n=239

Tabela nº 69. Média de condições para iniciar a parentalidade

3.5.1. Condições para iniciar a parentalidade segundo a origem social de classe

Como podemos observar na tabela que se segue, para os estudantes de ambos os setores de classe, a estabilidade profissional e relacional é constitui o elemento mais importante para o início da parentalidade. Conforme constatámos anteriormente, são os estudantes provenientes de contextos mais favorecidos quem possui expectativas mais elevadas de estabilidade laboral. Porém, tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), é, sobretudo, entre os contextos sociais mais favorecidos que a opção por modelos alternativos de conjugalidade orientados para a experimentação é mais expressiva, o que pode explicar o maior adiamento na idade de transição para a parentalidade. São também estes, comparativamente aos estudantes oriundos de setores de classe mais desfavorecidos, quem mais valoriza a obtenção de habitação própria. Como referimos anteriormente, são os estudantes provenientes de contextos sociais mais favorecidos quem detêm maiores níveis de apoio financeiro no que respeita à aquisição de habitação própria, sendo também mais considera que irá auferir um salário correspondente ao seu nível de formação, o que pode contribuir para a maior valorização desta dimensão. Por sua vez, o casamento ou coabitação constitui um dos elementos ao qual os estudantes de ambos os contextos sociais atribuem menor relevância. No entanto, conforme verificámos, são os estudantes oriundos de setores de classe mais desfavorecidos quem possui expectativas mais elevadas em relação ao casamento e quem pensa casar mais cedo, o que pode explicar, em certa medida, a sua maior precocidade na idade de transição para a parentalidade.

Origem social de classe	Condições para iniciar a parentalidade (Média 1 a 4)*				
	Conclusão dos estudos	Habitação própria	Emprego seguro e estável	Casamento ou coabitação	Estabilidade relacional
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (n=34)	2,09	3,18	3,44	2,71	3,59
Profissionais técnicos e de enquadramento (n=76)	2,46	2,93	3,87	2,38	3,36
Trabalhadores independentes (n=17)	3,53	2,65	3,59	2,41	2,82
Trabalhadores independentes pluriactivos (n=19)	2,74	2,79	3,32	2,74	3,42
Empregados executantes (n=30)	2,57	2,63	3,53	2,67	3,60
Operários industriais (n=24)	2,25	3,38	4,00	2,13	3,25
Assalariados executantes pluriactivos (n=24)	2,96	2,83	3,33	2,71	3,17

*1=menos importante e 4=mais importante

Tabela nº 70. Média de elementos importantes para ser pai/mãe por origem social de classe

3.5.2. Condições para iniciar a parentalidade segundo o género

Como podemos averiguar na tabela nº 71, a estabilidade profissional e relacional é considerada pelos estudantes de ambos os sexos como o elemento mais importante para o início da parentalidade. Como vimos no capítulo precedente, são os estudantes do sexo feminino quem detêm expectativas mais elevadas de estabilidade laboral. Tal como verificado por Guerreiro e

Abrantes (2007), é também entre as jovens que a opção por modelos alternativos de conjugalidade orientados para a experimentação adquire menor expressão, o que pode, de igual modo, contribuir para a sua maior precocidade na idade de transição para a parentalidade. São os estudantes do sexo masculino, comparativamente aos do sexo feminino, quem atribui maior importância ao casamento ou coabitação. Conforme constatámos anteriormente, são também estes estudantes quem pensa casar em idade mais tardia, o que pode explicar o maior adiamento do início da parentalidade.

Género	Condições para iniciar a parentalidade (Média 1 a 4)*				
	Conclusão dos estudos	Habitação própria	Emprego seguro e estável	Casamento ou coabitação	Estabilidade relacional
Masculino (n=119)	2,37	2,98	3,62	2,59	3,44
Feminino (n=120)	2,69	2,91	3,71	2,42	3,28

*1=menos importante e 4=mais importante

Tabela nº 71. Média de condições para iniciar a parentalidade por género

3.6. Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais

Tal como mencionam Guerreiro e Abrantes (2007) e Cabral (2011), as crescentes aspirações profissionais, fruto do prolongamento escolar, podem conduzir a uma menor articulação entre a esfera profissional e a esfera familiar, sendo, por vezes, os projetos familiares encarados como inconciliáveis com as aspirações e ambições profissionais dos jovens. Esta conciliação encontra-se também condicionada pelos (ainda) reduzidos mecanismos de apoio disponibilizados pelas entidades empregadoras e pelo Estado. Conforme podemos observar no gráfico nº 26, a maioria dos inquiridos (68,4%) considera que a parentalidade poderá constituir um entrave às suas aspirações, sendo ainda considerável a proporção de estudantes que consideram que esta condiciona pouco ou não condiciona as suas aspirações profissionais.

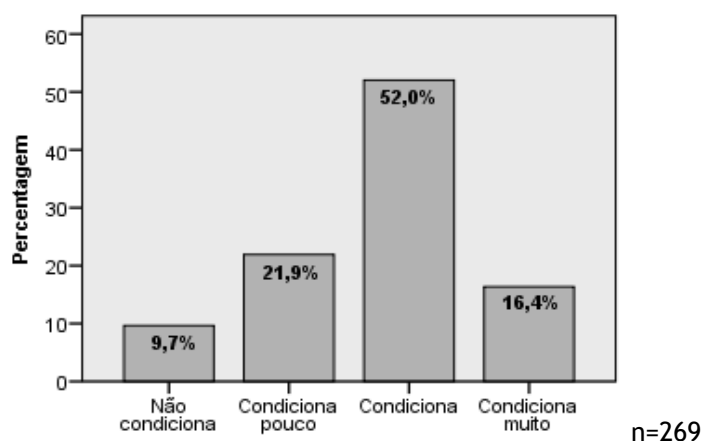


Gráfico nº 26. Parentalidade como fator condicionante das aspirações profissionais

3.6.1. Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais segundo a origem social de classe

Como podemos averiguar na tabela nº 72, é entre os contextos sociais mais desfavorecidos que se concentram os estudantes que mais consideram que a parentalidade condiciona as suas aspirações profissionais, destacando-se os filhos de Trabalhadores Independentes. Por sua vez,

são os estudantes provenientes de setores de classe mais favorecidos, particularmente os filhos de Empresários, Dirigentes de Profissionais Liberais quem considera que esta condiciona menos as suas aspirações.

Origem social de classe	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Empresários, dirigentes e profissionais liberais	38	2,74	0,950
Profissionais técnicos e de enquadramento	81	2,78	0,806
Trabalhadores independentes	19	2,89	0,937
Trabalhadores independentes pluriactivos	22	2,68	0,646
Empregados executantes	35	2,66	0,906
Operários industriais	27	2,85	0,818
Assalariados executantes pluriactivos	28	2,79	0,876

*1=não condiciona e 4=condiciona muito

Tabela nº 72. Média de parentalidade como fator condicionante das aspirações profissionais por origem social de classe

Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), alguns jovens recorrem ao apoio familiar no que respeita ao suporte a projetos familiares. No entanto, tem vindo a assistir-se a uma redução dos apoios informais, sendo estes nem sempre encarados como desejáveis pelos jovens. São os jovens oriundos de setores de classe mais favorecidos quem detém maiores níveis de apoio por parte da família de origem, o que pode facilitar a articulação entre a esfera profissional e familiar.

3.6.2. Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais segundo o género

Conforme podemos observar na tabela nº 73, a maioria dos estudantes do sexo masculino (73,1%) e do sexo feminino (63,7%) considera que a parentalidade condiciona ou condiciona muito as suas aspirações profissionais, sobretudo os estudantes do sexo feminino. De facto, são os estudantes do sexo masculino quem mais considera que esta não condiciona as suas aspirações, sendo, por sua vez, os estudantes do sexo feminino quem mais considera que esta condiciona muito as suas ambições profissionais.

Género	Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais				TOTAL
	Não condiciona	Condiciona pouco	Condiciona	Condiciona muito	
Masculino	11,9%	24,4%	51,8%	11,9%	100,0%
Feminino	7,5%	19,4%	52,2%	20,9%	100,0%
TOTAL	9,7%	21,9%	52,0%	16,4%	100,0%

Tabela nº 73. Média de parentalidade como fator condicionante das aspirações profissionais por origem social de classe

Tal como verificado por Guerreiro e Abrantes (2007), é para as jovens que a conciliação entre a esfera profissional e a esfera familiar se encontra mais dificultada. De facto, permanecem ainda assimetrias de género na divisão das tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, recaindo sobre os indivíduos do sexo feminino a maioria das responsabilidades familiares, o que pode originar uma dupla jornada de trabalho e contribuir para a menor articulação entre a esfera profissional e familiar. As dificuldades de conciliação entre estas duas esferas podem conduzir as jovens a optar/dar prioridade a uma destas esferas. Neste sentido, embora sejam

os estudantes do sexo feminino quem apresenta maiores expectativas em relação à parentalidade, verificamos, em análise complementar, que são também estes estudantes quem mais refere ser pouco ou nada provável ter filhos.

3.6.3. Conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais segundo a área de estudo

Como podemos constatar na tabela nº 74, são os estudantes que integram a área de Ciências da Saúde quem mais considera que a maternidade/paternidade condiciona as suas aspirações profissionais, sendo, por sua vez, os estudantes da área de Artes e Letras quem considera que esta condiciona menos.

Área de estudo	N	Média (1 a 4)*	Desvio-Padrão
Artes e Letras	42	2,57	0,914
Ciências	22	2,73	0,456
Ciências da Saúde	63	2,90	0,817
Ciências Sociais e Humanas	84	2,76	0,939
Engenharia	58	2,71	0,773

*1=não condiciona e 4=condiciona muito

Tabela nº 74. Média de parentalidade como fator condicionante das aspirações profissionais por área de estudo

A maior ou menor conciliação entre a parentalidade e as aspirações profissionais poderá estar relacionada com a expectativas de inserção profissional qualificada. Deste modo, à exceção da área de Ciências, verificamos que são os estudantes que possuem expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada quem mais considera que a parentalidade condiciona as suas aspirações. Esta discrepância apresentada por parte dos estudantes da área de Ciências poderá estar relacionada com a sua origem social de classe. Como vimos no capítulo precedente, esta área é integrada, sobretudo, por estudantes oriundos de contextos sociais mais desfavorecidos que, conforme verificámos, são também quem mais considera que a parentalidade condiciona as suas aspirações.

Capítulo IV - Os apoios públicos à integração no mercado de trabalho

A crise económica que marcou o início dos anos 70 e que se estende até à atualidade, trouxe consigo um conjunto de transformações no sistema económico, político e social, que conduziram à dissipação da fase de pleno emprego, à redução da estabilidade e da previsibilidade dos percursos profissionais e à expansão de fenómenos de flexibilidade e precariedade laboral e de desemprego (Santos, 1993; Mozzicafreddo, 1994; Rodrigues, 2010; Silva, 2013). Este conjunto de transformações têm vindo a atingir crescentemente os jovens qualificados, contribuindo, assim, para o prolongamento do tempo de integração no mercado de trabalho e para a ampliação de situações de risco e de vulnerabilidade social (Pais, 1990; Clavel, 2004; Pappámikail, 2004; Rodrigues, 2010; Moser, 2011). O aumento do desemprego e as dificuldades de integração dos jovens no mercado de trabalho constituem desafios para o Estado, que tem procurado desenvolver um conjunto de políticas destinadas à atenuação dos impactos negativos da reestruturação do mercado de trabalho e ao estímulo à (re)inserção profissional (Moreno, 2006; Valadas, 2012). Conforme refere Valadas (2013), o Instituto de emprego e Formação Profissional (IEFP) desempenha um papel decisivo no que respeita à regulamentação, administração e implementação das políticas de emprego. Deste modo, ao longo deste capítulo, iremos centrar a nossa análise sobre o papel desempenhado pelo IEFP no que respeita à integração dos jovens qualificados no mercado de trabalho, nomeadamente, nos mecanismos e recursos de inserção profissional que esta instituição dispõe e na sua eficácia na integração profissional dos jovens. Iremos, de igual forma, analisar qual o conhecimento que os estudantes possuem acerca das medidas ativas de emprego e a sua influência sobre as suas expectativas de inserção profissional, bem como a sua perceção acerca dos estágios, enquanto modalidade de contratual que marca a grande maioria das inserções profissionais juvenis iniciais.

1. O recurso por parte dos jovens aos apoios públicos

Tal como referem diversos autores que tivemos oportunidades de analisar anteriormente, o aumento das qualificações nem sempre garante uma rápida integração no mercado de trabalho, verificando-se um progressivo prolongamento entre a conclusão dos estudos e a inserção profissional. Neste sentido, conforme foi mencionado pelos técnicos de emprego do IEFP, os jovens qualificados têm vindo a recorrer crescentemente aos centros de emprego, maioritariamente após a conclusão do ensino superior, encontrando-se este crescente recurso associado às dificuldades de integração no mercado de trabalho. Este facto fica bastante claro nalgumas declarações proferidas nas entrevistas conduzidas junto dos técnicos.

“Existem muitos jovens inscritos e esse número tem vindo a aumentar ao longo do tempo [...] inserir-se no mercado de trabalho está a ser mais difícil e o período de desemprego tem cada vez uma duração mais longa.” (T2)

“[...]. Recorrem mais aos centros de emprego hoje, os jovens que não conseguem colocação no mercado de trabalho de imediato [...]” (T5)

Verificamos, assim, que, face às atuais condições e oportunidades no mercado de trabalho, o Instituto de Emprego e Formação Profissional constitui um meio privilegiado pelos jovens qualificados no que respeita à procura de emprego, procurando, deste modo, atenuar as dificuldades de inserção profissional.

1.1. Principais motivações e expetativas

Entre as motivações que estão na base do recurso aos centros de emprego por parte dos jovens qualificados, é referido maioritariamente pelos técnicos, o acesso a medidas ativas de emprego, muito particularmente à medida “estágios”. O recurso a esta instituição é, assim, acompanhado por elevadas expetativas quanto ao desempenho de uma profissão na área de formação e de estabilidade laboral no que respeita aos estágios. Como vimos anteriormente, a estabilidade profissional constitui igualmente uma das dimensões a que os inquiridos atribuem maior importância no exercício de uma atividade profissional.

“[...] vêm-se inscrever com grandes expetativas de encontrar emprego na área. Os jovens querem aplicar aquilo que aprenderam no seu curso e têm grandes expetativas de ficar na empresa depois do estágio.” (T4)

“Os jovens dão importância à continuidade na empresa, os contratos temporários não são motivadores.” (T2)

No entanto, como mencionam alguns dos técnicos, a insatisfação com as condições de emprego, a procura de novas experiências profissionais e a expansão de modalidades contratuais de carácter temporário pode originar situações de mobilidade no mercado de trabalho entre os jovens.

“Mas se os jovens encontrarem uma empresa que lhes proporcione a oportunidade de progredir na carreira, um melhor salário e um bom ambiente de trabalho, eles mudam de empresa.” (T6)

“[...]. As pessoas tentam ter alguma estabilidade, é normal, quando estão satisfeitas na mesma empresa querem continuar, agora se não estão satisfeitos [...]. Hoje em dia o mercado de trabalho também não o permite, as pessoas mudam muito por diversas razões, os contratos são temporários, os estágios terminam. Mas eu acho que o próprio jovem vai tentando procurar, conforme a experiência que vai criando, vai tentando subir na vida e vai procurar outro tipo de empresas que possam abrir outros horizontes e ensinar mais [...]” (T7)

Como referem diversos autores, entre os quais Pais (2001), Oliveira e Carvalho (2008) e Marques (2013), a maioria das inserções profissionais juvenis iniciais é marcada por empregos precários e de curta duração, o que vem evidenciar a instabilidade experienciada por estes aquando da entrada para o mercado de trabalho e a transitoriedade e descontinuidade ao nível das suas trajetórias profissionais. Conforme mencionam Ellefsen e Hamel (2000), Pappámikail (2004) e

Augusto (2006), as situações de precariedade podem conduzir os jovens a uma fase de experimentação ao nível do mercado de trabalho, verificando-se a busca de novas experiências profissionais e o privilégio do reconhecimento social, em particular nos primeiros anos aquando da entrada para o mercado de trabalho.

São também apontadas por alguns técnicos motivações relacionadas com o acesso a outros recursos disponibilizados pelo IEFP, como a base de dados *netemprego* e a formação. Esta procura de formação por parte dos jovens qualificados é um reflexo da reestruturação do sistema produtivo, nomeadamente, como referem Smithson et al (1998) e Soeiro (2012), da maior responsabilização dos indivíduos pela aquisição de competências que visam melhorar a sua empregabilidade individual. Conforme verificámos anteriormente, a realização de atividades para a aquisição de competências valorizadas no mercado de trabalho (cursos de formação, entre outras), constitui igualmente uma das estratégias a que os inquiridos mais pensam vir a recorrer para conseguir exercer uma atividade profissional.

1.1.1. Correspondência entre as expetativas e o mercado de trabalho

A maioria dos técnicos refere que as expetativas dos jovens nem sempre encontram correspondência no mercado de trabalho, encontrando-se esta descoincidência relacionada, sobretudo, com as exigências do mercado de trabalho, com a redução do número de empregos qualificados ou ainda com os próprios jovens. As exigências do mercado de trabalho e a redução do número de empregos representam também, como vimos anteriormente, dois dos fatores que os inquiridos consideram que irão dificultar mais o seu acesso ao mercado de trabalho.

“Penso que as expetativas ficam muito aquém. Há uma redução da taxa de integração nas empresas [...]” (T3)

“Não encontram. A maioria que não teve uma experiência de trabalho tem dificuldade numa relação subordinada.” (T5)

“Eu acho que os jovens vêm com muitas expetativas [...], mas que depois na realidade essas expetativas podem ser um bocado defraudadas, porque o mercado de trabalho é duro. Lá está, um conjunto de competências imensas que as empresas exigem [...]” (T7)

De facto, conforme referem vários autores, entre os quais Pappámikail (2004), Guerreiro e Abrantes (2005) e Marques (2013), o contexto profissional tornou-se mais competitivo, seletivo e segmentado, trazendo consigo crescentes exigências como a flexibilidade e a adaptabilidade, o que veio contribuir para a redução das ofertas de emprego qualificado e para o crescimento do desemprego, dificultando, assim, crescentemente a inserção profissional dos jovens.

2. Tipos de apoio existentes

Tal como mencionam Moreno (2006) e Valadas (2012), face ao aumento do desemprego juvenil e às crescentes dificuldades de inserção profissional, o Estado tem procurado desenvolver um conjunto de políticas destinadas à atenuação das consequências negativas da reestruturação do mercado de trabalho e ao estímulo da (re)inserção profissional. Neste sentido, foram referidos pelos técnicos diversos mecanismos e recursos de apoio à integração dos jovens

qualificados no mercado de trabalho, tais como, as medidas ativas de emprego (que iremos abordar mais adiante), a formação, o registo das ofertas de emprego e dos candidatos através de bases de dados como o *netemprego* e a *rede eures*, o acompanhamento do percurso dos jovens e a realização de sessões de esclarecimento acerca das medidas ativas de emprego.

2.1. Medidas ativas de emprego

No que concerne ao conhecimento que os inquiridos possuem das medidas ativas de emprego, a análise da tabela nº 75 permite-nos constatar que os “estágios” constituem a medida que a maioria dos estudantes (28,5%) afirma conhecer, destacando-se, também, significativamente aqueles que referem conhecer a medida “empreendedorismo” (19,5%).

	Percentagem
Apoio à contratação (n=73)	8,7%
Estágios (n=240)	28,4%
Jovem ativo (n=57)	6,8%
Empreendedorismo (n=164)	19,5%
Emprego-Inserção (n=54)	6,4%
Reabilitação profissional (n=70)	8,3%
Incentivo à aceitação de ofertas de emprego (n=63)	7,5%
Medidas de âmbito regional e setorial (n=23)	2,7%
Apoio à mobilidade geográfica no mercado de trabalho (n=70)	8,3%
Promoção das artes e ofícios (n=29)	3,4%
TOTAL	100,0%

Tabela nº 75. Média de conhecimento das políticas ativas de emprego

Quando questionados sobre quais as medidas maioritariamente utilizadas na inserção profissional dos jovens qualificados, também os técnicos referiram, na sua maioria, a medida “estágios”, sendo ainda mencionadas as medidas “empreendedorismo” e “apoio à contratação”.

2.1.1. A influência do conhecimento das medidas ativas de emprego sobre as expectativas de inserção profissional qualificada

A análise da tabela nº 76 permite-nos verificar que a maioria dos estudantes que referem conhecer cada uma das dez medidas ativas de emprego considera ser possível ou muito possível vir a desempenhar uma profissão na área de formação no primeiro ano após a conclusão do curso.

Medidas ativas de emprego conhecidas pelos estudantes	Desempenho de uma profissão na área de formação académica				
	Nada possível	Pouco possível	Possível	Muito possível	TOTAL
Apoio à contratação	1,4%	30,1%	43,8%	24,7%	100,0%
Estágios	5,4%	32,9%	47,1%	14,6%	100,0%
Jovem ativo	5,3%	36,8%	42,1%	15,8%	100,0%
Empreendedorismo	3,7%	35,4%	45,7%	15,2%	100,0%
Emprego-Inserção	3,7%	25,9%	55,6%	14,8%	100,0%
Reabilitação profissional	4,3%	30,0%	44,3%	21,4%	100,0%
Incentivo à aceitação de ofertas de emprego	1,6%	38,1%	42,8%	17,5%	100,0%
Medidas de âmbito regional e setorial	0,0%	17,4%	56,5%	26,1%	100,0%
Apoio à mobilidade geográfica no mercado de trabalho	5,7%	24,3%	48,6%	21,4%	100,0%
Promoção das artes e ofícios	0,0%	34,5%	58,6%	6,9%	100,0%
TOTAL	4,3%	32,2%	46,5%	17,0%	100,0%

Tabela nº 76. O desempenho de uma profissão na área de formação por conhecimento das políticas ativas de emprego

Deste modo, podemos concluir que o conhecimento das políticas de emprego poderá ter um impacto positivo no que respeita às expectativas de inserção qualificada.

3. O caso dos estágios

A experiência profissional e a aquisição de competências que promovam a melhoria da empregabilidade representa uma condição privilegiada no mercado de trabalho (Pais, 2001; Soeiro, 2012). Neste sentido, como referem diversos autores, entre os quais Rodrigues (1992), Marques (2009) e Soeiro (2012), as entidades empregadoras têm vindo a recorrer crescentemente a estágios profissionais, associados à falta de experiência profissional e a um período experimental, o que se traduz na intensificação dos ritmos produtivos e na redução do nível salarial, contribuindo, assim, para a ampliação da precariedade laboral.

3.1. Perceções acerca dos estágios

Conforme menciona Melo e Borges (2007), o início da vida profissional dos jovens é, muitas vezes, marcado por empregos precários, como é o caso dos estágios, constituindo uma forma de adquirir experiência profissional. Neste sentido, procurámos averiguar qual o grau de importância atribuído pelos inquiridos aos estágios, tendo por base três aspetos, mencionados na tabela nº 77. Como podemos verificar na tabela que segue, a grande maioria dos estudantes refere que os estágios são importantes ou muito importantes para a “aquisição de experiência e competências profissionais” (99,2%), para “ampliar as possibilidades de exercer uma atividade profissional na área de formação” (96,7%) e para “assegurar a inserção a curto prazo no mercado de trabalho (91,1%).

	Aquisição de experiência e competências profissionais (n=268)	Assegurar a inserção a curto prazo no mercado de trabalho (n=268)	Ampliar as possibilidades de exercer profissão na área de formação (n=268)
Nada importante	0,4%	0,7%	0,7%
Pouco importante	0,4%	8,2%	2,6%
Importante	45,1%	59,4%	47,1%
Muito importante	54,1%	31,7%	49,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%

Tabela nº 77. Importância atribuída aos estágios

Tal como referem Smithson et al (1998) e Kóvacs (2004), as inserções profissionais juvenis são crescentemente marcadas por modalidades de emprego precárias, com expectativas de posterior obtenção de um emprego estável. Conforme podemos observar no gráfico nº 25, a maioria dos estudantes (64,6%) considera ser possível um estágio vir a resultar num emprego estável, sendo que 13,1% referem ser muito possível. Porém, uma proporção bastante significativa (21,6%) considera ser pouco possível e apenas 1,1% afirmam não ser nada possível. Como vimos anteriormente, também os técnicos referem que os jovens qualificados possuem elevadas expectativas de estabilidade laboral resultante dos estágios.

Em análise complementar, constatamos que as correlações entre a possibilidade de um estágio vir a resultar num emprego estável e a importância atribuída aos estágios no que respeita à “aquisição de experiência e competências profissionais”, a “assegurar a inserção a curto prazo no mercado de trabalho” e à “ampliação da possibilidade de exercer uma profissão na área de formação” são muito significativas ($r=0,222$; $r=0,266$; $r=0,239$, respetivamente). Desta forma, são os estudantes que atribuem maior importância aos estágios quem mais considera ser possível um estágio resultar num emprego estável. Estes resultados podem ser o reflexo, conforme referem Pais (2001) e Gonçalves (2013), do facto da experiência profissional representar uma condição privilegiada por parte das empresas, constituindo também, conforme verificámos anteriormente, o aspeto que os estudantes consideram que mais poderá dificultar o seu acesso ao mercado de trabalho.

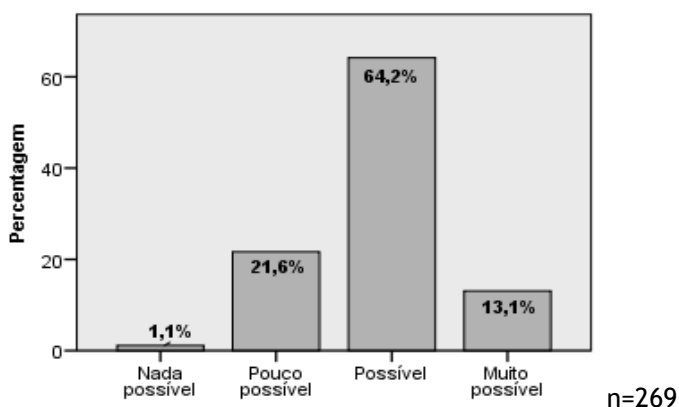


Gráfico nº 25. Possibilidade de um estágio resultar num emprego estável

Conforme mencionámos anteriormente, os estágios profissionais encontram-se associados à falta de experiência profissional e a um período experimental, o que se traduz na intensificação

dos ritmos produtivos e na redução do nível salarial. Neste sentido, solicitámos aos inquiridos que se posicionassem relativamente à seguinte afirmação: “Os estágios constituem uma forma de recorrer a profissionais qualificados a baixo custo”. Como podemos averiguar no gráfico nº 26, a grande maioria dos estudantes (87,7%) concorda ou concorda totalmente com esta afirmação. Constatamos ainda que uma proporção significativa discorda (11,6%) com a afirmação acima mencionada e apenas 0,7% discordam totalmente. Estes resultados vêm, assim, evidenciar uma interiorização por parte dos estudantes da precariedade associada aos estágios.

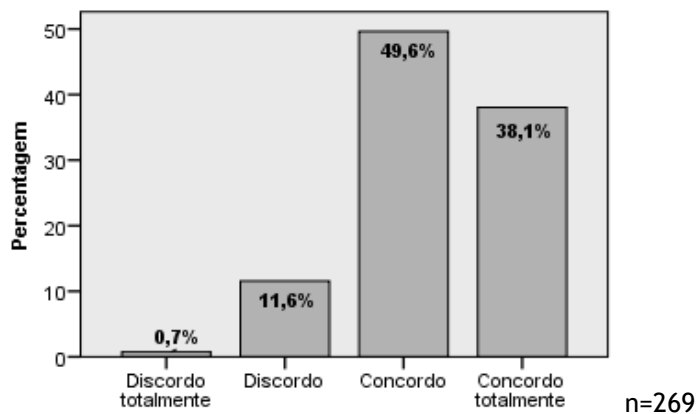


Gráfico nº 26. Estágios enquanto forma de recorrer a profissionais qualificados a baixo custo

Em análise complementar verificamos que a correlação entre a possibilidade de um estágio vir a resultar num emprego estável e os estágios enquanto forma de recorrer a profissionais qualificados a baixo custo é muito significativa ($r=-0,247$). Deste modo, é entre os estudantes que mais consideram que um estágio poderá vir a resultar num emprego estável que a tendência para discordar com a afirmação “os estágios constituem uma forma de recorrer a profissionais qualificados a baixo custo” é maior. Conforme refere Pais (1991), as atuais condições e oportunidade no mercado de trabalho podem ter impactos sobre as representações dos jovens. Neste sentido, as expetativas de estabilidade associadas aos estágios e o facto de serem encarados como uma forma de aquisição de experiência profissional podem contribuir para que estes não sejam percecionados pelos estudantes como uma modalidade de inserção precária.

4. A eficácia dos apoios públicos na integração dos jovens qualificados no mercado de trabalho

Tal como mencionam diversos autores, entre os quais Rodrigues (2010), Moser (2011) e Valadas (2013), as transformações no mercado de trabalho e os riscos associados à incerteza e à imprevisibilidade das trajetórias profissionais juvenis têm vindo a originar novas formas de vulnerabilidade social. No entanto, face ao recuo do Estado, a capacidade de resposta das instituições de proteção social nem sempre se revela suficiente no combate ao crescimento do desemprego e à atenuação de situações de vulnerabilidade social.

4.1. Inserção profissional dos jovens qualificados

A maioria dos técnicos revela-se consensual no que respeita à eficácia das medidas ativas de emprego na integração dos jovens qualificados no mercado de trabalho, muito particularmente a medida “estágios”, sendo ainda mencionado o aspeto da continuidade na empresa após o estágio.

“[...] A medida com maior êxito é, sem dúvida, os estágios. Em finais de 2015, os estágios registavam 70% de empregabilidade [...]. Apesar da celebração de um contrato não ser obrigatória por parte das empresas, as entidades empregadoras acabam por contratar os estagiários.” (T1)
“[...] sei que temos tido sucesso e que temos levado à inserção uma percentagem bastante elevada dos jovens que aqui se inscrevem no mercado de trabalho.” (T7)

Apenas um dos técnicos refere que a eficácia da medida “estágios” na inserção profissional destes jovens tem vindo a decrescer, devido, sobretudo, às dificuldades económicas das entidades empregadoras, o que reflete também, tal como refere Valadas (2013), uma redução dos gastos públicos com a proteção social e com as políticas de emprego.

“[...] O estágio em termos de eficácia tem vindo a diminuir. Há uma redução dos apoios financeiros às empresas, o que dificulta a integração dos jovens.” (T3)

No entanto, quando questionados acerca do balanço da inserção profissional dos jovens qualificados inscritos nos centros, o discurso dos técnicos revela algumas contradições que nos levam a questionar a percentagem de empregabilidade atribuída à medida “estágios”.

“A taxa de desemprego agora está mais baixa, mas ainda é elevada em comparação aos restantes países da União Europeia. [...]” (T1)
“A taxa de empregabilidade não é muito elevada [...] o tecido empresarial condiciona muito a inserção profissional, não há investimento por causa da crise económica.” (T2)
“[...] Há muitos jovens inscritos que fazem estágios e como não conseguem colocação após o estágio vão trabalhar para outras zonas.” (T3)

De facto, conforme referem diversos autores que tivemos oportunidade de analisar anteriormente, a crise económica teve impactos na dimensão da estabilidade financeira e na sua capacidade de administração, o que contribuiu para a expansão da precariedade laboral e a redução das ofertas de emprego qualificado estável. Os percursos profissionais juvenis marcados por situações de precariedade conduzem mais facilmente à interrupção contratual, face à crescente redução de mão de obra por parte das empresas, com impacto no aumento de desemprego.

4.2. Áreas com maior integração profissional

A área de engenharia é referida pela maioria dos técnicos como sendo a área com maior integração de jovens qualificados, sendo também mencionadas as áreas de Ciências da Saúde e de Ciências (o curso de biotecnologia). Por outro lado, as áreas de Artes e Letras e de Ciências Sociais e Humanas são apontadas como sendo aquelas onde existem maiores dificuldades de integração destes jovens. Alguns dos técnicos mencionam ainda que é também nas áreas de

Engenharia e Ciências da Saúde que se verifica um menor recurso por parte dos jovens aos centros de emprego.

“As áreas de engenharias e de saúde são as áreas onde há menos pessoas inscritas.” (T4)

“[...] há profissões em que não recorrem, por exemplo os médicos não recorrem aos centros de emprego, mas já nem é por terem emprego imediato, mas é por terem um percurso em que vão ter ou um estágio [...]. Os engenheiros eletrotécnicos e os engenheiros informáticos também não recorrem, porque ainda não terminaram o seu curso e já existem empresas interessadas.” (T5)

No estudo de Cardoso et al (2012), verifica-se, de igual modo, que é nas áreas de Engenharia e de Ciências da Saúde que existe uma maior integração dos estudantes no mercado de trabalho, sendo, sobretudo, na área de Artes e Letras que a integração dos estudantes é menor.

4.3. Tempo de integração no mercado de trabalho

Apesar de não existir um relativo consenso por parte dos técnicos quanto ao tempo de integração dos jovens no mercado de trabalho, estes referem que o período de inserção profissional, em áreas com maior empregabilidade, pode ocorrer num espaço de dois meses, nomeadamente em situações em que os jovens já estabeleceram contacto com a entidade empregadora, e estender-se até aos seis meses. Entre as áreas com menor oferta no mercado de trabalho, o tempo de integração no mercado de trabalho tende a ser superior a seis meses e pode chegar a ultrapassar um ano. Conforme vimos anteriormente, são, sobretudo, os estudantes da área de Ciências da Saúde quem possui expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada no primeiro ano após a conclusão do curso, sendo nas áreas de Artes e Letras e de Ciências que se encontram os estudantes com menores expectativas.

O desemprego de longa duração (superior a um ano) é apontado por alguns dos técnicos como um fenómeno que tem atingido crescentemente os jovens qualificados, tal como podemos verificar de seguida:

“Tem vindo a aumentar o número de jovens que permanecem desempregados por mais de um ano, o tempo de integração é cada vez mais longo.” (T3)

“[...] Dentro das áreas com menor empregabilidade existem muitos jovens desempregados há mais de um ano.” (T5)

Neste sentido, conforme referem diversos autores, entre os quais Mauritti (2002), Alves (2005) e Cabral (2011), embora o aumento das qualificações escolares represente uma vantagem e um fator diferenciador em contexto profissional, as atuais condições e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho tem contribuído para um progressivo adiamento entre a conclusão dos estudos e a inserção profissional. Deste modo, como mencionam Clavel (2004), Rodrigues (2010) e Moser (2011), a capacidade de resposta das instituições de proteção social não se tem revelado suficiente no combate ao crescimento do desemprego. Conforme verificámos anteriormente, os jovens recorrem crescentemente aos centros de emprego, encontrando-se este crescente recurso sobretudo associado às dificuldades de integração no mercado de

trabalho, o que vem evidenciar, de acordo com Valadas (2013), uma descoincidência entre as crescentes necessidades dos indivíduos e a efetiva capacidade de resposta por parte dos serviços estatais.

No entanto, alguns dos técnicos referem que percentagem de jovens que se encontram desempregados há mais de um ano não é elevada devido, sobretudo, à posse de elevadas qualificações, à idade e ao desempenho de atividades profissionais pouco qualificadas.

“[...] Quanto mais jovens são as pessoas e mais qualificações têm, mais rápida é a colocação no mercado de trabalho e, portanto, não é uma percentagem muito elevada que fica inscrita no centro de emprego há mais de um ano.” (T7)

“Não há muitos jovens desempregados há mais de um ano, porque eles têm flexibilidade em trabalhar noutras áreas.” (T4)

Conforme é mencionado pelos técnicos, existe um elevado número de jovens qualificados que se candidata a ofertas de emprego pouco qualificado. Como vimos anteriormente, também a maioria dos inquiridos considera vir a desempenhar uma atividade pouco qualificada. Neste sentido, como referem vários autores entre os quais Marques (2009), Duarte (2013) e Gonçalves (2013), as situações de desemprego, a redução dos postos de trabalho qualificado e a crescente dependência de apoios familiares e estatais podem conduzir os jovens à ocupação de empregos pouco qualificados, contribuindo, assim, para o agravamento da condição precária. A inserção pouco qualificada é encarada por dois dos técnicos como um meio para atenuar as dificuldades de integração no mercado de trabalho destes jovens, evidenciando uma responsabilização dos jovens pela condição de desemprego e apontando o trabalho não qualificado como uma resposta possível às situações de desemprego vividas pelos jovens qualificados.

“[...] falta alguma abertura por parte dos jovens a outras experiências para lá da sua formação.” (T2)

“[...] estar 6 meses à procura de emprego é o normal [...]. Agora quando começa a decorrer já mais tempo e chegamos a 1 ano, os jovens se forem inteligentes mudam o discurso e vão procurar alguma coisa, a pessoa não tem só conhecimentos que adquiriu na universidade [...]” (T5)

Como referem Pais (2001) e Marques (2013), os jovens detentores de elevadas qualificações tendem a ser mais seletivos na procura de emprego, o que pode contribuir para a redução do subemprego nesta faixa etária e para o aumento do tempo de integração no mercado de trabalho. O tempo investido na procura de um emprego mais compatível com as suas expectativas e qualificações visa uma maior satisfação com o emprego/realização profissional e a obtenção de um maior nível salarial, tal como verificámos anteriormente.

5. Serão necessárias outro tipo de respostas para a atenuação do desemprego juvenil?

Conforme verificámos anteriormente, os apoios públicos nem sempre se revelam suficientes no que respeita à minimização dos impactos negativos da reestruturação do mercado de trabalho.

Neste sentido, a necessidade de outro tipo de respostas para a atenuação das dificuldades de inserção profissional dos jovens qualificados foi reconhecida pela maioria dos técnicos, sobretudo, no que concerne à necessidade de maior investimento em medidas já existentes, como a medida “empreendedorismo” e a formação, e de um maior apoio às entidades empregadoras na criação de postos de trabalho e na melhoria das condições de trabalho. A necessidade de melhoria das condições de trabalho, nomeadamente das condições salariais em situações de estágio, é apontada por um dos técnicos, como podemos observar no excerto que se segue:

“[...] apoiarmos as empresas ainda mais em outros aspetos para poderem colocar os jovens, por exemplo em termos dos apoios salariais [...], porque no estágio o valor não é muito elevado. [...] muitas pessoas não conseguem estar deslocadas a receber 600, 700 euros que muitas empresas pagam e a questão do estágio profissional, tudo bem que é um primeiro emprego, mas que, às vezes, é difícil pagar uma renda e etc [...]” (T7)

A necessidade de alteração da oferta formativa ao nível das instituições de ensino, bem como do número de vagas disponibilizado é, ainda, referida por um dos técnicos, conforme podemos observar de seguida:

“As respostas têm de começar [...] pelo tipo de formação que se oferece. Não se pode estar a oferecer formação que o mercado de trabalho não quer. [...] o número de vagas dos cursos deve ser mais curto do que as necessidades, a lei de mercado é esta, da oferta e da procura em todo o lado.” (T5)

No entanto, como foi referido por Pais (2001) e Gonçalves (2013), uma percentagem significativa dos jovens com elevadas qualificações permanece desempregada, em grande medida, devido às características de produção e organização das empresas. Deste modo, as dificuldades enfrentadas pelos jovens aquando da entrada para o mercado de trabalho não se devem à inadequação entre o sistema de ensino e o sistema produtivo, mas resultam, na sua maioria, de mudanças estruturais no mercado de trabalho que fomentaram a diminuição da estabilidade laboral e a redução do número de empregos qualificados.

6. O papel dos jovens na integração no mercado de trabalho

Tal como referem vários autores, entre os quais Hespanha (2008), Rodrigues (2010) e Valadas (2012), as medidas ativas de emprego visam a inserção profissional e a promoção da capacitação, da autonomia e do *empowerment*, tendo por base uma abordagem participada, responsabilizadora, empreendedora e proactiva, onde é dada ênfase ao indivíduo na promoção da sua empresabilidade. Esta abordagem das medidas de emprego encontra-se presente no discurso dos técnicos que, quando questionados acerca das ações que os jovens poderiam desenvolver para promover a sua inserção profissional, referiram, na sua maioria, aspetos relacionados com a necessidade de adoção de uma postura ativa na procura de emprego e de aquisição de competências para a melhoria da empregabilidade individual. No entanto, de

acordo com Pais (2001), verifica-se uma desconexão entre o aumento das competências e a redução dos níveis de desemprego.

“Serem dinâmicos e proativos e investir mais tempo e organizar melhor a procura de emprego.”
(T2)

“Penso que os jovens devem colocar em prática o mais rapidamente possível os seus conhecimentos. Devem procurar as empresas e realizar trabalho voluntário [...]” (T3)

“[...] só ter um curso por si é o início, é o primeiro degrau, depois a seguir vem tudo o resto que são as tais competências que estão além do curso e que também vêm da formação.” (T7)

Esta ênfase no indivíduo é também uma característica que se encontra associada à reestruturação do mercado de trabalho, fruto da individualização das relações laborais, e que contribuiu para a ampliação da flexibilidade laboral. Conforme referem Smithson et al (1998) e Soeiro (2012), a individualização das relações laborais veio fomentar a maior responsabilização dos indivíduos pela aquisição de competências, numa lógica de constante atualização dos conhecimentos e de aprendizagem ao longo da vida, e pela obtenção de sucesso profissional, originando, assim, trajetórias profissionais instáveis, descontínuas e heterogéneas. Esta crescente responsabilização dos indivíduos encontra-se também visível no discurso de um dos técnicos, refletindo a centralidade nas qualidades pessoais e na capacidade de adaptação.

“[...] fazer ações de coaching para melhorar a inteligência emocional, para os jovens aprenderem a enfrentar o mercado de trabalho [...]” (T5)

Tal como mencionam Adão e Silva e Pereira (2012), Dias e Varejão (2012) e Valadas (2012), a orientação para a procura ativa de emprego e para a permanente adaptação (re)adequação às necessidades do mercado de trabalho vem colocar uma pressão acrescida sobre os indivíduos, o que contribui para a sua responsabilização pela condição de (des)emprego.

Considerações finais

Tomando como ponto de partida a questão - quais as expectativas de transição para a vida adulta dos estudantes finalistas da Universidade da Beira Interior? - definimos como principal propósito desta investigação a compreensão e a análise das percepções e expectativas dos jovens universitários no que respeita à sua transição pública e privada. Deste modo, iremos de seguida apresentar as principais conclusões decorrentes da análise dos resultados empíricos.

Tal como Guerreiro e Abrantes (2007) e Melo e Borges (2007), verificámos que o prolongamento dos percursos escolares é acompanhado por elevadas expectativas de inserção profissional qualificada, num período compreendido até um ano após a conclusão do ensino superior. A entrada no mercado de trabalho é, assim, perspectivada pela maioria dos jovens como um momento marcado pelo exercício de uma profissão na área de formação e que acontecerá antes dos 25 anos (a grande maioria dos jovens tem idades compreendidas entre os 19 e os 22 anos). As percepções acerca da formação superior, nomeadamente o maior grau de satisfação com o curso e o maior grau de concordância relativamente à articulação entre o curso frequentado e o mercado de trabalho, têm um impacto positivo no que respeita ao aumento das expectativas juvenis. A redução das expectativas de inserção profissional qualificada entre os jovens tem consequências ao nível do aumento da probabilidade de virem a exercer uma atividade profissional pouco qualificada, o que vem agravar a condição precária. À semelhança de diversos autores, entre os quais Marques (2000), Pais (2001) e Sá (2011), constatámos que o desemprego e a crescente dependência de apoios familiares constituem fatores de pressão para a inserção profissional pouco qualificada.

A diminuição da estabilidade laboral, a expansão de vínculos contratuais de carácter determinado e a redução dos níveis salariais, que acompanham a flexibilização e a precarização do emprego, acabam por ter impactos nas expectativas dos jovens. A maioria considera que o vínculo contratual no seu primeiro emprego na área de formação será o contrato estágio que, como referem Melo e Borges (2007), marca a grande maioria dos percursos profissionais juvenis iniciais, sendo reduzido o grupo que possui expectativas de estabilidade laboral. São também maioritários os jovens que consideram que irão auferir um salário abaixo do seu nível de formação, sendo, sobretudo, os jovens que pensam criar o próprio emprego e que possuem expectativas de estabilidade laboral (contrato efetivo/sem termo) quem considera que irá auferir um salário correspondente ao nível de formação. Uma vez que a estabilidade laboral constitui uma das dimensões mais privilegiadas pelos jovens no exercício de uma atividade profissional verifica-se, assim, uma desadequação entre as aspirações juvenis e as oportunidades proporcionadas pelo mercado de trabalho, o que vem condicionar a emancipação económica e familiar. A experimentação ao nível do mercado de trabalho, referida por Ellefsen e Hamel (2000), Pappámikail (2004) e Augusto (2006), é visível entre os jovens cujo vínculo contratual expectável corresponde ao contrato a tempo parcial, sendo quem mais valoriza a aquisição de novas experiências em detrimento da estabilidade profissional.

Os jovens acabam por revelar uma internalização das atuais condições e oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. A maioria considera que os aspetos diretamente relacionados com o contexto profissional, como a resposta às exigências do mercado de trabalho e a experiência profissional, serão mais valorizados na sua entrada para o mercado de trabalho, comparativamente aos aspetos relacionados com a formação académica, como o curso/área de estudo. Por outro lado, a falta de experiência profissional, a redução generalizada do número de empregos e a reduzida oferta de emprego na área de formação são considerados pelos jovens como os fatores que mais poderão dificultar o seu acesso ao mercado de trabalho.

Para conseguir integrar-se no mercado de trabalho, os jovens consideram, sobretudo, vir a recorrer à realização de estágios profissionais, à mudança de cidade e à realização de atividades para aquisição de competências ou de pós-graduações, mestrado ou doutoramento. Estas estratégias vêm refletir algumas das tendências que acompanham o aumento da flexibilidade no mercado de trabalho, referidas por Pais (2001) e Soeiro (2012), como a valorização da experiência profissional, a maior responsabilização pela constante atualização dos conhecimentos e competências e o aumento da mobilidade geográfica.

Para a maioria dos jovens, a saída de casa dos pais, a entrada na conjugalidade por via do casamento e o início da parentalidade constituem projetos que se iniciarão numa idade tardia, refletindo a tendência por parte dos jovens qualificados para o adiamento da transição privada, referida por Guerreiro e Abrantes (2007). O início destas etapas encontra-se, sobretudo, dependente da integração estável no mercado de trabalho. Deste modo, as reduzidas expectativas de estabilidade laboral e a inserção prevista em modalidades de inserção precárias, marcadas por níveis salariais inferiores ao seu nível de formação, acabam por se refletir no adiamento da emancipação familiar e da concretização de projetos familiares. A estabilidade relacional assume também um lugar importante para os jovens que respeita à transição para o casamento e para a parentalidade, verificando-se, assim, tal como Galland (2001) e Guerreiro e Abrantes (2007), que o surgimento de modelos alternativos de conjugalidade orientados para a experimentação tem um forte impacto na realização de projetos familiares. À semelhança de Guerreiro e Abrantes (2007), constatámos que, para a maioria dos jovens, os 30 anos constituem a barreira simbólica que separa o período de liberdade e incerteza/instabilidade do período de responsabilidade e estabilidade profissional e relacional. A tendência para a redução do número de filhos, mencionada por Guerreiro e Abrantes (2007), reflete-se nas expectativas dos jovens. A maioria pensa vir a ter dois filhos, sendo muito reduzido o grupo de jovens que pensa ter mais que três filhos.

As expectativas de inserção profissional qualificada acabam também por ter influência sobre as expectativas familiares dos jovens, o que vem realçar a relação entre a transição pública e a transição privada. São os jovens que possuem expectativas mais elevadas de inserção qualificada quem revela maiores expectativas em relação ao casamento e quem pensa ter um maior número de filhos. Por outro lado, as maiores expectativas relativamente à formalização do vínculo conjugal têm, de igual modo, impactos na maior precocidade ao nível da idade prevista para o casamento e no acréscimo das expectativas relativamente à parentalidade. Por sua vez, são os

jovens que detêm expectativas mais elevadas relativamente à parentalidade quem também pensa ter mais filhos. Verificámos ainda, tal como Guerreiro e Abrantes (2007), que o adiamento do casamento é acompanhado pelo adiamento da parentalidade.

O modo como os jovens perspetivam a sua transição pública e privada é influenciado pela sua origem social de classe, pelo género e pelas perceções de empregabilidade associadas a cada área de estudos. É, sobretudo, entre os contextos sociais mais desfavorecidos que se encontram os jovens com menores expectativas de inserção profissional qualificada, o que também poderá estar relacionado com a escolha das áreas de estudo. São os jovens provenientes de contextos sociais mais favorecidos quem regista uma maior presença nas áreas de Ciências Sociais e Humanas (sobretudo nos cursos de economia e gestão), de Ciências da Saúde e de Engenharia, que constituem também as áreas onde os jovens apresentam expectativas de inserção profissional qualificada mais elevadas. Por sua vez, os jovens oriundos de setores de classe mais desfavorecidos integram, na sua maioria, as áreas de Artes e Letras e de Ciências, onde as expectativas são mais reduzidas. Por outro lado, são os jovens oriundos de setores de classe mais favorecidos quem possui expectativas mais elevadas de estabilidade profissional e quem também menos considera que irá auferir um salário abaixo do seu nível de formação e que irá desempenhar uma profissão pouco qualificada. São os jovens oriundos de setores de classe mais desfavorecidos quem revela uma maior precocidade na idade prevista para a saída de casa dos pais, para a entrada no casamento e para o início da parentalidade. São também estes jovens quem apresenta expectativas mais elevadas no que respeita ao casamento, sendo, no entanto, quem possui expectativas mais reduzidas relativamente à parentalidade, o que poderá dever-se à existência de constrangimentos económicos. Como consequência das menores expectativas de inserção profissional qualificada, é, de igual forma, entre os contextos sociais mais desfavorecidos que o número de filhos previstos é menor. Posto isto, podemos apenas confirmar parcialmente a nossa primeira hipótese: À medida que subimos na estrutura de classes aumentam as expectativas de transição pública e reduzem-se as expectativas de transição privada. Verificámos também que são os jovens, comparativamente aos jovens, quem possui expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada. Embora sejam os jovens quem detêm maiores expectativas de estabilidade laboral, são também quem adquire maior peso em modalidades contratuais precárias, como o contrato a prestação de serviços e o contrato a tempo parcial, sendo igualmente quem mais considera que irá auferir um salário inferior ao seu nível de formação e que irá desempenhar uma profissão pouco qualificada. Constatámos também que são os jovens quem revela uma maior precocidade no que respeita à saída de casa dos pais. É entre estas, comparativamente aos jovens, que as expectativas em relação ao casamento e à parentalidade são mais elevadas, refletindo-se numa maior precocidade ao nível da idade prevista para a transição destas duas etapas. São igualmente os jovens quem pensa ter um menor número de filhos, o que evidencia as dificuldades de conciliação entre a esfera profissional e familiar. A necessidade de emancipação face a contextos familiares mais restritivos, os constrangimentos biológicos associados à maternidade, as maiores expectativas de estabilidade laboral e a menor tendência pela opção por modelos alternativos de

conjugalidade, contribuem, em grande medida, para o acréscimo das suas expectativas de transição privada e para a maior precocidade ao nível da idade prevista para a transposição destas etapas. Estes resultados possibilitam-nos, assim, a confirmação da nossa segunda hipótese: As jovens tendem a apresentar menores expectativas de transição pública e maiores expectativas de transição privada.

Verificámos ainda que são os jovens que integram a área de Ciências da Saúde quem apresenta expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada, sendo os jovens que integram áreas de Ciências e de Artes e Letras quem possui expectativas mais reduzidas. Esta diferenciação ao nível das expectativas encontra-se relacionada com as perceções acerca da formação superior e do mercado de trabalho. São, sobretudo, os jovens que frequentam a área de Ciências da Saúde quem apresenta níveis mais elevados de satisfação com o curso frequentado e um maior grau de concordância em relação à articulação entre o curso e o mercado de trabalho. São também estes jovens quem considera que o seu curso/área será mais valorizado no mercado de trabalho e que a reduzida oferta de emprego na área de formação, a redução generalizada do número de empregos, a falta de experiência profissional e as exigências do mercado de trabalho irão dificultar menos o seu acesso ao mercado de trabalho. São igualmente os jovens que integram esta área quem detém expectativas mais elevadas de estabilidade laboral e quem considera que irá auferir um salário correspondente ao seu nível de formação. Constatámos também que são os jovens que integram a área de Ciências da Saúde quem possui expectativas mais elevadas relativamente ao casamento e à parentalidade, sendo, sobretudo, os jovens que integram a área de Artes e Letras quem possui expectativas mais reduzidas. Esta diferenciação ao nível das expectativas encontra-se relacionada com as perceções de empregabilidade associadas a cada área de estudo. São os jovens que integram área de Ciências da Saúde quem considera que o seu curso será mais valorizado no mercado de trabalho, refletindo-se, assim, no acréscimo das suas expectativas de transição privada. São também os jovens que frequentam esta área de estudo quem pensa casar e ter filhos em idade mais tardia, sendo também quem pensa ter um maior número de filhos, o que é consequência das suas expectativas mais elevadas de inserção profissional qualificada. Estes resultados permitem-nos, assim, confirmar a nossa terceira hipótese: As expectativas de transição pública e privada variam em função das perceções de empregabilidade associadas a cada área de estudos.

Bibliografia

Abrantes, P. (2003). Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, 93-115.

Adão e Silva, P. (2002). O modelo de welfare da Europa do Sul. Reflexões sobre a utilidade do conceito. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 38, 25-59.

Adão e Silva, P. Pereira. M. (2012). As políticas de proteção no desemprego em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Nº 70, pp. 133-150.

Almeida, J. e Pinto, J. (1995). A investigação nas ciências sociais: estudo elaborado no gabinete de investigações sociais. Lisboa: Presença.

Almeida, S. Rocha, C. (2010). O sistema de aprendizagem e as transições de jovens da escola ao mundo do trabalho. A relação com o saber: formas e temporalidades identitárias. *Educação, Sociedade & Culturas*, 31, 83-103.

Alves, M. (2005). Como se entrelaçam a educação e o emprego? Contributos da investigação sobre licenciados, mestres e doutores. *Interações*, 1, 179-201.

Alves, M. et al. (2012), Inserção profissional e razões de ingresso e reingresso no ensino superior. Um ponto de partida para uma temática em aberto. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 69, 99-118.

Antunes, R. (2008). Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, 19-34.

Arnett, J. (1997). Young people´s conceptions of the transition to adulthood”, *Young & Society*, 29 (1), 3-23.

Augusto, N. (2006). *Novos actores sobre velhos palcos: Juventude, política e ideologias no Portugal democrático*. Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Beck, U. (1992). *Risk society: towards a new modernity*. Londres: Sage.

Bourdieu, P. (1978). A “juventude” é uma só palavra”. Entrevista com Anne-Marie Métaillé, publicada em *Les jeunes et le premier emploi*, Paris, Association des Ages, pp. 520-530.

Bureau Internacional do Trabalho Genebra (2012). A crise do emprego jovem: tempo de agir. *101ª Sessão Conferência Internacional do Trabalho*, Genebra.

Brannen, J. (2005). Mixing methods: the entry of qualitative and quantitative approaches into the research process. *International Journal of social research methodology*, 8 (3), 173-184.

Bryman, A. e Cramer, D. (1992). Análise de dados em ciências sociais: introdução às técnicas utilizando o SPSS. Oeiras: Celta.

Cabral, A. (2011). Conciliação ou conflito entre trabalho e as outras esferas da vida social na inserção profissional dos diplomados do ensino superior”. *International Journal Working Conditions (RICOT Journal)*. 1, 68-97.

Cairns, D. (2011). Youth, precarity and the future: undergraduate housing transitions in Portugal during the economic crisis. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 9-25.

Capucha, L. (2005). À volta dos conceitos. In L. Capucha, *Desafios da pobreza* (pp. 65-100). Oeiras: Celta.

Cardoso, J. et al (2012). Empregabilidade e ensino superior em Portugal. A3ES Readings.

Casaca, S. (2005). Flexibilidade, trabalho e emprego: ensaio de conceptualização. *SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações*, s/p. Retirado de <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200510.pdf>, em 8 de Maio de 2015.

Casal, J. (1996). Modos emergentes de la transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucesiva, precariedad y desestructuración. *Revista Española de investigaciones sociológicas*, 75, 195-316.

Centano et al. (2000). *Percursos profissionais de exclusão social*. Lisboa: Observatório do emprego e formação profissionais.

Chaves, M. et al (2009). Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes. *Fórum Sociológico*, 19, 1-18.

Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão. Compreendê-la e sair para sair dela*. Porto: Porto editora.

Costa, A. (1998). Conceito (s) de exclusão social. In A. Costa, *Exclusões sociais* (pp. 9-25). Lisboa: Gradiva.

Creswell, J. (2014). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Londres: Sage.

Dias, M. Varejão, J. (2012). Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego. 1-153.

Duarte, A. (2013). Precarização e risco para a dignidade no trabalho. In A. Brandão e A. Marques (Ed.), *Jovens, Trabalho e Cidadania. QUE SENTIDO(S)?* (pp. 48-68). Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais. Retirando de http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cics_ebooks/issue/view/123/showToc, em 21 de Outubro de 2014.

Ellefsen, B. Hamel, J (2000). Citoyenneté, jeunesse et exclusion. Lien social et politique à l'heure de la précarité. *Lien social e Politiques*, 23, 133-142.

Esping-Andersen, G. (1998). Conferência: A sustentabilidade dos Estados-Providência no séc. XXI. *Sociedade e Trabalho*, 15-21.

Estanque, E. (2005). Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais. *Configurações*, 1 (1), 87-99.

Ferrera, M. (1999). A reconstrução do Estado Social na Europa meridional. *Análise Social*, XXXIV (151-152), 457-475.

Fink, A. (2003). *How to ask survey questions*. Londres: Sage.

Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

Foddy, W. (1996). *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta.

Galland, O. (2001). *Sociologie de la Jeunesse*. Paris: Armand Collin.

Ghiglione, R. e Matalon, B. (1992). *Inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta.

Giddens, A. (1995). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.

Gonçalves, C. (2013). Jovens e desemprego: algumas notas. In A. Brandão e A. Marques (Ed.), *Jovens, Trabalho e Cidadania. QUE SENTIDO(S)?* (pp. 8-19). Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais. Retirando de

http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cics_ebooks/issue/view/123/showToc, em 21 de Outubro de 2014.

Guerra, I. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso. Cascais: Principia.

Guerreiro, M. et al. (s/d). Relação trabalho-família em contexto organizacionais em mudança”, *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português e Sociologia*, 72-81. Retirado de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616d20570669_1.pdf, em 19 de Outubro de 2014.

Guerreiro, M. Abrantes, P. (2005). Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 157-212.

Guerreiro, M. e Abrantes, P. (2007). *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Comissão para a igualdade no trabalho e no emprego.

Hartmann, D. e Swartz, T. (2007). The new adulthood? The transition to adulthood from the perspective of transitioning young adults. *Advances in Life Course Research*, 11, 253-286.

Hespanha, P. (2008). Políticas sociais: novas abordagens, novos desafios. *Revista Ciências Sociais*, 39-1, 5-15.

Hespanha, P. et al. (2001). Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala local. In P. Hespanha e G. Carapinheiro (Org.), *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?* (pp. 25-54), Porto: Edições Afrontamento.

Hespanha, P. e Valadas, C. (2001). Globalização dos Problemas Sociais. Globalização das Políticas. O Caso da Estratégia Europeia para o Desemprego. In P. Hespanha e G. Carapinheiro (Org.), *Risco Social e Incerteza. Pode o Estado Social recuar mais?* (pp. 123-175). Porto: Edições Afrontamento.

Hill, M. e Hill, A. (1992). Investigação por questionário. Lisboa: Sílabo.

Hofling, E. (2001). Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, 55, 30-41.

Kalleberg, A. (2009). Precarious work, insecure workers: employment relations in transition. *American Sociological Review*, 74, 1-22.

Kelle, U. (2001). Sociological explanations between micro and macro and the integration of qualitative and quantitative methods. *Forum: qualitative social research*, 2 (1), s/p.

Kovács, I. (2004). Emprego flexível em Portugal”. *Sociologias*, 32 (12), 32-67.

Laville, J. L. (1996). Jeunesse, travail et identité sociale. *Sociologie et sociétés*, 28 (1), 63-71.

Leal, A. (1985). As políticas sociais no Portugal de hoje. *Análise Social*, XXI (87-88-89), 925-943.

Machado et al (2003). Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 45-80.

Mauritti, R. (2002). Padrão de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 39, 85-116.

Marques, A (2000). Repensar o mercado de trabalho: emprego vs desemprego. *Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, 13 (1), 133-155.

Marques, A. (2009). "Novas" legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens diplomados. *Revista Portuguesa de Educação*, 22 (2), 85-115.

Marques, A. (2010). "Sacralização" do mercado de trabalho. Jovens diplomados sob o signo da precariedade. *Configurações*, 7, 65-89.

Marques, A. (2013). Empregabilidade e (novos) riscos profissionais. In A. Brandão e A. Marques (Ed.) *Jovens, Trabalho e Cidadania. QUE SENTIDO(S)?* (pp. 20-35). Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais. Retirado de http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cics_ebooks/issue/view/123/showToc, em 21 de Outubro de 2014.

Marconi, M. e Lakatos E. (2003). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.

Melo, S. e Borges, L. (2007). A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica jovem. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27 (3), 376-395.

Militão, M. (2008). Governamentalidade, cultura política e a reflexividade dos riscos sociais: o caso da política portuguesa de inclusão social. *VI Congresso Português de Sociologia*, 202, 1-14. Retirado de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/202.pdf>, em 10 de Maio de 2015.

Mínguez, A. et al. (2012). La transición de los jóvenes a la vida adulta. Crisis económica y emancipación tardía. *Colección Estudios Social*, 34, 1-144.

- Mizen, P. (2002). Putting the Politics Back into Youth Studies: Keynesianism, Monetarism and the Changing State of Youth. *Journal of Youth Studies*, 5 (1), 5-20.
- Moreno, L. (2006). The model of social protection in Southern Europe. *Revue Française des Affaires Sociales*, 5, 73-95.
- Moser, L. (2011). A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: *workfare* e medidas de ativação. *R. Katál., Florianópolis*, 14 (1), 68-77.
- Mozzicafreddo, J. (1992). O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, 57-89.
- Mozzicafreddo, J. (1994). O Estado-Providência em transição. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 16, 11-40.
- Nilsen, N. (1998). Jovens para sempre? Uma perspectiva da individualização centrada nos projetos de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, 59-78.
- Oliveira, J. (2010). Trabalho, incerteza e risco na sociedade contemporânea. *Fluxos & Riscos*, 1, 111-125.
- Oliveira, L. e Carvalho, H. (2008). A precarização do emprego na Europa. *Revista de ciências sociais*, 51 (3), 541-547.
- Oliveira L. et al. (2011). Formas atípicas de emprego juvenil na União Europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 27-48.
- Pais, J. M. (1990). A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise social*, XXV (105-106), 139-165.
- Pais, J. M. (1991). Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. *Análise Social*, XXVI (114), 945-987.
- Pais, J. M. (2001). *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.
- Pais, J. M. et al. (2005). Jovens europeus: retrato da diversidade. *Tempo social*, 17 (2), 109-140.
- Pais, J. M. (2009). A juventude como fase da vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. *Saúde Soc. São Paulo*, 18 (3), 371-381.

- Pappámikail, L. (2004). Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 91-116.
- Pappámikail, L. (2010). Juventude (s), autonomia e sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 395-410.
- Parente, C. et al. (2011). Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65, 69-93.
- Parente, C. et al. (2012). A transição profissional dos licenciados em sociologia pela FLUP: novos resultados em 2006. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXIII, 95-125.
- Paugam S. (2006). Les fragmentations de la société salariale. Un autre regard sur la structure sociale. *Sociologia*, 16, 161-176.
- Predilli, L. e Cebulla, A. (2011). Perceptions of labour market risks: shifts and continuities across generations. *Current Sociology*, 59 (1), 24-41.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1995). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.
- Rebelo, G. (2005). Alternativas à precariedade laboral: propostas para uma flexibilidade tendencialmente qualificante. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XVI, 191-202.
- Ridley, L. e Wray, D. (2014). “At risk” young people and preparedness for work: the youth choice project. *Employ Respons Rights*, 26, 61-74.
- Rodrigues, E. et al. (1999). Políticas sociais e exclusão em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 31, 39-67.
- Rodrigues, E. (2010). O Estado e as Políticas sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 191-230.
- Rodrigues, M. (1992). *O sistema de emprego em Portugal. Crise e mutações*. Lisboa: Dom Quixote.

- Sá, T. (2010). “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. *Configurações*, 7, 91-105.
- Santos, B. (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na periferia: o caso português. In B. Santos (Ed.), *Portugal: um retrato singular* (pp. 17-54). Porto: Afrontamento.
- Schmidt, L. (1990). Jovens: família, dinheiro, autonomia. *Análise Social*, XXV (108-109), 645-673.
- Sennett, R. (2009). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Silva, F. (2013). O modelo português de Estado-Providência: análise e perspectiva. In F. Silva (Org.), *Os portugueses e o Estado-Providência: uma perspectiva comparada* (pp. 23-42). Lisboa: ICS. Imprensa de Ciência Sociais.
- Smithson, J. et al. (1998). Perceções dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, 97-113.
- Soeiro, J. (2012). Estou aqui para rezear o meu futuro. Juventude, precariedade e protesto. *Configurações*, 9, 103-119.
- Stoer, S. (2008). O estado e as políticas educativas: uma proposta de mandato renovado para a Escola Democrática. *Educação, Sociedade & Culturas*, 26, 149-173.
- Teodoro, A. e Aníbal, G. (2007). A educação em tempos de globalização. Modernização e hibridismo nas políticas educativas em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 10, 13-26.
- Valadas, C. (2012). Políticas públicas para o emprego em Portugal: de ação reguladora a potencial emancipatório?. *Configurações*, 10, 83-94.
- Valadas, C. (2013). Mudanças nas políticas: do (des)emprego à empregabilidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 102, 89-110.
- Woolley, C. (2009). Meeting the mixed methods challenge of integration in a sociological study of structure and agency. *Journal of Mixed Methods Research*, 3 (1), 7-25.

Anexos

Inquérito por questionário

Este questionário destina-se à recolha de dados para uma dissertação realizada no âmbito do mestrado de “Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais” da Universidade da Beira Interior, cujo principal objetivo consiste em conhecer as expectativas profissionais e pessoais dos estudantes desta universidade. A informação aqui recolhida possui uma finalidade estritamente académica, pelo que todos os dados são anónimos e confidenciais. Peço que seja o mais sincero(a) e honesto(a) possível nas suas respostas e que não deixe nenhuma questão por responder.

Obrigada pela sua participação neste inquérito.

1. Idade _____anos

2. Sexo:

Masculino.....

Feminino.....

3. Estado Civil:

Solteiro/a.....

Em união de facto.....

Casado/a.....

Divorciado/a.....

Viúvo/a.....

4. Tem filhos?

Sim.....

Não.....

5. Naturalidade (concelho): _____

6. Curso: _____

7. Desempenha ou já desempenhou alguma atividade profissional?

Sim.....

Não.....

8. Indique qual o nível de escolaridade dos seus pais:

	Pai	Mãe
Não sabe ler nem escrever.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sabe ler e escrever sem grau de ensino.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1º Ciclo de ensino básico (4º ano).....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2º Ciclo do ensino básico (6º ano).....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3º Ciclo de ensino básico (9º ano).....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário (12º ano).....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino superior.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Indique qual a situação na profissão dos seus pais:

	Pai	Mãe
Empregador/a.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador/a por conta própria.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhador/a por conta de outrem.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desempregado/a.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra situação: Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Qual a profissão dos seus pais?

Pai: _____

Mãe: _____

11. Quais os motivos que considerou mais importantes quando optou por ingressar no ensino superior?
Assinale apenas quatro opções.

Acesso à profissão desejada.....

Acesso a um emprego bem remunerado.....

Diversificação das saídas profissionais.....

Posse de um diploma.....

Aquisição de novas experiências.....

Aquisição de novos conhecimentos.....

Desenvolvimento de competências pessoais e sociais.....

Outros: Quais? _____

12. O curso superior que frequenta foi a sua primeira opção?

Sim.....

Não, foi a ____ opção.....

13. Qual o seu grau de satisfação com o seu curso?

Muito satisfeito.....

Satisfeito.....

Pouco satisfeito.....

Nada satisfeito.....

14. Relativamente à articulação entre o ensino superior e o mercado de trabalho, considera que o seu curso superior:

14.1. Prepara-o/a para a entrada no mercado de trabalho

Discordo totalmente.....

Discordo.....

Concordo.....

Concordo totalmente.....

14.2. Permite perceber como aplicar profissionalmente os conhecimentos adquiridos ao longo da sua formação académica

Discordo totalmente.....

Discordo.....

Concordo.....

Concordo totalmente.....

14.3. Possui componentes práticas que lhe permitem desenvolver competências (pessoais, sociais e técnicas) úteis no mercado de trabalho

Discordo totalmente.....

Discordo.....

Concordo.....

Concordo totalmente.....

15. No que respeita ao apoio prestado pelas instituições de ensino à transição para o mercado de trabalho dos seus estudantes, considera que a sua universidade:

- Possui programas de cooperação com centros de investigação e empresas que auxiliam a inserção profissional

Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sabe
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Possui gabinetes de apoio e orientação à transição para o mercado de trabalho

Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sabe
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Proporciona informação sobre as dinâmicas do mercado de trabalho

Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não sabe
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

16. Qual considera ser a possibilidade de vir a desempenhar uma profissão na sua área de formação académica no primeiro ano após a conclusão do curso?

- Nada possível.....
 Pouco possível.....
 Possível.....
 Muito possível.....

17. Quais das seguintes dimensões considera importantes no exercício de uma atividade profissional? **Ordene** os itens abaixo mencionados do menos importante (1) ao mais importante (6).

- Remuneração.....
 Realização profissional.....
 Emprego seguro e estável (contrato de trabalho sem termo, a tempo inteiro e com garantia de direitos e proteção social).....
 Possibilidade de aquisição novas experiências profissionais.....
 Possibilidade de conciliação com outras esferas da vida (família, lazer ou outras atividades).....
 Possibilidade de progressão na carreira profissional.....

18. Quais dos aspetos abaixo mencionados pensa que poderão vir a ser menos ou mais valorizados na sua entrada para o mercado de trabalho?

	Desvalorizado	Pouco valorizado	Valorizado	Muito valorizado
Curso/área de formação superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Média final do curso superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prestígio da universidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Competências pessoais e sociais e conhecimentos desenvolvidas ao longo da formação superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidade de resposta às exigências do mercado de trabalho (adaptação, polivalência, flexibilidade, autonomia e competitividade)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Experiência profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidades pessoais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19. Numa escala de 1 a 8, posicione-se relativamente aos fatores que considera que poderão dificultar mais ou menos o seu acesso ao mercado de trabalho. Considere: 1 o aspeto que menos dificulta e 8 o aspeto que mais dificulta.

Reduzida oferta de emprego na minha área de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	1	2	3	4	5	6	7	8
Redução generalizada do número de empregos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	1	2	3	4	5	6	7	8
Exigências do mercado de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	1	2	3	4	5	6	7	8
Discriminação em função do género ou condição social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	1	2	3	4	5	6	7	8
Falta de experiência profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	1	2	3	4	5	6	7	8
Ausência de bons conhecimentos junto dos empregadores (“Cunhas”)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	1	2	3	4	5	6	7	8
Outra: Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	1	2	3	4	5	6	7	8

20. Quais as estratégias que pensa vir a recorrer para conseguir exercer uma atividade profissional?

	Não recorreria	Possivelmente recorreria	Recorreria de certeza
Mudar de cidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sair do país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar pós-graduações, mestrado ou doutoramento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar estágios profissionais ou curriculares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aguardar por uma oportunidade de emprego na minha área de formação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar atividades para aquisição de competências valorizadas no mercado de trabalho (cursos de formação, voluntariado, entre outras)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Criar o meu próprio emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra: Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

21. Caso não consiga exercer uma atividade profissional na sua área de formação académica a curto prazo, qual considera ser a probabilidade de vir a desempenhar uma profissão pouco qualificada?

- Nada provável.....
 Pouco provável.....
 Provável.....
 Muito provável.....

22. Que motivos o/a levariam a desempenhar uma atividade profissional pouco qualificada? Escolha apenas duas opções.

- Reduzidas ofertas de emprego na minha área de formação académica.....
 Estar desempregado.....
 Adquirir independência familiar/económica.....
 Adquirir experiência/ter contacto com no mercado de trabalho.....
 Realização de projetos pessoais ou familiares.....
 Outra: Qual? _____

23. Admitindo que irá trabalhar na sua área de formação académica, qual pensa vir a ser a sua primeira situação profissional...

23.1. ...ao nível do contrato de trabalho?

- Contrato estágio.....
- Contrato de bolsa de investigação.....
- Contrato a termo (certo ou incerto).....
- Contrato efetivo ou sem termo.....
- Contrato de prestação de serviços (Recibos verdes).....
- Contrato a tempo parcial.....
- Criação do próprio emprego.....
- Outra: Qual? _____

23.2. ...a nível salarial?

- Salário correspondente ao meu nível de formação.....
- Salário abaixo do meu nível de formação.....

24. Qual a sua residência durante o período de aulas?

- Apartamento próprio.....
- Apartamento alugado.....
- Quarto alugado.....
- Residência de estudantes.....
- Casa dos pais.....
- Outra: Qual? _____

25. Quais os aspetos que considera mais importantes para adquirir independência habitacional (sair da casa dos seus pais)? **Ordene** os itens abaixo mencionados do menos importante (1) ao mais importante (4).

- Mudar de cidade por motivos profissionais.....
- Ter um emprego seguro e estável.....
- Estar casado/a ou a coabitar com alguém.....
- Ter apoios financeiros.....

26. Qual a importância que o casamento assume para si?

- Nada importante.....
- Pouco importante.....
- Importante.....
- Muito importante.....

27. Está nos seus planos futuros casar?

- Nada provável.....
- Pouco provável.....
- Provável.....
- Muito provável.....

27.1. Se sim:

27.1.1. Que idade pensa que terá quando isso acontecer? ____anos.

27.1.2. Quais dos seguintes elementos considera importantes para casar? **Ordene** os itens abaixo mencionados do menos importante (1) ao mais importante (4).

- Ter concluído os estudos.....
- Ter habitação própria.....
- Ter um emprego estável e seguro.....
- Ter estabilidade relacional.....

28. Considera que o casamento pode condicionar as suas aspirações profissionais?
- Não condiciona.....
- Condiciona pouco.....
- Condiciona.....
- Condiciona muito.....
29. Para si, qual a importância da maternidade/paternidade?
- Nada importante.....
- Pouco importante.....
- Importante.....
- Muito importante.....
30. Está nos seus planos futuros ser pai/mãe?
- Nada provável.....
- Pouco provável.....
- Provável.....
- Muito provável.....
- 30.1. Se sim:
- 30.1.1. Que idade pensa que terá quando isso acontecer? ____ anos.
- 30.1.2. Quantos filhos pensa vir a ter ____.
- 30.1.3. Quais dos seguintes elementos considera fundamentais para ser pai/mãe? **Ordene** os itens abaixo mencionados do menos importante (1) ao mais importante (5).
- Ter concluído os estudos.....
- Ter habitação própria.....
- Estar casado/a ou em coabitação.....
- Ter uma atividade profissional segura e estável.....
- Ter estabilidade relacional.....
31. Considera que a paternidade/maternidade pode condicionar as suas aspirações profissionais?
- Não condiciona.....
- Condiciona pouco.....
- Condiciona.....
- Condiciona muito.....
32. Das medidas públicas de emprego (políticas de emprego) abaixo apresentadas, assinale aquelas que conhece. Pode responder a mais que uma opção.
- Apoio à contratação.....
- Estágios.....
- Jovem ativo.....
- Empreendedorismo.....
- Emprego-Inserção.....
- Reabilitação Profissional.....
- Incentivo à aceitação de ofertas de emprego.....
- Medidas de âmbito setorial ou geográfico.....
- Apoios à mobilidade geográfica no mercado de trabalho.....
- Promoção das artes e ofícios.....

33. Ultimamente o primeiro contacto com o mercado de trabalho ocorre sob a forma de estágios. Qual considera ser a importância dos estágios para...

33.1. ...a aquisição de experiência profissional e competências profissionais

Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33.2. ...assegurar a inserção a curto prazo no mercado de trabalho

Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33.3. ...ampliar as possibilidades de exercer uma atividade profissional na sua área de formação superior

Nada importante	Pouco importante	Importante	Muito importante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. Qual considera ser a possibilidade de um estágio vir a resultar num emprego estável?

- Nada possível.....
- Pouco possível.....
- Possível.....
- Muito possível.....

35. Posicione-se relativamente à seguinte afirmação “os estágios constituem uma forma de recorrer a profissionais qualificados a baixo custo”.

Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Guião de entrevista aos técnicos de Instituto do Emprego e Formação Profissional

Este inquérito por entrevista destina-se à recolha de dados para uma dissertação realizada no âmbito do mestrado de “Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais”, cuja temática se encontra relacionada com a inserção profissional dos jovens qualificados. Como tal, gostaria de o/a entrevistar no sentido obter um conhecimento mais aprofundado acerca da inserção destes jovens no mercado de trabalho e do papel desempenhado pelo IEFP nessa mesma inserção. A informação aqui recolhida possui uma finalidade estritamente académica, pelo que todos os dados são anónimos e confidenciais.

- 1 – Como caracteriza o modo como os jovens qualificados recorrem aos centros de emprego?
- 2 – Quais as principais dificuldades com que estes jovens se confrontam na sua entrada no mercado de trabalho?
- 3 – Considera que existem diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência profissional dos jovens qualificados? Se sim, quais?
- 4 – Quais as principais vulnerabilidades que tem encontrado na inserção profissional dos jovens qualificados?
- 5 – Quais as competências que, atualmente, são mais valorizadas em contexto profissional/pelas entidades empregadoras?
- 6 – Quais as motivações e expectativas destes jovens quando procuram os centros de emprego?
- 7 – Considera que estas expectativas encontram correspondência no mercado de trabalho? Porquê?
- 8 – Que mecanismos e recursos dispõem os centros de emprego para auxiliar a inserção profissional dos jovens qualificados?
- 9 - Quais as medidas de emprego maioritariamente utilizadas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho?
- 10 - Que balanço faz destas medidas?
- 11 – Que balanço faz da inserção profissional dos jovens qualificados inscritos no centro de emprego?
- 12 - Quais as áreas onde se verifica uma maior integração destes jovens?
- 13 - Qual o tempo médio de inserção?
- 14 - Considera que poderão existir/que são necessárias outro tipo de respostas para atenuar as dificuldades de inserção profissional destes jovens? Se sim, quais?
- 15 – Enquanto técnico/a do IEFP, que ações considera que os jovens qualificados poderão desenvolver para promover a sua integração no mercado de trabalho?

Transcrição das entrevistas

Entrevistado/a: Técnica 1

Duração da entrevista: 37min (Início: 16h03min – Fim: 16h40min)

1 – Como caracteriza o modo como os jovens qualificados recorrem aos centros de emprego?

Recorrem de forma normal como qualquer outro cidadão. Tendem a recorrer mais quando concluem o ensino superior.

2 – Quais as principais dificuldades com que estes jovens se confrontam na sua entrada no mercado de trabalho?

A ausência de ofertas compatíveis com a formação superior, a falta de experiência profissional, que é uma dimensão bastante valorizada pelas empresas e que facilita a inserção no mercado de trabalho, e a falta de ofertas de emprego na região.

3 – Considera que existem diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência profissional dos jovens qualificados? Se sim, quais?

Sim, existem diferenças. Os jovens que já tiveram a primeira experiência no mercado de trabalho apresentam uma maior capacidade de inserção, possuem mais experiência profissional, já adquiriram/desenvolveram determinadas competências.

4 – Quais as principais vulnerabilidades que tem encontrado na inserção profissional dos jovens qualificados?

A falta de maturidade, dificuldades nas relações interpessoais a falta de competências pessoais e sociais (“soft skills”). As “soft skills” são tão ou mais valorizadas que as competências técnicas. As competências técnicas são valorizadas na ocupação de profissões qualificadas, mas não são suficientes se os jovens não possuírem essas “soft skills”.

5 – Quais as competências que, atualmente, são mais valorizadas em contexto profissional/pelas entidades empregadoras?

Os conhecimentos técnicos são valorizados, mas sobretudo as “soft skills”. Até as áreas que não exigem tanto contacto interpessoal, como a área da informática, têm vindo a valorizar cada vez mais as “soft skills”. As empresas valorizam bastante o currículo (o seu conteúdo).

6 – Quais as motivações e expectativas destes jovens quando procuram os centros de emprego?

Os apoios que existem às pessoas que estão inscritas nos centros de emprego, como apoios financeiros, e o facto dos centros de emprego abrirem portas/terem programas, como os estágios profissionais, que de outro modo os jovens não teriam acesso, e que facilitam a inserção no mercado de trabalho.

**7 – Considera que estas expectativas encontram correspondência no mercado de trabalho?
Porquê?**

Penso que hoje mais do que em outras épocas, os jovens têm consciência das dificuldades que vão encontrar no mercado de trabalho.

8 – Que mecanismos e recursos dispõem os centros de emprego para auxiliar a inserção profissional dos jovens qualificados?

Possui medidas de emprego como os estágios – emprego, que constituem uma mais valia para os jovens e para a aquisição de experiência profissional (que é muito valorizada). Os jovens à procura do primeiro emprego constituem uma prioridade para o IEFP. O IEFP tem consciência da taxa de desemprego juvenil e da necessidade de a combater.

9 - Quais as medidas de emprego maioritariamente utilizadas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho?

A medida mais emblemática é sem dúvida os Estágios-Emprego, que agora são designados por Estágios Profissionais. A criação do próprio emprego, o empreendedorismo jovem, também tem ganho alguma visibilidade.

10 - Que balanço faz destas medidas?

O balanço destas medidas é muito bom. A medida com maior êxito é, sem dúvida, os estágios. Em finais de 2015, os estágios registavam 70% de empregabilidade. Esta medida não é 100% viável, pois as entidades empregadoras podem não acolher os jovens, por não ter condições para a criação de novos postos de trabalho. Mas através desta medida temos obtido grandes resultados. Apesar da celebração de um contrato não ser obrigatória por parte das empresas (como na medida Contrato-Emprego), as entidades empregadoras acabam por contratar os estagiários. Sem os estágios torna-se complicado. Também há uma espécie de benefício para a empresa contratar um jovem. Esta medida dá também mais conforto aos jovens, pois ganham experiência profissional e têm um maior conhecimento do mercado de trabalho. Os jovens podem também não conseguir um estágio por não quererem estágio, por não possuírem as competências necessárias ou por terem um mau currículo.

11 – Que balanço faz da inserção profissional dos jovens qualificados inscritos no centro de emprego?

A taxa de desemprego agora está mais baixa, mas ainda é elevada em comparação aos restantes países da União Europeia. Mas ainda há muito por fazer neste sentido.

12 - Quais as áreas onde se verifica uma maior integração destes jovens?

A área de tecnologias da informação. A universidade fez uma grande aposta nesta área e as empresas que se vieram instalar na região também têm criado mais postos de trabalho na área das tecnologias da informação.

13 - Qual o tempo médio de inserção?

Não sei responder a esta questão. Depende das áreas e cada jovem representa um caso diferente. Depende também se está em estágio (que tem a duração de 9 meses). O mercado de trabalho não tem tido a capacidade de absorver todas as áreas e, no caso das tecnologias da informação, existe uma maior procura e o tempo de inserção é menor.

14 - Considera que poderão existir/que são necessárias outro tipo de respostas para atenuar as dificuldades de inserção profissional destes jovens? Se sim, quais?

Maiores apoios ao empreendedorismo e ao programa Investe-Jovem. É necessário investir mais neste âmbito e também inculcar aos jovens que o empreendedorismo pode ajudar a colmatar o desemprego. São também necessários outros apoios específicos para estimular os jovens.

15 – Enquanto técnico/a do IEFP, que ações considera que os jovens qualificados poderão desenvolver para promover a sua integração no mercado de trabalho?

Os jovens têm muitas lacunas nas competências extracurriculares, como as línguas (inglês e francês) que são competências cada vez mais exigidas pelas empresas e também nas competências de informática mais evoluída. Também depende das áreas, porque há competências que são mais valorizadas numa determinada área e outras noutra área. Nesse sentido, dispomos do programa vida-ativa que desenvolve diversas ações de formação, que podem ajudar os jovens a adquirir mais competências.

Entrevistado/a: Técnica 2

Duração da entrevista: 39min (Início: 16h44min – Fim: 17h25min)

1 – Como caracteriza o modo como os jovens qualificados recorrem aos centros de emprego?

Existem muitos jovens inscritos no IEFP e esse número tem vindo a aumentar ao longo do tempo. Muitos deles têm o propósito de beneficiar de um estágio profissional ou de uma medida ativa de emprego. Eles sabem que podem beneficiar dos apoios. Há também estudantes que estão inscritos para ganhar mais tempo para reunir condições para que as empresas os possam contratar. Há também mais confiança na instituição, inserir-se no mercado de trabalho está a ser mais difícil e o período de desemprego tem cada vez uma duração mais longa.

2 – Quais as principais dificuldades com que estes jovens se confrontam na sua entrada no mercado de trabalho?

A falta de experiência profissional, que exigida pelas empresas e é também por isso que os estágios se tornam importantes, e também alguma dificuldade na procura de emprego. Há jovens que enviam currículos, contactam as empresas pessoalmente e são dinâmicos. No entanto, há outros que pensam que a formação é suficiente e ficam a aguardar por uma oportunidade de emprego. Neste sentido, é importante a proatividade. Há também mais facilidade se os jovens se candidatarem a várias áreas e se despendem mais tempo na procura de emprego, acabam por ser mais eficazes. É importante não desperdiçar oportunidades e há cada vez mais jovens a investir noutras áreas.

3 – Considera que existem diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência profissional dos jovens qualificados? Se sim, quais?

Sim, existem diferenças. Existe uma valorização da experiência profissionais. Os jovens que já tiveram essa experiência têm uma perceção diferente do mercado de trabalho e das suas condições e têm uma maior maturidade. Mesmo que a primeira experiência seja má, os jovens retiram sempre daí uma forma de aprendizagem, o que é uma mais valia. Estes jovens mostram também uma maior disponibilidade para a mobilidade geográfica.

4 – Quais as principais vulnerabilidades que tem encontrado na inserção profissional dos jovens qualificados?

Sobretudo a falta de oferta de emprego e o facto de existirem poucas empresas na região. Também falta alguma abertura por parte dos jovens a outras experiências para lá da sua formação.

5 – Quais as competências que, atualmente, são mais valorizadas em contexto profissional/pelas entidades empregadoras?

Valorizam bastante as qualidades pessoais (como o empenho, o interesse, a dedicação, a vontade de trabalhar), as competências transversais (como as competências comunicacionais, a proatividade, o empreendedorismo), os conhecimentos técnicos, a experiência, a capacidade de adaptação e de resposta às exigências, a disponibilidade.

6 – Quais as motivações e expectativas destes jovens quando procuram os centros de emprego?

Os jovens dão importância à continuidade na empresa, os contratos temporários não são motivadores.

**7 – Considera que estas expectativas encontram correspondência no mercado de trabalho?
Porquê?**

De certa forma sim, mas ficam um pouco aquém daquilo que os jovens desejam. Há empresas que incentivam a contratação a termo (renovação de contratos de curta duração). Os contratos de um ano ou sem termo são apoiados. Também depende dos jovens. Geralmente há empresas de contrato temporário que contratam por um curto período de tempo e depois voltam a contratar e eles vão-se adaptando.

8 – Que mecanismos e recursos dispõem os centros de emprego para auxiliar a inserção profissional dos jovens qualificados?

Disponibilização de ofertas de emprego, qualificação profissional que funciona como um complemento à formação e tem uma boa aceitação por parte dos jovens, medidas ativas de emprego, como os estágios profissionais e o contrato-emprego, a ocupação profissional para jovens que já tiveram a primeira experiência profissional e sessões de esclarecimento/formação acerca das medidas ativas de emprego e de formação.

9 - Quais as medidas de emprego maioritariamente utilizadas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho?

Maioritariamente os estágios profissionais, mas também o contrato emprego.

10 - Que balanço faz destas medidas?

Têm vindo a contribuir, em grande medida, para a inserção profissional destes jovens. Existe uma maior taxa de emprego, sobretudo nos estágios profissionais.

11 – Que balanço faz da inserção profissional dos jovens qualificados inscritos no centro de emprego?

A taxa de empregabilidade não é muito elevada, a inserção ocorre maioritariamente através dos estágios. Há empresas na região que acabam por contratar os jovens. Mas o tecido empresarial condiciona muito a inserção profissional, não há investimento por causa da crise económica.

12 - Quais as áreas onde se verifica uma maior integração destes jovens?

Há bastante na área da informática.

13 - Qual o tempo médio de inserção?

Nos jovens que estão disponíveis para aceitar qualquer tipo de emprego é cerca de 3 a 6 meses, mas não tenho a certeza.

14 - Considera que poderão existir/que são necessárias outro tipo de respostas para atenuar as dificuldades de inserção profissional destes jovens? Se sim, quais?

Maior investimento na formação profissional e nas técnicas de procura de emprego, para alguns jovens.

15 – Enquanto técnico/a do IEF, que ações considera que os jovens qualificados poderão desenvolver para promover a sua integração no mercado de trabalho?

Serem dinâmicos e proativos e investir mais tempo e organizar melhor a procura de emprego.

Entrevistado/a: Técnico 3

Duração da entrevista: 31min (Início: 16h04min – Fim: 16h35min)

1 – Como caracteriza o modo como os jovens qualificados recorrem aos centros de emprego?

Os jovens recorrem aos centros de emprego, sobretudo, após a conclusão da licenciatura ou do mestrado. Aqui no centro de emprego, existem alternativas que potenciam a inserção no mercado de trabalho e favorecem a sua integração de uma forma mais eficaz. Há uma grande tendência por parte destes jovens para a procura dos centros de emprego.

2 – Quais as principais dificuldades com que estes jovens se confrontam na sua entrada no mercado de trabalho?

Há jovens que se vêm inscrever que já fizeram contacto com as entidades empregadoras e com a inscrição podem beneficiar das medidas, como os estágios. Os jovens que ainda não estabelecem contacto com os empregadores apresentam mais dificuldades em integrar-se profissionalmente, mas também varia de acordo com as áreas. Há uma grande falta de empresas e existe um grande desfasamento entre as áreas em que os jovens se formam e a oferta de emprego na residência.

3 – Considera que existem diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência profissional dos jovens qualificados? Se sim, quais?

Sim. Nos jovens que estão à procura do primeiro emprego há falta de experiência profissional, que é um fator muito valorizado na entrada para o mercado de trabalho.

4 – Quais as principais vulnerabilidades que tem encontrado na inserção profissional dos jovens qualificados?

Sobretudo a capacidade financeira das empresas, não existe suporte económico por parte das empresas para criar postos de trabalho. As empresas aproveitam os estágios e os apoios disponibilizados para colocar os jovens, mas há poucas empresas a contratar jovens após a realização dos estágios profissionais, mesmo precisando de mão de obra qualificada e de jovens.

5 – Quais as competências que, atualmente, são mais valorizadas em contexto profissional/pelas entidades empregadoras?

A experiência profissional é a competência mais valorizada, mas também valorizam as competências técnicas, a universidade.

6 – Quais as motivações e expectativas destes jovens quando procuram os centros de emprego?

Não há grande preocupação por com o tipo de contrato de trabalho. Eles estão preocupados em estabelecer contacto com a entidade empregadora e em fazer o melhor possível dentro da empresa.

7 – Considera que estas expectativas encontram correspondência no mercado de trabalho? Porquê?

Penso que as expectativas ficam muito aquém. Há uma redução da taxa de integração nas empresas, por exemplo nos estágios, as empresas acabam por não contratar os jovens quando acaba os estágios.

8 – Que mecanismos e recursos dispõem os centros de emprego para auxiliar a inserção profissional dos jovens qualificados?

Medidas ativas de emprego, várias modalidades de formação que permitem o reforço ao nível das competências, acompanhamento dos jovens desde o momento da inscrição até à integração no mercado de trabalho, há uma monitorização do percurso dos jovens e do trabalho que estes vão desenvolvendo.

9 - Quais as medidas de emprego maioritariamente utilizadas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho?

É sem dúvida os estágios.

10 - Que balanço faz destas medidas?

Há muitas dificuldades nas empresas. O estágio em termos de eficácia tem vindo a diminuir. Há uma redução dos apoios financeiros às empresas, o que dificulta a integração dos jovens.

11 – Que balanço faz da inserção profissional dos jovens qualificados inscritos no centro de emprego?

A tendência é de diminuição dos jovens que conseguem inserir-se no mercado de trabalho. Em determinadas áreas é muito difícil. Há muitos jovens inscritos que fazem estágios e como não conseguem colocação após o estágio vão trabalhar para outras zonas.

12 - Quais as áreas onde se verifica uma maior integração destes jovens?

Na área da informática, em biotecnologia e também um pouco na área comercial, embora esta seja muito abrangente.

13 - Qual o tempo médio de inserção?

Quando os jovens se vêm inscrever e já contactaram a empresa onde vão estagiar, a inserção pode ocorrer no espaço de 2 meses. Tem vindo a aumentar o número de jovens que permanecem desempregados por mais de 1 ano, o tempo de integração é cada vez mais longo.

14 - Considera que poderão existir/que são necessárias outro tipo de respostas para atenuar as dificuldades de inserção profissional destes jovens? Se sim, quais?

A criação de um ambiente propício por parte das empresas para a integração dos jovens. É necessário um maior investimento nas empresas para a criação de postos de trabalho e melhorar as condições para que se possa reduzir o tempo de desemprego.

15 – Enquanto técnico/a do IEFP, que ações considera que os jovens qualificados poderão desenvolver para promover a sua integração no mercado de trabalho?

Penso que os jovens devem colocar em prática o mais rapidamente possível os seus conhecimentos. Devem procurar as empresas e realizar trabalho voluntário para a aquisição de capital, penso que constitui sempre uma mais valia.

Entrevistado/a: Técnica 4

Duração da entrevista: 16min (Início: 16:05min – Fim: 16:21min)

1 – Como caracteriza o modo como os jovens qualificados recorrem aos centros de emprego?

Recorrem mais quando terminam a licenciatura e vêm-se inscrever com grandes expectativas de encontrar emprego na área.

2 – Quais as principais dificuldades com que estes jovens se confrontam na sua entrada no mercado de trabalho?

Encontrar trabalho aqui na zona e o vencimento.

3 – Considera que existem diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência profissional dos jovens qualificados? Se sim, quais?

Sim, os jovens que tiveram contacto com o mercado de trabalho já têm experiência profissional e isso é uma mais valia. A maioria das ofertas de emprego pedem pessoas com experiência.

4 – Quais as principais vulnerabilidades que tem encontrado na inserção profissional dos jovens qualificados?

A falta de ofertas de emprego que se adequam ao perfil do candidato, e eles acabam muitas vezes por se candidatar a outras ofertas que não são na área, e o vencimento.

5 – Quais as competências que, atualmente, são mais valorizadas em contexto profissional/pelas entidades empregadoras?

O empenho, o ser sociável, a experiência profissional e a disponibilidade.

6 – Quais as motivações e expectativas destes jovens quando procuram os centros de emprego?

Os jovens querem aplicar aquilo que aprenderam no seu curso e têm grande expectativas de ficar na empresa depois do estágio. Tem havido uma elevada taxa de colocação com esta medida. A entidade já conhece o candidato e o seu trabalho e se ele se empenhar acabam por contratá-lo, apesar de haver sempre jovens que não ficam colocados.

7 – Considera que estas expectativas encontram correspondência no mercado de trabalho? Porquê?

Por vezes até conseguem colocação na área através dos estágios.

8 – Que mecanismos e recursos dispõem os centros de emprego para auxiliar a inserção profissional dos jovens qualificados?

Disponibilização de ofertas de emprego, medida de emprego como os estágios-emprego e o contrato emprego-inserção e oferta formativa.

9 - Quais as medidas de emprego maioritariamente utilizadas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho?

O estágio-emprego e o contrato emprego.

10 - Que balanço faz destas medidas?

Faço um balanço positivo. Muitas entidades acabam por absorver estes jovens. Tem havido muitas colocações.

11 – Que balanço faz da inserção profissional dos jovens qualificados inscritos no centro de emprego?

Tem havido uma taxa bastante positiva de inserção.

12 - Quais as áreas onde se verifica uma maior integração destes jovens?

As áreas de engenharias e de saúde são as áreas onde há menos pessoas inscritas.

13 - Qual o tempo médio de inserção?

Há áreas de maior inserção que outras. Não há muitos jovens desempregados há mais de 1 ano, porque eles têm flexibilidade em trabalhar noutras áreas.

14 - Considera que poderão existir/que são necessárias outro tipo de respostas para atenuar as dificuldades de inserção profissional destes jovens? Se sim, quais?

Não. Penso que aqui no IEFP há muitos apoios quer às empresas quer aos jovens.

15 – Enquanto técnico/a do IEFP, que ações considera que os jovens qualificados poderão desenvolver para promover a sua integração no mercado de trabalho?

Penso que deve haver uma procura ativa de emprego, os jovens devem vir regularmente aos centros de emprego, candidatar-se a ofertas de emprego, consultar diariamente as ofertas de emprego via internet.

Entrevistado/a: Técnica 5

Duração da entrevista: 24min (Início: 16:04min – Fim: 16:28min)

1 – Como caracteriza o modo como os jovens qualificados recorrem aos centros de emprego?

Geralmente recorrem aos centros de emprego e fazem a inscrição à espera de um estágio profissional. Têm a perspetiva do estágio profissional e inscrevem-se aqui. Muitas vezes inscrevem-se para ter acesso às ofertas do netemprego. Recorrem mais aos centros de emprego hoje, os jovens que não conseguem colocação no mercado de trabalho de imediato, portanto há profissões em que não recorrem, por exemplo os médicos não recorrem aos centros de emprego, mas já nem é por terem emprego imediato, mas é por terem um percurso em que vão ter ou um estágio e depois todas aquelas níveis hospitalares, vão fazendo o seu percurso paralelo e não recorrem. Os engenheiros eletrotécnicos e os engenheiros informáticos também não recorrem, porque ainda não terminaram o seu curso e já existem empresas interessadas.

2 – Quais as principais dificuldades com que estes jovens se confrontam na sua entrada no mercado de trabalho?

No meu entender, é não terem nenhum conhecimento do mercado de trabalho e da maneira como se vão comportar numa entrevista, digamos que o ser estudante não tem nada a ver com o ser trabalhador e eu acho que é essa a dificuldade que depois encontram. No mercado de trabalho é completamente diferente, tem de existir de existir a nível das emoções alguma maturidade, coisa que por vezes não têm, e até podem entrar numa empresa, mas passados dois ou três dias estão a desistir porque não aguentam a pressão.

3 – Considera que existem diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência profissional dos jovens qualificados? Se sim, quais?

Existem diferenças pelo menos dessa primeira experiência que tiveram e desse confronto com a realidade, têm mais maturidade, alguns porque outros não conseguem alcançar essa maturidade.

4 – Quais as principais vulnerabilidades que tem encontrado na inserção profissional dos jovens qualificados?

Existem dificuldades por falta de experiência dos jovens, isso é natural que exista, e muitas vezes as empresas não estão disponíveis para dar a possibilidade, sobretudo quando existe muita oferta de mão de obra, nas profissões em que não há dificuldade em encontrar jovens. Existe da parte do mercado de trabalho essa dificuldade e existe, às vezes, da parte dos jovens, dificuldades em saber quais os canais a utilizar, a maneira como devem procurar, onde devem fazer isso.

5 – Quais as competências que, atualmente, são mais valorizadas em contexto profissional/pelas entidades empregadoras?

Agora fala-se muito da inteligência emocional nas empresas, porque existem formações muito abrangentes e que dão para quase tudo. Às vezes nem interessa haver muita especificidade, o que interessa é adaptar-se ao grupo, aos colegas de trabalho, à maneira de trabalhar da empresa, muitas vezes é mais importante que os próprios conhecimentos, é evidente que conhecimentos têm de ter, os conhecimentos que com os meios tecnológicos nós temos, também há conhecimentos que se conseguem através da internet, lendo coisas na internet. Portanto, eu não sou favor de formações generalistas, mas aquilo que é mais importante do que a formação é a inteligência emocional. É importante o jovem saber exatamente aquilo que lhe é pedido em contexto profissional, saber ler aquilo que lhe é pedido.

6 – Quais as motivações e expectativas destes jovens quando procuram os centros de emprego?

Na primeira fase, as pessoas quando recorrem querem um posto de trabalho em que vão aplicar os conhecimentos, especificamente na sua área de formação. À medida que vai decorrendo a procura e que os jovens começam a ser confrontados com as grandes dificuldades, chegam, por vezes, e isto ocorre passado 7, 8, 9 meses. Porque estar 6 meses à procura de emprego é o normal, tirando aquelas situações que já referi. Agora quando começa a decorrer já mais tempo e chegamos a 1 ano, os jovens se forem inteligentes mudam o discurso e vão procurar alguma coisa/área, a pessoa não tem só conhecimentos que adquiriu na universidade, tem com certeza outros e tem com certeza outras aptidões que não desenvolveu ainda na universidade. A procura depois começa a alargar para outras possibilidades sem ser aquela da formação. Aparecem

aqueles empregos que dão para qualquer um a partir do 12º ano, ou seja, os call center e outras coisas, ou então procuram sair para o estrangeiro, alguns. Há muitos jovens a procurar emprego em outras áreas. **E quais as suas expectativas de continuidade na empresa?** Quem entra no mercado quer que seja definitivo, mas normalmente nos estágios há alguma empregabilidade e há à volta de 70% de empregabilidade nos estágios profissionais, mas os outros 30% não. Há sempre a esperança de conseguir permanecer no mercado de trabalho, há outros que não querem, fizeram uma primeira abordagem no mercado de trabalho naquela empresa e não gostaram da empresa e, portanto, querem outra experiência, diversificar as coisas.

7 – Considera que estas expectativas encontram correspondência no mercado de trabalho? Porquê?

Não encontram. A maioria que não teve uma experiência de trabalho tem dificuldade numa relação subordinada.

8 – Que mecanismos e recursos dispõem os centros de emprego para auxiliar a inserção profissional dos jovens qualificados?

Essa é uma grande preocupação do governo, há uma grande preocupação em conseguir encontrar uma primeira abordagem ao mercado de trabalho. Para isso existe a medida estágios e os estágios têm sido uma medida a que as empresas têm recorrido muito, em que o Estado gasta muito dinheiro e a Europa também e que têm tido alguns resultados. Neste momento, a medida está a ser alterada, já foi alterada, já saiu nova legislação e estamos a ver como será a nova implementação agora no futuro, como vai ser recebida pelas empresas, mas em princípio não há alterações muito significativas, será bem-recebida e vai continuar a ser uma maneira de integrar os jovens

9 - Quais as medidas de emprego maioritariamente utilizadas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho?

Para os jovens, são os estágios.

10 - Que balanço faz destas medidas?

60 a 70% de integração, o que é muito bom.

12 - Quais as áreas onde se verifica uma maior integração destes jovens?

As engenharias, neste momento, são as áreas em que há maior integração.

13 - Qual o tempo médio de inserção?

Em média 6 meses para as profissões mais comuns e que têm ainda empregabilidade. Mais de 6 meses para as outras e para quem não quer arriscar, vir a encarar uma profissão afim. Existem aqueles que são integrados imediatamente que mal entram já estão empregados e depois existe

outra franja que só mudando de área é que conseguem. Dentro das áreas com menor empregabilidade existem muitos jovens desempregados há mais de 1 ano.

14 - Considera que poderão existir/que são necessárias outro tipo de respostas para atenuar as dificuldades de inserção profissional destes jovens? Se sim, quais?

As respostas têm de começar pela formação, pelo tipo de formação que se oferece. Não se pode estar a oferecer formação que o mercado de trabalho não quer. Quando se faz formação, nomeadamente as universidades e o IEFP, qualquer formação que se faça tem que ter em conta o presente e sobretudo o futuro do mercado de trabalho, porque nós sabemos há profissões que vão desaparecer dentro de uma década e há outras formações que nós nem sonhamos que vão aparecer para substituir essas. E é esse estudo que é necessário, estar constantemente a fazer pesquisas nessa área, a saber para onde vamos para poder antecipar pelo menos em 5 anos as necessidades do mercado de trabalho. Quando entram hoje na universidade saberem que daqui a 5 anos têm possibilidades de entrar no mercado de trabalho, por exemplo, o caso da medicina neste momento, os estudantes de medicina já têm de ter consciência que se calhar daqui a 5 anos já vão ter algumas dificuldades ou as mesmas dificuldades que as outras áreas. O mercado de trabalho vai saturando, por isso eles já não deixam formar muita gente, o número de vagas dos cursos deve ser mais curto do que as necessidades, a lei de mercado é esta da oferta e da procura em todo o lado. Nós temos umas formações modelares e há muitos jovens a fazer essas formações modelares para, precisamente, abrir o leque de oportunidades no mercado de trabalho. Inclusivamente conhecemos muitos jovens, até com experiências de trabalho, que saíram e agora voltaram à universidade para procurar as profissões que têm as saídas profissionais asseguradas.

15 – Enquanto técnico/a do IEFP, que ações considera que os jovens qualificados poderão desenvolver para promover a sua integração no mercado de trabalho?

Tem várias. A formação sobre inteligência emocional e que não existe, era uma boa opção. Existem muitos cursos para chefias, para saber como é que as chefias devem adaptar o seu comportamento para retirar o melhor dos seus colaboradores, mas coaching virado para a inteligência emocional, até na própria universidade, fazer ações de coaching para melhorar a inteligência emocional, para os jovens aprenderem a enfrentar o mercado de trabalho. Nunca desistir, ser persistente, a perseverança vale muito em todas as circunstâncias, reger-se por valores, mas dar-se valor a si próprio, boa autoestima.

Entrevistado/a: Técnico 6

Duração da entrevista: 26min (Início: 16:31min – Fim: 17:05min)

1 – Como caracteriza o modo como os jovens qualificados recorrem aos centros de emprego?

Os jovens recorrem, sobretudo, depois de terminar o curso. Inscrevem-se para estágios-emprego, vêm informar-se, vão a sessões de informação.

2 – Quais as principais dificuldades com que estes jovens se confrontam na sua entrada no mercado de trabalho?

O mercado de trabalho local não é muito abrangente em certas áreas, não há empresas na região que se adequem a determinadas áreas. Quando os jovens encontram melhores condições de trabalho vão para outras regiões do país ou para o estrangeiro.

3 – Considera que existem diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência profissional dos jovens qualificados? Se sim, quais?

Sim. Os jovens que tiveram a primeira experiência profissional já sabem aquilo que pretendem. O primeiro contacto com o mercado de trabalho é muito importante, porque os jovens sentem-se mais capazes de fazer escolhas e decidir aquilo que querem, o que muitas vezes não acontece com os jovens que ainda estão à procura do primeiro emprego.

4 – Quais as principais vulnerabilidades que tem encontrado na inserção profissional dos jovens qualificados?

Com os estágios os jovens adquirem formação no próprio local de trabalho. Mas, por vezes, há desistências quando a empresa encarrega os jovens a realizar tarefas que não lhes competem. Mesmo depois de fazer o estágio, há jovens que não querem ficar na empresa porque já sabem aquilo que querem. Eles vão-se adaptando aquilo que encontram no mercado de trabalho, se não se sentirem realizados profissionalmente numa empresa procuram outra coisa.

5 – Quais as competências que, atualmente, são mais valorizadas em contexto profissional/pelas entidades empregadoras?

É importante o jovem estar de acordo com as necessidades da empresa, moldarem-se às características e normas da empresa. Os empregadores procuram adaptar a pessoa às características da empresa, há um foco nas competências do trabalhador. Mas também é importante a empresa estar bem estruturada para permitir que o jovem se adapte bem.

6 – Quais as motivações e expectativas destes jovens quando procuram os centros de emprego?

Acesso às medidas de emprego, à formação e para a inscrição nas ofertas de emprego, eles têm acesso ao netemprego que facilita a visualização e a inscrição em ofertas de emprego. Quando estão em estágio têm expectativas elevadas de continuidade na empresa.

**7 – Considera que estas expectativas encontram correspondência no mercado de trabalho?
Porquê?**

Há uma boa percentagem de colocações após os estágios. Mas se os jovens encontrarem uma empresa que lhes proporcione a oportunidade de progredir na carreira, um melhor salário e um bom ambiente de trabalho eles mudam de empresa.

8 – Que mecanismos e recursos dispõem os centros de emprego para auxiliar a inserção profissional dos jovens qualificados?

Há acompanhamento dos jovens, medidas de emprego.

9 - Quais as medidas de emprego maioritariamente utilizadas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho?

Estágios e contrato-emprego.

10 - Que balanço faz destas medidas?

Há uma boa percentagem de colocações e também há uma boa adesão por parte das empresas.

11 – Que balanço faz da inserção profissional dos jovens qualificados inscritos no centro de emprego?

É facilitador tem um local onde os jovens se podem dirigir e ser acompanhados e informados.

12 - Quais as áreas onde se verifica uma maior integração destes jovens?

Não sei.

13 - Qual o tempo médio de inserção?

A análise dos processos demora cerca de 1 mês a 1 mês e tal. Por vezes as empresas demoram algum tempo a enviar informações.

14 - Considera que poderão existir/que são necessárias outro tipo de respostas para atenuar as dificuldades de inserção profissional destes jovens? Se sim, quais?

O estágio-emprego tem sido uma medida muito eficaz. Ajuda os jovens a perceber o funcionamento da empresa, que contributo podem dar à empresa, há um processo de aprendizagem e permite pôr em prática os conhecimentos formais. No entanto, as empresas também devem ter em conta os jovens.

15 – Enquanto técnico/a do IEFP, que ações considera que os jovens qualificados poderão desenvolver para promover a sua integração no mercado de trabalho?

Melhorar os conhecimentos através de ações de formação, adquirir competências transversais. Para alguns jovens é importante assistir a sessões de preparação de entrevistas e de como elaborar um bom currículo.

Entrevistado/a: Técnica 7

Duração da entrevista: 18min (Início: 16:05min – Fim: 16:23min)

1 – Como caracteriza o modo como os jovens qualificados recorrem aos centros de emprego?

Os jovens e a população em geral recorrem muito aos centros de emprego, até porque o Instituto do Emprego e da Formação Profissional tem um conjunto de medidas muito destinadas aos jovens em termos de programas de inserção, como são os estágios etc, e mesmo a própria formação e, como tal, há um contacto entre as empresas e os jovens que é através da nossa base de dados. Penso que quase todos os jovens se inscrevem nos centros de emprego quando terminam as suas qualificações. A maioria inscreve-se após terminar o curso, embora haja alguns estudantes que o façam durante, até porque com a situação económica do país houve essa necessidade de alguns jovens terem de trabalhar durante o curso, mas a maioria acho que é após.

2 – Quais as principais dificuldades com que estes jovens se confrontam na sua entrada no mercado de trabalho?

Nesta época da nossa vida, da nossa sociedade foi um bocado este período de crise económica que o país teve, o que levou muitos jovens a terem que emigrar. Felizmente as coisas neste momento estão a voltar um bocado à normalidade, a economia está a retomar e eu penso que essa é a principal dificuldade. Não tanto o não terem experiência, que as pessoas antigamente falavam muito nisso, mas é mesmo a falta de oportunidades devido à situação de crise pela qual o nosso país passou.

3 – Considera que existem diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência profissional dos jovens qualificados? Se sim, quais?

Poderá haver algumas diferenças, até porque os jovens do primeiro emprego muitas vezes conseguem a sua oportunidade através da medida estágio-profissional e quando, por vezes, não ficam na empresa e procuram a tal segunda oportunidade e que já não têm o tal apoio pode ser mais difícil novamente encontrar uma colocação no mercado de trabalho. Isto quando não ficam na empresa, porque há muitos que ficam. Os que não ficam, como depois já não podem fazer um segundo estágio pode haver essa dificuldade. Agora, por outro lado, também há empresas que procuram pessoas com alguma experiência e, nesse caso, podem dar prioridade a quem já teve essa experiência. Mas que temos noção que as empresas se candidatam a estágio profissional e que procuram alguém que nunca o tenha feito, dão oportunidade a quem acaba um curso. Agora nós sabemos que há aquelas áreas, a informática, neste momento um engenheiro informático, alguém na área da informática, consegue um estágio, consegue logo trabalho, aliás fica logo na empresa. Se falarmos de área, talvez não sei, a área agrícola, as áreas

do ensino, são áreas mais complicadas. Isto é como tudo, as engenharias continuam a ter uma maior aceitação no mercado de trabalho e, às vezes, as áreas sociais, por exemplo a psicologia, são áreas com maiores dificuldades. A resposta pode ser um pouco variada conforme o tipo de empresa que estamos a falar.

4 – Quais as principais vulnerabilidades que tem encontrado na inserção profissional dos jovens qualificados?

Eu acho que é fundamentalmente a área de formação. Nós temos aqui alguns jovens, por exemplo na área do cinema, não é fácil integrá-los porque são áreas muito concretas, são áreas que por exemplo na nossa zona é mais complicado. A áreas das línguas, a área da psicologia, a sociologia de alguma maneira, mas mesmo assim eu acho que a psicologia é mais complicado, as áreas das ciências sociais nesse aspeto, e eu acho que a formação base realmente vai fazer a grande distinção na inserção. Os engenheiros civis, por exemplo, que antes tinham sempre trabalho, agora passaram por uma fase mais complicada. Enquanto que a área da medicina, a área das engenharias mecânicas, eletromecânicas ou informáticas, eu acho que é fundamentalmente a área de formação. Eu acho que nós quando vamos para um curso temos tendência a ir para aquilo que gostamos e há uns anos atrás isso fazia muito sentido. Hoje em dia acho que temos de medir um bocado entre aquilo que gostamos e as oportunidades que temos de trabalho, acho que é um bocado por aí.

5 – Quais as competências que, atualmente, são mais valorizadas em contexto profissional/pelas entidades empregadoras?

Eu acho que as competências de comunicação, sociais, de disponibilidade, no fundo tudo o que está um bocado ligado à inteligência emocional, a capacidade de adaptação, a capacidade de colaboração, a criatividade. Eu acho que estas são as principais competências que uma empresa ou o entrevistador numa entrevista vai avaliar, associado como é lógico à formação base, que é aquilo que está à procura. Mas que se calhar antigamente o curso chegava, hoje vão-se avaliar muito mais as competências. As competências linguísticas, a capacidade de adaptação, que muitas vezes está ligada também ao currículo que a pessoa teve, lá está o ter experiências profissionais ao longo do curso, o ter feito Erasmus. Ou seja, são tudo vivências que dão competências à pessoa, que se calhar a empresa vai valorizar, porque é uma pessoa com muito mais vivências e capacidade de adaptação que alguém que só estudou e que se calhar fica um bocado mais limitado.

6 – Quais as motivações e expectativas destes jovens quando procuram os centros de emprego?

Que os ajudemos a resolver a sua situação e, principalmente, vêm à procura de um estágio profissional, eles têm noção dessa situação. Também um pouco de formação, lá está, a formação

transversal. Porque na universidade a formação é se calhar muito teórica e etc, e nós aqui, por vezes, também temos alguma formação que pode ajudar a completar o currículo, por exemplos as línguas, a informática, a animação e a comunicação. Lá está as tais competências transversais que são importantes para juntar ao currículo e acho que, fundamentalmente, são nestas duas áreas que nos procuram. **Quais as expetativas dos jovens que respeita à continuidade na empresa/estabilidade profissional?** As pessoas tentam ter alguma estabilidade, é normal, quando estão satisfeitas na mesma empresa querem continuar, agora se não estão satisfeitos... Eu acho que agora os jovens gostam de viver várias coisas, o estarem muitos anos ligados à mesma empresa já não é tão comum, se calhar como no meu tempo que as pessoas entravam para uma empresa e ficavam. Hoje em dia o mercado de trabalho também não o permite, as pessoas mudam muito por diversas razões, os contratos são temporários, os estágios terminam. Mas eu acho que o próprio jovem vai tentando procurar, conforme a experiencia que vai criando, vai tentando subir na vida e vai procurar outro tipo de empresas que possam abrir outros horizontes e ensinar mais, acho que isto é muito importante nos jovens porque acho que há uma sede muito grande de saber, de conhecer e que é bom.

7 – Considera que estas expetativas encontram correspondência no mercado de trabalho?

Porquê?

Eu acho que os jovens vêm com muitas expetativas, que é normal porque é o sonho que comanda a vida, eu acho que têm muita expetativa, mas que depois na realidade essas expetativas podem ser um bocado defraudadas, porque o mercado de trabalho é duro. Lá está, um conjunto de competências imensas que as empresas exigem, não é só saber fazer a profissão, exercer a profissão em si, é saber falar línguas, é saber muita informática, é saber estar, é saber falar, é ter disponibilidade de horários, é ter disponibilidade para viajar, enfim, por isso é que, em Portugal, há este problema da conciliação entre a vida profissional e pessoal, quando as pessoas começam a ter filhos não é fácil. E quando se está na universidade, às vezes, não se tem muita noção desta realidade, as empresas são muito exigentes, exigem muito, também dão em alguns casos e outros não, mas é preciso, de facto, estar-se preparado para enfrentar este mundo que é competitivo e exigente a estes níveis que eu acabei de referir.

8 – Que mecanismos e recursos dispõem os centros de emprego para auxiliar a inserção profissional dos jovens qualificados?

Estão em primeiro lugar temos uma base de dados onde registamos quer as ofertas, quer os candidatos, portanto um ajustamento entre os dois lados. Temos também a base de dados, a chamada rede eures, que permite às pessoas procurar as ofertas de trabalho a nível da europa e mais alguns países. Temos toda a formação disponível para ajudar as pessoas a qualificarem-

se e inseri-las no mercado de trabalho e temos as medidas de apoio às empresas, que é fundamentalmente a questão dos estágios e do contrato emprego, que é um apoio à contratação e que abre, de facto, as portas a muita gente. Eu acho que temos um conjunto de recursos muito bons neste momento e que, de facto, têm ajudado a colocar as pessoas no mercado de trabalho e também tem levado um bocado a evoluir a economia.

9 - Quais as medidas de emprego maioritariamente utilizadas para a inserção destes jovens no mercado de trabalho?

Nós trabalhamos com algo muito concreto, temos a questão da formação, a formação podemos dizer tem um conjunto de medidas, de modalidades, temos a formação de adultos, temos a vida ativa que é para jovens e, como referi, os estágios e o próprio contacto das empresas, que nos contactam e que nós podemos divulgar as ofertas e a própria pessoa também se pode inscrever no netemprego e ter acesso, é uma base de dados muito boa.

10 - Que balanço faz destas medidas?

Não sei precisar números, mas sei que os números são muito bons, sei que temos tido sucesso e que temos levado à inserção uma percentagem bastante elevada dos jovens que aqui se inscrevem no mercado de trabalho.

11 – Que balanço faz da inserção profissional dos jovens qualificados inscritos no centro de emprego?

É um bocado no mesmo seguimento, de conseguirmos efetivamente dar uma resposta a quem nos procura. Isto vai variar muito, enquanto nós colocamos determinados jovens de certas áreas num mês ou dois, há jovens de outras áreas que pode demorar sete, oito, nove meses, lá está depende da formação base da pessoa. **Há muitos jovens desempregados há mais de um ano?**

Não há muitos, até aos 29 anos não há muitos desempregados há mais de um ano. Nós temos um grupo de pessoas desempregadas há mais de 1 ano, são pessoas de mais idade. Quanto mais jovens são as pessoas e mais qualificações têm, mais rápida é a colocação no mercado de trabalho e, portanto, não é uma percentagem muito elevada que fica inscrita no centro de emprego há mais de 1 ano.

14 - Considera que poderão existir/que são necessárias outro tipo de respostas para atenuar as dificuldades de inserção profissional destes jovens? Se sim, quais?

Sim, há sempre mais alguma coisa que podemos fazer. Por exemplo, apoiamos as empresas ainda mais em outros aspetos para poderem colocar os jovens, por exemplo em termos dos apoios salariais, se calhar em Portugal os valores não são muito elevados, porque no estágio o valor não é muito elevado. Por exemplo, para um jovem se poder deslocar para outra cidade, a coisa pode

ficar um bocado mais complicada, por causa dos apoios. Portanto, eu acho que devia existir mais apoios para incentivar a mobilidade, apoios para as empresas que contratam pessoas, por exemplo, no interior, que neste momento nós temos o interior a ficar desertificado. Portanto, nós precisamos de políticas que atraiam além das empresas que, algumas já têm vindo para cá (Altram, PT e outras empresas que têm estado a vir para cá), precisamos ainda de mais e precisamos dos tais apoios que também motive os jovens a vir para cá. E isso tem de ser incentivos financeiros, porque a base de uma sociedade de desenvolvimento, além da cultura, educação, depois é a parte financeira, porque muitas pessoas não conseguem estar deslocadas a receber 600, 700 euros que muitas empresas pagam e a questão do estágio profissional, tudo bem que é um primeiro emprego, mas que, às vezes, é difícil pagar uma renda e etc e, portanto, eu acho que há sempre muito mais que se pode fazer e nesse aspeto acho que é importante.

15 – Enquanto técnico/a do IEFP, que ações considera que os jovens qualificados poderão desenvolver para promover a sua integração no mercado de trabalho?

Além das coisas base como enviar um currículo, conhecer bem o mercado de trabalho, porque há jovens que não conhecem bem o mercado de trabalho e ficam um bocado limitados a 3, 4 empresas ou a uma área ou outra. Às vezes a sua formação base até se adequa a outro tipo de empresas. Conhecer o mercado de trabalho nacional ou local para mais rapidamente também podem abordar as empresas. Serem criativos na maneira como abordam as empresas, porque hoje em dia enviar um currículo normal como toda a gente, se calhar, não sei, pode não ser tão rapidamente lido como alguém que tenha alguma ideia original, que se desloque, que vá falar com a pessoa que pode realmente vir a integrá-la e estar em formação continua. Eu acho que hoje em dia não podemos parar de aprender, porque só ter um curso por si é o início, é o primeiro degrau, depois a seguir vem tudo o resto que são as tais competências que estão além do curso e que também vêm da formação.

Sinopses das entrevistas

Problemática	Dimensões	Entrevistados						
		T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7
Transição para o mercado de trabalho	Dificuldades na entrada no mercado de trabalho	“A ausência de ofertas compatíveis com a formação superior, a falta de experiência profissional [...] e a falta de ofertas de emprego na região.”	“A falta de experiência profissional [...] e é também por isso que os estágios se tornam importantes [...]. Há jovens que enviam currículos, contactam as empresas pessoalmente e são dinâmicos. No entanto, há outros que pensam que a formação é suficiente e ficam a aguardar por uma oportunidade de emprego. Neste sentido, é importante a proatividade. Há também mais facilidade se os jovens se	“Há jovens que se vêm inscrever que já fizeram contacto com as entidades empregadoras e com a inscrição podem beneficiar das medidas, como os estágios. Os jovens que ainda não estabelecem contacto com os empregadores apresentam mais dificuldades em integrar-se profissionalmente [...]. Há uma grande falta de empresas e existe um grande desfasamento entre as áreas em que os jovens se	“Encontrar trabalho aqui na zona e o vencimento.”	“No meu entender, é não terem nenhum conhecimento do mercado de trabalho e da maneira como se vão comportar numa entrevista [...] tem de existir a nível das emoções alguma maturidade, coisa que por vezes não têm, e até podem entrar numa empresa, mas passados dois ou três dias estão a desistir porque não aguentam a pressão.”	“O mercado de trabalho local não é muito abrangente em certas áreas, não há empresas na região que se adequem a determinadas áreas. Quando os jovens encontram melhores condições de trabalho vão para outras regiões do país ou para o estrangeiro.”	“Não tanto o não terem experiência [...], mas é mesmo a falta de oportunidades devido à situação de crise pela qual o nosso país passou.”

			candidatarem a várias áreas e se despendem mais tempo na procura de emprego [...]"	formam e a oferta de emprego na residência."				
Diferenças entre a procura do primeiro emprego e após a primeira experiência	"[...] Os jovens que já tiveram a primeira experiência no mercado de trabalho apresentam uma maior capacidade de inserção, possuem mais experiência profissional, já adquiriram determinadas competências."	"[...] Existe uma valorização da experiência profissional. Os jovens que já tiveram essa experiência têm uma percepção diferente do mercado de trabalho e das suas condições e têm mais maturidade [...]. Estes jovens mostram também uma maior disponibilidade para a mobilidade geográfica."	"[...] Nos jovens que estão à procura do primeiro emprego há falta de experiência profissional [...]."	"[...] os jovens que tiveram contacto com o mercado de trabalho já têm experiência profissional [...]. A maioria das ofertas de emprego pedem pessoas com experiência."	"Existem diferenças pelo menos dessa primeira experiência que tiveram e desse confronto com a realidade, têm mais maturidade, alguns porque outros não conseguem alcançar essa maturidade."	"[...] O primeiro contacto com o mercado de trabalho é muito importante, porque os jovens sentem-se mais capazes de fazer escolhas e decidir aquilo que querem, o que muitas vezes não acontece com os jovens que ainda estão à procura do primeiro emprego."	"Poderá haver algumas diferenças, até porque os jovens do primeiro emprego muitas vezes conseguem a sua oportunidade através da medida estágio-profissional e quando, por vezes, não ficam na empresa e procuram a tal segunda oportunidade e que já não têm o tal apoio pode ser mais difícil novamente encontrar uma colocação no mercado de trabalho. [...] também há empresas que procuram	

								<p>peças com alguma experiência e, nesse caso, podem dar prioridade a quem já teve essa experiência.”</p>
<p>Entraves à integração no mercado de trabalho</p>	<p>“A falta de maturidade, dificuldades nas relações interpessoais e falta de competências pessoais e sociais, as “soft skills”.”</p>	<p>“Sobretudo a falta de oferta de emprego e o facto de existirem poucas empresas na região. Também falta alguma abertura por parte dos jovens a outras experiências para lá da sua formação.”</p>	<p>“Sobretudo a capacidade financeira das empresas, não existe suporte económico por parte das empresas para criar postos de trabalho. [...]”</p>	<p>“A falta de ofertas de emprego que se adequam ao perfil do candidato [...] e o vencimento.”</p>	<p>“falta de experiência dos jovens [...], e muitas vezes as empresas não estão disponíveis para dar a possibilidade, sobretudo quando existe muita oferta de mão de obra [...] às vezes, da parte dos jovens, dificuldades em saber quais os canais a utilizar, a maneira como devem procurar, onde devem fazer isso.”</p>	<p>“Com os estágios [...], por vezes, há desistências quando a empresa encarrega os jovens a realizar tarefas que não lhes competem. Mesmo depois de fazer o estágio, há jovens que não querem ficar na empresa porque já sabem aquilo que querem. [...]”</p>	<p>“Eu acho que é fundamentalmente a área de formação.”</p>	
<p>Aspetos valorizadas em contexto profissional</p>	<p>“Os conhecimentos técnicos são valorizados, mas</p>	<p>“Valorizam bastante as qualidades pessoais [...], as</p>	<p>“A experiência profissional é a competência mais valorizada,</p>	<p>“O empenho, o ser sociável, a experiência</p>	<p>“[...] o que interessa é adaptar-se ao grupo, aos</p>	<p>“É importante o jovem estar de acordo com as necessidades da</p>	<p>“Eu acho que as competências de comunicação,</p>	

		sobretudo as “soft skills” [...]. As empresas valorizam bastante o currículo, o seu conteúdo.”	competências transversais [...], os conhecimentos técnicos, a experiência profissional, a capacidade de adaptação e de resposta às exigências, a disponibilidade.”	mas também valorizam as competências técnicas.”	profissional e a disponibilidade.”	colegas de trabalho, à maneira de trabalhar da empresa, muitas vezes é mais importante que os próprios conhecimentos [...]”.	empresa, moldarem-se às características e normas da empresa [...]. Mas também é importante a empresa estar bem estruturada para permitir que o jovem se adapte bem.”	sociais, de disponibilidade [...], a capacidade de adaptação, a capacidade de colaboração, a criatividade. [...] se calhar antigamente o curso chegava, hoje vão-se avaliar muito mais as competências.”
--	--	--	--	---	------------------------------------	--	--	--

Problemática	Dimensões		Entrevistados						
			T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7
Apoios públicos à integração no mercado de trabalho	O recurso por parte dos jovens apoios públicos	A procura dos centros de emprego	“[...] Tendem a recorrer mais quando concluem o ensino superior.”	“Existem muitos jovens inscritos e esse número tem vindo a aumentar ao longo do tempo [...]. Há estudantes que estão inscritos para ganhar mais tempo para reunir condições para que as empresas os possam	“Os jovens recorrem aos centros de emprego, sobretudo, após a conclusão da licenciatura ou do mestrado [...]. Há uma grande tendência por parte destes jovens para a procura dos	“Recorrem mais quando terminam a licenciatura [...]”	“[...] Recorrem mais aos centros de emprego hoje, os jovens que não conseguem colocação no mercado de trabalho de imediato [...]”	“Os jovens recorrem, sobretudo, depois de terminar o curso [...]”	“Os jovens e a população em geral recorrem muito aos centros de emprego [...]. A maioria inscreve-se após terminar o curso, embora haja alguns estudantes que o façam durante, até porque com a situação

				contratar. [...] inserir-se no mercado de trabalho está a ser mais difícil e o período de desemprego tem cada vez uma duração mais longa.”	centros de emprego.”				económica do país houve essa necessidade de alguns jovens terem de trabalhar durante o curso [...].”
		Principais motivações e expectativas	“Os apoios que existem às pessoas que estão inscritas nos centros de emprego, como apoios financeiros e o facto dos centros de emprego abrirem portas...terem programas, como os estágios profissionais, que de outro modo os jovens não teriam acesso [...]”	“Muitos deles têm o propósito de beneficiar de um estágio profissional ou de uma medida ativa de emprego. Os jovens dão importância à continuidade na empresa, os contratos temporários não são motivadores.”	“Aqui no centro de emprego, existem alternativas que potenciam a inserção no mercado de trabalho [...]. Não há grande preocupação com o tipo de contrato de trabalho. Eles estão preocupados em estabelecer contacto com a entidade empregadora [...].”	“[...] vêm-se inscrever com grandes expectativas de encontrar emprego na área. Os jovens querem aplicar aquilo que aprenderam no seu curso e têm grandes expectativas de ficar na empresa depois do estágio.”	“[...] Têm a perspectiva do estágio profissional e inscrevem-se aqui. Muitas vezes inscrevem-se para ter acesso às ofertas do netemprego.”; “[...] as pessoas quando recorrem querem um posto de trabalho em que vão aplicar os conhecimentos, especificamente na sua área de formação [...]. Há	Inscrevem-se para estágios-emprego [...]; Acesso às medidas de emprego, à formação e para a inscrição nas ofertas de emprego, eles têm acesso ao netemprego que facilita a visualização e a inscrição em ofertas de emprego. Quando estão em estágio têm expectativas elevadas de continuidade e na	“[...] principalmente, vêm à procura de um estágio profissional, eles têm noção dessa situação. Também um pouco de formação [...]. As pessoas tentam ter alguma estabilidade, é normal, quando estão satisfeitas na mesma empresa querem continuar, agora se não estão satisfeitos... eu acho que agora os jovens gostam de viver várias coisas, o estarem muitos

							sempre a esperança de conseguir permanecer no mercado de trabalho, há outros que não querem, fizeram uma primeira abordagem no mercado [...] e não gostaram da empresa e, portanto, querem outra experiência [...].”	empresa. Mas se os jovens encontrarem uma empresa que lhes proporcione a oportunidade e de progredir na carreira, um melhor salário e um bom ambiente de trabalho eles mudam de empresa.	anos ligados à mesma empresa já não é tão comum [...]. Hoje em dia o mercado de trabalho também não o permite, as pessoas mudam muito por diversas razões, os contratos são temporários, os estágios terminam [...].”
		Correspondência entre as expectativas e o mercado de trabalho	“Penso que hoje mais do que em outras épocas, os jovens têm consciência das dificuldades que vão encontrar no mercado de trabalho.”	“De certa forma sim, mas ficam um pouco aquém daquilo que os jovens desejam. [...] há empresas de contrato temporário que contratam por um curto período de tempo e depois voltam a contratar e eles vão-se adaptando.”	“Penso que as expectativas ficam muito aquém. Há uma redução da taxa de integração nas empresas [...].”	“Por vezes até conseguem colocação na área através dos estágios.”	“Não encontram. A maioria que não teve uma experiência de trabalho tem dificuldade numa relação subordinada.”	“Há uma boa percentagem de colocações após os estágios.”	“Eu acho que os jovens vêm com muitas expectativas [...], mas que depois na realidade essas expectativas podem ser um bocado defraudadas, porque o mercado de trabalho é duro. Lá está, um conjunto de competências

									imensas que as empresas exigem [...]”
	Tipos de apoio existentes	Mecanismos e recursos de inserção profissional	“Possui medidas de emprego [...]. Os jovens à procura do primeiro emprego constituem uma prioridade para o IEFP.”	“Disponibilização de ofertas de emprego, [...], formação, [...], medidas ativas de emprego [...] e sessões de esclarecimento acerca das medidas ativas de emprego e de formação.”	“Medidas ativas de emprego, várias modalidades de formação, [...] acompanhamento dos jovens desde o momento da inscrição até à integração no mercado de trabalho [...]”	“Disponibilização de ofertas de emprego, medida de emprego como os estágios-emprego e o contrato emprego-inserção e oferta formativa”	“[...] há uma grande preocupação em conseguir encontrar uma primeira abordagem ao mercado de trabalho”	“Há acompanhamento dos jovens, temos medidas de emprego”	“[...] temos uma base de dados onde registamos quer as ofertas, quer os candidatos [...]. Temos também a base de dados, a chamada rede eures, que permite às pessoas procurar as ofertas de trabalho a nível da europa e mais alguns países. Temos toda a formação disponível [...] e temos as medidas de apoio às empresas, que é fundamentalmente a questão dos estágios e do contrato emprego [...]”

		Medidas ativas de emprego	“A medida mais emblemática é sem dúvida os Estágios-Emprego [...] o empreendimento jovem também tem ganho alguma visibilidade.”	“Maioritariamente os estágios profissionais, mas também o contrato emprego.”	“É sem dúvida os estágios.”	“O estágio-emprego e o contrato emprego.”	“Para os jovens, são os estágios.”	“Estágios e contrato-emprego.”	“[...] temos a questão da formação (...) a vida ativa que é para jovens, e, como referi, os estágios (...)”
		Medidas de emprego - Colocações	“[...] A medida com maior êxito é, sem dúvida, os estágios. Em finais de 2015, os estágios registavam 70% de empregabilidade. Esta medida não é 100% viável, pois as entidades empregadoras podem não acolher os jovens, por não ter condições para a criação de novos postos de trabalho [...]. Apesar da	“Têm vindo a contribuir, em grande medida, para a inserção profissional destes jovens. Existe uma maior taxa de emprego, sobretudo nos estágios profissionais.”	“[...] O estágio em termos de eficácia tem vindo a diminuir. Há uma redução dos apoios financeiros às empresas, o que dificulta a integração dos jovens.”	“Faço um balanço positivo. Muitas entidades acabam por absorver estes jovens. Tem havido muitas colocações.”	“60 a 70% de integração, o que é muito bom.”	“Há uma boa percentagem de colocações e também há uma boa adesão por parte das empresas.”	“[...] sei que temos tido sucesso e que temos levado à inserção uma percentagem bastante elevada dos jovens que aqui se inscrevem no mercado de trabalho.”

			celebração de um contrato não ser obrigatória por parte das empresas, as entidades empregadoras acabam por contratar os estagiários. [...]. Os jovens podem também não conseguir um estágio por não quererem estágio, por não possuírem as competências necessárias ou por terem um mau currículo.”						
		Inserção dos jovens inscritos	“A taxa de desemprego agora está mais baixa, mas ainda é elevada em comparação aos restantes países da União Europeia. [...]”	“A taxa de empregabilidade e não é muito elevada, a inserção ocorre maioritariamente através dos estágios [...]. Mas o tecido empresarial condiciona muito a inserção	“A tendência é de diminuição dos jovens que conseguem inserir-se no mercado de trabalho. Em determinadas áreas é muito difícil. Há muitos jovens inscritos que	“Tem havido uma taxa bastante positiva de inserção.”	Não respondeu.	“É facilitador, têm um local onde os jovens se podem dirigir e ser acompanhados e informados.”	“[...] Isto vai variar muito [...] depende da formação base da pessoa.”

				profissional, não há investimento por causa da crise económica.”	fazem estágios e como não conseguem colocação após o estágio vão trabalhar para outras zonas.”				
A eficácia dos apoios público	Áreas com maior integração	“A área de tecnologias da informação [...]”	“Há bastante na área da informática.”	“Na área da informática, em biotecnologia [...]”	“As áreas de engenharias e de saúde são as áreas onde há menos pessoas inscritas.”	“[...] há profissões em que não recorrem, por exemplo os médicos não recorrem aos centros de emprego, mas já nem é por terem emprego imediato, mas é por terem um percurso em que vão ter ou um estágio [...]. Os engenheiros eletrotécnicos e os engenheiros informáticos também não recorrem, porque ainda não terminaram o seu curso e já	Não sabe.	“A áreas das línguas, a área da psicologia, a sociologia de alguma maneira, mas mesmo assim eu acho que a psicologia é mais complicado, as áreas das ciências sociais nesse aspeto “[...] as engenharias continuam a ter uma maior aceitação no mercado de trabalho e, às vezes, as áreas sociais, por exemplo a psicologia, são áreas com maiores dificuldades.”;	

							existem empresas interessadas.”; “As engenharias, neste momento, são as áreas em que há maior integração.”		“Os engenheiros civis, por exemplo, que antes tinham sempre trabalho, agora passaram por uma fase mais complicada. Enquanto que a área da medicina, a área das engenharias mecânicas, eletromecânicas ou informáticas [...]”
		Tempo de inserção profissional	“[...] O mercado de trabalho não tem tido a capacidade de absorver todas as áreas [...]”	“Nos jovens que estão disponíveis para aceitar qualquer tipo de emprego é cerca de 3 a 6 meses, mas não tenho a certeza.”	“Quando os jovens se vêm inscrever e já contactaram a empresa onde vão estagiar, a inserção pode ocorrer no espaço de 2 meses. Tem vindo a aumentar o número de jovens que permanecem desempregados por mais de 1 ano, o tempo de integração	“Há áreas de maior inserção que outras. Não há muitos jovens desempregados há mais de 1 ano, porque eles têm flexibilidade em trabalhar noutras áreas.”	“Em média 6 meses para as profissões mais comuns e que têm ainda empregabilidade. Mais de 6 meses para as outras e para quem não quer arriscar, vir a encarar uma profissão afim. [...] Dentro das áreas com menor empregabilidade existem	“A análise dos processos demora cerca de 1 mês a 1 mês e tal. Por vezes as empresas demoram algum tempo a enviar informações.”	“[...] enquanto nós colocamos determinados jovens de certas áreas num mês ou dois, há jovens de outras áreas que pode demorar sete, oito, nove meses [...]. Quanto mais jovens são as pessoas e mais qualificações têm, mais rápida é a colocação no mercado de trabalho e,

					é cada vez mais longo.”		muitos jovens desempregados há mais de 1 ano.”; “[...] quando começa a decorrer já mais tempo e chegamos a 1 ano, os jovens se forem inteligentes mudam o discurso e vão procurar alguma coisa, a pessoa não tem só conhecimentos que adquiriu na universidade [...]”		portanto, não é uma percentagem muito elevada que fica inscrita no centro de emprego há mais de 1 ano.”
		Necessidade de outro tipo de respostas	“Maiores apoios ao empreendedores [...] e também inculcar aos jovens que o empreendedores pode ajudar a colmatar o desemprego.”	“Maior investimento na formação profissional e nas técnicas de procura de emprego para alguns jovens.”	“[...] maior investimento nas empresas para a criação de postos de trabalho [...]”	“Não. Penso que aqui no IEFP há muitos apoios quer às empresas quer aos jovens.”	“As respostas têm de começar [...] pelo tipo de formação que se oferece. Não se pode estar a oferecer formação que o mercado de trabalho não quer. [...] o número de	“O estágio-emprego tem sido uma medida muito eficaz [...]”	“[...] apoiarmos as empresas ainda mais em outros aspetos para poderem colocar os jovens, por exemplo em termos dos apoios salariais [...], porque no estágio o valor não é muito elevado. [...]”

							vagas dos cursos deve ser mais curto do que as necessidades, a lei de mercado é esta da oferta e da procura em todo o lado.”		muitas pessoas não conseguem estar deslocadas a receber 600, 700 euros que muitas empresas pagam e a questão do estágio profissional, tudo bem que é um primeiro emprego, mas que, às vezes, é difícil pagar uma renda e etc [...]”
	O papel dos jovens na integração no mercado de trabalho	“Os jovens têm muitas lacunas nas competências extracurriculares [...]. Nesse sentido, dispomos do programa vida-ativa [...].”	“Serem dinâmicos e proativos e investir mais tempo e organizar melhor a procura de emprego.”	“Penso que os jovens devem colocar em prática o mais rapidamente possível os seus conhecimentos. Devem procurar as empresas e realizar trabalho voluntário [...].”	“Penso que deve haver uma procura ativa de emprego [...].”	“[...] fazer ações de coaching para melhorar a inteligência emocional, para os jovens aprenderem a enfrentar o mercado de trabalho [...].”	“Melhorar os conhecimentos através de ações de formação, adquirir competências transversais. Para alguns jovens é importante assistir a sessões de preparação de entrevistas e de como elaborar um	“Conhecer o mercado de trabalho nacional ou local para mais rapidamente também podem abordar as empresas. [...] há jovens que não conhecem bem o mercado de trabalho e ficam um bocado limitados a 3, 4 empresas ou a uma área ou outra. [...] só ter um curso por si	

							bom currículo.”	é o início, é o primeiro degrau, depois a seguir vem tudo o resto que são as tais competências que estão além do curso e que também vêm da formação.”
--	--	--	--	--	--	--	-----------------	---